

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

FERNANDO VELOSO

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE
JUNQUEIRÓPOLIS (SP): O PRONAF E O PAA**

PRESIDENTE PRUDENTE

2011

FERNANDO VELOSO

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS (SP):
O PRONAF E O PAA**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
Área de Concentração: Desenvolvimento
Regional e Planejamento Ambiental, para
obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

PRESIDENTE PRUDENTE

2011

Veloso, Fernando.

S---- Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA. Fernando Veloso. - Presidente Prudente : [s.n], 2011

249 f.

Orientador: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Políticas Públicas. 2. Espaço Rural. 3. Produção Familiar. 4. Associativismo. 5. Comercialização. 6. Junqueirópolis I. Hespanhol, Rosângela Aparecida de Medeiros. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. ROSÂNGELA APARECIDA M. HESPANHOL
ORIENTADOR

PROF. DR. EVERALDO SANTOS MELAZZO
(UNESP/FCT)

PROF. DR. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
(UFG)

FERNANDO VELOSO

Presidente Prudente (SP), 19 de dezembro de 2011.

RESULTADO: 

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Seção Técnica de Pós-Graduação
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 16 3229-5417 fax 16 3223-4519 posgrad@fct.unesp.br



Dedico esse trabalho a todas as pessoas que incentivaram nos bons e difíceis momentos, em especial, a Maria Joseli e aos meus pais (Aparecido e Luziete).

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de escrever algumas palavras em agradecimento a mais um ciclo que se encerra. A construção da dissertação é um caminho que envolve a colaboração de muitas pessoas:

Primeiramente agradeço a Deus a oportunidade de poder estudar e trilhar os caminhos da pesquisa e superar os desafios, ao sair de Rio Claro em 2004;

à Rosangela Hespanhol, pela orientação pautada na base da confiança, motivando nos bons e difíceis momentos de realização desse trabalho, sempre com muita paciência, seriedade e disposição. A relação construída nesses anos extrapola a orientação, iniciada no GEDRA em 2005, no segundo ano da graduação;

à Maria Joseli Barreto, companheira de todos os momentos compartilhados nestes anos que estamos juntos e que soube conviver com minhas crises de chatice, angústia e preocupação; sem seu amor, zelo, força e ajuda em todas as etapas do trabalho teria sido muito mais difícil;

Aos meus pais Aparecido e Luziete e minha irmã Juliana, que souberam dar força e incentivo, entendendo ou não, os momentos de ausência e de poucas viagens nesse percurso do Mestrado;

às famílias Queiroz, Veloso e Barreto em geral, a lista de nomes seria grande, mas sintam-se todos lembrados: tios, tias, primos e primas; sogro e sogra, em especial a *Vó Julia*;

Aos professores da Graduação e da Pós-Graduação, que sempre com muita seriedade e compromisso contribuíram na minha formação na Faculdade de Ciências e Tecnologia, em especial: Antonio Nivaldo Hespanhol, Antonio Thomaz Junior, Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Eliseu Savério Sposito, Maria Encarnação Beltrão Spósito, João Osvaldo Rodrigues de Oliveira, Raul Borges Guimarães, Ruth Kunzli, Miguel Gimenes Benites, Bernardo Mançano Fernandes, Antonio Cezar Leal, João Lima Sant' Anna Neto e Margarete C. C. T. Amorim.

Aos companheiros do GEDRA, desde os mais antigos aos mais novos, sintam-se todos lembrados. É importante apontar a relevância da experiência do Grupo de Pesquisa em minha formação, haja vista que as reuniões mensais, seminários temáticos, trabalhos de campos e organização de eventos contribuiu para meu amadurecimento. O grupo que atualmente conta com estrutura privilegiada em virtude do grande esforço do casal Hespanhol (Rosangela e Nivaldo) foi onde se construiu as oportunidades de desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica e de Mestrado.

Aos funcionários da FCT e, em especial, os da Seção de Pós-Graduação e da Biblioteca, que sempre foram solícitos em nos ajudar;

à Adriana Brigatti da Casa da Agricultura de Junqueirópolis, ao Osvaldo Dias, presidente da Associação Agrícola de Junqueirópolis e, em especial, ao Paulo Martin do EDR de Dracena, que não poupou esforços para ajudar e fornecer as informações solicitadas;

Aos representantes das entidades beneficiadas pelo PAA, em especial a Sheila do Centro Comunitário Semente da Vida, Fernando Aguiar Ramos do Projeto do Jardim Alvorada e Sueli, Coordenadora municipal da merenda escolar;

Aos pequenos produtores rurais de Junqueirópolis, pela atenção e disponibilidade em nos receber;

Aos professores Adriano Rodrigues de Oliveira e Everaldo Santos Melazzo, pelas sugestões e críticas feitas durante a realização do exame de qualificação;

A professora Irene Cristina Kohler pela tradução do resumo para a língua inglesa, mesmo estando em Chapecó-SC; e Oscar Buitrago Bermúdez para a língua espanhola (colombiana);

Por fim, agradecer aos amigos de Rio Claro e os de Presidente Prudente: Vinicius, Guilherme, Eduardo, Leonardo, Anderson (Gordinho), “Vaguinho”, Fábio Carnevalle, Fernando Rodrigues, Roger, “Pedrão”, Cássio, Marioto, Nildo, Flávio (Salete), Leandro (Bauru), Claudemir Mazucheli, Adriano Amaro, Victor Hugo, Fernando Nascimento, Sergio Ricardo, Oscar Buitrago, Alex (Malcon), Thais,

Estevan, Éder, “Carlão”, Adriano, Sampaio, Sonia Ribeiro, Carla Leão, Maryna, Willian, Fred, Érika entre outros companheiros dessa trajetória.

Apoio Institucional

Este trabalho teve apoio institucional da **FAPESP** (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e do **CNPq** (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Por meio da bolsa de estudos concedida entre os meses de setembro de 2009 a fevereiro de 2010 pelo CNPq; e de março de 2010 a agosto de 2011 pela FAPESP tive a oportunidade de dedicar-me integralmente a realização do Mestrado.

A bolsa de estudos e a reserva técnica (FAPESP) garantiram o suporte e asseguraram uma boa infraestrutura física para a realização da pesquisa (computador, acesso à internet, aquisição de livros, impressões etc.). Permitiu também a participação nos eventos científicos para trocar experiências e divulgar os resultados da pesquisa, além da realização dos inúmeros trabalhos de campo no município de Junqueirópolis e na região de Dracena.

RESUMO

A partir de meados da década de 1990 verificamos algumas mudanças na forma de intervenção do governo brasileiro por meio da criação de linhas de financiamento e de programas específicos para a produção familiar no espaço rural. Tendo em vista essa mudança, a pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tendo como recorte territorial o município de Junqueirópolis, localizado no oeste paulista. Para alcançar esse objetivo buscamos articular referencial teórico, com dados de fonte secundária, entrevistas com representantes de instituições envolvidas com o setor agropecuário municipal e regional, entidades contempladas com o PAA; e, aplicação de formulário junto a 35 responsáveis pela exploração da propriedade rural, abrangendo tanto produtores vinculados à Associação Agrícola de Junqueirópolis (AAJ) como não associados. Tínhamos como pressuposto que o acesso as políticas públicas como o PRONAF e o PAA poderiam potencializar as estratégias de reprodução econômica e social e, assim, assegurar a manutenção dos produtores rurais que ainda permanecem na atividade produtiva agropecuária no município de Junqueirópolis. Nessa localidade os pequenos proprietários rurais buscaram adotar novas alternativas para permanecer na terra, após a decadência da cafeicultura na década de 1980, embora essas medidas não foram suficientes para a plena geração de renda. Ainda, assim, Junqueirópolis destaca-se atualmente por possuir a maior população rural absoluta da região de Dracena e contar com uma Associação especializada no cultivo da acerola, que comercializa a fruta de forma conjunta, sobretudo para o processamento industrial. No que tange ao acesso ao PRONAF no município constatamos que 68,57% do total de produtores pesquisados em algum momento utilizaram os recursos do financiamento rural, com maior repercussão entre os produtores associados, principalmente para a lavoura da acerola e para a bovinocultura. Quanto à participação no PAA, apenas 34,29% dos produtores pesquisados afirmaram fazer parte do Programa. O PAA ainda apresenta algumas limitações, tais como: o baixo envolvimento entre os beneficiários; o reduzido número de produtores rurais participantes; a pouca diversidade de produtos entregues; e a falta de sintonia entre os agentes locais que deveriam atuar em benefício do conjunto de produtores rurais de Junqueirópolis. O fato de não existir perspectivas para a formação de novos projetos do PAA inviabiliza a reivindicação das entidades beneficiadas para receber maior diversidade de produtos. Dessa forma, constatamos que tanto o PRONAF como o PAA têm alcançado os pequenos proprietários rurais, embora estejam beneficiando, sobretudo os produtores com melhor nível socioeconômico e com maior inserção no mercado, e exclusivamente produtores da AAJ, no caso do PAA, em detrimento da participação de outros produtores rurais, mesmo os menos capitalizados.

Palavras-Chave: políticas públicas. espaço rural. pequenos proprietários rurais. comercialização. associativismo. Junqueirópolis.

ABSTRACT

Since the 1990s there were some changes in the form of intervention of the Brazilian Government in the agriculture sector, such as: the creation of credit lines and specific programs to the familiar production in rural areas. Considering this change, the present research aimed to analyze the effects of the National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF) and the Food Acquisition Program (PAA), in Junqueirópolis, west of Sao Paulo State. To achieve this objective was articulated a theoretical reference, secondary data, interviews with local and regional institutions representatives of agricultural sector and entities involved with the PAA; and application form field (involving 35 responsible people for operating rural property) with members or non-members of the Junqueirópolis Agricultural Association (AAJ). The access to public policies, such as PRONAF and PAA could enhance strategies for economic and social reproduction and, thus, ensure the maintenance of rural producers in agricultural activities in Junqueirópolis. In this location the small rural proprietors sought to adopt new alternatives to remain on land, after the decline of coffee production in the 1980s, although the measures were not enough for generate income. Even so, Junqueirópolis currently stands out for having the largest rural population of the Dracena region and have an association specializing in the cultivation and marketing of acerola fruit, especially for industrial processing. In terms of access to PRONAF in Junqueirópolis, 68,57% of the rural proprietors surveyed used resources of rural finance, with greater impact among the associated producers, mainly for the acerola cultivation and cattle. With relation to participation in the PAA, just 34,29% of producers claim to be parting of the Program. The PAA also has some limitations, such as: low involvement of beneficiaries; small number of rural proprietors participating; low diversity of products; and lack of communication among local agents who should act for the benefit of all the rural producers of Junqueirópolis. Without perspective to the formation of new projects of PPA, the claim of the beneficiaries to receive a greater diversity of products is not viable. Thus, both the PRONAF as PAA have achieved the small rural proprietors, although the programs are benefiting especially producers with higher socioeconomic status, and with greater market insertion, and exclusively producers of AAJ, in the case of PAA, in detriment of the participation of other rural producers.

Key Words: public policies. rural areas. small rural proprietors. Commercialization. associations. Junqueiropolis.

Resumen

A partir de mediados de los años 90 del siglo pasado, se observan algunos cambios en la forma de intervención del gobierno brasileño en el espacio rural, por medio de la creación de líneas de financiamiento y programas específicos para la producción familiar. Considerando lo anterior, la investigación tuvo como objetivo analizar los efectos del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF) y del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), específicamente en el municipio de Junqueirópolis, localizado en el occidente del Estado de São Paulo. Para lograr este objetivo se buscó articular el marco teórico con los datos de fuentes secundarias; entrevistas con representantes de las instituciones involucradas con el sector agropecuario municipal y regional; entidades contempladas con el PAA; así como aplicando encuestas a 35 responsables por la explotación de la propiedad rural, involucrando tanto productores vinculados a la Asociación Agrícola de Junqueirópolis AAJ como a los no asociados. El presupuesto planteado fue que el acceso a las políticas públicas como PRONAF y PAA podría potencializar las estrategias de reproducción económica y social y, por tanto, asegurar la manutención de los productores rurales que aun permanecen en la actividad productiva agropecuaria en el municipio de Junqueirópolis. En esta localidad los pequeños propietarios rurales, después de la decadencia de la caficultura en la década de los ochenta, buscaron adoptar nuevas alternativas para permanecer en la tierra, siendo que esas medidas no fueron suficientes para la plena generación de renta. Aun así, Junqueirópolis actualmente se destaca por poseer la mayor población rural absoluta de la región de Dracena y contar con una asociación especializada en el cultivo de acerola que comercializa de forma conjunta, sobretodo para el procesamiento industrial. En lo que respecta al acceso al PRONAF en el municipio se constató que 68,57% del total de los productores investigados, en algún momento, utilizaron los recursos del financiamiento rural, con mayor repercusión entre los productores asociados, principalmente para el cultivo de la acerola y para la bovinocultura. En cuanto a la participación en el PAA, apenas 34,29% de los productores investigados afirmaron ser parte del programa. El PAA aun presenta algunas limitaciones tales como: baja incorporación entre los beneficiarios; reducido número de productores rurales participando; poca diversidad de productos; falta de sintonía entre los agentes locales, quienes debería actuar en beneficio del conjunto de los productores rurales del municipio. El hecho de no existir perspectivas para la formación de nuevos proyectos del PAA inviabiliza la reivindicación de las entidades beneficiadas para recibir mayor diversidad de productos. De esta forma, se constató que tanto el PRONAF como el PAA han llegado a los pequeños agricultores, aunque estén beneficiando principalmente a los productores con mejor nivel socioeconómico y con mayor inserción en el mercado y exclusivamente a los productores de la AAJ, en el caso del PAA, en detrimento de la participación de otros productores rurales, incluyendo los menos capitalizados.

Palabras clave: políticas públicas. espacio rural. pequeños propietarios rurales. comercialización. asociativismo. Junqueirópolis.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Amostra de formulários aplicados junto aos produtores rurais.	10
Quadro 2. Grupos de Enquadramento dos Beneficiários do PRONAF	42
Quadro 3. Linhas de Crédito disponíveis para o PRONAF na safra 2011/2012.	44
Quadro 4. Modalidades, Características e Limites de Valor do PAA em 2010	49
Quadro 5. Municípios e Associações com o PAA no EDR de Dracena.	91
Quadro 6. Composição da Renda dos Produtores Associados.....	166
Quadro 7. Composição da Renda dos Produtores Não Associados.	167
Quadro 8. Síntese das informações do PRONAF entre os produtores associados pesquisados em Junqueirópolis.	176
Quadro 9. Síntese das informações do PRONAF entre os produtores não associados pesquisados em Junqueirópolis.	177
Quadro 10. Síntese das entrevistas com algumas das instituições beneficiárias do PAA de Junqueirópolis.....	195
Quadro 11. Continuação da Síntese das entrevistas com algumas das instituições beneficiárias do PAA de Junqueirópolis.	196
Quadro 12. Tipos de produtos comercializados pelo PAA na região de Dracena....	200

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. PAA – Volume de Recursos e Número de Produtores (2003-2008).....	50
Figura 2. PAA – Volume de Recursos Por Modalidades (2003-2008).....	51
Figura 3. Evolução dos Recursos Disponibilizados pelo Crédito Rural no Brasil (2002/03 a 2009/10)	54
Figura 4. Evolução dos Recursos Utilizados pelo Crédito Rural no Brasil (2002/03 a 2009/10)	55
Figura 5. Percentual utilizado dos Recursos Disponibilizados pelo Crédito Rural no Brasil (2002/03 a 2009/10)	56

Figura 6. Familiares dos Proprietários que Trabalham nas UPA's nos municípios do EDR de Dracena (2007/08).....	72
Figura 7. Variação populacional no município de Junqueirópolis (1970-2006).....	102
Figura 8. Estabelecimentos Agropecuários por Grupo de Áreas no município de Junqueirópolis (1970-2006): Número de Estabelecimentos e Área Ocupada.	107
Figura 9. Condição do Produtor Rural no município de Junqueirópolis (1970-2006): Número de Estabelecimentos e Área Ocupada.	111
Figura 10. Utilização das Terras no Município de Junqueirópolis (1970-2006).	114
Figura 11. Principais lavouras no município de Junqueirópolis (1970-2006).	119
Figura 12. Produção das principais frutas no Município de Junqueirópolis (1995/96 e 2007/08): Nº de UPA's e área cultivada.	123
Figura 13. Outras Lavouras Cultivadas no município de Junqueirópolis (1995/96 e 2007/08): Nº de UPA's e área cultivada.	125
Figura 14. Finalidade do rebanho bovino no município de Junqueirópolis (1995/96 e 2007/08).	127
Figura 15. Produção de Leite e Número de Vacas Ordenhadas no município de Junqueirópolis (1990-2010).	129
Figura 16. Faixa etária dos Produtores Rurais Pesquisados.	139
Figura 17. Nível de escolaridade dos produtores rurais pesquisados.	140
Figura 18. Estado civil dos Produtores Rurais Pesquisados.....	141
Figura 19. Local de Residência dos Produtores Rurais Pesquisados.....	142
Figura 20. Condição do produtor entre os pesquisados.	143
Figura 21. Forma de Aquisição da propriedade entre os Pesquisados.....	144
Figura 22. Tamanho das propriedades pesquisadas.	145
Figura 23. Cultivo de hortaliças na Microbacia Taquarassu.....	147
Figura 24. Cultivo de Urucum na Microbacia Ariranha.....	147
Figura 25. Cultivo de uva na Microbacia Taquarassu.	148
Figura 26. Cultivo da Seringueira na Microbacia Ariranha.	148
Figura 27. Atividades Agropecuárias desenvolvidas pelos produtores Associados.	150

Figura 28. Atividades Agropecuárias Desenvolvidas pelos produtores não Associados.....	150
Figura 29. Área da pastagem com pecuária mista na Microbacia Taquarassu.	152
Figura 30. Área de pastagem com pecuária leiteira na Microbacia Taquarassu.	152
Figura 31. Exemplo de cultivo de café em Junqueirópolis na Microbacia Ariranha.	154
Figura 32. Produtor com carrinho de tração animal com fertilizantes para ser utilizado na cultura do café.	154
Figura 33. Lavoura da Acerola em produção na Microbacia Colibri.	157
Figura 34 – Acerola Colhida e Armazenada em caixas na AAJ.	157
Figura 35. Tipo de Assistência Técnica entre os Produtores Pesquisados.....	162
Figura 36. Acesso ao PRONAF entre os produtores rurais Pesquisados.....	174
Figura 37. Enquadramento do PRONAF entre os Produtores Rurais Pesquisados.....	175
Figura 38. Participação no PAA entre os Produtores Rurais Pesquisados.	179
Figura 39. Fruta sendo colocada na despoldadora por um dos funcionários da AAJ.	191
Figura 40. Polpa da Acerola sendo colocada na Embaladeira por um dos funcionários da AAJ.	191
Figura 41. Freezer de uma das escolas que receberam a polpa de acerola do PAA em Junqueirópolis.....	199
Figura 42. Famílias recebendo a polpa de acerola do PAA pelo projeto do Jardim Alvorada.	199

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização do EDR de Dracena.	61
Mapa 2. Comparação do Total dos Valores e Contratos do PRONAF entre os anos agrícolas de 1999/00 e 2008/09 nos municípios do EDR de Dracena.	82
Mapa 3. Municípios com PAA no Estado de SP – 2009/10.....	89

Mapa 4. Comparação do Total dos Valores e do Nº de produtores beneficiados do PAA na modalidade CPR-Doação entre os anos agrícolas de 2005/06 e 2009/10 nos municípios do EDR de Dracena.	94
Mapa 5. Localização do Município de Junqueirópolis.	100
Mapa 6. Localização das Microbacias Pesquisadas no município de Junqueirópolis.	133
Mapa 7. Estrutura Fundiária da Microbacia Colibri e Propriedades Rurais Pesquisadas no município de Junqueirópolis.	136
Mapa 8. Estrutura Fundiária da Microbacia Ariranha e Propriedades Rurais Pesquisadas no município de Junqueirópolis.	137
Mapa 9. Estrutura Fundiária da Microbacia Taquarassu e Propriedades Rurais Pesquisadas no município de Junqueirópolis.	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Total de contratos e valores do PRONAF no Brasil entre os anos agrícolas de 1998/1999 e 2008/2009.	45
Tabela 2. Tipos de Estabelecimentos Rurais no Brasil.	58
Tabela 3. Evolução da população no EDR de Dracena (2000-2010) e valor do PIB em 2008.	63
Tabela 4. Número de Empregos Formais por Atividades nos municípios do EDR de Dracena em 31/12/2009.	68
Tabela 5. Comparação entre os dados do PRONAF no EDR de Dracena e no estado de São Paulo entre os anos agrícolas de 1999/00 a 2008/09.	79
Tabela 6. Valor Médio dos Contratos, Total do Montante e dos Contratos do PRONAF nos municípios do EDR de Dracena de 1999/00 a 2008/09.	83
Tabela 7. Total de Contratos e Valores do PRONAF por Modalidade (Custeio e Investimento) no EDR de Dracena de 1999/00 a 2008/09.	85
Tabela 8. Evolução do PAA no EDR de Dracena.	92
Tabela 9. Distribuição Total dos recursos do PAA por municípios do EDR de Dracena.	93

Tabela 10. Área cultivada e Quantidade produzida com a lavoura da cana-de-açúcar no município de Junqueirópolis (1970-2006).	121
Tabela 11. Efetivo bovino no município de Junqueirópolis.....	126
Tabela 12. Tipos de Exploração Animal em Junqueirópolis (1995/96 e 2007/08). ..	128
Tabela 13. Principais Atividades Financiadas pelo PRONAF na modalidade custeio em Junqueirópolis.....	171
Tabela 14. Atividades Financiadas pelo PRONAF Mais Alimentos em Junqueirópolis.	172
Tabela 15. Instituições Beneficiadas com o PAA ano 2010/11.....	193

LISTA DE SIGLAS

AAFAR = Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Regência

AAFPASA = Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Santo Antonio

AAJ = Associação Agrícola de Junqueirópolis

AMPROBRAP = Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Barro Preto

APLEMAR = Associação de Produtores de Leite do Município de Adamantina e Região

APPRAR = Associação “Passiflora” de Produtores Rurais de Adamantina e Região

APRAP = Associação dos Produtores Rurais de Pacaembu

APRD = Associação dos Produtores Rurais de Dracena

APRIMOR = Associação dos Produtores Rurais Industriais e Moradores de São João do Pau d’ Alho.

ASMASARI = Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita

ASPRAR = Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Regência

AVIRTUPI = Associação dos Viticultores da Região de Tupi Paulista

BB = Banco do Brasil

BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM = Banco Mundial

CAMDA = Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina

CATI = Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CDAF = Compra Direta da Agricultura Familiar
CDLAF = Compra Direta Local da Agricultura Familiar
CEAGESP = Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEPLAC = Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CONAB = Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD = Conselhos de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA = Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG = Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPEF = Companhia Paulista de Estradas de Ferro
CPR-Doação = Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-Estoque = Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CREAI = Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
DAP = Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEAGRI = Departamento de Economia Agrícola
EDR = Escritório de Desenvolvimento Rural
EMBRAPA = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO = Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FMI = Fundo Monetário Internacional
FNAE = Fundo Nacional de Alimentação Escolar
IAA = Instituto de Açúcar e Alcool
IBC = Instituto Brasileiro do Café
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAF = Instituto Brasileiro de Frutas
INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
J. Marques = Associação dos Trabalhadores Rurais de Jaciporã
LUPA = Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo
MAPA = Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA = Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS = Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MST = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE = Ministério do Trabalho e Emprego
PAA = Programa de Aquisição de Alimentos
PAC = Política Agrícola Comum
PFZ = Programa Fome Zero

PGPM = Política de Garantia dos Preços Mínimos

PIB = Produto Interno Bruto

PNAE = Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROALCOOL = Programa Nacional do Álcool

PROCERA = Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária

PRONAF = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF = Secretaria da Agricultura Familiar

SDT = Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEADE = Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos

SMAP = Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF

SNCR = Sistema Nacional de Crédito Rural

SPA = Secretaria de Política Agrícola

UNESP = Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	1
2- AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS REBATIMENTOS NO SETOR AGROPECUÁRIO BRASILEIRO: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS	13
2.1- Políticas Públicas: Considerações Gerais.....	13
2.1.1- Definição de política pública.....	15
2.2- Relevância dos estudos sobre políticas públicas.....	17
2.3- O intervencionismo estatal no setor agropecuário brasileiro	23
2.4 - As políticas públicas nas décadas de 1990 e 2000	31
2.5- Políticas diferenciadas de desenvolvimento rural: PRONAF e PAA.....	38
2.5.1- A criação do PRONAF na década de 1990	38
2.5.2 - Evolução do PRONAF Crédito Rural no Brasil	41
2.5.3 – O PAA na década de 2000 no Brasil.....	47
2.6 – Permanências e mudanças nas políticas do Estado brasileiro no período recente: a atuação do MAPA e do MDA	52
3- O MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS NO CONTEXTO DO EDR DE DRACENA	60
3.1- O EDR de Dracena: indicadores econômicos e sociais no contexto atual	60
3.2- Contextualizando o EDR de Dracena: auge e crise da cafeicultura e a relevância das políticas públicas para a produção familiar.....	73
3.3- O PRONAF no contexto regional (1999/2000 – 2008/09)	78
3.4- O PAA no Estado de São Paulo e na região de Dracena	87
4- AS MUDANÇAS NO PERFIL DEMOGRÁFICO E NA ESTRUTURA PRODUTIVA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS.....	99
4.1- Mudanças na dinâmica populacional no município de Junqueirópolis.....	99
4.2– Estrutura Fundiária.....	104
4.3- Exploração das Terras, segundo a Condição do Produtor Rural.....	110
4.4- Utilização das Terras.....	114
4.5- Principais Lavouras.....	117

4.6- Efetivo animal	125
5- A DINÂMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL E OS EFEITOS DO PRONAF E DO PAA EM JUNQUEIRÓPOLIS.....	131
5.1- As localidades pesquisadas em Junqueirópolis.....	131
5.2- Características dos pequenos proprietários rurais entrevistados.....	139
5.3- Processo de produção dos pequenos proprietários rurais em Junqueirópolis ..	143
5.3.1- Atividades Agropecuárias Desenvolvidas	146
5.3.2- Associação Agrícola de Junqueirópolis: da Certificação à Cooperativa	155
5.3.3- Assistência Técnica e Meios de Produção.....	161
5.3.4- Comercialização da Produção e as Fontes de Renda.....	163
5.3.5- Utilização do PRONAF e Participação no PAA	169
5.4- PAA em Junqueirópolis: Programa de Aquisição de Alimentos ou Programa de Aquisição de Acerola?	183
5.4.1- Os gestores locais envolvidos com o PAA.....	183
5.4.2- As entidades participantes do PAA	192
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS.....	211
APÊNDICE.....	220

1- INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como tema central de análise dois programas voltados para a produção familiar, ou seja, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A pesquisa se desenvolveu a partir de um estudo realizado no município de Junqueirópolis, localizado no oeste do Estado de São Paulo, avaliando a abrangência e a importância desses programas para os pequenos proprietários rurais desta localidade.

O interesse em estudar a produção familiar no âmbito das pequenas propriedades se deve ao fato deste segmento ocupar um papel de destaque no espaço rural brasileiro. Essa categoria de produtores rurais é responsável por parte significativa da produção brasileira, além de empregar a força de trabalho familiar e, muitas vezes, absorver mão de obra de trabalhadores temporários em certos períodos do processo produtivo, especialmente na colheita.

O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 inovou ao retratar separadamente as informações sobre estabelecimentos agropecuários brasileiros, em familiares e não familiares. A publicação evidenciou que mesmo ocupando apenas $\frac{1}{4}$ do total das terras agricultáveis disponíveis no país, a agricultura familiar era responsável por 38% do valor da produção rural brasileira e respondia por grande parte da produção alimentar da população, com destaque para as lavouras da mandioca e feijão e para os plantéis de suínos e aves (IBGE, 2006). Embora tenha essa representatividade no rural brasileiro, na maioria dos casos, os produtores familiares convivem num cenário em que as margens de lucro são cada vez mais desfavoráveis e reduzidas e o aumento nos custos de produção são constantes.

Wanderley (2001a) e Garcia (2003) afirmam que, historicamente, a grande propriedade (latifúndio) se impôs como modelo socialmente conhecido no país. Para esses autores foi a grande propriedade que recebeu todo o estímulo econômico expresso na política, procurando modernizá-la e assegurar sua reprodução em detrimento da agricultura familiar que sempre ocupou um papel subordinado e secundário em relação às políticas públicas.

A característica das políticas públicas direcionadas ao setor agropecuário no período 1930/1980 teve um caráter puramente econômico, setorial e produtivista. Em virtude disso ocorreu o aprofundamento das relações capitalistas no campo brasileiro com vistas à atender o projeto de sociedade urbano-industrial. Como consequência desse processo houve: mudança da base técnica (mecanização e utilização de insumos “modernos” para a produção); maior integração da agricultura com a indústria; constituição dos complexos agroindustriais; favorecimento em termos de políticas públicas dos grandes produtores rurais, determinados produtos destinados à exportação e produtos agrícolas que puderam se transformar em matéria-prima para o processamento e beneficiamento industrial; entre outros (DELGADO, 1985 e 1997; GONÇALVES NETO, 1997; HESPAHOL, 1997; DELGADO, 2001; LEITE, 2001; HESPAHOL, 2008).

Contudo, grande parte dos pequenos produtores rurais ficou à mercê do processo de modernização da agricultura brasileira, que se apresentou altamente seletivo e concentrador e, principalmente das políticas públicas, vivenciando períodos de incertezas e de acentuada pobreza. Como consequência, cabe mencionar a forte descapitalização desse segmento social, a intensificação do êxodo rural, a ampliação da miséria e a concentração da propriedade da terra.

Tal situação perdurou até meados da década de 1990, período marcado pela instabilidade macroeconômica, crise política e financeira do Estado e adoção de práticas neoliberais. Nesse contexto desfavorável, intensificaram-se as lutas e reivindicações de movimentos sindicais e sociais no campo, pressionando o governo brasileiro para que reconhecesse e legitimasse a importância econômica e social da produção familiar no espaço rural brasileiro. Foi a partir desse período que o governo federal inaugura uma linha de financiamento para esse segmento social, além da criação de um ministério, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e de outros programas complementares, como o PAA. Portanto, a criação do PRONAF representa uma *mudança* na forma de condução da política agrícola brasileira.

Em tese outra *mudança* ocorrida foi na formulação das políticas públicas, ao procurar incorporar o discurso territorial, com base na experiência de países europeus, e não apenas o setorial. Contudo, ainda *permanece* a diferenciação entre a agricultura empresarial e familiar com dotações orçamentárias muito discrepantes

para os respectivos ministérios (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário), com larga vantagem para a agricultura empresarial.

A problemática que originou a pesquisa surgiu a partir de questionamentos resultantes da investigação de iniciação científica desenvolvida durante o período da graduação. Na ocasião, constatamos que os pequenos proprietários rurais de Junqueirópolis desenvolviam um amplo leque de estratégias de reprodução social para manutenção de suas unidades produtivas, muitas destas adotadas e desenvolvidas na região de Dracena após a decadência da cafeicultura na década de 1980. A crise da cafeicultura gerou um intenso processo de descapitalização, pauperização e êxodo rural, afetando, sobretudo, os pequenos produtores rurais.

Atualmente (2011) o município de Junqueirópolis ainda conta com a maior população rural (absoluta) no contexto regional e se destaca por contar com uma associação de pequenos produtores rurais, a Associação Agrícola de Junqueirópolis – AAJ, especializada na acerola, sendo que esta atua tanto em termos de produção como na comercialização da fruta.

No entanto, mesmo confirmada a importância das estratégias, com destaque para a diversificação produtiva, e desenvolvendo novas alternativas produtivas – fruticultura (principalmente com a lavoura da acerola), urucum, seringueira, pecuária de corte e mista -, verificamos na pesquisa em nível de iniciação científica, a dificuldade de parte dos pequenos proprietários rurais em acessar os programas e políticas públicas destinadas a essa categoria de produtores.

Na ocasião, verificou-se que essa dificuldade ocorria tanto em programas para o incentivo ao processo produtivo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como de comercialização, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma vez que apenas os produtores rurais associados à AAJ, estavam começando a entregar (2007) a acerola no PAA no convênio com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

A partir dessa problemática levantada, o objetivo da pesquisa consistiu em identificar e analisar os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Junqueirópolis (SP).

De forma geral, pretendeu-se averiguar se os pequenos proprietários rurais do município têm tido acesso e/ou se beneficiado (ou não) desses programas, uma vez que o acesso às políticas governamentais consiste num fator fundamental para garantir a permanência, além de proporcionar melhores condições de vida para a produção familiar no espaço rural. O recorte temporal compreendeu os anos de 1990 até o contexto atual (2011).

Esse objetivo principal desdobrou-se em outros de caráter específicos, tais como:

a) analisar as principais mudanças ocorridas no direcionamento dos programas governamentais federais para os agricultores familiares, no caso das políticas públicas, bem como as repercussões e limitações em termos de implantação do PRONAF e do PAA na escala regional e local;

b) verificar os efeitos que o PRONAF e o PAA exercem no processo de organização social e econômica dos pequenos proprietários rurais contemplados;

c) investigar se existe articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos com o setor agropecuário municipal e regional, na divulgação do PRONAF e PAA, e outros que beneficiem os pequenos proprietários rurais; e,

d) contextualizar o processo de ocupação do Município de Junqueirópolis, além da caracterização da sua estrutura produtiva e fundiária, contemplando as transformações ocorridas no período de 1970 até 2009.

Dessa forma, embora pautado num estudo de caso, no desenvolvimento da pesquisa procurou-se não perder a visão de totalidade dos processos, num constante movimento que abarca diferentes dimensões (econômicas, sociais, políticas e culturais) e escalas (local– regional – estadual – nacional – global).

Nessa perspectiva, para compreendermos toda diversidade, complexidade e heterogeneidade que marcam o espaço rural brasileiro na atualidade, devemos considerar também, entre outros fatores, as especificidades que caracterizam os diferentes lugares e as articulações das dinâmicas locais/regionais. Assim, o espaço e, em particular o rural, como recorte empírico, reúne elementos contraditórios entre si, sendo composto por pares dialéticos, quais sejam: o interno e o externo; o tradicional e o moderno; o local e o global (SANTOS, 1996[2008]).

Wanderley (2001b) referindo-se ao mundo rural enfatiza que este universo está socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto da economia mundial globalizada. Para a autora, o espaço rural não está isolado do todo e nem possui formas autônomas e exclusivas de funcionamento e reprodução. Portanto, para se analisar coerentemente o rural tem que se considerar um conjunto de variáveis que envolvem particularidades históricas, sociais, econômicas, culturais e ambientais que caracterizam esse ambiente como uma realidade peculiar, até mesmo as próprias formas de inserção desse espaço devem ser consideradas e fortalecidas nas suas peculiaridades e diversidades num contexto mais amplo que o engloba.

Tal preocupação com a perspectiva local/regional torna-se importante na medida em que é necessário entender o “funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto dos agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos” (SANTOS, 1988 [2008], p. 46).

Para Santos (1996 [2008]) é na escala do local ou no lugar que se oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização de forma mais eficaz. Isso porque, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. Nesse sentido, o autor destaca a importância que a Geografia assume ao estudar o que cada lugar tem de singular, de específico, de diferente, sem perder, no entanto, a visão da totalidade. Portanto, é nesse intuito que optamos pela realização de um estudo de caso no município de Junqueirópolis.

Para a consecução dos objetivos propostos na pesquisa, adotamos os procedimentos metodológicos que descreveremos a seguir:

A primeira etapa do trabalho consistiu no levantamento teórico das temáticas a serem abordadas, quais sejam: políticas públicas; intervenção estatal no setor agropecuário; o PRONAF e o PAA; e o processo de ocupação da região de Dracena e do município de Junqueirópolis. A revisão bibliográfica referente aos temas abordados foi um dos elementos primordiais utilizados na pesquisa, pois visou fundamentar e subsidiar a construção do conhecimento científico sobre a temática em questão, proporcionando discussões e reflexões mais aprofundadas e críticas.

Isso foi possível também pela realização de colóquios com a orientadora. Esse intercâmbio entre orientadora e orientando foi importante para a condução da pesquisa e a superação das dificuldades para a obtenção de referências bibliográficas, dados e informações, sendo estes desvendados conjuntamente no decorrer da pesquisa.

Além da revisão bibliográfica, realizamos a coleta de dados de fonte secundária sobre os dois programas governamentais selecionados para a pesquisa – PRONAF e PAA.

A respeito do PRONAF, coletamos dados junto ao Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF (SMAP). Esse banco de dados apresenta alguns problemas operacionais, pois é muito frequente o sitio eletrônico estar fora do ar, ou indisponível, como no período eleitoral ou, por outros motivos desconhecidos, não disponibilizar os dados para consulta. Apesar desses problemas com o sitio eletrônico, coletamos dados do PRONAF para o Brasil, Estado de São Paulo, região de Dracena e município de Junqueirópolis. Os dados disponíveis iniciaram-se no ano agrícola (julho-junho) de 1999/2000 a 2008/09. Para a escala do federal e do Estado de São Paulo, os dados foram agrupados visando ao total de valores e contratos firmados no período; para a região de Dracena e o município pesquisado desmembramos as informações, sobre tipos de modalidades (investimento e custeio) e nos grupos que se enquadravam os financiamentos. Uma carência nítida nesse banco de dados é o destino que é dado para o financiamento, ou seja, para que tipo de atividade produtiva tem sido realizado os financiamentos, para custeio agrícola ou pecuário; investimento agrícola ou pecuário; como também não está disponível maior detalhamento sobre que tipo de lavouras temporárias ou permanentes, tipos de rebanho (de corte ou de leite entre outras) são realizados e/ou priorizados para o financiamento. Essas informações detalhadas, nem mesmo os órgãos de assistência técnica da esfera regional, como o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena vinculada à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, e a Casa da Agricultura na escala municipal dispõem.

Quanto à coleta de dados de fonte secundária do PAA, tivemos dificuldades em encontrar uma base de dados com informações atualizadas sobre esse programa. Isso sem sombra de dúvidas esbarra nos canais insuficientes de

divulgação e transparência dos órgãos federais, embora tenha ocorrido alguns avanços nesses últimos anos. Outra dificuldade atribuída é por esse programa ser mais recente e ter vários Ministérios e órgãos governamentais envolvidos, tais como: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e a CONAB.

Nesse sentido, o trabalho de campo contribuiu para preencher essas lacunas. Em uma das visitas realizadas junto ao EDR de Dracena nos foi disponibilizado diversas informações sobre o PAA no contexto regional, tais quais: número de municípios que contam com projetos do PAA; associações participantes e número de produtores rurais envolvidos; tipos de produtos que são recebidos pelo programa; quantidade de entidades beneficiadas; e valor dos projetos.

Com base nesses dados disponibilizados foi possível estabelecer relações e procurar dados complementares. Um dos sítios eletrônicos que permitiu agregar mais informações foi o Portal da Transparência vinculado à Controladoria Geral da União, uma vez que é possível verificar os anos em que foram firmados os convênios do PAA por meio da Superintendência Estadual da CONAB, como também o valor de cada projeto.

A CONAB, por meio de seu sítio eletrônico¹, procurou dar maior transparência as informações do PAA. A partir do mês de outubro de 2010, a CONAB lançou em sua página o portal “Transparência Pública do PAA” fornecendo detalhamento dos dados sobre o PAA no último ano agrícola (2010-2011) por unidade federativa e municípios, e disponibilizando informações específicas de produtos entregues, nomes dos produtores rurais contemplados e das entidades consumidoras.

Buscamos também coletar dados de outras fontes secundárias – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) dos Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010), dos Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006); da Produção Pecuária Municipal (1990-2010); do LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo (1995/96 e 2007/08) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento/Instituto de Economia Agrícola/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados); do

¹ No sítio eletrônico <www.conab.gov.br>.

Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e da Secretaria de Política Agrícola (SPA)/Departamento de Economia Agrícola (DEAGRI) vinculada ao Ministério da Pecuária Agricultura e Abastecimento (MAPA).

A comparação dos dados de fonte secundária de Junqueirópolis com os demais municípios da região foi crucial para pontuar diferenças e semelhanças no que tange ao acesso ou não aos programas selecionados para o desenvolvimento da pesquisa. Além das leituras e do levantamento de dados de fonte secundária destaca-se como parte indispensável da pesquisa a realização de trabalhos de campo. Nesse sentido o trabalho de campo contribuiu para o amadurecimento teórico e a busca de respostas para as inquietações surgidas no decorrer da pesquisa, fundamental para a ciência geográfica. A pesquisa de campo pode ser dividida em três etapas:

1- A primeira etapa ocorreu em dois momentos distintos em que pudemos visitar Junqueirópolis, Adamantina e Dracena por meio de trabalho de campo realizado em disciplina da Pós-Graduação e nas atividades desenvolvidas pelos membros do GEDRA (Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária). O primeiro no mês de junho de 2009, por meio de trabalho de campo realizado na disciplina “Estrutura Produtiva Agrícola e Dinâmica Regional”, visitamos os municípios de Junqueirópolis e Adamantina para conhecer dois modelos de organizações de produtores rurais na região da Nova Alta Paulista: Associação Agrícola de Junqueirópolis (AAJ) e Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina (CAMDA). Vimos que as duas são formas coletivas de organização de produtores rurais, todavia possuem seu funcionamento, modelo de organização e objetivos bem distintos.

O segundo momento foi quando acompanhamos membros do GEDRA em trabalhos de campo no município de Dracena no mês de fevereiro de 2010. Nessa oportunidade conversamos com um dos funcionários responsáveis pelo EDR de Dracena, o qual nos cedeu, posteriormente, informações sobre o PAA no contexto regional. Conversamos também com os representantes da APRD (Associação dos Produtores Rurais de Dracena) e a J. Marques (Associação dos Trabalhadores Rurais de Jaciporã) sobre o andamento do PAA no município de Dracena e

acompanhamos a entrega de produtos dos produtores rurais da APRD e, a posterior distribuição, com a coleta dos produtos pelas entidades beneficiadas.

Após essa primeira etapa foi possível estabelecer alguns parâmetros para o prosseguimento da pesquisa. O acompanhamento de um dia de funcionamento do PAA no município de Dracena foi de grande valor qualitativo, pois serviu como critério de comparação com o município pesquisado – Junqueirópolis -, agregando, assim, com as demais informações obtidas sobre essa política em nível regional. A partir disso, elaboramos os roteiros de entrevistas para serem aplicados junto aos representantes do EDR de Dracena, Diretoria Municipal de Agricultura/Associação Agrícola de Junqueirópolis e Casa da Agricultura, bem como o formulário para aplicação junto aos pequenos proprietários rurais.

2- A segunda fase da pesquisa de campo ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2010². Nessa ocasião, entrevistamos os representantes das entidades municipais ligadas ao setor agropecuário (EDR de Dracena, Casa da Agricultura, Diretoria Municipal de Agricultura/Associação Agrícola de Junqueirópolis).

Um outro importante momento foi a conversa com os representantes das instituições cadastradas a receber produtos do convênio da CONAB para verificar a receptividade dessas em relação ao PAA, entre elas: o Centro Comunitário Semente da Vida, o Centro Espírita Fé, Amor e Caridade, o Projeto Jardim Alvorada – Paróquia Santo Antonio, a Santa Casa e o Lar Santo Antonio (todas em Junqueirópolis); a Escola José Edson Moises do município de Irapuru; e a APAE do município de Dracena. Entrevistamos, também, a coordenadora municipal da merenda escolar de Junqueirópolis, pois as escolas estaduais e municipais também participam do PAA.

Entrevistamos, ainda, com o funcionário do Banco do Brasil responsável pelos contratos do PRONAF em Junqueirópolis, e outro funcionário de uma empresa que presta serviço de assistência técnica para a formulação dos projetos da linha investimento do PRONAF em Junqueirópolis. Essa empresa (Luar Projetos Agropecuários S/A), cuja sede está no município de Osvaldo Cruz-SP, mantém um escritório em Junqueirópolis, que presta assessoria para grandes, médios e pequenos produtores rurais.

² Os roteiros de entrevistas e o formulário aplicado encontram-se no apêndice da dissertação.

3- A terceira etapa da pesquisa de campo ocorreu no mês de novembro de 2010, quando aplicamos o formulário elaborado a 40 responsáveis pela exploração da propriedade rural. Como estabelecido no plano de trabalho, optamos por considerar uma amostra de 10% do total de unidades produtivas nas três áreas selecionadas, sendo estas, a Microbacia³ Taquarassu, Ariranha e Colibri, como destacado no quadro 1.

Quadro 1. Amostra de formulários aplicados junto aos produtores rurais.

Microbacias	Número Total de Propriedades Rurais	Quantidade de formulários Aplicados	%
Taquarassu	128	13	10,15
Ariranha	128	13	10,15
Colibri	66	9	13,63
Total	322	35	10,87

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (2008) e Casa da Agricultura de Junqueirópolis. **Org.:** Fernando Veloso.

A escolha dessas três Microbacias se justifica pelo fato destas localidades apresentarem as seguintes características: 1) situarem-se nas proximidades do perímetro urbano; 2) possuírem um significativo número de pequenas propriedades rurais, utilizando predominantemente a mão de obra familiar, conforme informações da Casa da Agricultura; 3) apresentarem grande número de famílias residindo na área rural; e, 4) terem peso considerável na produção agrícola municipal, com o cultivo de café, acerola, urucum, seringueira, uva e na pecuária mista, tanto de corte como de leite.

Entre os produtores rurais selecionados, priorizamos aqueles que estivessem desenvolvendo algum tipo de atividade produtiva na propriedade, com área limite de até 50 hectares, e que o processo produtivo fosse organizado com base no trabalho familiar. Ao adotar esse procedimento optamos por excluir cinco formulários que não se enquadravam nesses critérios, por serem propriedades que no momento da pesquisa de campo tinham apenas os empregados na propriedade e não souberam dar maiores informações sobre o processo produtivo (três casos); por ser parceiro e estar a menos de um ano na propriedade (um caso); e por ter área superior a 100 hectares (um caso). Dessa forma, nossa amostra é composta por 35 formulários,

³ Unidade de intervenção utilizada para execução da 1ª fase do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo executado entre os anos de 2000 a 2008. Para maior informação sobre essa política de nível estadual, consultar Neves Neto (2009) e Clemente (2011).

sendo que 31 destes são pequenos proprietários rurais que obtiveram a terra por meio da compra e/ou herança e outros quatro que trabalham por meio de contrato, no sistema de parceria.

Outro critério utilizado foi de aplicar o formulário tanto em produtores rurais pertencentes à AAJ, como aos não associados, a fim de analisar o alcance das políticas públicas para o conjunto de produtores do município. Dessa forma, do total de 35 formulários aplicados, 18 (51,50%) destes foram para produtores rurais não associados e 17 (48,50%) para produtores rurais associados.

Após o exame de qualificação realizamos mais dois trabalhos de campo a Junqueirópolis, que sem sombra de dúvidas nos forneceram maiores elementos para nossa reflexão. O primeiro acompanhando uma das reuniões mensais da AAJ realizada em maio de 2011 e o segundo, em julho de 2011, quando conversamos com parte dos produtores pesquisados no mês de novembro de 2010, como também conhecemos outros produtores rurais que não constam em nossa amostra.

A dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos, além desta introdução, das considerações finais, das referências e dos apêndices.

No **primeiro capítulo** procurou analisar as políticas públicas e seus rebatimentos no setor agropecuário brasileiro. As noções de permanência e de mudança contribuem para analisar a forma de intervenção do Estado brasileiro no setor agropecuário. Nossa reflexão iniciou-se na década de 1930, perpassando pelos anos de 1960 e 1970, com o processo de modernização da agricultura, pela crise econômica da década de 1980 e o esgotamento do padrão de financiamento via crédito rural subsidiado, até as décadas de 1990 e 2000, quando se reconhece, tanto nos meios acadêmicos como governamentais, a importância da produção com base familiar no espaço rural brasileiro.

No **segundo capítulo** é feita a contextualização do município de Junqueirópolis na região de abrangência do EDR Dracena, analisando alguns indicadores econômicos e sociais. Além disso, evidenciamos o processo de ocupação dessa região (que se deu em meados dos anos de 1930) até os anos de 1990, enfocando a crise da cafeicultura e seus efeitos na economia agrícola regional, denotando a relevância que as políticas públicas criadas para a produção familiar ganham importância para a manutenção dos pequenos proprietários rurais.

Analizamos, também, a evolução dos dados do PRONAF e do PAA no município de Junqueirópolis e na região do EDR de Dracena.

No **terceiro capítulo** analisamos as mudanças no perfil demográfico e na estrutura produtiva agropecuária do município de Junqueirópolis, no período compreendido entre 1970 a 2010, com o intuito de situar o cenário local em que os programas selecionados para a realização da pesquisa se inserem. Analisamos dados referentes à dinâmica populacional; estrutura fundiária; condição do produtor rural; utilização das terras, principais lavouras cultivadas; novas alternativas produtivas; efetivo animal; e produção de origem animal do município pesquisado.

No **quarto capítulo** analisamos as informações obtidas na pesquisa de campo articulando com os referenciais teóricos. Procuramos apresentar o perfil dos proprietários rurais pesquisados, ressaltando as diferenças entre os associados e os não associados: faixa etária, nível de escolaridade, estado civil, local de residência; características do ponto de vista produtivo: condição do produtor, forma de aquisição da propriedade, tamanho das propriedades pesquisadas, atividades agropecuárias desenvolvidas, tipo de assistência técnica utilizada, meios de produção disponíveis; e composição da renda familiar. Analisamos, também, o acesso ao PRONAF e a avaliação dos produtores quanto ao financiamento rural, como também a participação no PAA. Por fim, apresentamos os efeitos do PAA e as entrevistas com os gestores locais e as entidades beneficiadas com o programa da CONAB em Junqueirópolis.

2- AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS REBATIMENTOS NO SETOR AGROPECUÁRIO BRASILEIRO: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS

Nesse capítulo analisaremos inicialmente as políticas públicas, evidenciando as origens dos estudos que enfocam essa temática, como ganhou relevância na academia e as dimensões envolvidas em sua formulação, aplicação e avaliação.

Além disso, nos propomos a discutir a forma de intervenção do Estado brasileiro na agricultura, que teve com marco inicial as ações do Governo Vargas na década de 1930, mas que teve seu auge nas décadas de 1960 e 1970, com o processo de modernização da agricultura. Por fim, apresentamos algumas características das políticas públicas nas décadas de 1990 e 2000, quando se reconhece, tanto nos meios acadêmicos como governamentais, a importância da produção com base familiar no espaço rural brasileiro, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, posteriormente, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

2.1- Políticas Públicas: Considerações Gerais

O tema das políticas públicas está inserido em diversas ciências como a política, a economia, a sociologia e a geografia. Além do campo ontológico das políticas públicas que tem sido abordado pela ciência política, outras disciplinas científicas têm buscado também compreender como as instituições as elaboram, os modelos adotados e os objetivos previamente formulados, bem como procuram analisar a fase da implementação e sua posterior avaliação.

Frey (2000) e Souza (2006) apontam que a política pública como área do conhecimento tem uma trajetória recente e sua origem se deu nos Estados Unidos (EUA). Diferente da tradição européia, em que se concentravam os estudos em teorias explicativas sobre o papel do Estado - o governo - como produtor por excelência de políticas públicas, nos EUA, essa área surge sem que os estudiosos estabeleçam relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Na esfera governamental propriamente dita, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria, que depois se expande para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social (SOUZA, 2006).

Frey (2000) enfatiza a necessidade se criar instrumentos de diferenciação presentes nas ciências políticas, elencando três dimensões para se analisar a política pública. A *primeira* é a “*polity*” (para denominar as instituições políticas, ou seja, o sistema político administrativo); a *segunda* refere-se à “*politics*” (para os processos políticos; geralmente permeado pelas relações de conflitualidade em seus objetivos, conteúdos e fatores de distribuição); e, por fim, a *terceira* é a “*policy*” (conteúdos concretos da política, isto é, a configuração de como são executados, problemas e conteúdo material das decisões).

Para Frey (2000), ao se analisar o conteúdo de uma *policy*, se evidencia a importância de se considerar tanto a dimensão institucional (*polity*), como a dimensão processual (*politics*), para se analisar coerentemente uma política pública.

Secchi (2010) aponta que nos países de língua latina como Brasil, Espanha, Itália e França há dificuldade na distinção de termos e noções essenciais no campo das ciências políticas (*politics* e *policy*). A primeira expressão a que o autor se refere está presente no imaginário das pessoas que falam a língua portuguesa, relacionando a “política”, como atividade humana ligada à obtenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem⁴, como exemplo; “eu não gosto de política”, “meu tio só fala de política”. Já a segunda expressão, *policy* em inglês, é a mais concreta e a que tem relação com orientações para decisão e ação, entre as organizações públicas, privadas e do terceiro setor⁵.

Diante disso, o autor destaca que o termo política pública (*public policy*) está relacionado com a segunda expressão. “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2010, p. 01).

⁴ Secchi (2010) com base no Dicionário de Política de Bobbio (2002).

⁵ Secchi (2010) aponta que o termo política está presente em frases como “nossa política de compra tem que melhorar”, “a política de empréstimos daquele banco é muito rigorosa”.

Diante dessas dificuldades de distinção e compreensão do que se constituem as políticas públicas, que procuramos no próximo item conceituar melhor o que são, a que se referem e as abordagens que podem ser feitas em seus estudos.

2.1.1- Definição de política pública

De maneira simplista, onde há problemas públicos⁶, a área de políticas públicas fornece subsídios para sua análise e tomada de decisões. O *corpus* teórico, o instrumental analítico e o vocabulário das políticas públicas tem se mostrado extremamente útil para aqueles que tomam decisões em diversos tipos de situações (saneamento, moradia, transporte, meio ambiente, gestão pública, dentre outras) (SECCHI, 2010).

Secchi (2010) destaca que qualquer definição de política pública é arbitrária, destacando que na literatura especializada não há um consenso quanto sua acepção. De acordo com o autor, a política pública é multiforme e se materializa por meios de instrumentos variados.

As políticas públicas podem fazer uso de diversos instrumentos para que as orientações e diretrizes sejam transformadas em ação. Políticas públicas tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*⁷, dentre outros (SECCHI, 2010, p. 8).

No que diz respeito à definição de política pública, Souza (2006, p. 24) apoiada em bibliografia, aponta que não existe uma, mas na verdade várias definições de políticas públicas:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir

⁶ Secchi (2010) enfatiza que o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal, alertando que o problema só se torna público quando os atores políticos o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade). Todavia, adverte que o limite da adjetivação “público” é um problema quase sempre nebuloso, pois envolve interpretações político-normativas dos próprios atores políticos envolvidos nesse processo.

⁷ Todos os portadores de interesses nas atividades de uma organização, ou nos impactos de uma política pública.

efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Souza (2006) destaca que outras definições enfatizam apenas o papel da política pública na solução de problemas. Mas, existem também posições críticas a essas definições, isso porque de certo modo com essa visão, os autores superestimam aspectos e procedimentos das políticas públicas, e ignora-se sua essência, ou seja, o embate em torno de idéias e interesses, as intencionalidades. Na visão da autora, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado a conflitualidade e os limites que cercam as decisões dos governos, como também deixam de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos, instituições e grupos sociais.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Dessa forma, para Souza (2006), do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública implica em teorias construídas em diversos campos do conhecimento, pois essas precisam também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. O compartilhamento de um interesse em comum tem contribuído para avanços teóricos e empíricos.

A autora admite que a política pública é um campo holístico, ou seja, uma área que situa diversas unidades em totalidade e organizadas, mas que tem algumas implicações. A primeira é que essa, embora seja um ramo da ciência política, não se resume a ela, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, tornando-se temas de várias disciplinas, sendo desenvolvidas teorias e modelos de análise. A segunda é que, dado esse caráter holística, não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas que comporta

vários “*olhares*”. Por fim, a terceira é que depois de desenhadas e formuladas, elas desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados, sistemas de informação e pesquisas, que postas em ação, ficam submetidas ao sistema de acompanhamento e avaliação.

2.2- Relevância dos estudos sobre políticas públicas

Na visão de Souza (2006) são vários os elementos que contribuíram para dar maior visibilidade as políticas públicas nas últimas décadas. O primeiro está relacionado aos países desenvolvidos, através das políticas de restrição de gastos, que passaram a dominar suas agendas quando as políticas públicas de cunho econômico e social passaram a ganhar maior visibilidade. O segundo está relacionado as novas visões “neoliberais” que substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gastos. Isso passou a dominar, em sua visão, “os corações e as mentes” nos anos 1980, sobretudo em países da América Latina, com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias. Do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou na adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa, o que restringiu a intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. O terceiro está relacionado mais diretamente com países em desenvolvimento e de democracia recente, cuja maioria, em especial os da América Latina, não conseguiu equacionar minimamente políticas públicas capazes de impulsionar a questão do desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de suas populações.

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é que em democracias estáveis o que o governo faz ou deixa de ser feito é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes (SOUZA, 2006).

Souza (2006) aponta que existe uma lacuna entre as principais vertentes que tratam da análise de políticas públicas principalmente na escassa tradução para a língua portuguesa da literatura clássica e da mais recente. Uma das principais

correntes que estuda as políticas públicas é o *neoinstitucionalismo*⁸, sendo que essa ganhou relevância em consequência das críticas conduzidas contra a análise política tradicional.

A autora coloca que na área das políticas públicas foram quatro grandes fundadores: H. Laswell (1936), H. Simon (1957), C. Lindbom (1959; 1979) e D. Eaton (1965). O *primeiro* introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública) como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também na maneira de estabelecer o diálogo entre pesquisadores, grupos de interesse e governo. O *segundo* autor introduziu o conceito de *policy makers* (decisores públicos), afirmando que a racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional, que se daria pela criação de estruturas (conjuntos de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e defina esse na direção de resultados desejados, impedindo a maximização de interesses próprios. O *terceiro* autor questionou a ênfase no racionalismo dos anteriores Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis e elementos para sua formulação e análise, tais como as relações de poder, o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. O *quarto* autor, por sua vez, contribuiu para trazer uma definição sobre política pública e conceituá-la como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Nesse sentido, as políticas públicas recebem influências dos partidos, da mídia e dos grupos de interesses que influenciam seus resultados e seus efeitos.

Secchi (2010) aponta que toda política pública tem um processo, conhecido como ciclo (*policy cycle*), sendo que esse é geralmente separado nas seguintes fases: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; e extinção da política pública.

Castro (2010), contextualizando o termo política no campo da ciência geográfica, destaca que três perspectivas têm sido predominantemente utilizadas na Geografia: a sociológica, a da economia política e da ciência política. A *primeira*

⁸ O neoinstitucionalismo enfatiza a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas. Para essa corrente de pensamento, as instituições moldam as definições das decisões, mas a ação racional daqueles que decidem não se restringe apenas ao atendimento dos seus auto-interesses. Ou seja, o neoinstitucionalismo aponta que a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas (SOUZA, 2006).

parte do pressuposto da perda de centralidade do poder do Estado, deslocando a política mais para a sociedade, em que esta não fica restrita ao monopólio de um aparelho estatal enfraquecido. A *vertente* da economia política presume o domínio estrutural da infra-estrutura sobre a política, cujas ordens são determinadas pelo poder do capital, que submete todas as relações a sua lógica. A *terceira* perspectiva, a da ciência política, busca compreender os fundamentos das ações e decisões de interesses na sociedade que se formalizam por meio do aparato legal e institucional do Estado⁹.

Para Frey (2000), os estudos sobre as políticas públicas no Brasil ainda são recentes. A maioria desses estudos foi realizado de forma esporádica, dando-se ênfase na análise das estruturas e instituições ou a caracterização dos processos de negociação de políticas setoriais específicas.

No caso específico deste trabalho, para termos uma melhor compreensão das políticas públicas para os pequenos proprietários rurais, nos lançamos a destacar dois aspectos principais: *mudanças* e *permanências*. Ao refletir sobre esses dois elementos é possível *a priori* estabelecer um importante diálogo na perspectiva do que tem sido realizado nessas duas últimas décadas (1990 e 2000) do ponto de vista das políticas públicas e das configurações territoriais no Brasil.

Santos (1985) destaca que o espaço se constitui numa realidade objetiva, um produto social que se encontra em permanente processo de transformação. Para o autor, ao estudar o espaço temos que apreender sua relação com a sociedade, por meio de quatro elementos principais: forma, função, estrutura e processo. A relação do espaço com a sociedade é que determina a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e explicita as noções de forma, estrutura e função como elementos fundamentais para nossa compreensão da produção do espaço.

Ao se estudar a organização espacial, esses quatro elementos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e, como a concepção e o uso que este faz do espaço, sofre constantemente mudanças.

⁹ Castro (2010) destaca que a perspectiva da ciência política definiu a temática da geografia política clássica e foi fortemente depreciada pela geografia crítica contemporânea, que orienta seus temas no sentido de incorporar a vertente sociológica e da economia política.

O movimento da sociedade é sempre compreensivo, global, totalizado, mas a mudança ocorre a diferentes níveis e em diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura mudam constantemente, cada qual segundo uma velocidade e direção próprias – sempre, porém, inexoravelmente vinculadas umas às outras (SANTOS, 1985, p. 53).

A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial, destacando que a história é uma totalidade em movimento, cujas partes colidem continuamente para produzir um novo momento. Para expressá-lo em termos mais concretos, sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou os objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções (SANTOS, 1985).

Brandão (2007b) aponta que existe uma vasta literatura sobre as mudanças estruturais ocorridas no sistema capitalista, sobretudo nas últimas três décadas. Entre elas o regime mundial de revalorização financeirizado, a reorientação produtiva e organizacional, a revolucionarização tecnológica, a redefinição do papel do Estado, a precarização das relações de trabalho, a realocação econômica e a marginalização social e regional.

Outro ponto de mudanças importantes nesse processo são as diversas circunstâncias políticas que vão se consolidando, principalmente no discurso neoliberal, como por exemplo, nas orientações dos organismos multilaterais, no discurso de urgência e profundidade da crise da década de 1980 e o imperativo da descentralização, da governança territorial e da interpretação localista da realidade.

Além dessas ocorreram outras mudanças, como as transformações em que a agricultura passou nas últimas décadas, aprofundando as desigualdades econômicas, sociais e regionais no espaço rural brasileiro. Outras permaneceram, como a estrutura fundiária concentrada, o privilégio das ações governamentais para grandes produtores e produtos ligados à produção de *commodities*, entre outras.

Steinberger (2006), embasada na teoria de Milton Santos sobre o espaço, enseja em seu trabalho a necessidade de se valorizar a dimensão espacial nas políticas públicas, pois estas são implementadas no território. A autora coloca que Milton Santos considera o espaço como produtor e produto da ação da sociedade humana, e que suas reflexões indiretamente trabalham com políticas públicas, pois

parte de suas obras destacam as ações do Estado Nacional e o planejamento, principalmente em países de terceiro mundo como o Brasil.

Castro (2010) destaca que um dos temas privilegiados pela ciência geográfica – geografia política – é a problemática das relações entre a política e o território, componentes essenciais no processo histórico de formação das sociedades. Isso decorre de questões e conflitos de interesse que surgem das relações sociais, decisões e ações (expressos na política), materializadas em disputas territoriais.

Steinberger (2006) aponta que no meio acadêmico o tema das políticas públicas tem sido influenciado pela perda da importância do Estado e do planejamento em virtude do processo de globalização e do neoliberalismo, como também pela associação do ato de planejar com o estigma da ditadura militar, período em que ocorreu uma excessiva centralização do poder na esfera executiva federal.

Após a redemocratização, o país é situado numa conjuntura fragilizada e induzido a adotar todo tipo de novidade que vem de fora, políticas que forcem mudanças de cunho político, social, cultural e espacial, principalmente de organismos multilaterais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BM (Banco Mundial), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), entre outros (FAVARETO, 2006; STEINBERGER, 2006).

Como aponta Steinberger (2006, p. 29-30):

O território brasileiro tem sido usado como laboratório de experiências pontualmente localizadas, entre as quais os planos estratégicos, e os portfólios de investimentos público-privados. Com isso, os interesses hegemônicos de corporações empresariais, instituições de cooperação e consultorias internacionais encontram terreno fértil para impor sua presença. Porém, o principal é que se deixa de pensar um projeto para o Brasil no seu todo.

Steinberger (2006) busca um referencial teórico para embasar sua abordagem, na qual as noções de ambiental, territorial, regional e rural passam a ter um entendimento conjunto, tentando mostrar o vazio que existe na investigação sobre o elo do conceito de espaço com essas noções. Para a autora é cada vez mais questionável confundir o espaço como endereço onde as ações acontecem, reduzindo-o ao palco da intervenção, um receptáculo apenas inerte e passivo, ou

ainda subjugá-lo como uma mercadoria, cujo valor fica limitado a ocorrência e a distribuição de riquezas e pobreza efetivas ou potenciais.

Para tanto, em contraposição à referida acepção restrita do espaço, aqui se parte do pressuposto de que o espaço não é inerte e muito menos passivo. Ao contrário, tem um poder de determinação sobre as ações que ocorrem em contextos historicamente configurados, razão por que os mencionados pactos e compromissos possuem uma dimensão espacial. Nesse sentido, supõe-se que a função precípua das políticas públicas nacionais de caráter espacial seja a de propor ações que representem espacialmente os interesses coletivos explícitos ou implícitos em pactos e compromissos (STEINBERGER, 2006, p. 32).

A autora não reconhece que nessas políticas os adjetivos ambiental, territorial, regional, urbano e rural são qualidades do seu substantivo, que é o espaço, pois com frequência essas são rotuladas como setoriais e sociais. “[...] quando na verdade, são essencialmente políticas de caráter espacial nas quais, em tese, o espaço tem um significado que vai muito além do espaço-palco.” (STEINBERGER, 2006, p. 31). A idéia da autora acerca dessas noções que formariam a categoria das políticas públicas espaciais se apresenta no sentido de uma visão integradora do espaço e das ações propriamente do Estado especialmente direcionadas para a dinâmica espacial.

Gonçalves Neto (1997) aponta para a importância do papel do Estado no interior de uma formação social, em torno de lutas, alianças dos mecanismos de decisão, bem como as medidas políticas que o Estado empreende como realizador de determinado projeto de manutenção ou transformação do modelo social em vigência. Nesse sentido, o autor aponta que, como representante de classes, o Estado procurará mediar a situação de forma a atender às reivindicações que possam se apresentar divergentes, sem perder o caráter de privilegiar determinados setores – resguardando as condições de sobrevivência do modo de produção capitalista, como ocorre no caso do rural brasileiro.

Portanto, tendo como base de reflexão as noções de mudanças e permanências que se acredita que esteja o caminho para compreender como tem se dado as implicações de programas e políticas de nível federal na escala municipal. Na sequência destacaremos como o Estado brasileiro interveio fortemente na agricultura, principalmente a partir da metade do século XX.

2.3- O intervencionismo estatal no setor agropecuário brasileiro

O histórico brasileiro de intervencionismo estatal no setor agropecuário é marcado pelo privilégio em relação aos grandes produtores e, em específico, para determinados produtos agrícolas, com maior grau de integração ao complexo agroindustrial, que visa, sobretudo, ao mercado externo, às exportações.

No decorrer do século XX o país vivenciou um período de transição de uma economia agro-exportadora para uma economia urbano-industrial. Dentre algumas mudanças ocorridas nesse período tem-se a centralização do Estado, alternâncias de fases de ditadura e democracia e, construção de um mercado interno, integração do território nacional, incorporação das fronteiras agrícolas, acelerado processo de êxodo da população rural e rápido processo de industrialização e urbanização.

Portanto, é produzida uma agricultura adaptadas às pressões da demanda econômica e profundamente heterogênea do ponto de vista econômico, social e regional. Assim, ocorreu o aprofundamento das relações capitalistas no campo brasileiro, como consequência houve: mudança da base técnica (mecanização e utilização de insumos “modernos” para a produção); maior integração da agricultura com a indústria; constituição dos complexos agroindustriais; favorecimento em termos de políticas públicas dos grandes produtores rurais, determinados produtos destinados à exportação e produtos agrícolas que puderam se transformar em matéria-prima para o processamento e beneficiamento industrial; entre outros. (DELGADO, 1985; GONÇALVES NETO, 1997; DELGADO, 2001; LEITE, 2001).

Szmrecsányi; Ramos (1997) propõem uma periodização interessante sobre a política agrícola brasileira, tendo como início os anos de 1930 e se estendendo até os anos de 1980. De acordo com os autores, seria possível identificar três períodos: (1930/1945); (1946/1964); e, (1965-1980).

O **primeiro período (1930/1945)** é marcado pelo centralismo político do Governo Vargas (1930-1945). Anteriormente à década de 1930, as políticas agrícolas e comerciais tinham caráter provinciano, fato que muda com a centralização imposta pelo governo Vargas, cedendo lugar à defesa e à proteção de grandes setores rurais organizados, via criação de agências governamentais.

Nesse contexto é que foram criadas várias instituições estatais por produto, que visavam atender um amplo leque de políticas agrícolas que ia muito além da mera articulação econômica com o Estado, pois regulavam a produção, distribuição e preço desses produtos. Nesse período foram criados o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC) e CEPLAC (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira). Ou seja, em termos de ações do Estado Brasileiro, não existia uma política agrícola em nível nacional, mas políticas específicas destinadas a cadeias produtivas de exportação (SZMRECSÀNYI; RAMOS, 1997).

Além disso, na década de 1930 tivemos a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) vinculada ao Banco do Brasil, representando um marco no sistema de crédito rural na história do país. A introdução do crédito rural público propiciou algumas vantagens aos agricultores no fomento da produção, pois eliminava os intermediários particulares que cobravam taxas de juros abusivas, sendo uma iniciativa pioneira de sistematização do financiamento agrícola. No entanto, a CREAI apresentava também uma série de limitações, beneficiando grandes produtores, regiões e produtos específicos, ou seja, as cadeias produtivas organizadas e defendidas por organismos estatais (SZMRECSÀNYI; RAMOS, 1997).

Dessa forma, as políticas governamentais nesse período estavam voltadas para a sustentação da atividade agro-exportadora, pagamento da dívida externa e na tentativa de promover a industrialização via substituição de importações.

O **segundo período (1946-1964)** foi marcado pela regulação da produção, iniciada no período pós-guerra. A agricultura foi fortemente apoiada numa política cambial, responsável por grande parte da transferência intersetorial para a indústria, principalmente com a lavoura do café.

A expansão urbana e industrial gerou uma demanda de produtos para o abastecimento interno, fato que provocou algumas crises de alimentos e alta nos preços dos produtos nos anos de 1950 e 1960. Outra dificuldade enfrentada estava na deficiência de uma infra-estrutura de transportes e armazenamento. A expansão do sistema rodoviário, a construção de armazéns no Centro Sul e a construção de Brasília deram maior dinamismo ao país, promovendo uma maior integração entre

as regiões, principalmente por meio do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 1997).

Além disso, no decorrer das décadas de 1950 e 1960 emerge na sociedade brasileira o debate sobre a questão agrária, pondo em discussão a ineficiência do modelo de agricultura vigente no país que tinha como características principais: forte concentração da propriedade fundiária baseada no latifúndio; baixo grau de assalariamento na agricultura; baixos índices de produtividade; aumento da produção via expansão da fronteira agrícola; base técnica primária da produção, sobretudo ligada à tração animal; baixo grau de integração com a indústria; e, pequena articulação com o mercado interno (GONÇALVES NETO, 1997). Além disso, o país vivenciava no início da década de 1960 uma estagnação do processo de industrialização, crise financeira do setor público, crise política, deficiências no sistema de abastecimento interno – alta dos preços (1960-1964) e superprodução do café (1961).

Nesse contexto estabeleceu-se um intenso debate sobre os rumos da agricultura brasileira, marcado por dois grupos: de um lado, tínhamos o grupo progressista que defendia que as mudanças tinham que ocorrer por intermédio de alteração na estrutura fundiária através da reforma agrária; e o segundo grupo, conservador, defendia a alteração por meio da modernização agrícola como forma de promover o incremento da produção.

O primeiro grupo, denominado de “estruturalistas”¹⁰, defendia mudanças estruturais na agricultura brasileira, apontando como principal causa do atraso do setor, as distorções da estrutura agrária brasileira e as políticas que beneficiavam um grupo restrito de produtores. Para esse grupo, o caminho para a redução dos problemas no campo consistia (e ainda consiste) na realização da reforma agrária.

O segundo grupo defensor da “teoria da modernização”¹¹ argumentava que por meio da incorporação de insumos industriais ao processo produtivo agrícola, seria possível conciliar esta atividade nas bases da economia capitalista moderna. Para esse grupo, a abundância de terras e de mão de obra no campo brasileiro dava

¹⁰ Autores como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Ignácio Rangel defendiam mudanças estruturais.

¹¹ Esse grupo contava com Rui Muller Paiva, Nicholls e Schuch como defensores importantes.

um caráter arcaico ao setor, pois se constituíam em características que impediam a adoção de inovações na agricultura. Sendo assim, alterações na estrutura agrária não se constituiriam num empecilho à modernização almejada que, conseqüentemente, influenciaria numa maior participação do setor no processo de desenvolvimento do país. Gonçalves Neto (1997) destaca que prevaleceram os ideais do grupo favorável à modernização da agricultura.

O **terceiro período (1964-1980)**, referido por Szmrecsányi; Ramos (1997), iniciou-se com o processo de integração da agricultura com a economia urbana e industrial, culminando no processo de modernização conservadora¹² da agricultura brasileira. No quadro político nacional, os militares, por meio do golpe de 1964, tomaram o poder e intensificaram o processo de centralismo e autoritarismo com medidas no plano econômico que determinaram o ritmo e a direção da expansão do capital, se transformando no condutor do processo de desenvolvimento nacional.

A atuação do Estado nesse período foi de promover o setor agropecuário nos sucessivos planos de desenvolvimento¹³, a fim de que gerasse divisas financeiras para o país, tanto para o surto de industrialização, como para o pagamento da dívida externa; além de fornecer grande contingente de mão de obra que permitiu o avanço da indústria no período do “milagre econômico” (1968/1973). Assim, a agricultura ocuparia um papel de subordinação frente ao modelo econômico adotado para o Brasil, com base na industrialização, e sua função seria de aumentar a produção de matérias primas, de produtos exportáveis e de alimentos, diminuindo a importação de produtos agrícolas (GONÇALVES NETO, 1997).

A alteração da base técnica da agricultura fez com que esta estivesse cada vez mais articulada com a indústria, a chamada “industrialização do campo”. A integração agricultura-indústria foi tanto à montante – indústria processadora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos de solo, rações, sementes melhoradas etc.) e de bens de capital (tratores, implementos, colheitadeiras, equipamentos de irrigação); como à jusante, com as indústrias que processavam os produtos agrícolas (DELGADO, 1985).

¹² Expressão criada por José Graziano da Silva, em sua obra *Modernização Dolorosa* de 1982.

¹³ Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965); Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966); Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); Metas e Bases para a Ação de Governo (1968-1970); I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974); e, II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

Dessa forma, o Estado Brasileiro desloca sua ação na agricultura para os produtos primários de exportação, privilegiando culturas que pudessem se transformar em matéria-prima para o processamento e beneficiamento de complexos agroindustriais tais como oleaginosas, trigo, cana-de-açúcar, papel e celulose, fumo, têxtil e bebidas (DELGADO, 1985; SZMRECSÁNYI; RAMOS, 1997, LOCATEL, 2004).

Gonçalves Neto (1997) coloca que os defensores da “teoria da modernização” apontavam que a difusão de técnicas modernas dependia não somente de recursos, mas do desenvolvimento do setor não agrícola e das exportações. A preocupação com o mercado externo era evidente nas medidas de política econômica. Assim, esperava-se que com o aumento das exportações, houvesse o estímulo capaz de promover a agricultura em níveis mais elevados de modernização, induzindo cada vez mais à utilização de fatores modernos na produção.

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na década de 1960 foi o marco para o processo de modernização da agricultura. Através desse sistema de crédito rural farto, o governo brasileiro ofereceu recursos altamente subsidiados para a aquisição de maquinários e de insumos do pacote tecnológico da Revolução Verde, configurando-se no principal vetor da modernização da agricultura.

A política de crédito rural subsidiado se transformou no principal instrumento de política agrícola e beneficiou, sobretudo, grandes produtores rurais em detrimento de outros segmentos sociais que compõem o rural brasileiro, como trabalhadores rurais e pequenos produtores que ficaram à mercê do apoio do Estado (DELGADO, 1985; GONÇALVES NETO 1997; HESPAÑOL 1997).

Gonçalves Neto (1997, p. 153) ilustra como as elites agrárias “abocanharam” parte das benesses da política de crédito rural subsidiado.

[...] No entanto, chama também a atenção para o fato de que a distribuição deste subsídio não ocorreu de forma homogênea entre os agricultores, mas foi centralizado nas mãos dos mais poderosos ou dos que já se encontravam envolvidos no processo de modernização, contribuindo para a transferência de recursos de renda dentro do próprio setor e aumentando o quadro de miséria dos pequenos produtores rurais.

Ou ainda como esclarece Gonçalves Neto (1997, p. 174) ao analisar os dados da distribuição do crédito rural no Brasil no período de 1966-1976, destacando uma dupla conclusão, como no trecho a seguir:

Por um lado, indicam a óbvia e assustadora concentração dos recursos do crédito rural nas mãos de um pequeno número de produtores no cenário agropecuário, permitindo identificar os primeiros grandes beneficiários do sistema de crédito rural barato instalado no país e demonstrando o caráter discriminatório do processo de modernização da agricultura brasileira. Por outro lado, o crescimento dos contratos maiores pode indicar que realmente o processo de modernização estava conseguindo alcançar alguns de seus objetivos [...] ficando clara a opção do projeto governamental, conhecida como modernização conservadora.

Leite (2001) destaca que o SNCR tinha como propósito compartilhar a tarefa de financiar a agricultura entre instituições financeiras tanto públicas como privadas. Todavia, a maior parte do fundo financeiro veio de recursos do Tesouro Nacional repassados pelo Banco do Brasil - BB, enquanto que a participação dos bancos privados sempre foi diminuta¹⁴. Ou seja, os bancos privados direcionavam os recursos para o crédito de comercialização, enquanto que o setor público financiava a esfera produtiva propriamente dita (custeio e investimento).

Vimos que a abundância de recursos não significou necessariamente sua utilização da forma mais eficiente, quer em termos da alocação dos recursos nas atividades-fim, quer ainda se pensarmos na noção de eficiência distributiva. Nem mesmo o processo de distribuição deste crédito deu-se com a transparência necessária. (LEITE, 2001, p. 148).

Portanto, essas diretrizes que pautavam a modernização da agricultura brasileira não estavam direcionadas para todos os agricultores. Por conta disso, os autores da teoria da modernização defendiam um mecanismo de autocontrole que impedia que a difusão se expandisse além de certo limite, *grau máximo de modernização*, o que faria com que os fatores tradicionais de produção (terra e mão de obra) levariam à queda dos preços em virtude do aumento da produção. Assim, parte significativa dos produtores rurais precisaria continuar aguardando para se

¹⁴ Os próprios bancos, principalmente os privados, favoreceram que os recursos da política de crédito rural subsidiado estivessem concentrados, justificando-se que os custos administrativos estabelecidos com pequenos produtores rurais eram os mesmos demandados por médios e grandes contratos, além desses últimos oferecerem maiores garantias as instituições financeiras para obtenção dos financiamentos (GONÇALVES NETO, 1997).

modernizar, ou melhor, estes somente se modernizariam se o crescimento de outros setores (industrial) ou as exportações elevassem o grau máximo de modernização.

O dualismo tecnológico na agricultura não reflete, desta forma, apenas as diferenças entre agricultores ou regiões, ou deficiências nos serviços de assistência ao campo, mas se torna uma característica própria do processo de desenvolvimento agrícola (GONÇALVES NETO, 1997, p. 84).

Assim, como os produtores rurais que abasteciam o mercado interno, em razão da pouca utilização do progresso técnico e do controle de preços, não conseguiam competir nas mesmas condições, isso ocasionou a diminuição na oferta de alimentos. Configura-se, assim, a formação de dois setores estanques, separados por um crescente hiato tecnológico: produtos de exportação e os do mercado interno

Complementando a periodização proposta por Szmrecsanyi; Ramos (1997), Leite (2001) divide a política agrícola brasileira posterior à criação do SNCR em dois grandes períodos: (1965/1985) e (1986/1996).

O **primeiro** (1965 a 1985), se caracterizou pela relativa facilidade de expansão do crédito rural oficial e pelas condições de repasse aos beneficiários. Houve também a presença marcante dos recursos do Tesouro Nacional como fonte provedora e o Banco do Brasil como agente intermediador entre as partes.

O **segundo** (1986 a 1996), em virtude da crise econômica e a unificação orçamentária, as facilidades de volume e acesso ao crédito oficial se reduziram, como também decresceu significativamente a participação dos recursos do Tesouro para financiar o SNCR. Assim, ocorreu a criação de novos instrumentos de captação de recursos, como a poupança rural e a emissão de títulos privados.

Na década de 1970, a agricultura passa a não ser mais encarada como entrave ao crescimento econômico do país, sendo que ela demonstra sinais de eficiência e modernização. No entanto, os efeitos sociais, espaciais e ambientais foram perversos, pela concentração do crédito rural farto na mão de um reduzido número de grandes produtores e produtos, dirigido espacialmente para os estados do Centro Sul do país, beneficiando a elite rural e grupos específicos que mantinham estreitos laços com a burocracia estatal (DELGADO, 1985; GONÇALVES NETO, 1997).

Em fins da década de 1970, após o segundo choque do petróleo, uma nova função é colocada para a agricultura brasileira, além de produzir alimentos e divisas, ela teria que produzir alternativas energéticas ao petróleo (GONÇALVES NETO, 1997). Em razão da crise internacional e dos efeitos na economia dos países da América Latina e do Brasil, Delgado (1985) aponta que no final da década de 1970, a fase modernizante da agricultura brasileira começa a mostrar sinais de colapso, principalmente com a redução do crédito subsidiado.

A partir desse período, o Estado Brasileiro restringe a política financeira, por intermédio da elevação das taxas de juros e redução dos subsídios financeiros, diminuindo as operações de crédito de comercialização e custeio, mas principalmente da modalidade investimento¹⁵. Esse fato favoreceu o sistema de crédito privado, regulado pelas condições do mercado financeiro, com taxas de juros bem mais elevadas.

Rezende (2003) destaca que as medidas tomadas no início dos anos de 1980 afetaram decisivamente o desempenho da agricultura. O primeiro aspecto a ser levado em conta foi o estímulo às exportações e à produção de cana-de-açúcar com o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), afetando negativamente a produção e a disponibilidade de alimentos, além do desestímulo à produção doméstica-alimentar, agravando também a situação econômica dos pequenos agricultores. O segundo aspecto se deu pela política fiscal e monetária, que impactaram não somente pela recessão econômica, mas também na reforma que atingiu o crédito rural, elevando as taxas de juros e indexando o financiamento às taxas de inflação, fato que reduziu significativamente o volume disponível para empréstimo.

Após o fim da ditadura militar e a redemocratização do país, o modelo econômico adotado apresentava forte recessão em razão da crescente dívida externa, das elevadas taxas de inflação e de uma profunda crise do Estado. Ainda assim, ficou à cargo das atividades agrícolas e agroindustriais a função de gerar divisas para o pagamento dos serviços da dívida interna e externa. Portanto, mesmo com a diminuição da oferta monetária para o campo brasileiro, as políticas continuaram a beneficiar algumas cadeias produtivas, através de políticas

¹⁵ A queda atinge com mais intensidade o segmento à montante da agricultura, produtor de bens de capital, tais como: veículos, máquinas e implementos, tratores, equipamentos de beneficiamento e depósitos de armazenagem, aparelhos de irrigação, entre outros (DELGADO, 1985).

setorizadas, como por exemplo, no caso do setor tritícola e sucroalcooleiro, favorecendo aos *lobbies* do empresariado rural/agroindustrial (LEITE, 2001).

No contexto econômico foram várias as tentativas de planos econômicos no período para a estabilização das taxas exorbitantes de inflação, por meio de algumas medidas como congelamento de preços, arrocho dos salários, indexação da moeda e aumento na taxa de juros, por meio de sucessivos Planos econômicos, entre eles Cruzado (1986), Bresser (1987) e Verão (1988), mas todos fracassaram em seus objetivos e muitos economistas apontam os anos de 1980 como a “década perdida”.

Na década de 1980, o Estado diminuiu significativamente a intensidade de suas ações gerais para a agricultura, e teve como principal forma de intervenção a Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), com o objetivo de estimular a produção e controlar mais eficientemente os preços agrícolas. No entanto, para Leite (2001) a PGPM refletia as mesmas formulações de décadas anteriores, sendo custosa e pouco eficiente, com efeitos deletérios que aumentaram consideravelmente a inflação e o déficit público.

Na década de 1990, a economia brasileira passou por um processo de reestruturação e adoção de políticas neoliberais, por meio da abertura comercial, liberalização dos fluxos financeiros, privatizações de empresas estatais, desregulamentação de mercados que historicamente foram protegidos (cadeias de trigo, café, leite e cana-de-açúcar) e criação de novas políticas de preços mínimos e de crédito rural, como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (REZENDE, 2003).

Assim, devido ao caráter centralizador do Estado Brasileiro, as políticas públicas direcionadas ao espaço rural tiveram como característica principal durante esse período, o seu caráter setorial, uma vez que objetivavam, sobretudo, o crescimento do volume produzido e dos índices de produtividade decorrentes da incorporação de inovações tecnológicas pela atividade agropecuária (HESPANHOL, 2008).

2.4 - As políticas públicas nas décadas de 1990 e 2000

Montenegro Gómez (2002) salienta que a partir da década de 1990, as políticas públicas para o espaço rural brasileiro tiveram uma guinada em seus objetivos principais. Esse autor destaca a mudança de paradigma nas políticas governamentais para o campo brasileiro - do agrário para o desenvolvimento rural. Nesse período, segundo o autor, vem a tona uma nova orientação para as políticas agrárias e agrícolas, concebendo por um lado o meio rural brasileiro como um espaço a ser dinamizado e, por outro, mostrando a nova orientação das ações governamentais, atreladas às estratégias mais amplas de reestruturação produtiva do capital.

Para Hespanhol (2008), a partir da década de 1990, as políticas para o rural brasileiro passam a ter uma lógica diferenciada, apresentando mudanças na sua concepção, estruturação e formas de implementação, passando do enfoque setorial para o territorial. Para a autora, além da incorporação da perspectiva territorial, na qual se procura considerar e valorizar a grande diversidade (econômica, social, política e cultural) que compõe o espaço rural brasileiro, passou-se também a considerar o município como a instância adequada para a execução, a gestão e a fiscalização das políticas públicas.

Na América Latina e no Brasil, as políticas de desenvolvimento local começaram a receber atenção nos anos de 1980 sob o contexto de crise econômica, quando surgiram experiências buscando encontrar respostas autônomas de desenvolvimento para os espaços locais.

No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 representa um marco, uma mudança, em torno da maior participação da sociedade civil nas políticas públicas locais. A Constituição traz em seu texto a proposta de descentralização da administração pública, ampliando a responsabilidade dos estados e municípios e institucionalidades novas para a tomada de decisão da sociedade civil (os conselhos municipais e regionais). No entanto, as transferências das responsabilidades não

foram acompanhadas na mesma medida do repasse de recursos financeiros adequados para a execução das responsabilidades¹⁶ (ORTEGA, 2008).

No início da década de 1990, os países da América Latina passaram por um intenso processo de desregulamentação da economia e redução do papel do Estado a leis do mercado. Os organismos multilaterais, particularmente Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, passam a recomendar, “ou melhor”, impor sua cartilha de controle de gastos públicos para gerar *superávit* primário como forma de resolver o endividamento público (FAVARETO, 2006; ORTEGA, 2008).

Para Favareto (2006) esses fatores contribuíram para que, particularmente em meados dos anos 1980 e principalmente nos anos 1990, se instituisse um padrão em que:

[...] em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais (FAVARETO, 2006, p. 01).

O tema do desenvolvimento ficou marginalizado durante algumas décadas, passando a ser revalorizado pela literatura e pelas políticas públicas no final da década de 1990. Durante essa década, o que esteve em voga foi o chamado desenvolvimento local, apoiado em mudanças na organização da gestão pública, sustentado em iniciativas descentralizadas, que valorizavam as estruturas dos governos locais e a maior participação das sociedades na condução das políticas públicas.

Dessa forma, a descentralização emerge com um instrumento de fortalecimento da vida cívica, se constituindo num rompimento com estruturas anteriores pautadas em governos altamente centralizadores e hierárquicos. Essa orientação foi recomendada pelos organismos multilaterais que viam a descentralização como condição *sine qua non* para uma mudança no comportamento social, “capaz de gerar comportamentos políticos e econômicos caracterizados por maior capacidade de iniciativa e, portanto, menos dependentes do Estado” (ARRETCHE, 1996, s/p).

¹⁶ Estima-se que no ano de 2004, 60,1% do total da receita tributária nacional estiveram disponível para a União, os governos estaduais com 24,3% e os municípios com apenas 15,6%.

Ortega (2008), com base nos estudos do argentino Coraggio (1997), identificou duas correntes de pensamento na defesa de políticas de descentralização nos países latino-americanos. De um lado, a corrente que via na descentralização o aprofundamento da ação de livre mercado nos níveis locais, pautado nos ideais neoliberais. De outro lado, aparecia a corrente que reivindicava a descentralização como forma de resgatar a iniciativa dos atores locais, já que o processo de globalização tem levado à perda da identidade e de protagonismo.

Para Arretche (1996) não existe uma garantia prévia que o modelo descentralizador é mais eficaz do que o centralizador, ou que a descentralização dos recursos implique na abolição da dominação e de práticas clientelistas e de corrupção. O que está em voga, na visão da autora, não é o simples fato de deslocar os recursos do centro para subsistemas mais autônomos, mas na efetivação de princípios democráticos nas instituições políticas de cada nível de governo que define seu caráter e não a escala ou o âmbito das decisões.

Pode parecer ingênuo afirmar (pois, na verdade, uma concepção que associava gestão do nível central de governo a ausência de democracia esteve presente no debate), mas o simples fato de determinadas questões ou políticas serem geridas (e/ou terem seus mecanismos decisórios processados) pelo nível central não é indicador de uma gestão menos (ou mais) democrática (ARRETCHÉ, 1996, s/p).

Nesse mesmo sentido, Ortega (2008) destaca que as agências multilaterais e os defensores do localismo almejavam apartar os governos centrais das decisões locais, e criar um aparente consenso em torno do tema do desenvolvimento local, defendendo a possibilidade de construção do desenvolvimento local autônomo e endógeno. Também no período pós-ditadura, com a abertura política do país, houve uma pressão da sociedade civil para ter maior participação na implementação de políticas descentralizadas.

Ortega (2008) aponta que, passado alguns anos, os próprios relatórios das agências multilaterais, no caso do Banco Mundial, reconheceram a incapacidade das políticas liberalizantes de tirarem os países da situação de subdesenvolvimento. Ao contrário, países que centraram sua estratégia de ação na melhoria da distribuição de renda e ativos, encontraram-se em melhor situação. Nos países latino-americanos há um aparente consenso que as transferências de responsabilidades não são acompanhadas de meios para sua execução. Isso

ocasionou uma distribuição assimétrica dos recursos em favor de regiões e localidades mais desenvolvidas, que dispõem de meios e capacitação para desempenhar as funções que foram sendo atribuídas a elas.

Além das dificuldades intrínsecas ao processo de desenvolvimento local, não podemos ignorar as assimetrias de poder nos territórios, tanto inter como intraclases, que podem ser preservadas, ou mesmo ampliadas, em função dos modelos de governança induzidos pelas políticas públicas. Dessa maneira, para que se promova um processo de desenvolvimento menos desigual, é preciso reduzir essas assimetrias de poder econômico, político e social (ORTEGA, 2008, p. 17).

Brandão (2007b), por sua vez, coloca um importante elemento no debate, pois se estabeleceu esse “consenso” nas propostas de ações de políticas de criação de arranjos socioprodutivos, sempre na perspectiva que o desenvolvimento depende somente dos fatores ou elementos endógenos, associando-se ao localismo.

Assim, a endogenia exagerada na promoção de políticas públicas de desenvolvimento é mais uma idéia fora do lugar, de tantas outras. A visão monolítica localista realiza uma identificação insistente entre lugar e comunidade, resignando-se frente a um movimento unidirecional de globalização que, segundo tais teorias, é irreversível e marcado pela unicidade de seus processos. Negligenciando a natureza das hierarquias (impostas em variadas escalas) de geração e apropriação de riqueza, os instrumentos de política específicos, acionados a partir de uma ótica focalizada, compensatória e na menor escala (a local) dariam conta de superar os entraves (identificando e removendo gargalos e bloqueios (na trajetória do progresso predestinado, sem limites e absorvedor e inclusivo (BRANDÃO, 2007b, p. 52).

Muitas dessas idéias são importadas de países europeus, influenciadas por interesses políticos variados, que exprimem o fortalecimento de uma visão diferenciada sobre o meio rural, apoiado na multifuncionalidade. No caso brasileiro, se deve levar em consideração as suas especificidades, sobretudo, as desigualdades sociais e regionais, e as assimetrias de poder local que estão incrustadas na sociedade brasileira. Isso não pode ser ignorado no momento de formular políticas públicas de corte descentralizado.

Outras questões também devem ser observadas como a desconsideração do contexto macroeconômico, minimização de conflitos locais (oligarquias são os representantes do nível local), da estrutura das classes sociais, do papel do espaço e das políticas nacionais. Não se pode desconsiderar que muitos arranjos socioprodutivos locais, com vistas ao desenvolvimento, são constituídos por

parcelas de população excluídas, em que impera enorme pobreza, baixa capacidade organizativa e sem infra-estrutura social básica (FAVARETO, 2006; BRANDÃO, 2007a; ORTEGA, 2008).

No final da década de 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) articulou a criação do Programa Comunidade Ativa que visava inserir as estratégias de desenvolvimento local/territorial nas políticas sociais. Esse programa visava combater a pobreza e promover o desenvolvimento por meio da indução do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) (ORTEGA, 2008).

Para Ortega (2008) essa proposta do Programa Comunidade Ativa ia ao encontro das proposições macroeconômicas mais gerais do governo, cujo receituário do FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial determinava que se reduzisse o gasto público e alcançasse o *superávit* primário, ou seja, em nada contradizia a adoção de políticas hegemônicas neoliberais adotadas.

Tratava-se, portanto, de implementar as mudanças internas necessárias para beneficiar-se da nova fase de desenvolvimento em que o mundo estava entrando. Mudanças que não se restringiam à área econômica, mas o conjunto das políticas públicas do período, inclusive, as sociais (ORTEGA, 2007, p. 107).

Desde o início do governo FHC ocorreu um protagonismo das políticas liberalizantes, como a abertura comercial, privatizações e elevadas taxas de juros. Com o início do Governo Lula (2003) há uma expectativa de mudanças que se transformou num paradoxo rapidamente. Ou seja, como compatibilizar a política macroeconômica com as políticas de combate à pobreza e as desigualdades sociais?

No contexto mais geral, a prioridade do governo central não estava em realizar mudanças estruturais, mas em permanecer com a política macroeconômica por meio de ajustes fiscais para o equilíbrio orçamentário e da criação de ambientes favoráveis para os negócios. Ortega (2008) menciona que como ocorrera no governo FHC, também o governo Lula lançou seus projetos de desenvolvimento apontando para a continuidade da abordagem territorial no espaço rural. A mudança foi na escala da intervenção, passando do município para um arranjo intermunicipal, tendo como plano de ação os Conselhos de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD's) no âmbito do Fome Zero, e dos Territórios Rurais, que depois foi convertido no Programa Territórios da Cidadania.

Mas, o desafio continua o mesmo: como articular politicamente os municípios para que seja criado um pacto intermunicipal de desenvolvimento com vistas ao desenvolvimento territorial?

A ação consorciada parte da proposta de que a integração territorial é fundamental para melhorar as condições de inserção dos municípios empobrecidos e de pequeno porte na dinâmica do território nacional, provendo essas localidades de melhores condições de competitividade e solidariedade sistêmicas (ORTEGA, 2008, p. 50).

Ortega (2008) aponta que a incorporação das estratégias de desenvolvimento local nas políticas públicas federais pode representar grande avanço no resgate de parcela importante dos espaços rurais deprimidos. Mas, coloca que as estratégias bem sucedidas, como no caso da Terceira Itália, contaram com políticas de caráter intervencionista dos Estados, contrastando com os ideais neoliberais de alternativa “autônoma” desses espaços ou a liberação da responsabilidade dos Estados Nacionais.

No caso brasileiro, as políticas sociais que passaram a ser descentralizadas não superaram o clientelismo e o assistencialismo, e apresentam sérios problemas e dificuldades de operacionalização, principalmente na escala local.

Ortega (2008) também destaca que as estratégias dos governos FHC e Lula, em linhas gerais, valorizavam as diversidades locais e a contribuição que os processos endógenos de desenvolvimento local provocariam nesses espaços. Todavia, coloca que parte expressiva desses “territórios” enfrenta sérios problemas para conduzir processos de desenvolvimento.

Para Brandão (2007b), ao se fazer qualquer diagnóstico que leve em consideração o território não pode ser negligenciado a natureza das hierarquias imputadas, deve-se explicitar os conflitos e compromissos postos, analisar a inserção frente a ritmos diferenciados dos processos econômicos e nexos de complementaridade dos diversos territórios com os quais se relaciona conjunta e estruturalmente. Na perspectiva desse autor, o “pesquisador da dimensão territorial do desenvolvimento deve ser um apanhador de sinais e um caçador de hierarquias” (BRANDÃO, 2007b, p. 53).

Diferentemente dos que vêem o território como um receptáculo, um sítio-local-inerte, há amplas possibilidades de entendê-lo, uma vez que o território é “nexo,

ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos” (BRANDÃO, 2007b, p. 53). Para se pensar em políticas públicas territorializadas é necessário articular devidamente escalas, arenas, níveis e instâncias, que se encontram em tramas sociais e políticas.

Assim, após essa caracterização dos principais elementos presentes na concepção das políticas públicas para o espaço rural nas décadas de 1990 e 2000, iremos, na sequência, abordar o contexto de surgimentos de duas políticas federais, o PRONAF e o PAA, focos de nossa pesquisa, tendo como recorte espacial, o município de Junqueirópolis.

2.5- Políticas diferenciadas de desenvolvimento rural: PRONAF e PAA

2.5.1- A criação do PRONAF na década de 1990

A institucionalização de um programa diferenciado para uma parcela dos produtores rurais que sempre foi marginalizada no tocante ao apoio das políticas públicas representou efetivamente uma mudança nos transcorrer da década de 1990.

De um modo geral, se pode dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 21).

A criação do PRONAF em meados da década de 1990 foi um divisor de águas, marcando sem sombra de dúvidas o intervencionismo estatal no meio rural brasileiro, pois valida e reconhece a legitimidade da produção com base familiar.

Na década de 1990, com a abertura econômica do país e as pressões de setores ligados aos movimentos sindicais e sociais, tais como CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), DNTR/CUT (Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o governo brasileiro é pressionado a criar uma linha de crédito destinada aos

pequenos produtores rurais, pois até então não existia nenhuma linha de financiamento para esse segmento social (SCHNEIDER; CAZELLA e MATTEI, 2004).

Diante dessas pressões, o governo brasileiro, no mandato de Itamar Franco, criou o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural). Esse programa foi o embrião do que mais tarde, totalmente reformulado, se transformaria no PRONAF, já no governo FHC (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi regulamentado pelo Decreto 1.946 de 28/06/1996. Com esse programa, o governo federal objetiva promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído por agricultores familiares, de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria da renda.

De acordo com Hespanhol (2000), o reconhecimento da importância da produção familiar rural intensificou-se a partir do Relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)/INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no ano de 1994. Para a autora, a partir desse relatório, a produção com base familiar foi reconhecida em termos oficiais pelo seu protagonismo como importante forma de exploração no campo brasileiro, por proporcionar, além da geração de empregos e renda, parte importante da atividade agrícola brasileira.

Carneiro (1997) destaca que a agricultura familiar ficou relegada ao segundo plano ou mesmo à mercê do apoio do Estado, sobrevivendo em meio a competição de condições e recursos orientados a beneficiar a grande produção agropecuária e a grande propriedade rural, setores favorecidos no processo de modernização da agricultura brasileira. Para a autora, ao escolher a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, evidencia um indicativo de mudanças na concepção das políticas públicas.

Nesse sentido, Carneiro (1997, p. 70) destaca que:

[...] a proposta de um programa de fortalecimento da agricultura familiar voltado as demandas dos trabalhadores – sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores e suas organizações – representa um considerável avanço em relação as políticas anteriores.

No entanto, Carneiro (1997) chama a atenção para as concepções que balizaram a criação do PRONAF, destacando que este esteve pautado na experiência de agricultores europeus, principalmente os franceses. Na visão da autora é errado importar modelos de outros países, sem levar em conta as especificidades das conjunturas e contextos históricos de cada realidade. Na França, e em outros países da Europa, os agricultores no pós-guerra foram financiados e protegidos por um amplo sistema de proteções sociais semelhantes ao sistema de seguridade social dos assalariados urbanos. Além disso, foram estabelecidas fontes de financiamento a fundo perdido para garantir a reprodução social do produtor e o controle dos mercados, por meio da criação da PAC (Política Agrícola Comum).

Carneiro (1997) aponta que nesse mesmo período, no Brasil, o Estado orientou grande parte dos recursos (crédito rural) para promover a modernização da agricultura ao invés de fortalecer a pequena produção, como destacamos anteriormente. A autora apoiada nos documentos iniciais do PRONAF destaca que se mesclavam orientações produtivistas, com compromisso mais amplos de geração de emprego, inclusão social e do estabelecimento de um padrão de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Guanziroli (2007), o PRONAF surgiu no período em que os elevados custos de produção e a escassez de crédito eram apontados como os principais problemas para os agricultores familiares. O autor destaca ainda que o argumento central era de que os produtores familiares por estarem descapitalizados e apresentarem baixa produtividade, não estariam em condições de concorrer no mercado para realizar investimentos em produção e elevação da produtividade.

Com a criação do PRONAF, os recursos foram orientados para o financiamento da produção agrícola, por intermédio da concessão de crédito pelos agentes financeiros – PRONAF Crédito; pela transferência de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural de municípios selecionados – PRONAF Infra-Estrutura; e a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares – PRONAF Capacitação.

No quadro institucional, o PRONAF deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 1999, sendo incorporado pelo

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passando para o âmbito da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Outra mudança foi com relação ao PRONAF Infra-Estrutura que mudou o foco de ação em 2003, passando da escala municipal para a territorial, passando a integrar a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) (GUANZIROLI, 2007; ORTEGA, 2007; HESPANHOL, 2008).

Diante deste cenário, é necessário ter em mente desde logo que a existência de uma política governamental específica não é condição suficiente para garantir a redução das desigualdades sociais e, muito menos, construir um novo padrão de desenvolvimento no campo. Por mais que o PRONAF seja uma novidade histórica, ele ainda é um programa em permanente construção. Esse processo tem sido marcado por avanços e ambiguidades (GUANZIROLI, 2007; AQUINO, 2009).

Na sequência vamos abordar a linha de crédito rural do PRONAF, enfatizando alguns dados estatísticos sobre o programa. Com isso, se evidencia que o PRONAF na linha crédito rural tem expandido tanto em termos do número de agricultores atendidos como no montante de recursos liberados no período de 1999/00 a 2008/09.

2.5.2 - Evolução do PRONAF Crédito Rural no Brasil

Essa é a modalidade de crédito rural que contempla o maior volume de recursos das linhas existentes do PRONAF. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para ter acesso ao PRONAF o produtor rural deve ter como base de exploração da propriedade rural o trabalho familiar; residir na propriedade ou em suas proximidades; ter renda bruta agropecuária anual de até 110 mil reais, ou R\$ 9166,66 por mês; e deter ou explorar área de até quatro módulos fiscais. Dessa forma, se o produtor estiver enquadrado nesse perfil, ele poderá obter a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF para ter acesso ao financiamento.

O quadro 2 mostra os grupos de enquadramento dos produtores rurais para acessar as linhas de financiamento do PRONAF na safra 2010/2011.

Quadro 2. Grupos de Enquadramento dos Beneficiários do PRONAF.

GRUPOS	BENEFICIÁRIOS	CONDIÇÕES
A	Agricultores Familiares assentados PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária e reassentados pela construção de barragens.	Não tenha contratado operação de investimento no PROCERA (Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária).
A/C	Agricultores Familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário).	1. Assentados pelo PNRA, ou beneficiários do PNCF que apresentem DAP para o Grupo "A/C". 2. Já tenha contratado a primeira operação no Grupo "A". 3. Não tenha contraído financiamento de custeio, exceto Grupo "A/C".
B	Agricultores Familiares, pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas e criadores de animais silvestres	1. Explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; 2. Residam na propriedade ou em local próximo; 3. Não disponham a qualquer título de área superior a 4 módulos fiscais; 4. Obtenham, no mínimo, 30% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; 5. Tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; 6. Tenham renda bruta anual familiar até R\$ 5.000,00, excluídos os benefícios sociais e previdenciários de atividades rurais.
AGRICULTORES FAMILIARES Agricultores Familiares, pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas e criadores de animais silvestres		1. Explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; 2. Residam na propriedade ou em local próximo; 3. Não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 módulos fiscais; 4. Obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; 5. Tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento, utilizando eventualmente o trabalho assalariado, podendo manter até 2 empregados permanentes; 6. Tenham renda bruta familiar nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$ 5.000,00 e até R\$ 110.000,00, incluída a renda de atividades desenvolvidas fora do estabelecimento, por qualquer membro da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Fonte: MDA (2011).

Org: Fernando Veloso.

Cabe destacar, que no ano de 1999 ocorreu a segmentação dos produtores rurais com a criação dos grupos (A, B, C, D e E), de acordo com o nível da renda bruta anual. Já no ano de 2008, ocorreu uma nova mudança, com a extinção dos grupos C, D e E (ORTEGA, 2008, AQUINO, 2009).

Carneiro (1997) já alertava sobre o caráter excludente nos critérios de identificação dos beneficiários do PRONAF, principalmente no que tange à renda agropecuária. Para a autora, conforme fora concebido o PRONAF, cerca de 2,3 milhões de estabelecimentos ou 11 milhões de pessoas estariam excluídos, devido ao fato de contemplar somente os “verdadeiros agricultores”, aqueles com capacidade empresarial e aptos para encontrar na atividade agrícola a fonte de quase a totalidade da renda familiar.

Aquino (2009) aponta que ao longo dos anos, o governo ampliou o portfólio do PRONAF, estabelecendo diferenciações em seu público, segmentando os agricultores conforme o nível de renda, além de incorporar e atender demandas específicas de movimentos sociais, como a agroecologia, mulheres, jovens, entre outras.

Para Aquino (2009) e Ortega (2008), a linha de crédito do PRONAF sofreu profundas modificações e aprimoramento normativos. Essas mudanças ocorreram a partir do segundo mandato de FHC (1999-2002), mas principalmente nos seis anos de mandato do governo Lula (2003-2008). No discurso oficial é que essas mudanças ocorreram para adequar a estrutura do programa à diversidade da agricultura familiar, bem como ampliar seu alcance nacional.

A maior mudança em relação ao PRONAF ocorreu no plano safra 2007/08, quando o governo incluiu no financiamento, as atividades não agropecuárias, passando a atender um público bastante diversificado. Além disso, o público atendido somou-se aos quilombolas, extrativistas, silvicultores, indígenas, pescadores artesanais e aquicultores, sendo enquadrados na categoria genérica “*agricultura familiar*” (ORTEGA, 2008; AQUINO, 2009).

No quadro 3 apresentamos as linhas de crédito de custeio e investimento do PRONAF. Como observado, o financiamento rural por meio do PRONAF apresenta uma das menores taxas de juros disponíveis no mercado de crédito no país.

Quadro 3. Linhas de Crédito disponíveis para o PRONAF na safra 2011/2012.

LINHA	GRUPO	LIMITES DE CRÉDITO	JUROS E PRAZOS
CUSTEIO	GRUPO A/C	Até 3 créditos, totalizando R\$ 5.000,00 por beneficiário.	Juros: 1,5% ao ano. Prazos: Custeio Agrícola: até 2 anos. Custeio Pecuário: até 1 ano. Custeio de Agroindústria:até 1 ano
	GRUPO B (microcrédito produtivo rural)	Até R\$ 7.500,00 por beneficiário, em operações de até R\$ 2.500,00.	Juros: 0,5% ao ano. Prazo: até 2 anos, para cada operação
	AGRICULTORES FAMILIARES	Até R\$ 5.000,00	Juros: 1,5% ao ano. Prazo: até 2 anos.
		De R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00	Juros: 3,0% ao ano. Prazo: até 2 anos
		De R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00	Juros: 4,5% ao ano. Prazo: até 2 anos.
		De R\$ 20.000,00 a R\$ 30.000,00	Juros: 5,5% ao ano. Prazo: até 2 anos.
Investimento	AGRICULTORES FAMILIARES	Até R\$ 7.000,00	Juros: 1,0% ao ano. Prazo: até 10 anos, incluso 3 anos de carência
		De R\$ 7.000,00 a R\$ 18.000,00	Juros: 2,0% ao ano. Prazo: até 10 anos, incluso 3 anos de carência
		De R\$ 18.000,00 a R\$ 28.000,00.	Juros: 2,0% ao ano. Prazo: até 10 anos, incluso 3 anos de carência
		De R\$ 28.000,00 a R\$ 36.000,00.	Juros: 2,0% ao ano. Prazo: até 10anos, incluso 3 anos de carência
PRONAF “MAIS ALIMENTOS” ¹⁷	AGRICULTORES FAMILIARES	De R\$ 7.000,00 até R\$ 130.000,00	Juros: 1,0% ao ano até R\$10.000,00 e Juros: 2% ao ano acima de R\$10.000,00. Prazo: 10 anos incluso 3 anos de carência

Fonte: MDA (2011).**Org:** Fernando Veloso.

¹⁷ O PRONAF apresenta além da linha “Mais Alimentos”, outras opções especiais de investimento tais como: Eco, Semi-Árido, Jovem, Florestal, Agroindústria, Cotas-Parte (cooperativas) Agroecologia, Jovem e Mulher. Como os agricultores do município de Junqueirópolis não acessam essas linhas, julgamos que não seria necessário detalharmos essas informações.

Para ilustrar a redução progressiva das taxas de juros do PRONAF, verifica-se que quando lançado em 1996, os juros alcançavam 12% ao ano, e em 1999, as taxas contabilizavam 6,75% ao ano. Na safra vigente (2011/2012) as taxas variam de 0,5% a 5,5% ao ano, conforme o valor do financiamento, os grupos de enquadramento e a modalidade de financiamento (custeio ou investimento).

Na tabela 1 é possível constatar que os recursos do PRONAF na modalidade crédito rural para os produtores rurais começaram a ser liberados a partir do ano agrícola de 1998/99. No período de 1998/99 a 2008/09 foram efetuados 13,5 milhões de contratos e o montante disponibilizado foi de 55,8 bilhões em recursos.

Tabela 1. Total de contratos e valores do PRONAF no Brasil entre os anos agrícolas de 1998/1999 e 2008/2009.

Ano Agrícola	Montante (R\$ 1,00) (1)	Contratos (2)	Média (R\$ 1,00) (1)/(2)
1998/99	416.368.553,83	174.286	2.388,996
1999/00	2.149.434.466,14	926.422	2.320,146
2000/01	2.168.486.228,50	893.112	2.428,012
2001/02	2.189.275.083,64	932.927	2.346,674
2002/03	2.376.465.864,08	904.214	2.628,212
2003/04	4.490.478.228,25	1.390.168	3.230,169
2004/05	6.131.600.933,40	1.635.051	3.750,098
2005/06	7.611.929.143,94	1.913.043	3.978,964
2006/07	8.433.207.648,22	1.692.516	4.982,646
2007/08	9.074.785.135,73	1.649.063	5.502,995
2008/09	10.791.907.306,56	1.443.218	7.477,67
Total	55.833.938.592,29	13.554.020	4.119,364

Fonte: SMAP/MDA/SAF (2010).

Org: Fernando Veloso.

Verifica-se também na tabela 1 que entre os anos agrícolas de 1998/99 e 2008/09, o número total de contratos obteve variação de 728,07%, passando de 174.286 para 1.443.218 contratos. Com relação ao montante de recursos, a variação foi de 2.491,91%, expandindo-se de 416,36 milhões para 10,79 bilhões de reais no ano agrícola de 2008/2009. Quanto aos valores médios dos contratos, esses passaram de 2,38 mil no primeiro ano analisado, para 7,47 mil reais no ano de 2008/09.

Aquino (2009) salienta que quando foi criado, o PRONAF Crédito teve seu raio de atuação limitado, por financiar exclusivamente atividades agropecuárias.

Outro fator restritivo é que os produtores “periféricos”, aqueles que obtinham os menores níveis de renda monetária do país, não faziam parte do seu público alvo.

Hespanhol (2000) evidencia que desde a sua implantação, o PRONAF apresentou uma série de problemas e distorções que beneficiaram os produtores que estavam mais integrados ao complexo agroindustrial ou com maior capacidade de endividamento no sistema bancário.

Nesse mesmo sentido, Guanziroli (2007) aponta que uma das principais críticas feitas ao PRONAF tem sido o desvio do foco em relação à distribuição dos recursos, tanto em termos regionais, como sociais. Ao longo do tempo, a região Sul¹⁸ tem concentrado maior número de contratos e montante de recursos, em detrimento da região Norte. Para o autor, o leque de produtores que tem obtido maiores benefícios são os agricultores familiares mais economicamente integrados ao mercado e que conseguiram se inserir no processo de modernização conservadora. Assim, a maior parte da liberalização dos recursos foi disponibilizada para os produtos ligados diretamente ao complexo agroindustrial, tais como fumo, soja e milho; em detrimento a outros produtos, como arroz e feijão etc. que são direcionados para abastecer o mercado interno.

Um outro ponto de inflexão tem sido em relação à atuação do setor financeiro na disponibilidade dos recursos do PRONAF. Para Guanziroli (2007), com base em Schneider (2004), o programa tem levado os agricultores a uma “especialização produtiva”. Para o autor, as instituições bancárias têm financiando os produtos que historicamente já têm sido beneficiados e, conseqüentemente, tem se reproduzido o padrão de desenvolvimento vigente.

Guanziroli (2007), em seu trabalho de avaliação dos dez anos do PRONAF, enfatiza que não há dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, aumentou o montante de recursos financeiros disponibilizados desde 1996, desenvolveu programas específicos para diversas

¹⁸ De acordo com Guanziroli (2007) a acentuada concentração dos recursos do PRONAF nesta região é explicada pela maior concentração dos estabelecimentos rurais de agricultura familiar já consolidados, sendo que a maioria desses ligados são integrados as agroindústrias de suínos, aves, fumo e leite.

categorias de produtores e reforçou a infra-estrutura dos agricultores familiares e dos municípios em que estão inseridos.

Todavia, o autor também apontou falhas na forma de operacionalização do PRONAF, destacando: a falta de políticas públicas complementares para promover a consolidação dos produtores e a necessidade de efetivar responsabilidades para os diversos agentes envolvidos, como a SAF (Secretaria da Agricultura Familiar), os Bancos, os órgãos de pesquisa e assistência técnica, os estados, os municípios e os agricultores. Na sequência vamos destacar o contexto de criação do Programa de Aquisição de Alimentos.

2.5.3 – O PAA na década de 2000 no Brasil

Instituído como programa social, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁹ tem se firmado como importante instrumento de apoio à comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares no país. Esse programa tem gerado renda, incentivado e apoiado os agricultores a produzirem gêneros alimentícios de acordo com os hábitos alimentares locais e regionais, por meio do estabelecimento de preços superiores ao praticados no mercado e estimulado as formas coletivas de organização.

Uma característica marcante desse programa é sua flexibilidade, adaptando-se às especificidades regionais, por isso encontra-se em constante (re) formulação desde sua implantação no Plano Safra de 2003/2004. O PAA tem sido aprimorado no seu arcabouço jurídico-institucional, no modo de operação e nas suas modalidades, parcerias e fontes de recursos envolvidas (PORTO, 2009).

O PAA é uma das principais estruturas do Programa Fome Zero (PFZ) do governo federal, juntamente com o Bolsa Família, a partir da proposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Tem como objetivo combater a fome e a miséria das populações em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos, através da compra de alimentos

¹⁹ O PAA foi instituído pelo artigo 19 da lei nº. 10.696, de 10 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008.

produzidos pelos agricultores familiares sem a necessidade de licitação²⁰ e, posteriormente, a sua doação para entidades sociais.

Delgado *et. al.* (2005), Mattei (2007) e Hespanhol (2008 e 2009) apontam que o PAA apresenta algumas mudanças em relação à trajetória das políticas para a agricultura familiar, ao inserir a comercialização da produção com recursos públicos, além de articular este, com outras políticas como a merenda escolar e os estoques de alimentos. O PAA busca atender aos produtores que produzem em pequenas quantidades e que encontram dificuldade na comercialização, por meio de compras governamentais nos locais de origem desses produtores rurais.

O PAA é coordenado por um Conselho Gestor Interministerial que envolve diretamente o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário com recursos orçamentários próprios, sendo operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Além desses, outros quatro ministérios pertencem ao Conselho Gestor, são eles: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) por meio da CONAB; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação.

Entre os anos de 2003 e 2005, o PAA foi operacionalizado somente com recursos do MDS através do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza, sendo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SESAN) em parceria com governos municipais e estaduais, e com a CONAB. A partir do ano de 2006, o MDA, por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar, passou a compor o Conselho Gestor com dotação orçamentária própria, disponibilizando recursos para a aquisição de produtos e a formação de estoques dos agricultores e de suas organizações (VIANA; VIEGAS, 2009).

Atualmente o Programa de Aquisição de Alimentos encontra-se dividido em cinco modalidades, conforme destacado no quadro 4.

As três primeiras modalidades (CPR-Doação, CPR-Estoque e CDAF) são operacionalizadas pela CONAB em parceria com governos municipais e estaduais

²⁰ Por meio do PAA, ocorreu a desburocratização do processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para atender os programas públicos, ao dispensar as regras de licitação. Para Mattei (2007) esse marco jurídico possibilitou uma maior presença do Estado no apoio aos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares.

com recursos do MDS e MDA. Além disso, as duas primeiras modalidades necessitam obrigatoriamente da apresentação de projetos às Superintendências Estaduais da CONAB para sua execução. Quanto às duas últimas modalidades apresentadas no quadro 4, elas são executadas diretamente pelo MDS em convênios com estados e municípios, sem o gerenciamento da CONAB (VIANA; VIEGAS, 2009).

Quadro 4. Modalidades, Características e Limites de Valor do PAA em 2010.

Modalidade	Ação	Limite/Ano
1 – CPR-Doação: Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea	Visa atender as populações em situação de insegurança alimentar por meio da doação de alimentos produzidos pelos agricultores familiares organizados coletivamente, para que entreguem sua produção diretamente nas instituições municipais beneficiadas.	R\$ 4,5 mil
2 – CPR-Estoque: Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Disponibiliza recursos para que as organizações de agricultores familiares adquiram produtos e formem estoques para posterior comercialização.	R\$ 8 mil
3 – CDAF: Compra Direta da Agricultura Familiar	Permite a aquisição de alimentos para a distribuição ou formação de estoques públicos pelo Governo Federal.	R\$ 8 mil
4 – PAA-Leite: Apoio à Produção para o Consumo do Leite	Assegura o consumo de leite pelas famílias em situação de insegurança alimentar nos estados do Nordeste e norte de Minas Gerais, mediante a aquisição do produto com garantia de preço.	R\$ 4,5 mil por semestre
5 – CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar	Adquire produtos da agricultura familiar para abastecimento dos equipamentos públicos de alimentação como Restaurantes populares e Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos.	R\$ 4,5 mil

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Companhia Nacional de Abastecimento (2010). **Org:** Fernando Veloso.

Destaca-se, também, que no mês de setembro de 2009 os valores das modalidades do PAA foram reajustados. A título de exemplo, a modalidade CPR-Doação, cujo valor limite atual por ano civil é de R\$ 4,5 mil para cada produtor, contava até então com valor máximo de R\$ 3,5 mil, vigente desde julho de 2006.

Quando foi instituído no segundo semestre de 2003, o valor máximo dessa modalidade era de R\$ 2,5 mil por ano civil²¹.

Analizando os dados disponibilizados pela CONAB referentes ao PAA em âmbito nacional no período de 2003 a 2008, verificamos uma evolução significativa no volume de recursos disponibilizados, como no total de agricultores beneficiados, conforme destacado na figura 1.

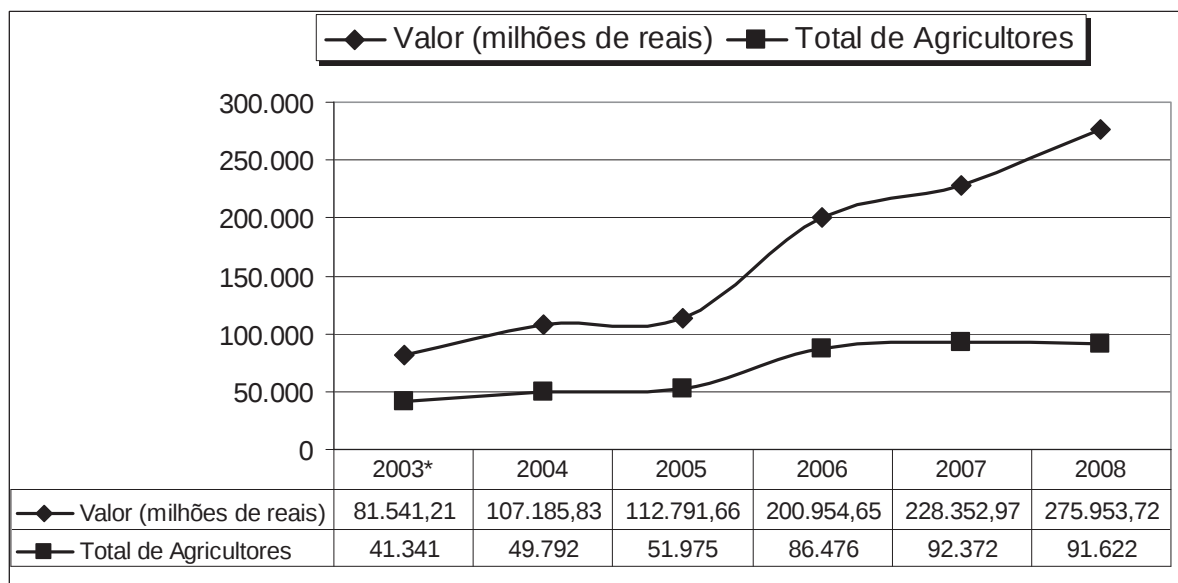


Figura 1. PAA – Volume de Recursos e Número de Produtores (2003-2008).

Fonte: Adaptado de PORTO (2009).

Org: Fernando Veloso.

* dados referentes aos meses de julho de dezembro.

Constata-se que foram disponibilizados no período pouco mais de R\$ 1 bilhão de reais em recursos, beneficiando 91.622 mil agricultores no ano de 2008. No entanto, esses dados em âmbito nacional mostram que ainda o programa tem abrangência limitada e beneficia um pequeno número de produtores rurais. Em termos do montante de recursos houve um incremento de 238,42% entre os anos de 2003 e 2008 e no total de agricultores beneficiados o aumento foi de 121,63%.

Hespanhol (2009) aponta que a maior parte dos recursos do PAA encontra-se concentrada nos estados da região Nordeste e Sul, principalmente no Rio Grande do

²¹ Além do PAA, no ano de 2009 foi promulgada a Lei n. 11947/09, que estabeleceu mais um canal de comercialização para os produtores familiares no país. Por meio dessa Lei, o Governo Federal determinou que no mínimo 30% dos recursos repassados aos municípios através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para a merenda escolar, devem ser destinados à compra de produtos dos produtores familiares. As experiências obtidas nos projetos do PAA podem contribuir para os produtores rurais e suas organizações se utilizarem de mais essa alternativa de escoamento para sua produção, via PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Norte e Paraná, respectivamente. Destaca, também, como possível hipótese para essa concentração por regiões e unidades federativas, um maior grau de organização dos produtores rurais e/ou maior divulgação do PAA nessas localidades.

Na figura 2 é possível constatar a evolução do volume de recursos das modalidades do PAA operacionalizadas pela CONAB entre os anos de 2003 e 2008. A modalidade que mais obteve recursos foi a CPR-Doação, principalmente a partir do ano de 2005.

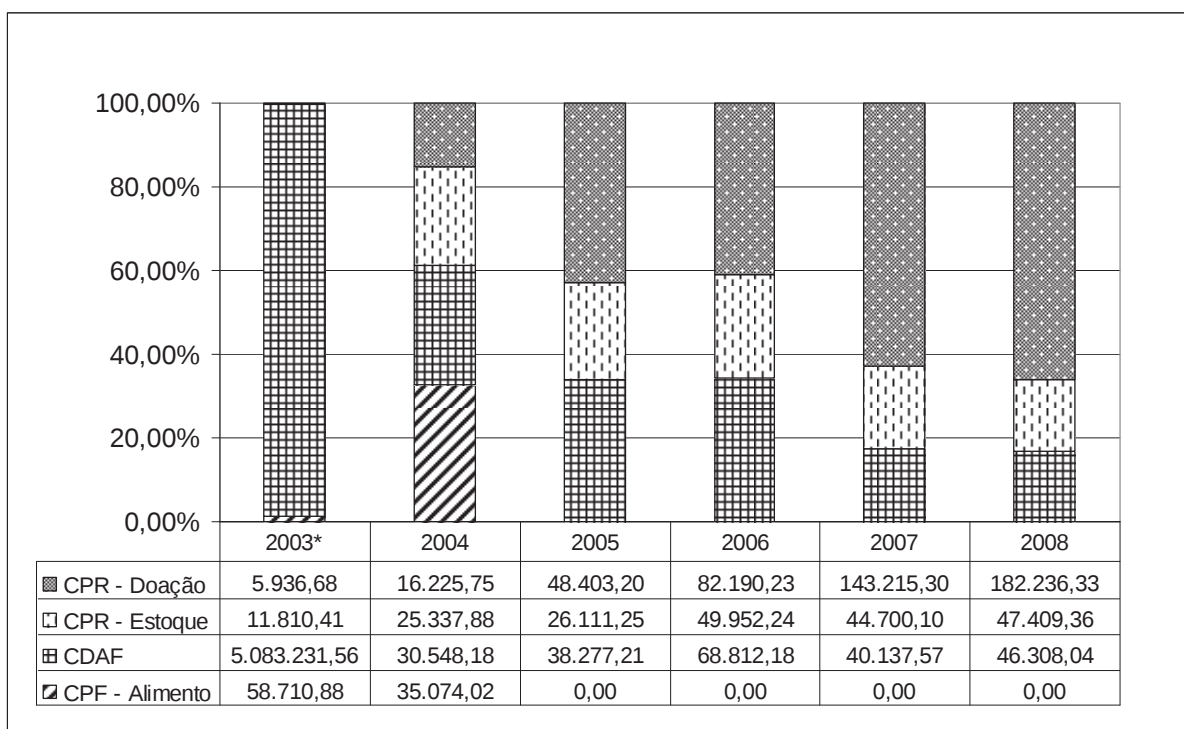


Figura 2. PAA – Volume de Recursos Por Modalidades (2003-2008).

Fonte: Adaptado de PORTO (2009).

Org: Fernando Veloso.

* dados referentes aos meses de julho de dezembro.

Em virtude de problemas ocorridos na sua operacionalização, a modalidade CPR-Alimento foi extinta e seus recursos foram incorporados às demais, como salienta Porto (2009).

Com a extinção da modalidade CPR-Alimento, a CPR-Doação passou a contar com maior soma de recursos a partir do ano de 2006, alcançando a marca de 66,04% do total dos recursos disponibilizados pelo PAA no ano de 2008. A modalidade CPR-Estoque contava com 0,23% do total de recursos do PAA no ano de 2003, ampliando-se para 17,18% no ano de 2008. Por fim, a modalidade CDAF

obteve 98,52% do total de recursos no ano de 2003 e passou a contar com 16,78% no ano de 2008.

A modalidade CPR-Doação do PAA é a que mais tem se difundido no país, devido ao acesso mais simplificado e direto com os produtores rurais e suas organizações, como apontam Viana; Viegas (2009, p. 150):

O número de projetos aumentou ao longo dos anos, principalmente na modalidade CPR-Doação. Isto se deu por esta modalidade permitir aquisição ao longo de todo o ano e contemplar maior diversidade de produtos (frutas, legumes, verduras, carnes, doces, peixes, produtos regionais e de extrativismo etc), ou seja, a participação do agricultor pode ocorrer com a movimentação dos produtos que ele já dispõe e que tradicionalmente cultiva em sua propriedade, valorizando os produtos locais.

Portanto, o diferencial do PAA, é que este é um programa que congrega segurança alimentar, incentiva a organização e participação dos produtores rurais, possui uma gestão descentralizada por meio da elaboração de projetos e prestação de contas à CONAB, estimula a produção agropecuária, além de oferecer uma alternativa de comercialização no âmbito municipal e gerar renda para os pequenos proprietários no espaço rural.

Todavia, mesmo com os avanços nas últimas duas décadas em termos de políticas públicas para a produção com base familiar no espaço rural brasileiro, é possível constatar a cisão existente no país com relação à política agrícola por meio da atuação de dois Ministérios: MAPA (Ministério da Pecuária, Agricultura e Abastecimento) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), como abordaremos na sequência.

2.6 – Permanências e mudanças nas políticas do Estado brasileiro no período recente: a atuação do MAPA e do MDA

Fazendo uma analogia ao título de um dos livros do professor Milton Santos, podemos afirmar que estamos diante de um *espaço dividido*²² no rural brasileiro. Na tentativa de uma aproximação com essa teoria que foi formulada para as cidades: circuito superior e circuito inferior da economia. Assim, entendemos que a prioridade

²² Santos (1978).

sempre foi e continua sendo dada à agricultura empresarial, ao agronegócio, visto como circuito superior, e a pequena agricultura mercantil com base no trabalho familiar, marginalizada por grande período de nossa história e vista como circuito inferior da economia.

Essa separação é indiscutível, ou seja, existe uma dualidade do ponto de vista da intervenção federal no rural brasileiro, representada por dois projetos distintos para o país, o primeiro com base na agricultura empresarial e outro na pequena agricultura com base familiar. Isso fica nítido no Estado brasileiro por ter dois ministérios distintos para o setor agropecuário: MAPA e MDA.

Ou seja, existem dois projetos, sendo que o primeiro (MAPA) tem um enfoque puramente setorial, priorizando a expansão da produção e da produtividade por meio da incorporação de tecnologias e do aumento da competitividade visando, sobretudo o mercado externo. Em contrapartida, vem se dando ênfase a um processo de desenvolvimento rural que atenda aos aspectos sociais e ambientais pelos pequenos produtores, comunidades quilombolas, assentados etc. (LOCATEL, 2004; HESPANHOL, 2008).

Nesse sentido Locatel (2004, p. 380-81) destaca que:

[...] a manutenção do modelo de política agrícola, que foi responsável pela geração de parte dos problemas apresentados pelo meio rural do país, segue gerando problemas (e também soluções) e as políticas que são implementadas, que deveriam diminuir as desigualdades e resolver os problemas no meio rural, ainda apresentam muitas limitações [...] quando se verifica a atuação do Estado no setor agropecuário, o modelo de política adotado nesse período segue o mesmo princípio causando distorções que agravaram os problemas já existentes no meio rural brasileiro.

Hespanhol (2008) ao problematizar a atuação da administração federal por meio de dois Ministérios para atender as demandas do campo, salienta que isso evidencia a divergência de interesses e a dubiedade das políticas públicas voltadas ao meio rural.

Apesar deste tratamento diferenciado por parte das políticas de crédito oficial, adota-se no país o discurso oficial da cobrança e sistemática da ampliação dos níveis de eficiência e competitividade e de inserção ao mercado por toda a agricultura, independentemente da sua escala (HESPANHOL, 2008, p. 85).

Para mostrar a distinção que é feita sobre o financiamento de crédito rural no país recorremos aos dados da Secretaria de Política Agrícola (SPA) e do Departamento de Economia Agrícola (DEAGRI) vinculado ao MAPA²³.

Destaca-se que a série histórica disponibilizada inicia-se somente no ano agrícola de 2002/03, entretanto, esquadrihando apenas esses oito anos agrícolas que se estende até o ano de 2009/10, já é possível constatar o privilégio que a agricultura empresarial²⁴ tem no fomento ao crédito rural em detrimento à agricultura familiar. Essa supremacia se dá tanto pelo volume de crédito disponibilizado como no montante de recursos utilizados, como retratamos nas figuras 3, 4 e 5.

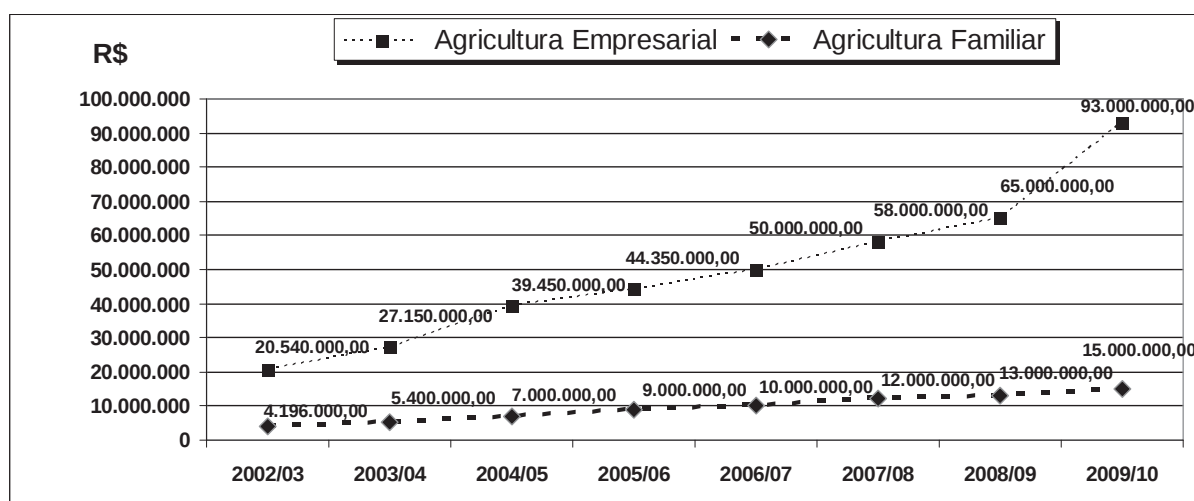


Figura 3. Evolução dos Recursos Disponibilizados pelo Crédito Rural no Brasil (2002/03 a 2009/10).

Fonte: MAPA/SPA/DEAGRI – disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>>. **Org:** Fernando Veloso.

²³ No banco de dados do crédito rural junto ao MAPA é feita a separação entre a agricultura familiar e a agricultura empresarial. No volume de recursos para o financiamento do crédito rural são alocados tanto os recursos para custeio como para investimento.

²⁴ Dentre alguns fundos e programas específicos que financiam a agricultura empresarial aparecem na modalidade custeio e comercialização: PROGER Rural (Programa para Geração de Emprego e Renda Rural), PRONAMP Rural (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) e a Poupança Rural. Para a modalidade investimento existem diversas linhas de financiamento e programas específicos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), tais como: MODERFROTA (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras), MODERAGRO (Programa de Modernização da Agricultura e Conservação da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais), MODERINFRA (Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem), PRODEFRUTA (Programa de Desenvolvimento da Fruticultura), PRODEAGRO (Programa de Desenvolvimento do Agronegócio), PRODECOOP (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária), PROPFLORA (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas), PROCAP – AGRO (Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias); além de recursos de Fundos Constitucionais como o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste).

Num primeiro momento, ao examinar a figura 3, fica evidente o volume de crédito disponibilizado pelo Governo federal em seus planos agrícolas para a agricultura empresarial que, desde o ano de 2002/03, teve incremento de 4,5 vezes no valor total.

A curva de volume de recursos financiados é ascendente em todo o período analisado, passando de 20 bilhões em 2002/03 para a marca de 93 bilhões de reais em 2009/10, incremento em termos percentuais de cerca de 350%. Outro elemento fundamental a ser destacado é que na média a agricultura empresarial contou com 83,77% do total dos recursos disponibilizados para o financiamento de crédito rural no Brasil. Em contrapartida, a agricultura familiar teve disponibilizado nos planos agrícolas, em média, apenas 16,23% do total, mostrando a diferenciação e a prioridade que é dada a um segmento em detrimento ao outro.

Os valores disponibilizados para a agricultura familiar também tiveram aumento no período de análise, mas em comparação ao volume destinado à agricultura empresarial, são pouco representativos. Dessa forma, no ano de 2002/03, o montante de recursos oferecidos para a agricultura familiar foi de cerca de 4,2 bilhões, passando para 15 bilhões de reais em 2009/10, acréscimo em termos percentuais de aproximadamente 260%.

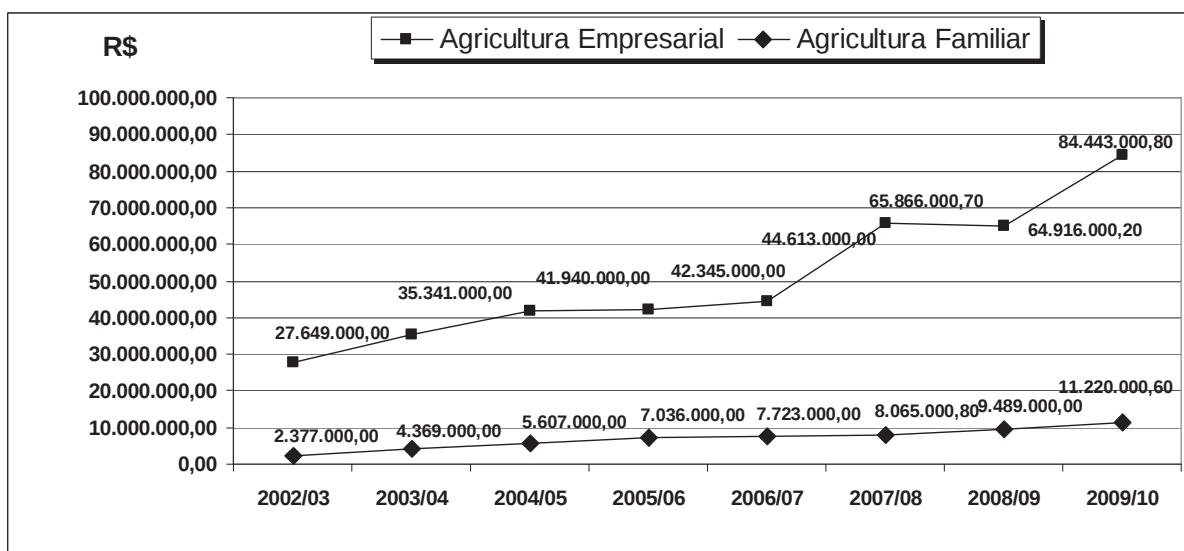


Figura 4. Evolução dos Recursos Utilizados pelo Crédito Rural no Brasil (2002/03 a 2009/10).

Fonte: MAPA/SPA/DEAGRI – disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>>. Org: Fernando Veloso.

Além dos recursos estipulados para o financiamento do crédito rural, recorreremos ao montante realmente utilizado, como também analisamos o percentual entre o que foi disponibilizado pelo Governo Federal e o que foi financiado, tanto para a agricultura empresarial como a agricultura familiar entre os anos agrícolas de 2002/03 a 2009/10, como representado nas figuras 4 e 5.

Diante desses dados, constatamos que a agricultura empresarial em metade dos anos agrícolas analisados utilizou-se de valores superiores ao que foi estipulado pelo Governo Federal. Isso ficou evidente nos anos agrícolas de 2002/03, 2003/04 e 2008/09, com percentuais superiores a 35,00%, 30,00% e 13,60%, respectivamente, do que foi inicialmente alocado para cada ano agrícola. Somente no ano agrícola de 2006/07 o total alocado pela agricultura empresarial esteve abaixo dos 90,00% do total estipulado, mas o valor alocado foi superior a 65 bilhões de reais.

A curva ascendente da agricultura empresarial teve pequena redução apenas no ano de 2008/09, período de repercussão da crise internacional que teve influência sobre esse setor. No entanto, no ano agrícola de 2009/10 volta a ter crescimento significativo, incremento de 30,10% em relação ao ano agrícola anterior, utilizando 90,8% dos recursos estipulados, contabilizando 84,4 bilhões de reais.

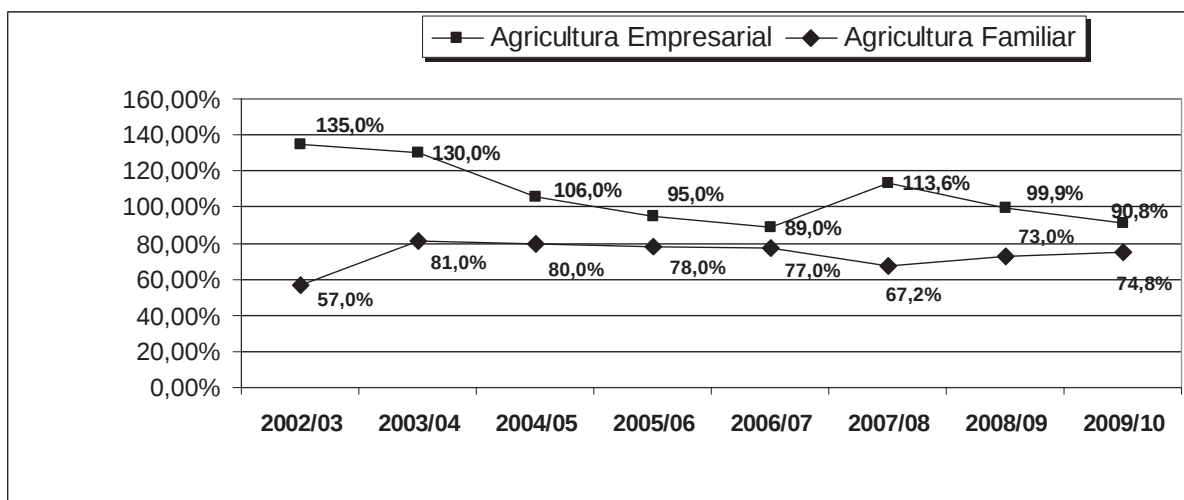


Figura 5. Percentual utilizado dos Recursos Disponibilizados pelo Crédito Rural no Brasil (2002/03 a 2009/10).

Fonte: MAPA/SPA/DEAGRI – disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>>. Org: Fernando Veloso.

Quanto aos recursos financiados para a agricultura familiar, verificamos o aumento gradativo entre os anos de 2002/03 a 2009/10. Entretanto, esses números

estão bem distantes dos valores recebidos pela agricultura empresarial. Em termos de valores utilizados o aumento entre os anos de 2002/03 e 2009/10 foi de aproximadamente 370%, passando de 2,37 bilhões para 11,2 bilhões de reais.

Nota-se, também, que em nenhum ano agrícola analisado (2002/03 – 2009/10) a agricultura familiar atingiu todo o montante que foi inicialmente disponibilizado. Ou melhor, para se ter idéia nos anos de 2002/03 e 2007/08 os valores financiados pelo crédito rural por meio do PRONAF esteve abaixo de 70,00% do total que foi inicialmente estipulado, alocando apenas 57,00% e 67,20%, respectivamente. Somente nos anos agrícolas de 2003/04 e 2004/05 o percentual utilizado pela agricultura familiar foi maior ou igual a 80,00% do total estipulado.

Portanto, fica claro que numa perspectiva setorial, por meio do financiamento do crédito rural para a atividade agropecuária no país, o privilégio foi e continua sendo dado para a agricultura empresarial. Essa por sua vez, “abocanha” em alguns anos agrícolas valores maiores do que os estipulados, evidenciando o *lobby* e a força política que esse setor tem na busca de recursos públicos.

Por sua vez, a agricultura familiar nunca atingiu nesses oito anos analisados a marca de 1/6 do total que é utilizado pela agricultura empresarial. Ou seja, a cada 1bilhão de reais liberados para o crédito rural no país, em média 840 milhões são destinados à agricultura empresarial, em contraposição a agricultura familiar fica com somente 160 milhões.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio de seu último Censo Agropecuário, realizado em 2006, evidenciou a diferenciação na forma de exploração dos estabelecimentos agropecuários no país, em familiares e não familiares. A tabela 2 mostra que o país contava com cerca de 5,17 milhões de estabelecimentos agropecuários, numa área ocupada de aproximadamente 330 milhões de hectares.

No que diz respeito à diferenciação entre os tipos de estabelecimentos agropecuários no Brasil, verifica-se na tabela 2 que em termos percentuais, os familiares são a maioria, contabilizando 84,40%, contra 15,60% dos não familiares. No entanto, em relação à área ocupada a situação é inversa, denotando a grande concentração fundiária, pois os estabelecimentos familiares contam com apenas

24,32% do total das terras no país, e os não familiares por sua vez contam mais de 75% do total das terras.

Tabela 2. Tipos de Estabelecimentos Rurais no Brasil.

Tipo de Estabelecimento	Número de Estabelecimentos (1)	%	Área Hectares (2)	%	Média Hectares (2/1)
Familiar	4.367.902	84,40	80.250.453	24,32	18,40
Não Familiar	807.587	15,60	249.690.940	75,28	309,20
Total	5.175.489	100,00	329.941.393	100,0	63,80

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. **Org:** Fernando Veloso.

A quantidade média de hectares dos estabelecimentos agropecuários também mostra a concentração fundiária, pois os estabelecimentos familiares contam com área de 18,40 hectares e os não familiares contam com 309,20 hectares, conforme destacado na tabela 2.

Não é mera coincidência, mas ao consultar os planos safras²⁵ 2010/2011 destinados aos dois grandes setores que compõem o espaço rural brasileiro, ou seja, o Plano Agrícola e Pecuário e o Plano Safra da Agricultura Familiar, se evidencia que o primeiro disponibilizou cerca de 100 bilhões de reais em recursos para o financiamento, enquanto o segundo dispôs de 16 bilhões de reais (BRASIL, MAPA, 2010; BRASIL, MDA, 2010).

Locatel (2004) apontou também em seu estudo, a cisão existente nas políticas para o rural brasileiro, tendo de um lado as políticas agrícolas do MAPA atendendo o setor do *agribusiness* visando ao aumento da produção e da produtividade, seguindo os moldes da política da modernização da agricultura, apoiada no modelo produtivista e setorial; e de outro as políticas do MDA de desenvolvimento rural, embora grande parte desses recursos seja alocada na linha crédito rural do PRONAF.

²⁵ Somente a partir da safra 2002/03 é que foram criados dois planos para o rural brasileiro, um para agricultura familiar, a encargo do MDA, e outro, para a agricultura empresarial sob responsabilidade do MAPA.

Diante disso, procuramos ressaltar as ações do Estado Brasileiro para o setor agropecuário, evidenciando o papel das políticas públicas no processo de consolidação do projeto nacional de sociedade urbano-industrial, perpassando pelo processo de modernização da agricultura brasileira, na crise econômica da década de 1980 e no processo de estabilização monetária da década de 1990.

As *mudanças* têm ocorrido, principalmente a partir da década de 1990 e 2000, tendo como referência o PRONAF e o MDA, quando o Estado Brasileiro passa a reconhecer a legitimidade da produção familiar no espaço rural brasileiro. Outra *mudança*, ao menos no discurso oficial, consiste na incorporação da abordagem territorial na formulação das políticas públicas, ao invés da perspectiva setorial. Esses elementos são primordiais para compreender como as políticas públicas podem beneficiar ou não, determinados tipos de produtores rurais, em contextos sociais e espaciais nos quais estão inseridos.

No entanto, as *permanências* também são evidentes, tendo como exemplo a política agrícola brasileira. Nesse caso podemos salientar a disparidade no montante de recursos que são fornecidos para a agricultura empresarial e familiar, expressos nos recursos orçamentários do MAPA e do MDA.

Esses subsídios nos fornecem suporte para analisar os pequenos proprietários rurais no município de Junqueirópolis, localizado no oeste do Estado de São Paulo. Essa localidade teve um processo de reestruturação de seu espaço rural, após a decadência da cafeicultura no final da década de 1970, levando à descapitalização dos produtores – sobretudo os pequenos - e a ampliação do êxodo rural. Em virtude da crise da cafeicultura, os pequenos produtores rurais que permaneceram, buscaram desenvolver alternativas econômicas para a manutenção de suas unidades produtivas.

No contexto atual, Junqueirópolis se destaca no cenário da região do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, por ainda concentrar a maior população rural da região de Dracena, perfil agropecuário diversificado (lavoura e pecuária) e contar com uma forte organização coletiva de produtores rurais, a Associação Agrícola de Junqueirópolis. Nesse caso, o acesso às políticas públicas constitui-se num fator fundamental para assegurar a reprodução social e econômica desses pequenos proprietários rurais.

3- O MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS NO CONTEXTO DO EDR DE DRACENA

Nesse capítulo buscaremos inicialmente elencar alguns indicadores econômicos e sociais da região abarcada pelo Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, situado na porção oeste do Estado de São Paulo, no contexto atual, atentando especialmente para o município pesquisado, Junqueirópolis²⁶.

Além disso, contextualizamos o processo de ocupação dessa região, até os anos de 1990, enfocando a crise da cafeicultura e seus efeitos na economia agrícola regional, denotando a relevância que as políticas públicas criadas para a produção familiar ganham importância para a manutenção dos pequenos proprietários no espaço rural. Por fim, analisamos a evolução do PRONAF e do PAA no município de Junqueirópolis e na região do EDR de Dracena.

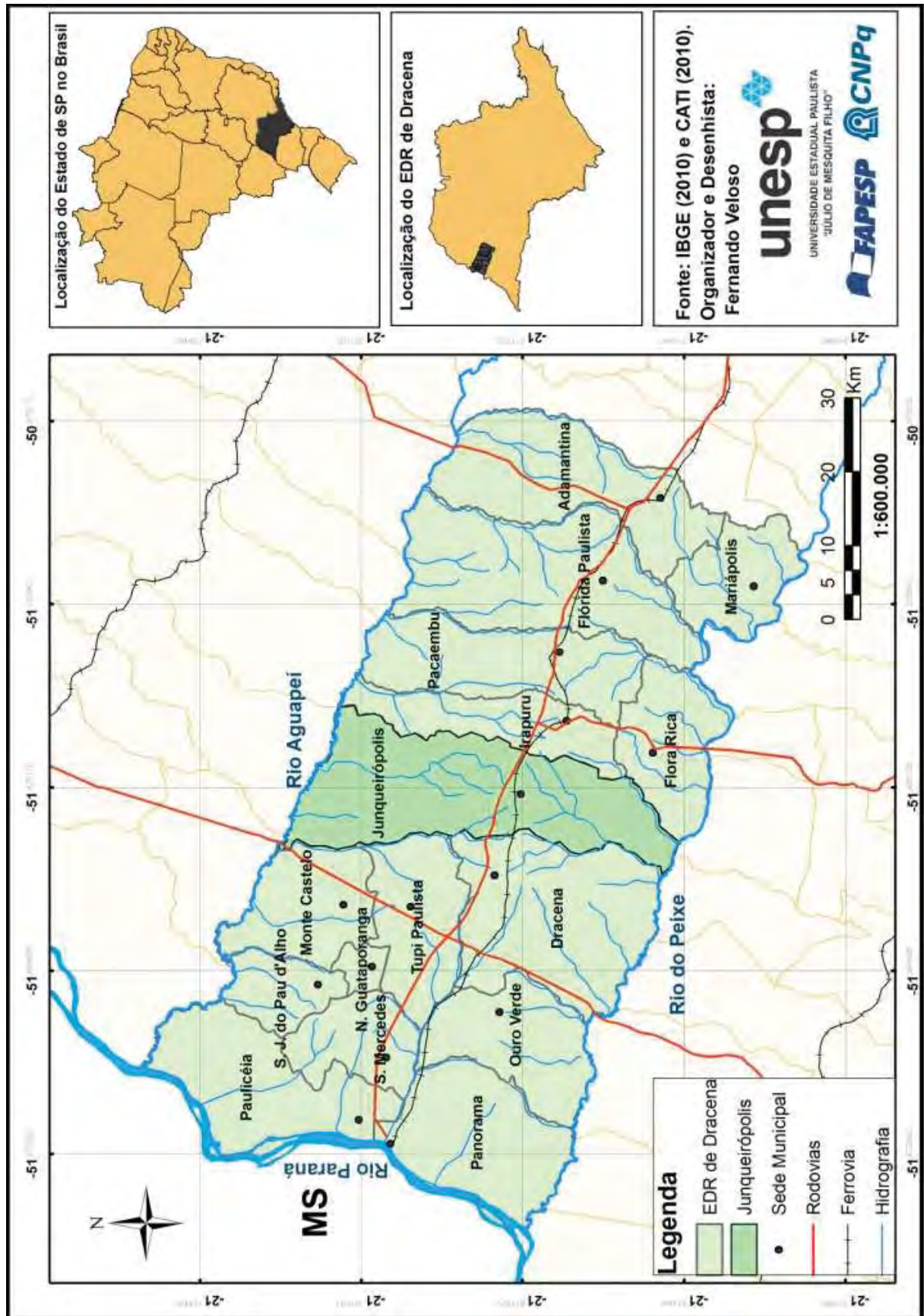
3.1- O EDR de Dracena: indicadores econômicos e sociais no contexto atual

O EDR de Dracena está situado no extremo oeste do Estado de São Paulo, no Planalto Ocidental Paulista, sobre o espigão divisor dos Rios Aguapeí e Peixe. Quanto aos limites territoriais dessa região, estes iniciam-se nos municípios de Adamantina e Mariápolis na porção leste, seguindo até Panorama e Paulicéia a oeste, área em que faz divisa com o Mato Grosso do Sul, tendo como marco o Rio Paraná. Em termos de rodovias, a região é atravessada no sentido leste-oeste pela Rodovia SP-294²⁷, cujo traçado é paralelo aos trilhos da ferrovia da antiga CPEF (Companhia Paulista de Estradas de Ferro), e no sentido norte-sul pela Rodovia SP-563²⁸, conforme destacado no mapa 1.

²⁶ Os dados de fonte secundária utilizados nessa etapa da pesquisa foram coletados junto à Fundação SEADE, Censos Demográficos do IBGE (2000 e 2010), Ministério do Trabalho e Emprego e do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (1995/96 e 2007/08).

²⁷ Rodovia Comendador João Ribeiro de Barros.

²⁸ Rodovia Integração.



Mapa 1. Localização do EDR de Dracena.

No atual contexto, conforme dados do IBGE, a região do EDR de Dracena abarca uma área de 4.767 km² e conta com população total de cerca de 190 mil habitantes (IBGE, 2010).

Essa região apresenta contingente populacional bem diferenciado, sendo que a maioria dos municípios (nove dos 16 que compõem o EDR), contabiliza população inferior a 10.000 habitantes. Entre os municípios com população total acima de 30.000 habitantes, estão Dracena e Adamantina; entre 10.001 e menos de 20.000 habitantes aparecem Junqueirópolis, Panorama, Tupi Paulista, Pacaembu e Flórida Paulista; e com população inferior a 10.000 habitantes constam Irapuru, Ouro Verde, Paulicéia, Monte Castelo, Mariápolis, Santa Mercedes, São João do Pau d' Alho, Flora Rica e Nova Guataporanga, conforme destacado na tabela 3.

Em termos gerais, analisando os dados dos Censos Demográficos do IBGE, a região teve aumento populacional de 5,90% entre os anos de 2000 e 2010²⁹ com incremento de 10.549 habitantes³⁰. Os municípios que obtiveram aumento populacional no período de 2000 a 2010 foram Dracena, Flórida Paulista e Junqueirópolis, com incremento de 2.719, 1.739 e 1.719 pessoas, respectivamente. Quanto às localidades que tiveram perda populacional no referido decênio, constam Flora Rica, São João do Pau d' Alho e Monte Castelo, com diminuição de 425, 77 e 26 pessoas, respectivamente.

Com relação ao perfil populacional da região de Dracena destacamos que também houve alteração, com aumento da população urbana e redução da população rural no decênio 2000-2010. Dessa forma, no ano de 2000, 151.815 habitantes residiam nos núcleos urbanos, e no ano de 2010, este número passou para 164.315, aumento de 8,23%. Já a população rural reduziu 7,29% na referida década, uma vez que passou de 26.843 habitantes no ano de 2000 para 24.885 em 2010. Com isso, no ano de 2010, 86,85% da população do EDR de Dracena residiam nos núcleos urbanos, enquanto que 13,15% habitavam nas áreas rurais.

²⁹ Os dados do Censo 2010 para a população urbana e rural disponíveis ainda são preliminares, por isso ainda podem sofrer alterações.

³⁰ Esse aumento populacional do EDR de Dracena está abaixo do percentual estadual, que no período foi de 7,81%.

Os municípios de Panorama, Dracena e Adamantina se destacam no contexto regional por possuírem mais de 90% de sua população total residindo nos núcleos urbanos, enquanto que em Irapuru, Pacaembu, Tupi Paulista, Flórida Paulista e Monte Castelo a população rural representa mais de 20% da população total. O município que conta com maior população urbana é Dracena, com 39.946 habitantes e, no caso da população rural, o destaque é de Junqueirópolis, que possui 3.327 habitantes (IBGE, 2010).

Tabela 3. Evolução da população no EDR de Dracena (2000-2010) e valor do PIB em 2008

Municípios	2000			2010			2008
	Total	Rural	Urbana	Total	Urbana	Rural	PIB (R\$) Em Milhões
Municípios com mais de 30.000 habitantes							
Dracena	40.500	3.347	39.946	43.263	37.153	3.317	496,76
Adamantina	33.497	3.129	31.948	33.797	30.368	1.849	443,97
Municípios com população entre 10.001 e 20.000 habitantes							
Junqueirópolis	17.005	3.585	15.399	18.726	13.420	3.327	191,52
Panorama	13.649	984	14.168	14.603	12.665	435	121,48
Tupi Paulista	13.286	2.409	11.203	14.262	10.877	3.059	136,96
Pacaembu	12.518	3.021	9.745	12.934	9.497	3.189	93,66
Flórida Paulista	11.106	2.124	10.138	12.894	8.982	2.711	127,50
Municípios com população de até 10.000 habitantes							
Ouro Verde	7.148	803	7.170	7.794	6.345	624	64,56
Irapuru	7.457	1.828	5.505	7.787	5.629	2.282	50,98
Paulicéia	5.302	1.368	5.271	6.342	3.934	1.071	60,95
Monte Castelo	4.089	1.085	3.211	4.063	3.004	852	48,80
Mariápolis	3.854	1.051	3.137	3.916	2.803	779	27,34
Santa Mercedes	2.803	572	2.458	2.831	2.231	373	23,63
Nova Guataporanga	2.087	359	1.893	2.178	1.728	285	14,61
São João do Pau d'Alho	2.180	569	1.705	2.103	1.611	398	22,69
Flora Rica	2.177	609	1.418	1.752	1.568	334	29,19
Total do EDR	178.658	26.843	164.315	189.200	151.815	24.885	1954,60
Estado de SP	36.969.476	2.437.841	41.252.160	39.552.234	34.531.635	1.699.926	1.003.015,76

Fonte: Censos Demográficos IBGE (2000 e 2010) e Fundação SEADE (2008) **Org.** Fernando Veloso.

Outro fato a ser destacado é que somada somente a população que reside nos núcleos urbanos de Dracena e Adamantina, estas representam 43,75% do total da população urbana do EDR de Dracena. Fato semelhante também ocorre com a

população rural de apenas quatro municípios, quais sejam: Junqueirópolis, Dracena, Pacaembu e Tupi Paulista, que concentram mais de 50% do total da população rural do EDR de Dracena no ano de 2010.

No que tange ao Produto Interno Bruto (PIB), os 16 municípios que compõem o EDR de Dracena somavam 1.954,60 milhões de reais no ano de 2008, como destacado na tabela 3. Esse montante é pouco expressivo no contexto estadual, pois representava em 2008 apenas 0,19% do total do PIB paulista no referido ano, que foi de 1.003.015,76 milhões de reais.

Ao aprofundar as informações do PIB no ano de 2008 é possível fazer algumas ponderações sobre o perfil econômico da região do EDR de Dracena. Dessa forma, fica nítido que a principal atividade econômica da região é o Setor de Comércio e Prestação de Serviços, que corresponde a 59,98% do total. A atividade industrial aparece com menos de 1/5 do total do PIB regional, denotando que esse setor apresenta-se pouco expressivo; e, por fim, a Agropecuária, que conta com participação de pouco mais de 8%. Outra relação que pode ser destacada é que a diferenciação no valor do PIB (2008) entre os municípios do EDR de Dracena pode ser refletido no número de habitantes de cada localidade.

Destacam-se, no cenário regional, os municípios de Dracena e Adamantina com PIB superior a 400 milhões de reais. Numa faixa intermediária comparecem os municípios de Junqueirópolis, com PIB de 191,52 milhões de reais; seguido por Tupi Paulista, com 136,96; Flórida Paulista com 127,5; e Panorama com 121,48 milhões de reais. Com PIB inferior a 100 milhões de reais aparece Pacaembu, Ouro Verde, Paulicéia, Irapuru, Monte Castelo, Flora Rica, Mariápolis, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e, por fim, Nova Guataporanga, que conta com o menor PIB regional e do estado de São Paulo, com pouco mais de 14 milhões de reais (SEADE, 2008).

Gil (2007) ao analisar os dados estatísticos do PIB evidencia que existe uma grande diversidade entre os municípios da Nova Alta Paulista. Para a autora, os indicadores econômicos desmistificam o equívoco de que a população local tem em acreditar que existe certa homogeneidade entre os municípios, devido a algumas semelhanças entre eles, tais como: caracterização física da paisagem, modelo e período de colonização, atividades econômicas inicialmente instaladas, ou mesmo dificuldades orçamentárias existentes no atual contexto, entre outras.

Na visão dessa autora há uma série de fatores internos e externos que podem ser mencionados para a não realização de um projeto voltado ao desenvolvimento regional (GIL, 2007), tais como:

- A homogeneidade no tempo histórico da colonização (1930-1960);
- Área relativamente pequena, delimitada por três rios (Peixe, Aguapeí e Paraná);
- A proximidade entre os municípios e a semelhança no modelo de ocupação do tipo comercial;
- As forças externas que motivaram a ocupação (expansão da cafeicultura e o comércio especulativo de terras);
- Predominância cultural das famílias colonizadoras, priorizando experiências individuais e não associativas;
- Lideranças políticas locais, que não fortaleceram experiências voltadas à cooperação intermunicipal;
- Influência do processo de urbanização/industrialização brasileira, cujo movimento dialético colocou essa área em condição desvantajosa em relação às áreas centrais.

Gil (2007) destaca que a inter-relação entre esses elementos nos diferentes municípios e comunidades, imprimiu particularidades que a diferenciam de outras áreas. Diante disso, a autora enfatiza que a região tem uma inserção periférica e desvantajosa no contexto mais geral, o que dificulta seu fortalecimento e porventura, na competição com outras localidades. Isso faz com que a região da Nova Alta Paulista fique a mercê das forças hegemônicas, o que contribui para reproduzir e perpetuar uma condição secundária.

Santos (1996[2008]) aponta que a atual caracterização das regiões está longe da solidariedade orgânica, própria do cerne da definição do fenômeno regional, como *locus* da produção propriamente dita e de uma cooperação mais limitada (horizontalidades). De acordo com esse autor, a lógica que impera atualmente são as solidariedades organizacionais, ou seja, as regiões existem porque elas se

impõem, sobretudo, por conta de outros movimentos da produção (circulação, distribuição e consumo), baseada em racionalidades de origens distantes e em outras escalas, que se tornam um dos fundamentos de sua existência e definição (verticalidades).

Para Santos (1996[2008]) essas verticalidades criam interdependências numerosas e atuantes quando maior a necessidades de cooperação entre os lugares.

Essas interdependências tendem a ser hierárquica e seu papel de ordenamento transporta um comando. A hierarquia se realiza através de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento do sistema. A informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem as novas realidades (SANTOS, 1996[2008], p. 285).

Complementando a idéia de Santos (1996[2008]), Gil (2007) salienta que distintas regiões se complementam de modo desigual e combinado³¹. Para a autora, de um lado temos “regiões atrativas”, que possuem efeito polarizador, para onde convergem mais pessoas e investimentos. Ao mesmo tempo, do outro lado, temos “regiões contidas” que exercem uma força desagregadora, pois os recursos (matéria-prima, baixo custo na produção de mercadorias e trabalho humano) são canalizados, em sua maioria, para as regiões atrativas³².

Nesse sentido, Gil (2007) aponta que essas relações são complexas e refuta a idéia de linearidade. Dessa forma, alguns setores podem se apresentar altamente dinâmicos nas regiões contidas e outros bastante retraídos, mesmo se inseridos em regiões atrativas.

[...] Essa lógica é construída por uma sociedade cujos mecanismos de funcionamento são alheios à interdependência entre as pessoas e entre estas e a natureza. Refere-se, aqui, ao modo capitalista de produção, que interrompe a solidariedade naturalmente estabelecida entre os diferentes grupos para o atendimento das necessidades comuns (GIL, 2007, p. 37).

³¹ Como também destaca Neil Smith (1988) em sua obra “Desenvolvimento Desigual”.

³² Para Gil (2007) os espaços que acumulam densidades técnicas e informacionais tornam-se mais aptos a atrair capital, tecnologia e organização, tornando-se alvo de interesse de empresas, pessoal qualificado, investimentos públicos em infra-estrutura, por exemplo. Por outro lado, há espaços em que essas características estão ausentes, inserindo-se, portanto, numa condição de submissão aos primeiros.

A autora menciona que a principal dimensão que determina a desigualdade entre as regiões é o econômico, e que essa disparidade é reforçada pelo Estado, pois falha ao privilegiar setores e/ou área específicas, em detrimentos dos direitos e interesses comuns, negligenciando seu dever de promover a equidade³³.

A região da Nova Alta Paulista é caracterizada por apresentar alguns índices maiores que a média estadual (índice de escolaridade e longevidade) e, contrapondo-se a outros bem deficitários, como a alta evasão populacional, somada a baixa oferta de emprego. Na visão de Gil (2007) a “não sensibilização” do governo estadual e federal pela Nova Alta Paulista explica-se pela pequena expressividade econômica e política da região.

Para melhor qualificar o perfil da região do EDR de Dracena consultamos as informações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho³⁴. Assim, constata-se que em 31/12/2009, a área de abrangência do EDR de Dracena contava com 38.532 trabalhadores formais. Salienta-se que o levantamento evidencia apenas os empregos formais, contudo, nos fornece subsídios para se traçar um perfil da situação empregatícia no EDR de Dracena, como destacado na tabela 4.

Diante disso, verifica-se que as atividades que mais empregam no contexto regional são Comércio e Serviços, cuja participação corresponde por mais de 43,00% dos empregos formais na região do EDR de Dracena, contando com 8.463 e 8.159 trabalhadores formais, respectivamente. Na sequência, aparecem as seguintes atividades: Indústria, com 7.951 empregos; Agropecuária, com 6.943; Administração Pública, com 5.791; Construção Civil, com 928; e por fim, Outros Setores com pouco menos de 300 postos de trabalho formais, em dezembro de 2009.

³³ Ou seja, como vimos no capítulo anterior, o próprio Estado Brasileiro reforça essa disparidade, como mostramos por meio da atuação de dois ministérios atuando no setor agropecuário, com dotações orçamentárias bem díspares, entre eles.

³⁴ Os estabelecimentos empregadores por força de Lei federal são obrigados a declarar admissões e desligamentos mensais ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Com relação à distribuição dos empregos formais por municípios, verifica-se na tabela 4, que somente Dracena³⁵ e Adamantina concentram mais de 48,00% do total dos postos de trabalho da região. Na sequência comparece, com menos de 5.000 empregos formais, Junqueirópolis com 11,92% e Flórida Paulista com 10,86% do total. Entre as localidades que tem contavam com menos de 300 postos de trabalho formais em dezembro de 2009, estavam Mariápolis com 0,75% do total, São João do Pau d' Alho com 0,74%, Flora Rica com 0,72% e Nova Guataporanga com apenas 0,53% do total de empregos.

Tabela 4. Número de Empregos Formais por Atividades nos municípios do EDR de Dracena em 31/12/2009.

Municípios	Com.	Serv.	Ind.	Agr.	Adm. Pública	C. Civil	Out.*	Total
Dracena	3.223	2.826	1.380	668	908	558	172	9.735
Adamantina	2.077	2.705	1.817	1.220	882	168	59	8.928
Junqueirópolis	898	687	1.896	611	461	41	0	4.594
Flórida Paulista	232	257	519	2.868	290	12	5	4.183
Panorama	553	261	1.248	105	415	51	30	2.663
Tupi Paulista	645	620	210	303	382	0	0	2.160
Paulicéia	132	137	632	96	316	89	21	1.423
Pacaembu	329	269	100	121	376	0	7	1.202
Ouro Verde	129	48	46	334	327	8	0	892
Irapuru	109	193	37	62	275	0	0	676
Santa Mercedes	30	17	34	273	204	0	1	559
Monte Castelo	37	34	26	137	225	0	0	459
Mariápolis	18	26	4	52	186	1	1	288
São João do Pau d' Alho	23	58	2	33	170	0	0	286
Flora Rica	9	15	0	50	205	0	0	279
Nova Guataporanga	19	6	0	10	169	0	1	205
Total	8.463	8.159	7.951	6.943	5.791	928	297	38.532

Fonte: Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho/ISPER - Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em <<http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>> **Org.** Fernando Veloso.

* Denominamos como “Outros Setores” a soma dos empregos formais das atividades “Serviços Industriais de Transformação Pública” e “Extrativa Mineral”.

³⁵ Leão (2008) realizou estudo sobre as cidades de Ouro Verde e Dracena. A autora destaca que o município de Dracena tem forte influência na rede urbana da região por concentrar atividades ligadas à saúde e a educação, além de polarizar escolas técnicas e faculdades de ensino superior.

Quando se analisa os empregos formais por atividades verifica-se que a liderança de Dracena e Adamantina se evidencia na maior parte dos setores, ou seja, Comércio, Serviços, Administração Pública e Construção Civil. As referidas localidades não ocupam as primeiras posições no número de empregos formais somente no setor Agropecuário, no caso para Flórida Paulista, e no que concerne à Indústria, para Junqueirópolis.

Diante desses dados é possível fazer algumas ponderações sobre os empregos formais na região de Dracena, tendo como referência dezembro de 2009. Entre os ramos de atividades com maiores postos de empregos, a Indústria é apenas a terceira em número de empregos, mostrando que a região claramente não tem perfil industrial, dependendo economicamente das atividades de Comércio e Prestação de Serviços, seguido pela Agropecuária e Administração Pública.

A respeito do setor Industrial, pode-se afirmar que uma das atividades que mais gera postos de trabalho na região do EDR de Dracena, são as agroindústrias canaveiras. O destaque de Junqueirópolis no setor Industrial³⁶ está relacionado aos 1.158 empregos formais na ocupação “trabalhador da cultura da cana-de-açúcar”, vinculados às usinas³⁷. O referido município conta com duas usinas, a Alta Paulista e a Rio Vermelho que foi recentemente (adquirida pelo grupo suíço *Gleancore*³⁸). Outro tipo de indústria que se destaca no contexto regional são as olarias, com 880 postos na ocupação “oleiros na fabricação de tijolos”, principalmente em Panorama, com 88,30% desse total. Porém, essa indústria, devido à especificidade da matéria-prima utilizada, se restringe aos municípios situados nas margens do Rio Paraná.

³⁶ Com a tendência da mecanização do corte da lavoura da cana-de-açúcar, muitos desses postos de trabalho da ocupação “trabalhador da cultura da cana-de-açúcar”, serão substituídos pela utilização das colhedoras mecanizadas. Nessa referida ocupação restariam os trabalhadores que trabalham no corte da cana-de-açúcar em áreas com declive acentuado, em que a máquina não tem acesso, ou ainda para o período de preparo do solo e plantio da referida lavoura.

³⁷ Destaca-se que esse tipo de indústria emprega tanto trabalhadores no campo, como para a planta fabril. Uma prática comum utilizada por algumas usinas é a criação de empresas de “fachada”, as chamadas “Agrícolas” para vincular os trabalhadores do campo a essas empresas. Isso fica nítido no caso de Flórida Paulista, em que 2.086 postos de trabalho da ocupação “trabalhador da cultura da cana-de-açúcar” são vinculados ao setor Agropecuário, e não a Indústria. Tal estratégia é utilizada pelas usinas, no caso a FLORALCO, para que os vínculos empregatícios não sejam ligados diretamente à empresa, e sim para essas Agrícolas, que no caso funcionam como empresas terceirizadas, que prestam serviços à própria usina e consequentemente pagam menos impostos.

³⁸ Cf. notícia veiculada pelo Jornal Estado de S. Paulo de 02/12/2011. Para maiores detalhes da expansão das agroindústrias canaveiras na Microrregião Geográfica de Dracena, consultar Segatti (2009).

O setor de Comércio e Serviços representa a maior parte dos empregos formais, principalmente nos municípios de Dracena e Adamantina, o que leva a afirmar que a maioria da população economicamente ativa da região encontra-se empregada nesses dois ramos de atividade. Gil (2007) aponta que a dinâmica econômica regional tem passado por um processo de mudanças com a sofisticação do setor terciário, destacando-se a ampliação do ensino superior, a remodelação do setor comercial e, na segurança pública, com a instalação dos presídios.

No caso do Comércio, a ocupação que mais se destaca é a de vendedor de comércio varejista, com 2.230 postos, e em relação ao de Serviços, destacam-se a ocupação assistente administrativo com 1.466 postos e auxiliar de escritório, com 1.468 postos de trabalho formais.

Outro fato de destaque é o setor da Administração Pública, ou seja, empregos gerados nas prefeituras municipais, órgãos estaduais e penitenciárias, por exemplo, chegam a representar mais de 70% do total de empregos em alguns municípios da região. No caso de Nova Guataporanga isso fica bem evidente, pois se alcança a marca de 82,44% do total de empregos do município. Essa situação também se repete em Flora Rica com 73,48%, Mariápolis com 64,58% e São João do Pau d' Alho, com 59,48% do total de empregos gerados estarem situados no referido setor. Cabe ressaltar que em termos numéricos os municípios de Dracena e Adamantina lideram a quantidade de empregos formais na Administração Pública, mas em comparação com o percentual total, esses postos de trabalho representam menos de 10% do total de empregos gerados nas respectivas localidades.

Gil (2007) considera que o setor agropecuário, ou em suas palavras a economia agrícola, é a mais significativa na composição do PIB da maior parte dos municípios, com destaque para a cultura da cana-de-açúcar e para as pastagens com plantel bovino de corte nas médias e grandes propriedades, e a fruticultura e a pecuária leiteira nas pequenas propriedades rurais.

A Agropecuária, por sua vez ocupa a quarta posição em relação ao número de empregos formais na região do EDR de Dracena, sendo mais representativo no município de Flórida Paulista, em que 68,56% do total de postos de trabalho estão nesse setor, principalmente na cultura da cana-de-açúcar. Nesse setor, as ocupações que aparecem com maior destaque no EDR de Dracena são: trabalhador

agropecuário em geral, com 499 postos e trabalhador volante, com 152 empregos formais. Junqueirópolis, por sua vez, conta com 611 postos de trabalho formais no setor Agropecuário, representando 13,30% do total de empregos do município. Os dois municípios citados, contam com grande parcela da população rural do EDR de Dracena, conforme destacado na tabela 3.

Destaca-se que a mão de obra utilizada nas pequenas propriedades rurais, na maioria dos casos, não é captada por esse tipo de levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, pois essa é feita numa relação de trabalho informal e de base familiar. Dessa forma, não é possível constatar através dos dados do MTE, o número de pessoas que é empregada nas pequenas propriedades rurais da região e do município pesquisado. Na tentativa de se ter alguma fonte de dados sobre essa mão de obra utilizada nas propriedades rurais do EDR de Dracena, recorreremos ao LUPA 2007/08.

O LUPA realizado em 2007/08 trouxe uma variável no que tange à mão de obra utilizada nas Unidades de Produção Agropecuária (UPA's), dividindo em duas categorias: trabalhadores permanentes e familiares do proprietário que trabalham na UPA³⁹, conforme representado na figura 6.

Geralmente no quesito mão de obra permanente, são os médios e grandes produtores que mais fazem uso desse tipo de contratação, e na região do EDR de Dracena essa forma de contratação contabiliza 3.862 trabalhadores. No caso dos pequenos, na maioria das vezes quem trabalha é o proprietário(a) e seus familiares, ocorrendo, eventualmente, no período de colheita, a contratação de trabalhadores diaristas e temporários. Dessa forma, o LUPA mostra que dos municípios pertencentes ao EDR de Dracena, em 7.703 unidades produtivas (86,60%) contavam com familiares do proprietário que trabalhavam na UPA⁴⁰. O referido levantamento ainda destaca o número total de pessoas que laboravam nesse sistema de trabalho e que somavam 11.617 pessoas.

³⁹ O LUPA não deixa evidente qual é o estrato de área que mais conta com empregados permanentes ou que possui familiares trabalhando.

⁴⁰ Na metodologia utilizada para a realização do LUPA não se esclarece como foi classificado esse tipo de trabalho.

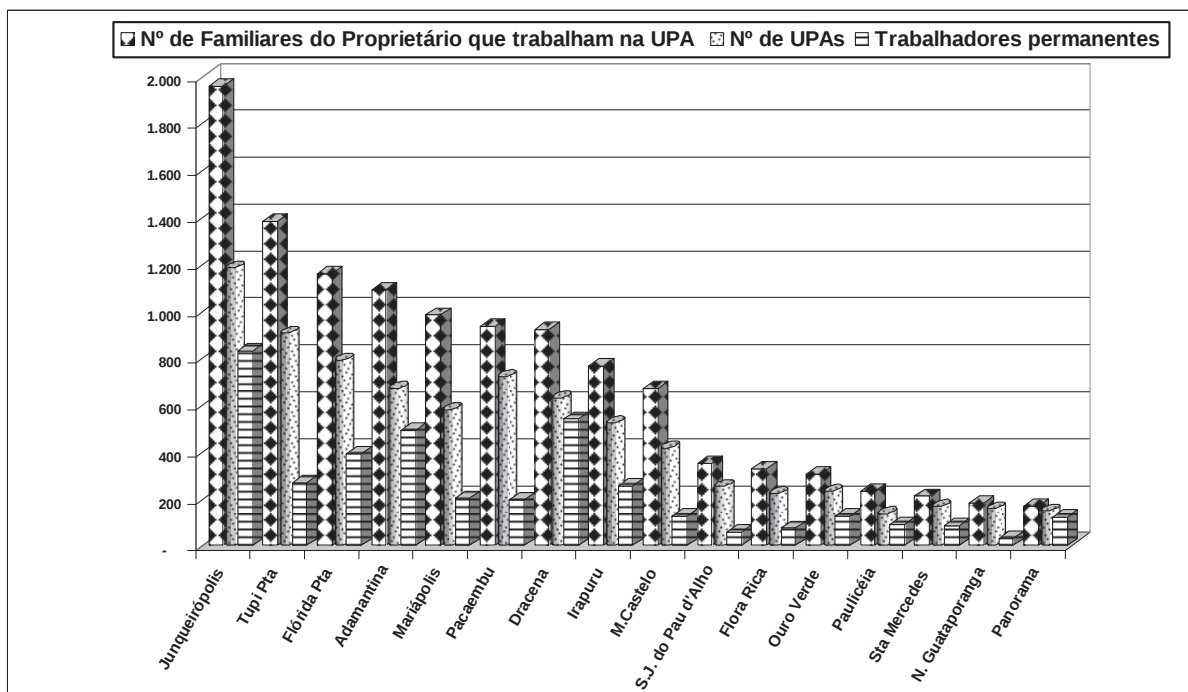


Figura 6. Familiares dos Proprietários que Trabalham nas UPA's nos municípios do EDR de Dracena (2007/08).

FONTE: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA. **Org:** Fernando Veloso.

Quando se analisa essa variável por município verifica-se que Junqueirópolis possui o maior número de familiares do proprietário que trabalham na UPA, contabilizando 1.956 pessoas, ou seja, 16,84% do total da região. Também possui o maior número de UPAS que contam com familiares do proprietário que trabalham nas referidas unidades, somando 1.183, ou seja, 15,36% do total da região. Destaca-se, ainda, no que tange à mão de obra de familiares do proprietário trabalhando na UPA, os municípios de Tupi Paulista, Flórida Paulista e Adamantina.

Diante dessa caracterização da região do EDR de Dracena por meio da seleção dos indicadores analisados, evidenciamos a diferenciação entre os municípios no que se refere ao contingente populacional, aspectos econômicos e número de empregos formais. Com relação à Junqueirópolis, este possui a terceira maior população total da região, ocupa a terceira posição no PIB regional e no número de empregos formais da região, respectivamente. Além disso, é o município que possui a maior população rural da região e que contabiliza o maior número de familiares do proprietário trabalhando nas UPA's, denotando que as políticas podem vir a beneficiar grande parcela dessa população.

Todavia, para entendermos como as políticas públicas criadas a partir da década de 1990 alcancem seu público alvo, é salutar mostrar o contexto em que elas se espacializam, num país de dimensões continentais, e tão heterogêneo do ponto de vista social, como o Brasil. Nosso objetivo é contribuir por meio desse estudo, mostrando as especificidades da região de Dracena, trazendo alguns elementos do processo inicial de ocupação, que ajudam a entender a importância que as políticas públicas têm no cenário atual para os pequenos proprietários rurais do município de Junqueirópolis.

3.2- Contextualizando o EDR de Dracena: auge e crise da cafeicultura e a relevância das políticas públicas para a produção familiar

A estrada de ferro teve papel importante no processo de ocupação da região do EDR de Dracena e, ainda na atualidade (2011), continua arraigada no imaginário de sua população, pois ainda é denominado como parte da Nova Alta Paulista⁴¹. Destaca-se que essa foi a última área efetivamente a ser incorporada ao setor produtivo do Estado de São Paulo, entre as décadas de 1930 e 1960, estando pautado em três elementos fundamentais: os investimentos de capitais vinculados à cafeicultura; a construção das ferrovias para escoamento do café até o porto de Santos; e, por fim, pelo processo de especulação imobiliária e ao comércio de grandes parcelas de terras, período em que se formaram os primeiros núcleos urbanos (SILVA, 1989).

O processo de ocupação do espigão Aguapeí/Peixe precedeu a construção dos trilhos das estradas de ferro, pois havia estradas de rodagem para sua interligação. Ao contrário do que ocorreu nas regiões de influência das estradas de Ferro Sorocabana e Noroeste, cujos trilhos avançaram rapidamente para as margens do Rio Paraná, a implantação dos trilhos da CPEF ocorreu de forma menos intensa, em virtude dos efeitos da crise da Bolsa de 1929, que “sem dúvida alguma,

⁴¹ De acordo com o IBGE, essa microrregião foi denominada até o final dos anos 1980 de Microrregião Homogênea da Nova Alta Paulista, abarcando 23 municípios. A partir de 1989, os municípios componentes desta microrregião foram reagrupados em dois, dando origem às Microrregiões Geográficas de Dracena (10 municípios) e de Adamantina (13 municípios).

assinalou a crise cafeeira uma freada na marcha do povoamento” (MONBEIG, 1984, p. 113).

Monbeig (1984) apontava que nos anos de 1940, o Estado de São Paulo viveu um período de especulação, principalmente nas zonas novas, onde estavam sendo preparados novos desbravamentos e uma nova etapa da marcha pioneira, com o prolongamento das linhas férreas. Silva (1989) enfatiza que a expectativa da construção da ferrovia estimulou fortemente a especulação fundiária e a valorização das terras próximas dos locais em que passariam os trilhos da CPEF, e que se desenvolveram os principais núcleos urbanos⁴².

Várias foram as empresas envolvidas no processo imobiliário da Nova Alta Paulista. Essas empresas adquiriam grandes glebas de terra ou eram contratadas por terceiros para fazer os serviços de loteamento, cuidando dos acertos jurídicos das glebas, da criação de infra-estrutura, da abertura de estradas e da organização e venda dos lotes (SILVA, 1989).

As vendas de lotes de terras aos colonos das regiões de ocupação mais recente do Estado de São Paulo proporcionaram o aparecimento de vários povoados, patrimônios e núcleos urbanos, e o aumento significativo do número dos pequenos proprietários de terra (MONBEIG, 1984; SILVA, 1989).

O pioneiro ao adquirir um pequeno lote de terra trabalhava com sua família e, nos primeiros anos, tinha que vencer muitas dificuldades: a falta de recursos, a derrubada de árvores, a construção da casa e de outras benfeitorias e, desde cedo apareciam atividades ligadas ao aproveitamento de produtos da agricultura ou da criação (PETRONE, 1982; SILVA, 1989).

Assim, surgiram atividades complementares que possibilitaram aos pioneiros o custeio dos gastos com o café ainda improdutivo, uma vez que estes cultivavam culturas em consonância com os tratos culturais dos cafezais, numa reciprocidade de trabalho e produção. A introdução do trabalho familiar e a diversificação agrícola permitiram uma maior dinamização da região, pois os fazendeiros de café concediam áreas entre as ruas do café, para o cultivo de lavouras, tais como:

⁴² Os trilhos da CPEF chegaram a Tupã em 1945, Osvaldo Cruz em 1947, Dracena em 1957 e Panorama em 1962.

algodão, arroz, feijão, dentre outras. Somado a isso, a marcha pioneira paulista foi favorecida no pós Segunda Guerra Mundial pelo processo de industrialização de São Paulo, que teve um crescimento considerável da população urbana e a necessidade de produtos para abastecê-los (MONBEIG, 1984; SILVA, 1989; GIL, 2004).

Nesse sentido, estas pequenas propriedades rurais, ao diversificarem a produção, se tornariam menos sensíveis aos abalos do mercado.

[...] os pequenos produtores, tanto proprietários como meeiros, esforçavam-se por complementar os grandes produtos comerciais, experimentando uma policultura que lhes assegure renda fixa. [...] Mas antes de tudo são culturas de subsistência que interessam, porque há sempre mercado para elas e porque estão a salvo dos grandes abalos que sempre ameaçaram os produtos de exportação. (MONBEIG, 1984, p. 316).

A partir dos núcleos urbanos se estabeleceram as formas de povoamento e de exploração das terras. Estes núcleos ofereciam o apoio técnico e econômico através da prestação de serviços à área rural, pois as economias dessas zonas novas estavam voltadas exclusivamente à produção agrícola.

Nas primeiras décadas da colonização, a economia da região teve como base a cafeicultura, pois esta sendo a principal lavoura comercial, sua produção era vendida para os maquinistas que atuavam na região que, por sua vez, a destinavam ao mercado externo.

Gil (2007) aponta que a partir das décadas de 1970 e 1980 inicia-se um processo significativo de mudanças no contexto regional. Isso se deu principalmente pelo declínio da produção de café e foi acentuado pelo processo de modernização do campo brasileiro.

A crise da cafeicultura foi motivada por diversos fatores, como a redução no seu consumo mundial, a baixa qualidade do café, a grande quantidade estocada, as alternâncias climáticas (geadas de 1975 e 1981), a incidência de pragas e doenças e o esgotamento dos solos (CHIBA et al. *apud* OLIVEIRA, 2003). Para Gil (2004), os efeitos dessa crise foram muitos negativos para a região devido às raízes econômicas, sociais e culturais que essa população manteve com o território e com

as instâncias políticas, dependentes quase que exclusivamente de um único produto comercial, o café.

Isso trouxe mudanças significativas para o espaço rural da região da Nova Alta Paulista. Gil (2004) destaca que na fase da cafeicultura e da policultura predominavam as pequenas propriedades rurais organizadas com o trabalho familiar, e que a decadência da economia cafeeira acarretou a erradicação de milhares de pés de café e a sua substituição por pastagens (principalmente com a pecuária de corte) e, mais recentemente, pelos canaviais⁴³.

Diante desse quadro de erradicação de cafezais e de reestruturação do setor agropecuário é que inserimos os pequenos produtores rurais do município de Junqueirópolis e da região de Dracena, segmento influenciado diretamente por esse processo de mudanças no espaço rural regional. Dessa forma, muitos pequenos produtores rurais, como parceiros e arrendatários ou mesmo pequenos proprietários de terra, sofreram um acelerado processo de empobrecimento e pauperização na década de 1980; e não mais conseguindo se manter na atividade produtiva, deixaram o espaço rural ou incentivaram os familiares mais jovens a migraram para outras localidades.

A cafeicultura era responsável por absorver grande contingente de mão-de-obra familiar e de trabalhadores temporários, especialmente no período da colheita nos municípios da região do EDR Dracena. Com o declínio da atividade cafeeira, muitos filhos e filhas de produtores rurais migraram para outras localidades a procura de emprego. O declínio da cafeicultura afetou ainda a produção de outras culturas, pois comumente se produzia lavouras temporárias nos interstícios da cultura do café, que eram consumidos pela própria família, além de se vender o excedente para os comerciantes locais e regionais⁴⁴.

Somado a esse quadro regional, na década de 1980, o país vivenciava forte crise econômica e recessão, como foi abordado anteriormente. Isso intensificou o

⁴³ A Região do EDR de Dracena contava no ano de 2010 com seis agroindústrias canaveiras em operação, sendo: uma nos municípios de Paulicéia, Dracena, Flórida Paulista e Adamantina; e duas no município de Junqueirópolis. Além disso, conta uma unidade em implantação no município de Santa Mercedes.

⁴⁴ No próximo capítulo detalharemos as informações da estrutura produtiva e agropecuária no município de Junqueirópolis.

processo de êxodo rural na região de Dracena. Em relação aos pequenos proprietários rurais que permaneceram, eles tiveram que desenvolver novas alternativas de produção, viáveis economicamente, apostando na diversificação produtiva (duas ou mais atividades comerciais) e no associativismo rural, como estratégias para assegurar a reprodução social e econômica (VELOSO, 2008; HESPANHOL, 2009).

Oliveira (2003) apontou que a fruticultura foi uma das alternativas encontradas pelos pequenos produtores rurais, em razão do declínio da atividade cafeeira na região de Dracena. Esse autor destaca as vantagens da atividade frutícola na região, tais como: o grande número de pequenas unidades produtivas, pela possibilidade de absorção da mão de obra familiar, a geração de empregos e o elevado rendimento que a atividade gera em pequenas extensões territoriais. Salienta, também, a instalação de duas agroindústrias no município de Dracena a partir da década de 1990, as quais processam frutas para a fabricação de polpa⁴⁵.

Outro fato relevante que tem potencializado a fruticultura na região são as formas coletivas de organização de produtores rurais, como as associações. Os produtores organizados por meio de associações, especializadas em certos tipos de frutas, como acerola e uva, buscam essa estratégia de comercialização da produção de forma coletiva para diminuir o seu grau de dependência em relação à agroindústria e ao capital comercial (OLIVEIRA, 2003).

Além da fruticultura, os produtores rurais também têm apostado em novas alternativas de cultivos a partir da década de 1990, como urucum, seringueira para extração do látex, desenvolvendo a pecuária de leite e mista e, alguns casos permanecendo ainda com a cultura do café, combinando esta com outras atividades.

Diante desse cenário, é que se torna relevante para os pequenos proprietários rurais terem acesso a programas e políticas públicas que possam melhorar suas condições de vida e gerar renda, a fim de assegurar sua manutenção no espaço rural. A nosso ver, o acesso às políticas públicas como PRONAF, tanto para eventuais investimentos como no custeio da atividade produtiva, e no apoio à

⁴⁵ A Fruteza e a Poder Fruit.

comercialização, com o PAA, poderiam potencializar as estratégias de reprodução social e econômica desse segmento social.

Como visto anteriormente, foi somente a partir da década de 1990, que o Estado brasileiro incorpora no discurso oficial maior preocupação com esse segmento produtivo, criando linhas específicas de financiamento e programas voltados para a produção familiar rural. Na sequência analisamos a evolução do PRONAF e do PAA na região do EDR de Dracena e do município de Junqueirópolis, sendo que o PRONAF teve os primeiros contratos efetuados pelos pequenos produtores rurais no ano agrícola de 1999/2000, enquanto que o PAA teve seus primeiros projetos aprovados com recursos liberados no ano de 2005/06.

3.3- O PRONAF no contexto regional (1999/2000 – 2008/09)

O PRONAF e o PAA tiveram repercussões espaciais parecidas na região do EDR de Dracena, embora com diferentes temporalidades. Inicialmente, esses programas restringiram-se a determinados municípios da região, contudo, no decorrer dos anos agrícolas, outros também passaram a obter recursos desses dois programas.

Denota-se que o PRONAF e o PAA possuem especificidades e particularidades em seus objetivos, além de diferentes formas de implantação e gestão, na forma de acesso por parte dos produtores rurais, mas, podem ser complementares.

Os dados de fonte secundária foram agrupados por ano agrícola (julho-junho) e por município, tendo como ordenamento o montante de valores, número de contratos e de projetos; e, modalidades executadas; de forma a acompanhar a evolução do PRONAF⁴⁶ (1999/00 a 2008/09) e do PAA⁴⁷ (2005/06 a 2009/10).

⁴⁶ Dados coletados junto ao Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF (SMAP), vinculado a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁴⁷ Dados coletados junto ao EDR de Dracena, Portal da Transparência do Governo Federal e CONAB.

Com relação ao PRONAF, constata-se que no período de análise (1999/00 a 2008/09) os municípios que compõem o EDR de Dracena firmaram 9.240 contratos, representando 3,44% do total do estado de SP, num valor alocado de cerca de 70,5 milhões de reais, ou seja, 3,04% do total estadual, como destacado na tabela 5.

Tabela 5. Comparação entre os dados do PRONAF no EDR de Dracena e no estado de São Paulo entre os anos agrícolas de 1999/00 a 2008/09.

Ano Agrícola	SP Contratos	EDR Contratos	% do EDR em nível estadual	SP Montante (R\$)	EDR Montante (R\$)	% do EDR em nível estadual
1999/00	18.851	108	0,57	78.674.746,77	493.983,95	0,63
2000/01	14.686	431	2,93	64.116.662,91	1.580.868,39	2,47
2001/02	14.768	576	3,90	71.106.951,18	2.468.448,16	3,47
2002/03	15.706	568	3,62	73.292.041,90	2.458.239,18	3,35
2003/04	24.400	812	3,33	155.304.356,22	4.310.111,67	2,78
2004/05	31.823	1.163	3,65	212.607.060,93	7.151.405,19	3,36
2005/06	33.413	1.377	4,12	260.265.166,18	10.728.606,52	4,12
2006/07	41.089	1.530	3,72	413.773.969,57	15.035.622,58	3,63
2007/08	39.370	1.432	3,64	393.022.875,05	12.295.186,72	3,13
2008/09	34.725	1.243	3,58	596.468.401,66	14.048.697,19	2,36
Total	268.831	9.240	3,44	2.318.632.232,37	70.571.169,55	3,04

Fonte: SMAP/MDA/SAF (2010).

Org: Fernando Veloso.

Verifica-se na tabela 5 que houve o aumento gradativo do percentual de contratos do PRONAF no EDR de Dracena entre os anos agrícolas de 1999/00 e 2006/07 (1.316,67%); embora apresente leve redução entre os anos de 2001/02 e 2002/03 (-1,39%). A partir do ano agrícola de 2007/08 observa-se uma regressão gradual; diminuição de 6,41% no número de contratos no ano de 2007/08 e de 13,20% no ano de 2008/09. Evidencia-se, também, que no período analisado (1999/00 a 2008/09) o EDR de Dracena teve aumento em termos percentuais de 1.050,92% no número de contratos firmados, passando de pouco mais de 100 operações no ano de 1999/00 para 1.243 contratos no ano de 2008/09.

Em relação ao montante dos recursos obtidos pelo PRONAF nos municípios que compõem o EDR de Dracena, verificou-se tendência de ampliação considerável entre os anos agrícolas de 1999/00 a 2006/07; de cerca de 14,50 milhões de reais. Todavia, esse programa apresenta certa redução no ano de 2007/2008, de 2,74 milhões de reais; e novo acréscimo no ano de 2008/09 por volta do 1,75 milhão de reais. Assim, no ano de 1999/00, o EDR de Dracena computava R\$ 493.983,95, alcançando no ano agrícola de 2006/07 para a soma de R\$15.035.622,58 – maior

valor do período em análise – e, alcançando no ano de 2008/09 o montante de R\$14.048.697,19; portanto, com acréscimo de 13,5 milhões de reais entre os anos de 1999/00 a 2008/09.

Outra questão de destaque que se depreende da tabela 5 refere-se ao aumento percentual da participação dos municípios que compõem o EDR de Dracena em comparação ao Estado de SP, tanto no número de contratos, como no montante de valores alocados pelo PRONAF no período analisado. Portanto, o EDR de Dracena computava em termos percentuais somente 0,57% do número de contratos e 0,63% dos recursos financeiros no ano de 1999/00, em comparação com o Estado de SP; alcançando a marca de 4,12%, tanto para os contratos como os valores, no ano de 2005/06. Nos anos subsequentes nota-se pequena redução na participação estadual em relação à quantia de contratos, diminuindo para 3,58% no ano de 2008/09, com acentuada redução nos percentuais de recursos financeiros, diminuindo para 2,36% do total do Estado de SP no ano de 2008/09.

Em linhas gerais constata-se que a partir do ano agrícola 2003/04 – primeiro ano do mandato do Governo Lula (2003-2006) é possível observar considerável aumento dos recursos do PRONAF até o ano de 2006/07. Esse aumento dos valores do PRONAF ocorreu pelo programa incorporar segmentos mais capitalizados da agricultura familiar, beneficiando aqueles que contam com renda agropecuária mais alta que os demais, por meio da criação do grupo E, no ano de 2003/04 (MATTEI, 2005; GUANZIROLI, 2007; ORTEGA, 2007; AQUINO, 2009).

Tal aumento se deu tanto no Estado de São Paulo, como no EDR de Dracena, uma vez que entre os anos agrícolas de 2002/03 e 2003/04 o montante de recursos disponibilizados teve aumento percentual de 111,90% no contexto estadual e de 75,33% no EDR de Dracena. Entre os anos de 2003/04 e 2004/05 o aumento foi de 36,90% no Estado de SP e 65,92% no EDR de Dracena; 22,42% em nível estadual e 50,02% em nível regional entre os anos de 2004/05 e 2005/06; e, 58,98% no Estado de SP e 40,15% no EDR de Dracena entre os anos de 2005/06 e 2006/07.

Esse aumento ocorreu também no número de contratos que teve ampliação de 161,61% na escala estadual e 169,37% na escala regional entre os anos de 2002/03 a 2006/07. Isso mostra que o PRONAF tem se expandido no período

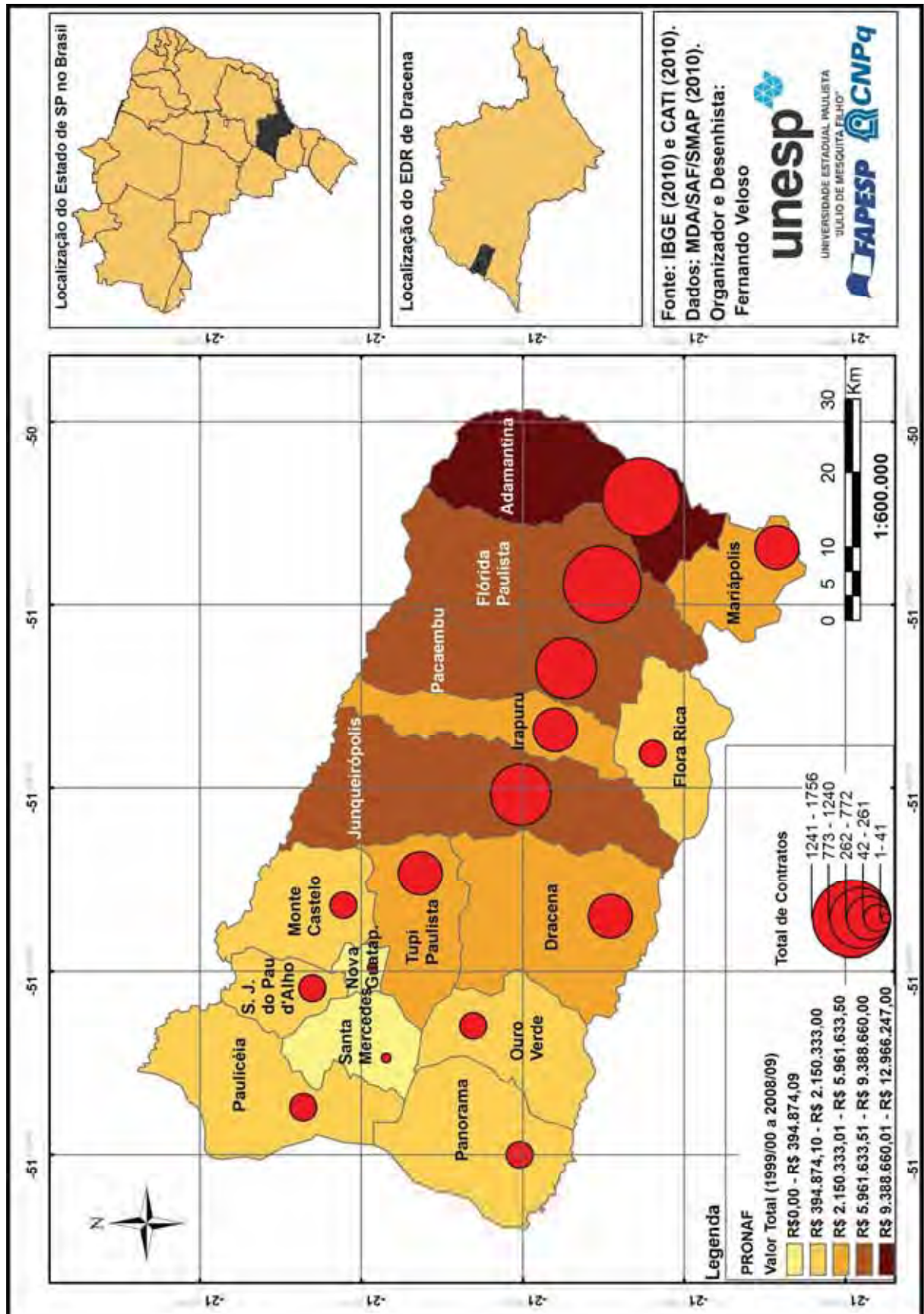
analisado e beneficiado um maior número de produtores rurais, safra após safra, como também houve aumento do montante de recursos disponibilizado.

Quando se transpõe à análise dos dados para os municípios que compõem o EDR de Dracena, localizado no oeste paulista, é possível constatar grandes disparidades tanto no número de contratos firmados, variando de 39 a 1.756 contratos, como no montante de recursos alocado pelo PRONAF, variando de R\$ 348.754,09 a R\$ 12.966.247,00 no período de 1999/00 a 2008/09, como destacado no mapa 2.

Inicialmente ao analisar o mapa 2 é notório que os municípios de Adamantina, Flórida Paulista, Pacaembu e Junqueirópolis se destacam em virtude dos maiores valores alocados e da quantidade de contratos firmados. Por sua vez, os municípios de Nova Guataporanga e Santa Mercedes contam com valores e número de contratos praticamente irrisórios no período analisado.

Portanto, sobressaem-se como principais municípios que acessam os recursos do PRONAF no EDR de Dracena em ordem decrescente: Adamantina, que aparece na liderança dos valores e dos contratos, concentrando 18,37% dos recursos utilizados no período de 1999/00 a 2008/09 e contando com 19,00% dos contratos; na segunda posição comparece Flórida Paulista, com 13,30% dos valores e 15,83% dos contratos; Pacaembu na terceira posição, com 13,25% dos recursos e dos contratos contando com 11,05%; e, Junqueirópolis, na quarta colocação dos recursos, com 11,20% dos valores e na terceira posição em relação aos contratos com 13,42% do total.

Em nível intermediário (mapa 2) destacam-se os municípios de: Mariápolis com 8,45% dos recursos do EDR de Dracena no período de 1999/00 a 2008/09 e 8,35% dos contratos firmados; Tupi Paulista com 7,80% dos recursos e 7,74% dos contratos; Irapuru com montante de 6,30% e 6,24% dos contratos; Dracena com 5,47% dos recursos e 5,78% dos contratos; Monte Castelo com 3,05% dos valores e 2,82% dos contratos; Ouro Verde com 2,80% dos recursos e 1,89% dos contratos; Paulicéia com 2,79% dos recursos e 2,20% dos contratos; Panorama com 2,51% dos valores e 1,98% dos contratos; Flora Rica com 1,88% dos recursos e 1,37% dos contratos; e, São João do Pau d' Alho com 1,78% do montante e 1,44% dos contratos.

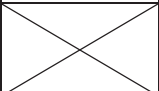
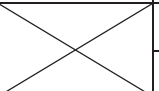


Mapa 2. Comparação do Total dos Valores e Contratos do PRONAF entre os anos agrícolas de 1999/00 e 2008/09 nos municípios do EDR de Dracena.

Num nível inferior (mapa 2) quanto aos recursos aparecem os municípios de Nova Guataporanga com apenas 0,56% dos recursos e 0,42% dos contratos; e, por fim Santa Mercedes, com 0,49% dos valores e 0,44% dos contratos.

Após a análise do total de contratos e dos valores, utilizamos de outros recursos estatísticos como a média, através da divisão do total de recursos pelo número total de contratos, como destacado na tabela 6.

Tabela 6. Valor Médio dos Contratos, Total do Montante e dos Contratos do PRONAF nos municípios do EDR de Dracena de 1999/00 a 2008/09.

Ordem Pela Média	Municípios	Média dos Contratos (R\$)	Ordem Por Valores	Montante (R\$ 1,00)	Ordem Por Cont.	Qtde de Cont.
1ª	Ouro Verde	11.295,27	10ª	1.976.671,44	12ª	175
2ª	Flora Rica	10.442,96	13ª	1.326.256,41	14ª	127
3ª	Nova Guataporanga	10.124,98	15ª	394.874,10	16ª	39
4ª	Panorama	9.692,95	12ª	1.773.809,10	11ª	183
5ª	Paulicéia	9.687,19	11ª	1.966.498,78	10ª	203
6ª	São João do Pau d'Alho	9.447,95	14ª	1.256.577,14	13ª	133
7ª	Pacaembu	9.155,19	3ª	9.347.452,43	4ª	1.021
8ª	Santa Mercedes	8.506,20	16ª	348.754,08	15ª	41
9ª	Monte Castelo	8.238,82	9ª	2.150.332,96	9ª	261
10ª	Mariópolis	7.722,32	5ª	5.961.633,55	5ª	772
11ª	Irapuru	7.705,31	7ª	4.445.963,73	7ª	577
12ª	Tupi Paulista	7.696,97	6ª	5.503.337,05	6ª	715
13ª	Adamantina	7.383,97	1ª	12.966.247,38	1ª	1.756
14ª	Dracena	7.227,44	8ª	3.859.453,59	8ª	534
15ª	Flórida Paulista	6.417,40	2ª	9.388.659,51	2ª	1.463
16ª	Junqueirópolis	6.374,72	4ª	7.904.648,42	3ª	1.240
EDR de Dracena		7.637,57		70.571.169,67		9.240
Estado de São Paulo		8.624,87		2.318.632.232,37		268.831

Fonte: SMAP/MDA/SAF (2010).

Org: Fernando Veloso.

Utilizando desse tipo de recurso (média) é possível evidenciar que municípios que lideravam em relação ao número total de contratos e o montante total de valores alocados pelo PRONAF no período de 1999/00 a 2008/09, como Adamantina e

Flórida Paulista, aparecem na décima terceira e décima quinta posições, respectivamente. Por outro lado, os municípios de Flora Rica e Nova Guataporanga que ocupavam posições inferiores quanto ao total de recursos, comparecem em relação à média na segunda e terceira posições simultaneamente.

Curiosamente os municípios que tiveram o maior número de contratos firmados no período analisado, quais sejam: Adamantina com 1.756; Flórida Paulista com 1.463; e, Junqueirópolis com 1.240, ocupam as últimas posições em relação aos valores médios dos contratos. Por outro lado, os municípios que tiveram o menor número de contratos, como Flora Rica com 127, e Nova Guataporanga com 39 contratos destacam-se quanto aos valores médios alocados pelo PRONAF.

Isso pode denotar que nos municípios com menores números de contratos e valores alocados, ocorra maior concentração em termos do número de produtores rurais que conseguem valores bem mais altos em determinados anos agrícolas, do que dos demais municípios da região. Dessa forma, os produtores mais capitalizados da região do EDR de Dracena é que têm tido maior acesso ao PRONAF, situação semelhante à constatada por outros pesquisadores em outras regiões do país (HESPANHOL, 2000; GUANZIROLI, 2007; ORTEGA, 2007; AQUINO, 2009).

Uma possível explicação para os valores médios serem mais altos refere-se à possibilidade dos recursos do PRONAF serem requeridos na modalidade investimento, cujos valores alocados são maiores do que na modalidade custeio. Por essa razão elaborou-se a tabela 7 em que é possível verificar a modalidade dos contratos firmados pelo PRONAF entre os anos agrícolas de 1999/00 e 2008/09 nos municípios que compõem o EDR de Dracena.

É possível constatar na tabela 7 que 88,74% dos contratos firmados nesse período, contabilizando 8.240, foram na modalidade custeio, sendo que somente 11,26%, ou seja, 1.040 contratos foram na modalidade investimento. Com relação ao valor, constata-se que os contratos de investimento possuem montantes mais altos, sendo que 76,2% ou R\$ 53.772.312,98 do total de recursos foram destinados à modalidade custeio; e, 23,8% ou R\$16.798.856,64 foram destinados à modalidade investimento.

Tabela 7. Total de Contratos e Valores do PRONAF por Modalidade (Custeio e Investimento) no EDR de Dracena de 1999/00 a 2008/09.

Ano Agrícola	Custeio				Investimento			
	Cont.	% do Total	Montante R\$	% do Total	Cont.	% do Total	Montante R\$	% do Total
1999/00	82	75,93	282.905,95	57,27	26	24,07	211.078,00	42,73
2000/01	431	100,00	1.580.868,39	100,00	0	0,00	0,00	0,00
2001/02	538	93,40	2.013.175,10	81,56	38	6,60	455.273,06	18,44
2002/03	568	100,00	2.458.239,19	100,00	0	0,00	0,00	0,00
2003/04	802	98,77	4.174.405,86	96,85	10	1,23	135.705,82	3,15
2004/05	1.111	95,53	6.432.894,44	89,95	52	4,47	718.510,73	10,05
2005/06	1.129	81,99	7.162.819,22	66,76	248	18,01	3.565.787,30	33,24
2006/07	1.350	88,24	11.837.872,69	78,73	180	11,76	3.197.749,87	21,27
2007/08	1.289	90,01	9.933.352,32	80,79	143	9,99	2.361.834,45	19,21
2008/09	900	72,41	7.895.779,82	56,20	343	27,59	6.152.917,41	43,80
Total	8.200	88,74	53.772.312,98	76,20	1.040	11,26	16.798.856,64	23,80

Fonte: SMAP/MDA/SAF (2010).

Org: Fernando Veloso.

O número de contratos na modalidade custeio em relação ao investimento (tabela 7) foi maior durante todo o período de análise. Assim, a modalidade custeio contabilizava 75,93% do total de operações no ano de 1999/00, alcançando 100%, ou seja, a totalidade dos contratos nos anos agrícolas de 2000/01 e 2002/03; passando para 88,24% no ano de 2006/07 e de 72,41% do total no ano agrícola de 2008/09. Com relação ao montante de recursos, essa superioridade da modalidade custeio não é tão predominante, pois ela contava com 57,27% do valor total alocado no ano de 1999/00; 66,76% no ano de 2005/06; e, 56,20% do valor total no ano de 2008/09.

Outra constatação importante é que a modalidade investimento apresentou significativas variações no período de análise. Diante desse fato, a modalidade investimento contabilizou 42,73% dos recursos no ano agrícola 1999/00 em 24,07% do total de contratos; não houve o estabelecimento de contratos e valores nos anos agrícolas de 2000/01 e 2002/03; em 2003/04 contou com apenas 1,23% do total de contratos, somando 3,15% do valor total alocado.

No ano agrícola de 2008/09 a modalidade investimento destaca-se, como ocorreu em 1999/00 em termos comparativos com a modalidade custeio no montante de recursos, uma vez que contabilizou o maior percentual do período analisado (43,80%) do total de recursos, em 27,59% do total de contratos firmados, conforme destacado na tabela 7.

Ao transpor a análise dos dados do PRONAF por ano agrícola observamos a evolução desse programa, uma vez que foi somente a partir do ano agrícola 2005/06, que a totalidade dos municípios do EDR de Dracena passou a contar com recursos do financiamento dessa linha específica de crédito rural.

Os municípios de Adamantina, Flórida Paulista, Junqueirópolis e Pacaembu se destacam em virtude dos maiores valores alocados e da quantidade de contratos firmados. Por sua vez, os municípios de Nova Guataporanga e Santa Mercedes contam com valores e número de contratos irrisórios em comparação ao nível regional no período de 1999/2000 a 2008/2009.

Uma possível explicação para o destaque dos municípios de Adamantina, Flórida Paulista, Junqueirópolis e Pacaembu, é o perfil agropecuário mais diversificado e pela presença de produtores rurais mais capitalizados. De antemão, analisando os dados do LUPA 2007/2008 constatamos que no município de Adamantina destaca-se em termos de área cultivada as seguintes lavouras: café com 627,8 hectares, milho com 140,6 hectares, eucalipto com 135 hectares e seringueira com 125,8 hectares; em Flórida Paulista evidencia-se: milho com 475,4 hectares, amendoim com 360,6 hectares, café com 312,7 hectares e eucalipto com 127 hectares; em Pacaembu sobressai-se: café com 635,6 hectares, milho com 301,1 hectares e amendoim com 201,3 hectares⁴⁸.

Com relação ao PRONAF no município de Junqueirópolis, este teve aumento gradativo no número de contratos e no montante de recursos entre os anos agrícolas de 1999/2000 e 2005/2006, passando de 16 operações para 223, aumento de 1.293,75% no período; como no valor alocado, passando de R\$ 47.628,95 para R\$ 1.871.488,18, incremento de 2.334,03%. Especificamente no ano de 2005/2006, Junqueirópolis obteve a maior participação dos recursos do PRONAF em comparação com outros municípios do EDR de Dracena, 16,19% e 17,44%, do total de contratos e do montante de recursos, respectivamente.

Nos anos subsequentes nota-se pequena redução na participação do referido município no contexto regional em relação ao número de contratos firmados,

⁴⁸ Os dados sobre a estrutura produtiva e agropecuária do município de Junqueirópolis serão aprofundados no terceiro capítulo.

diminuindo para 11,34% no ano de 2008/2009; e retração nos percentuais de recursos financeiros, diminuindo para 8,48% do total do EDR de Dracena no ano 2008/2009.

Todavia, ao analisar os grupos de enquadramento do PRONAF em Junqueirópolis, no período analisado (1999/2000 a 2008/09), constatamos que 1.037 contratos firmados, contabilizando valor alocado de R\$ 6.352.567,62 foram enquadrados no grupo D. Tal fato, mostra que os produtores mais capitalizados de Junqueirópolis é que tem acessado a maior parte dos recursos.

Ao analisar a linha de financiamento de crédito do PRONAF no EDR de Dracena constatamos que esta tem se ampliado, tanto em termos do número de contratos, como no montante de recursos disponibilizados para os produtores rurais, seja na escala regional, como do município de Junqueirópolis nos dez anos agrícolas analisados. Embora esses recursos sejam seletivos, ou seja, a maior parte do montante de recursos tem beneficiado os produtores rurais mais capitalizados, com renda bruta maior e consequentemente maior capacidade de endividamento no sistema bancário, tanto na região, como no município pesquisado.

3.4- O PAA no Estado de São Paulo e na região de Dracena

Uma das dificuldades em analisar o Programa de Aquisição de Alimentos se refere às informações sobre o andamento desse programa em âmbito federal, estadual e municipal. Todavia, ao consultar as informações sobre a merenda escolar junto ao Catálogo 2010 no sitio eletrônico do MDA observamos um maior detalhamento no que diz respeito ao valor do repasse a cada município. Diante disso constatamos quanto é repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para cada município, por número de alunos matriculados, número de DAP's, e, por fim, apresenta as modalidades do PAA executadas nos municípios que participam do projeto.

A partir desses dados elaboramos o mapa 3 demonstrando os municípios que participavam do PAA no Estado de São Paulo em 2009/10. O programa gerido pela CONAB está em evolução no país, como destacado anteriormente. No entanto, está

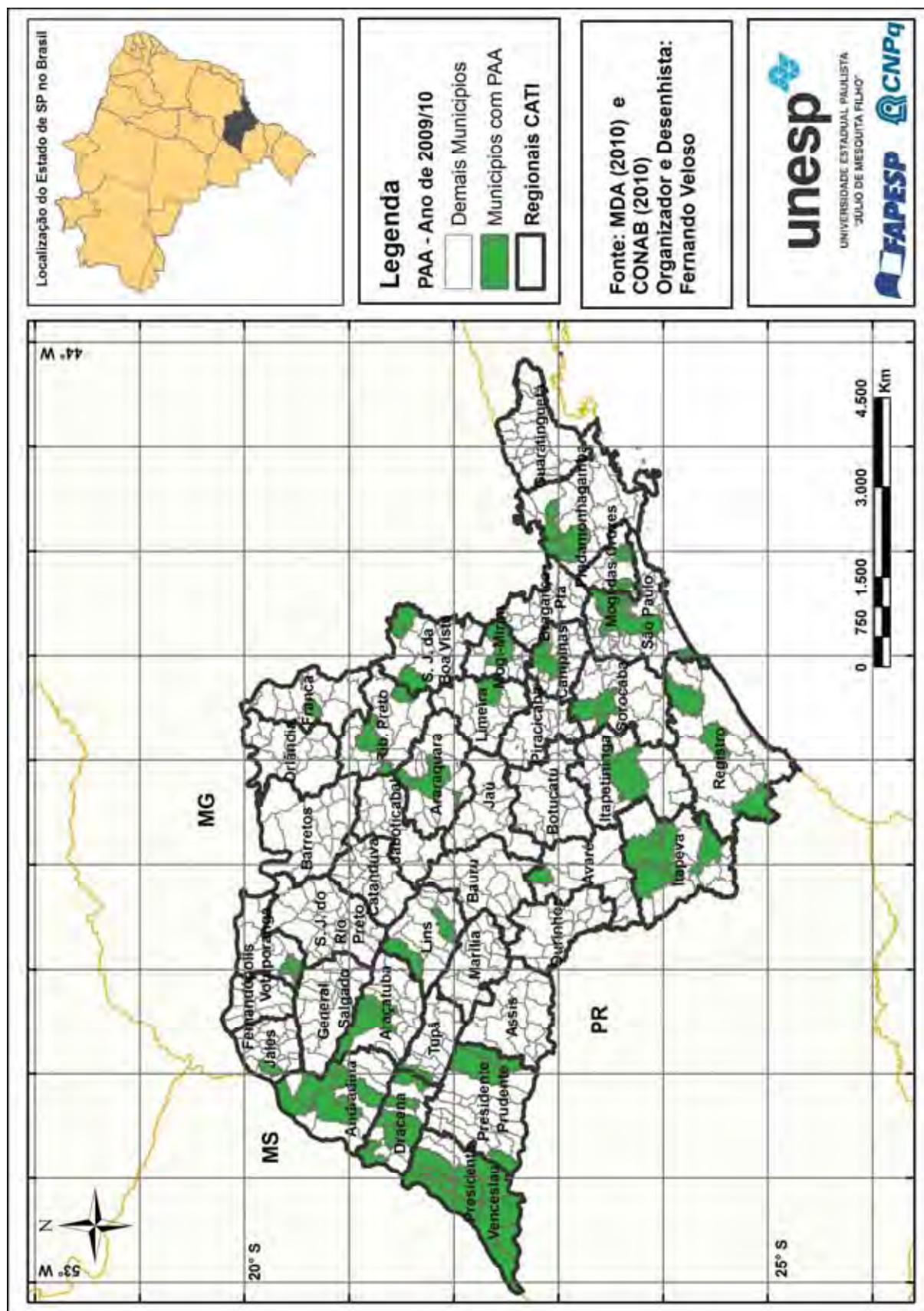
longe de atingir um número considerável de municípios, como no caso paulista em que apenas 69, ou seja, somente 10,7% do total das 645 municipalidades, participaram do programa no ano de 2009/10.

Uma informação importante que se depreende do mapa 3 é a concentração espacial do PAA na porção oeste do Estado de São Paulo, principalmente nas regiões do Pontal do Paranapanema (região de Presidente Venceslau), na Nova Alta Paulista (região de Dracena), na região de Andradina e Araçatuba, e, em menor proporção nas regiões dos EDR's de Jales, Lins, Votuporanga, Franca, Avaré, Limeira e Presidente Prudente.

Destaca-se também a ausência do PAA em boa parte do Estado de São Paulo, principalmente nas regiões dos EDR's de Assis, São José do Rio Preto, General Salgado, Barretos, Orlândia, Catanduva, Jaboticabal, Bauru, Marília, Ourinhos, Jaú, Bragança Paulista, Botucatu, Piracicaba, Fernandópolis e Guaratinguetá.

Nas demais localidades, como as porções sul (região do Vale do Ribeira), sudeste (região Metropolitana), leste (região do Vale do Paraíba) e nordeste (região de Ribeirão Preto), o PAA aparece de forma mais dispersa. Aponta-se, ainda, alguns municípios isolados que fazem parte do programa, tais como: Votuporanga, Restinga, Promissão, Guarantã, Iaras e Campinas. Na área de abrangência dos três Territórios da Cidadania do Governo Federal: Pontal do Paranapanema, Sudoeste Paulista e Vale do Ribeira, o PAA, teve grande destaque no ano de 2009/10, evidenciando talvez uma maior integração entre as políticas públicas federais. Nessas localidades que apresentam baixo dinamismo econômico, o PAA mostra-se representativo, já que os produtores nessas regiões têm perfil menos capitalizado e, portanto maior dificuldade de inserção da produção no mercado.

No que se refere às modalidades executadas, a CPR-Doação tem maior representatividade, uma vez que está presente em 55 municípios – 79,71% do total.



Salienta-se, também, que juntamente com essa modalidade, outras três foram executadas no Estado de São Paulo no ano de 2010 (CDLAF, CPR-Estoque e CDAF). Evidencia-se o caso de Promissão, único município paulista no ano de 2010, cujo PAA é operacionalizado por meio de três modalidades, CPR-Doação, CPR-Estoque e CDAF. Em 54 municípios paulistas que participam do PAA (78,26% do total), o programa é realizado por meio de uma única modalidade, ocupando papel de destaque a modalidade CPR-Doação que é executada em 60,87% dos casos; a CDLAF é operacionalizada em outros 10,14% dos municípios; e a modalidade CPR-Estoque que comparece em 7,25% do total. Merece destaque, ainda, que as modalidades CPR-Doação/CPR-Estoque são realizadas conjuntamente em 15,94% dos municípios, como no caso de Junqueirópolis, e, por fim, as modalidades CDAF/CPR-Doação são operacionalizadas simultaneamente em 1,45% dos municípios paulistas.

Transpondo nossa análise para a área de abrangência do EDR de Dracena no ano de 2010, constatamos que o PAA está presente em sete municípios (43,75% do total da região), sendo estes: Adamantina, Dracena, Junqueirópolis, Pacaembu, Paulicéia, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista. Esses números são bem mais expressivos em comparação com todo o Estado de São Paulo em que o PAA esteve presente em apenas 10,7% do total de municípios paulistas. Todavia, por ser um programa mais recente, ele também pode necessitar de um tempo maior para se firmar como o PRONAF, e se propagar espacialmente para os demais municípios do EDR de Dracena.

A modalidade CPR-Doação está presente em sete municípios da região do EDR de Dracena e, especificamente, em 12,5% desse total, ou seja, nos municípios de Dracena e Junqueirópolis a referida modalidade também é executada ou já foi operacionalizada conjuntamente com a CPR-Estoque.

Destaca-se, também, que nesses sete municípios que participaram do PAA no ano de 2010, treze associações de produtores rurais (produtores tradicionais, assentados e trabalhadores rurais) têm entregado alimentos no convênio com a CONAB, sendo estes por ordem decrescente pelo número de associações: Tupi Paulista e Paulicéia com 3 associações; Dracena e

Adamantina com 2 associações; Junqueirópolis, Pacaembu e São João do Pau d' Alho com 1 associação, como destacado no quadro 5.

Com relação ao contexto regional, o projeto pioneiro do PAA foi firmado no ano de 2005/06 na modalidade CPR-Doação pela J. Marques (Associação dos Trabalhadores Rurais de Jaciporã) no município de Dracena no valor de R\$30.000,00 beneficiando 13 produtores rurais. Desde então, o programa tem evoluído consideravelmente na região de Dracena, principalmente a partir do ano agrícola 2008/09, se expandindo para outros municípios da região, beneficiando maior número de produtores rurais por meio de suas associações, entidades sociais e pessoas assistidas. O município de Junqueirópolis passou a participar do programa no ano agrícola 2006/07 por meio de projeto aprovado na modalidade CPR-Doação firmado pela AAJ.

Quadro 5. Municípios e Associações com o PAA no EDR de Dracena.

Municípios	Nome de Associações Participantes do PAA
Tupi Paulista	AVIRTUPI (Associação dos Viticultores da Região de Tupi Paulista); AMPROBRAP (Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Barro Preto); e, ASMASARI (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita);
Paulicéia	AAFPASA (Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Santo Antonio; AAFAR (Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Regência); e, ASPRAR (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Regência);
Dracena	APRD (Associações dos Produtores Rurais de Dracena) e J.Marques (Associação dos Trabalhadores Rurais de Jaciporã);
Adamantina	APPRAR (Associação “Passiflora” de Produtores Rurais de Adamantina e Região) e APLEMAR (Associação de Produtores de Leite do Município de Adamantina e Região);
Junqueirópolis	AAJ (Associação Agrícola de Junqueirópolis);
Pacaembu	APRAP (Associação dos Produtores Rurais de Pacaembu);
São João do Pau d'Alho	APRIMOR (Associação dos Produtores Rurais Industriais e Moradores de São João do Pau d'Alho).

Fonte: EDR de Dracena.

Org: Fernando Veloso.

Nesse período de análise, compreendido entre os anos de 2005/06 e 2009/10, foram firmados 44 projetos do PAA no EDR de Dracena, num valor alocado de cerca de 6,4 milhões de reais, na compra de produtos oriundos de 695 produtores rurais, conforme se mostra na tabela 8. Desse total, destaca-se

que a maioria dos projetos firmados (de 38) – 86,36% foram na modalidade CPR-Doação, contabilizando cerca de 5,6 milhões de reais. A modalidade CPR-Estoque começou a ser operacionalizada somente a partir do ano agrícola de 2008/09, e desde então, foram firmados seis projetos – 13,64% do total num valor alocado de 740 mil reais.

Verifica-se, por meio da tabela 8, que nos anos de 2006/07 e 2007/08 a região de Dracena passou a contar com cinco projetos do PAA, respectivamente. Destaca-se, que mesmo mantendo-se esse número de projetos, ocorreu um aumento de 1,82% no número de produtores rurais participantes, como no acréscimo de 2,08% no valor total do programa.

Tabela 8. Evolução do PAA no EDR de Dracena.

Ano	Projetos	Valor Total (R\$)	Municípios Participantes	Associações Participantes	Número de Agricultores
2005/06	1	30.000,00	1	1	13
2006/07	5	575.998,05	3	5	165
2007/08	5	587.979,15	3	5	168
2008/09	15	2.022.535,78	7	11	579
2009/10	18	3.183.366,57	7	13	695

Fonte: EDR de Dracena – abril de 2010 e Portal da Transparência - julho de 2010. **Org:** Fernando Veloso

No entanto, foi somente a partir do ano de 2008/09 que o programa se difundiu, uma vez que temos um incremento significativo no número de projetos, passando de cinco para 15, como no montante de recursos, superando a marca de dois milhões de reais.

Esse fato tem reflexo direto no aumento do número de municípios contemplados com o PAA na região de Dracena, que passa de três para sete, como também no número de associações participantes, que passa de cinco para 11, entre os anos agrícolas de 2007/08 e 2008/09. Atribuímos essa característica ao fato de tratar-se de um programa descentralizado e mais recente, em que os sujeitos envolvidos levantam as demandas existentes e solicitam recursos à CONAB, sendo assim, se necessita de mais tempo para se

firmar e beneficiar um maior número de produtores rurais, famílias e entidades da região.

Quanto ao número de produtores rurais beneficiados pelo PAA, o primeiro projeto aprovado (2005/06), contava com 13 participantes, no ano agrícola de 2006/07 esse número aumentou para 165 beneficiados. No ano de 2007/08 teve um leve aumento passando para 168 produtores, mas a partir do ano agrícola de 2009/10 teve acréscimo significativo no número de produtores rurais beneficiados de 244,64%, passando a contemplar 579 produtores.

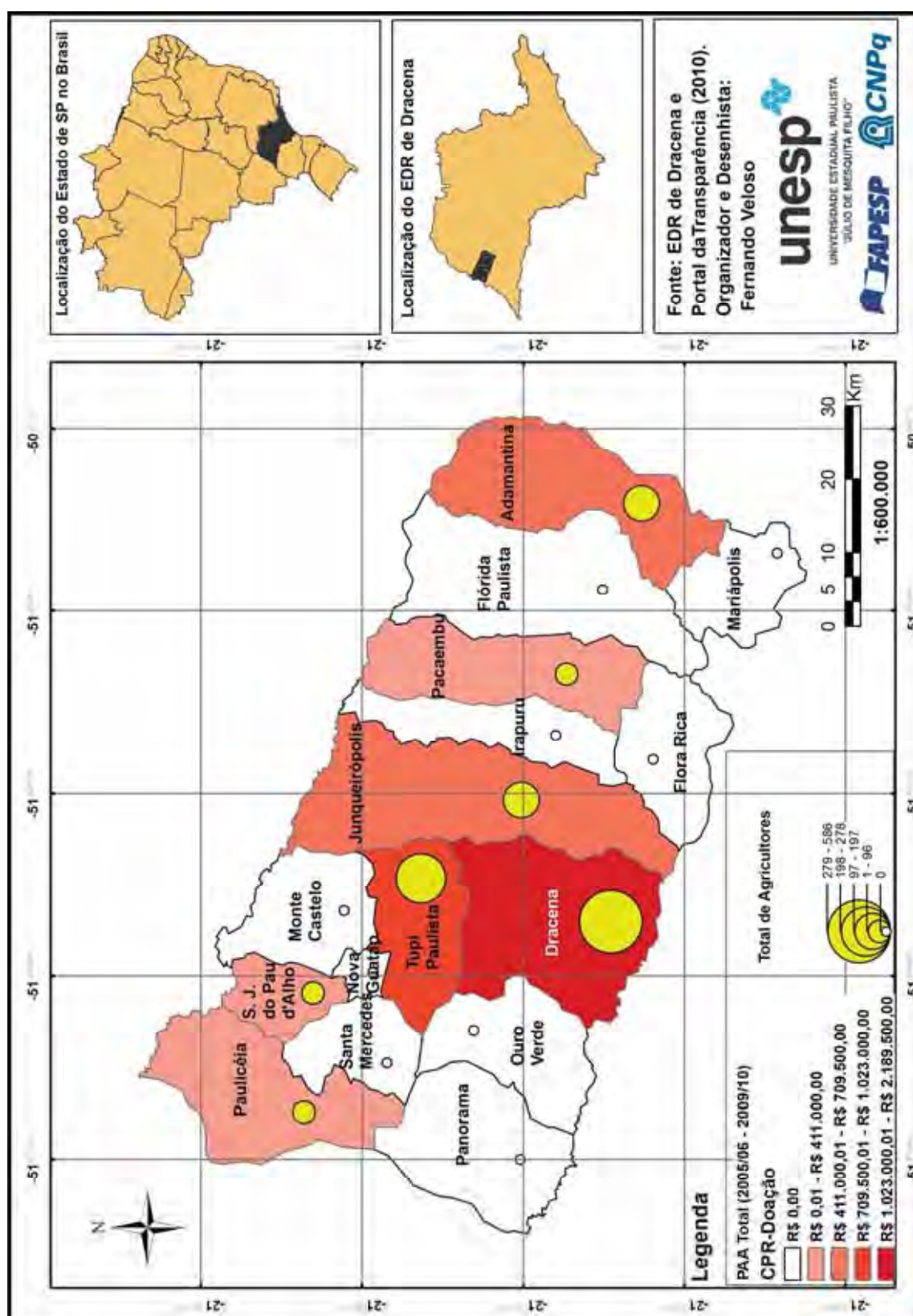
Esse aumento constatado no ano de 2008/09 se consolida no ano posterior (2009/10) com incremento de 20% no número de projetos; 57,39% no montante de recursos alocados; e cerca de 20% no total de produtores contemplados. Todavia, esse aumento não ocorreu para outros municípios da região, pois o PAA continuou restrito ao mesmo número de localidades do ano anterior (7), apenas com o diferencial no acréscimo do total de associações participantes, que passou de 11 para 13.

Quanto à distribuição total dos valores do PAA por município verifica-se na tabela 9 e no mapa 4 que, por participar desde os primeiros projetos na região no ano agrícola 2005/06 e 2006/07, Dracena e Tupi Paulista contabilizam mais de 62,86% do total dos recursos no período analisado.

Tabela 9. Distribuição Total dos recursos do PAA por municípios do EDR de Dracena.

Municípios	Valor R\$ (1)	Projetos (2)	Nº de Associações	Média por Projeto (1/2)
Dracena	2.566.960,34	15	2	171.130,69
Tupi Paulista	1.297.382,48	11	3	117.943,86
Adamantina	711.639,65	4	2	177.909,91
Junqueirópolis	594.955,34	3	1	198.318,45
Pacaembu	412.505,03	2	1	206.252,52
Paulicéia	378.989,78	5	3	75.797,96
São João do Pau d'Alho	185.446,93	3	1	61.815,64

Fonte: EDR de Dracena – abril de 2010 e Portal da Transparência - julho de 2010. **Org:** Fernando Veloso



Mapa 4. Comparação do Total dos Valores e do Nº de produtores beneficiados do PAA na modalidade CPR-Doação entre os anos agrícolas de 2005/06 e 2009/10 nos municípios do EDR de Dracena.

Evidencia-se que, o município de Adamantina que passou a participar do PAA somente a partir do ano de 2008/09, já aparece na terceira posição dos recursos alocados por esse programa federal. Outro fato a ser destacado na tabela 9 é a média dos projetos aprovados por município, ou seja, nos municípios em que apenas uma associação entrega produtos no convênio do PAA, como Junqueirópolis e Pacaembu, e exceto São João do Pau d'Alho, a média dos projetos é de aproximadamente 200 mil reais, denotando uma maior concentração de valores por projetos.

Dessa forma, Dracena foi o município que mais obteve recursos, contando com R\$ 2.566.960,00 (40,11% do total, em 15 projetos), 34,09% do total entre os anos agrícolas de 2005/06 e 2009/10. Na sequência comparece o município de Tupi Paulista, contabilizando R\$ 1.297.382,48 (20,27% em 11 projetos). Na terceira posição dos recursos, aparece Adamantina contando com R\$ 711.639,05, em quatro projetos; seguido por Junqueirópolis, com apenas três projetos contando com R\$ 594.955,34 (9,68% do total); seguido por Pacaembu com R\$ 412.505,03 em dois projetos; Paulicéia com R\$ 378.989,78 em cinco projetos; e, por fim, São João do Pau D'Alho com R\$ 185.446,93 em três projetos.

Quanto às repercussões do PAA em Junqueirópolis, o primeiro projeto firmado com a CONAB no ano de 2006/07, contemplava 55 produtores rurais, num valor de R\$ 192.500,00. Pode-se afirmar que no início, pela presença atuante da AAJ, cujo grupo de produtores rurais está organizado desde o começo da década de 1990, propiciou condições para que esse programa fosse divulgado pelos técnicos do EDR de Dracena. Esse fato contribuiu para que esse município, juntamente com Dracena e Tupi Paulista, contassem com os primeiros projetos elaborados na modalidade CPR-Doação na região.

Destaca-se, também, que dos municípios pioneiros que firmaram projetos do PAA no ano de 2006/07, Junqueirópolis foi o único em que não houve o envolvimento de outras associações de produtores, além da AAJ. Nos anos de 2006/07 e 2009/10 foram estabelecidos outros dois projetos, no valor de R\$ 108.455,34 e R\$ 294.000,00, respectivamente.

Nesse ponto, salientamos que a AAJ é uma associação reconhecida do ponto de vista regional, mas tem, de certa forma, centralizado o programa e não se observa ações para o envolvimento de outros produtores rurais, principalmente os menos capitalizados, e a formação de novos grupos para entregar produtos no programa da CONAB.

No caso, da AAJ (em Junqueirópolis) e da AVIRTUPI (em Tupi Paulista), que são associações que já tem mercado para a produção de acerola e uva, respectivamente, o PAA não teve grande impacto, pois não houve incremento no número de produtores beneficiados.

O diferencial de Tupi Paulista, em relação à Junqueirópolis, é que outras duas associações participam do PAA, como verificamos na pesquisa em nível de iniciação científica realizada no ano de 2007. Nesse município teve a formação da AMPROBRAP, que surgiu em virtude da exigência do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no bairro rural Barro Preto. Além desta, outra associação também tem convênio com a CONAB, a ASMASARI no Assentamento Santa Rita e também participa do PAA.

Destaca-se também, que nas associações congregam diferentes perfis de produtores, o PAA tem melhores resultados, pois consegue atender os produtores menos capitalizados ou que já não estavam produzindo, cujo volume produzido é baixo e que tem sérias dificuldades de inserção da produção no mercado. Além disso, é mais vantajoso para as entidades sociais atendidas, receber uma maior diversidade de produtos.

Verificamos também visitando outros municípios na região, que as experiências que envolveram grande número de produtores rurais em projetos, como no caso da APRD em Dracena tiveram algumas dificuldades na operacionalização do PAA. Outra dificuldade, comum a todas as associações é a elaboração dos projetos e na prestação de contas para renovação, em que muitas delas não contam com pessoal qualificado para elaborar as planilhas, o

que leva ao atraso e dificuldades em estabelecer e/ou renovar o convênio com a CONAB⁴⁹.

Ao refletir sobre o PRONAF e o PAA na área de abrangência do EDR de Dracena, é possível apontar que por ser uma política pública consolidada e ter as primeiras operações realizadas no final da década de 1990, os recursos do PRONAF estão presentes, em todos os dezesseis municípios da referida região, ainda que, com certas disparidades.

Já o PAA, criado num período mais recente, está presente em apenas sete municípios, embora tenha ocorrido certa expansão, e tem beneficiado produtores rurais tradicionais, assentados e trabalhadores rurais organizados em torno de associações, como representado no mapa 4.

Cabe destacar, que no caso do PRONAF, são os produtores mais capitalizados e com maior inserção no mercado que tem conseguido acessar os maiores valores das linhas de financiamento do crédito rural, seja na escala regional, como no município de Junqueirópolis. Situação contrária, ao PAA, embora haja casos em que produtores com melhor situação socioeconômica⁵⁰ entreguem parte de sua produção para a CONAB, como no caso dos municípios de Tupi Paulista e Junqueirópolis, são os produtores menos capitalizados ou mesmo marginalizados que recebem e **valorizam** os recursos do convênio com a CONAB.

Diante dessas observações, no próximo capítulo, vamos analisar as transformações ocorridas no município de Junqueirópolis, analisando os dados da dinâmica populacional e da estrutura produtiva e agropecuária, com intuito

⁴⁹ Nos primeiros projetos do PAA no EDR de Dracena, todas as associações contaram com a assessoria dos funcionários do EDR de Dracena e das Casas da Agricultura, mas nos anos posteriores, as próprias associações é que fazem as propostas. Ou seja, o aspecto técnico da política pública é um grande empecilho para os produtores rurais, o que faz com que consultorias especializadas venham ganhando destaque na elaboração dos “projetos” e antenadas nos editais do governo federal.

⁵⁰ Em razão do valor não ser considerado elevado, R\$ 4.500,00 anuais por DAP, ouvimos de alguns produtores, no caso que cultiva uva em Tupi Paulista, o argumento que o PAA “traz mais problemas do que solução”. Pois, estes afirmam que existe a necessidade de colher a cota nos períodos de safra e levar as instituições, fato que gera dispêndio de tempo e trabalho, sendo que ao final não faz tanta diferença em suas rendas.

de verificar as *mudanças* no contexto local, a fim de delinear o cenário em que foram inseridas as políticas públicas para os pequenos proprietários rurais.

Castro (2010) ao analisar o quadro institucional brasileiro, por meio do federalismo, salienta que a escala municipal, reconhecida como recorte espacial importante, sobretudo após a Constituição de 1988, exige atenção especial na Geografia política.

Para essa autora, é na escala municipal que ocorre o *fazer* político no espaço, que vai desde a visibilidade de um espaço político de organização da sociedade civil, até em decisões concretas que impactam o território e a vida dos cidadãos. Além disso, Castro (2010) enfatiza que é nesse recorte espacial que se revela em escala reduzida, comportamentos, valores, conflitos e intencionalidades que permitem compreender traços característicos e diferenças regionais na sociedade nacional.

4- AS MUDANÇAS NO PERFIL DEMOGRÁFICO E NA ESTRUTURA PRODUTIVA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS

No intuito de evidenciar as transformações ocorridas no município de Junqueirópolis, buscamos analisar o perfil demográfico de sua população (rural, urbana e total) por meio de dados de fonte secundária levantados junto aos Censos Demográficos do IBGE referentes ao período compreendido entre 1970 a 2010.

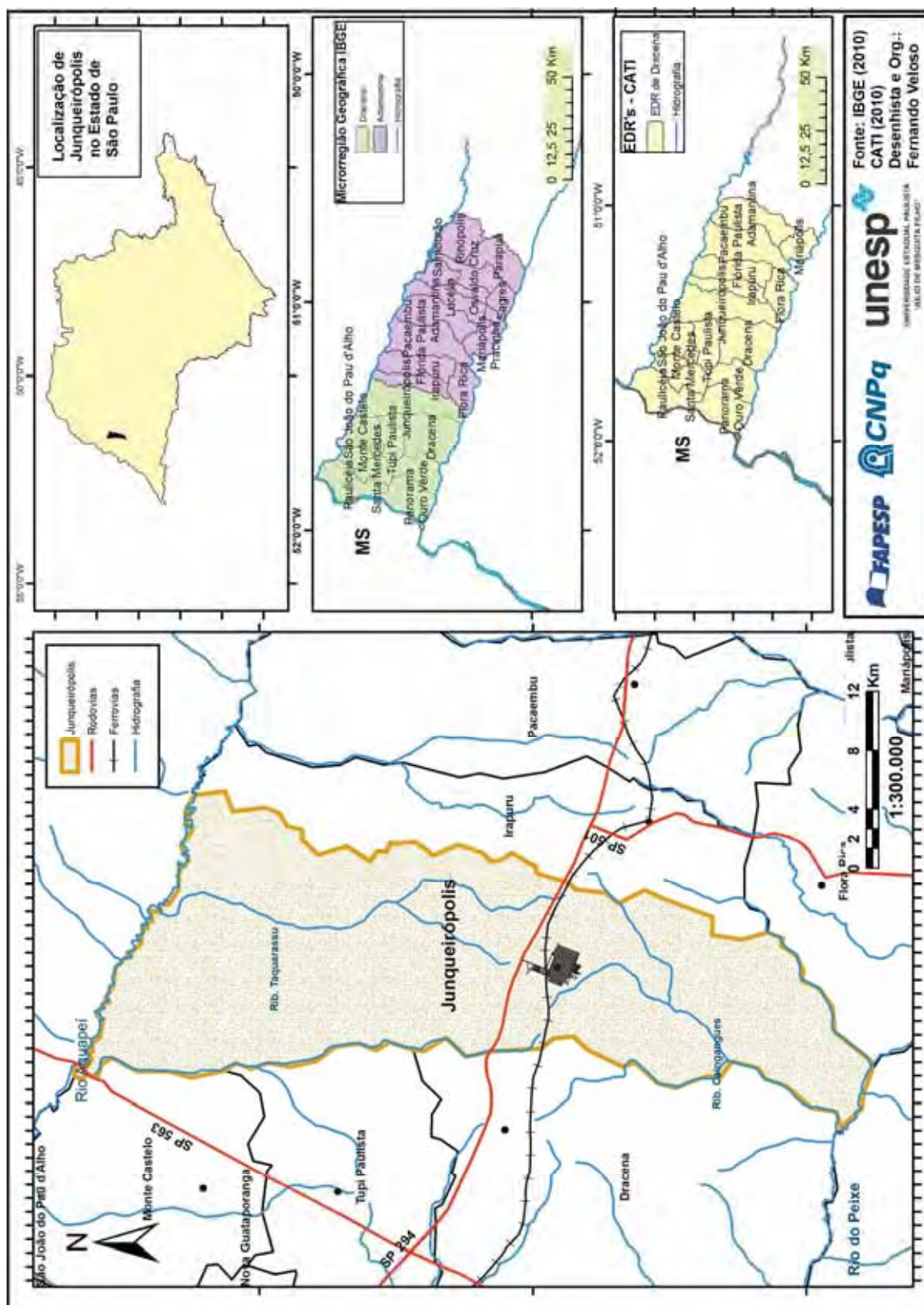
Num segundo momento, analisamos dados da estrutura produtiva agropecuária referentes à: estrutura fundiária; condição do produtor rural; utilização das terras, principais lavouras cultivadas; novas alternativas produtivas; efetivo animal; e produção de origem animal do município pesquisado.

Os dados de fonte secundária utilizados nessa etapa da pesquisa foram coletados junto aos: Censos Agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006; Produção Pecuária Municipal do IBGE (1990 a 2010); e, do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo 1995/96 e 2007/08 da Secretaria de Agricultura e Abastecimento/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/Instituto de Economia Agrícola.

Os dados da dinâmica populacional nos fornecerão elementos para verificar o processo de êxodo rural associado à reestruturação do espaço agrícola que ocorreu nas últimas décadas no município de Junqueirópolis. Esses elementos são primordiais para verificar a importância do setor agropecuário e a relevância dos pequenos proprietários rurais na dinâmica econômica do município pesquisado.

4.1- Mudanças na dinâmica populacional no município de Junqueirópolis

Como destacamos anteriormente, a colonização da região de Dracena ocorreu nas primeiras décadas do século XX.



Mapa 5. Localização do Município de Junqueirópolis.

Portanto, muitos vilarejos, patrimônios e cidades surgiram de pequenos arraiais, estabelecidos como pontos de pouso nas propriedades agrícolas em que passavam as caravanas, que buscavam as lavouras de café e algodão.

Os comerciantes de terras nessa região apropriavam-se de informações sobre o traçado das linhas férreas para negociar glebas, afirmando que seus patrimônios em formação, seriam servidos pelos trilhos da CPEF.

Fato parecido ocorreu com Junqueirópolis, situado no espigão dos rios do Peixe e Aguapeí, que se originou de um pequeno ponto comercial, estabelecido nas terras de Álvaro de Oliveira Junqueira que adquiriu as terras na década de 1940⁵¹.

Atualmente, o município de Junqueirópolis, conforme a regionalização do IBGE, pertence à Microrregião Geográfica de Dracena, e para a CATI, ele integra o Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, conforme destacado no mapa 5.

De acordo com os dados recentes do Censo Demográfico de 2010, o município de Junqueirópolis conta com uma população total de 18.726 habitantes e com densidade demográfica de 32,12 habitantes/km², número relativamente baixo quando comparado com a média do Estado de São Paulo, que é de 166,25 habitantes por km² (IBGE, 2010).

Destaca-se que o contingente populacional do município de Junqueirópolis apresentou mudanças significativas no período compreendido entre as décadas de 1970 e 2010, conforme destacado na figura 7.

O primeiro fato a ser destacado é o êxodo populacional entre os anos de 1970 e 2000; e no decênio seguinte (2010) ocorre certa inversão no processo ocorrido das décadas anteriores, com leve crescimento. Deste modo, analisando apenas o período de 1970 a 2000, verifica-se que Junqueirópolis teve redução de cerca de $\frac{1}{4}$ de sua população total. Ou seja, durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, o efetivo populacional registrou índices

⁵¹ Cf. informações do sítio eletrônico da prefeitura de Junqueirópolis, a fundação oficial do vilarejo se deu em 13 de junho de 1945, e sua emancipação política ocorreu em 24 de dezembro de 1948.

negativos de crescimento, com -5,59%, -7,15%, e -3,97%, respectivamente. O ápice do êxodo populacional ocorreu entre os anos de 1980 e 1991, com decréscimo de 3.665 habitantes⁵².

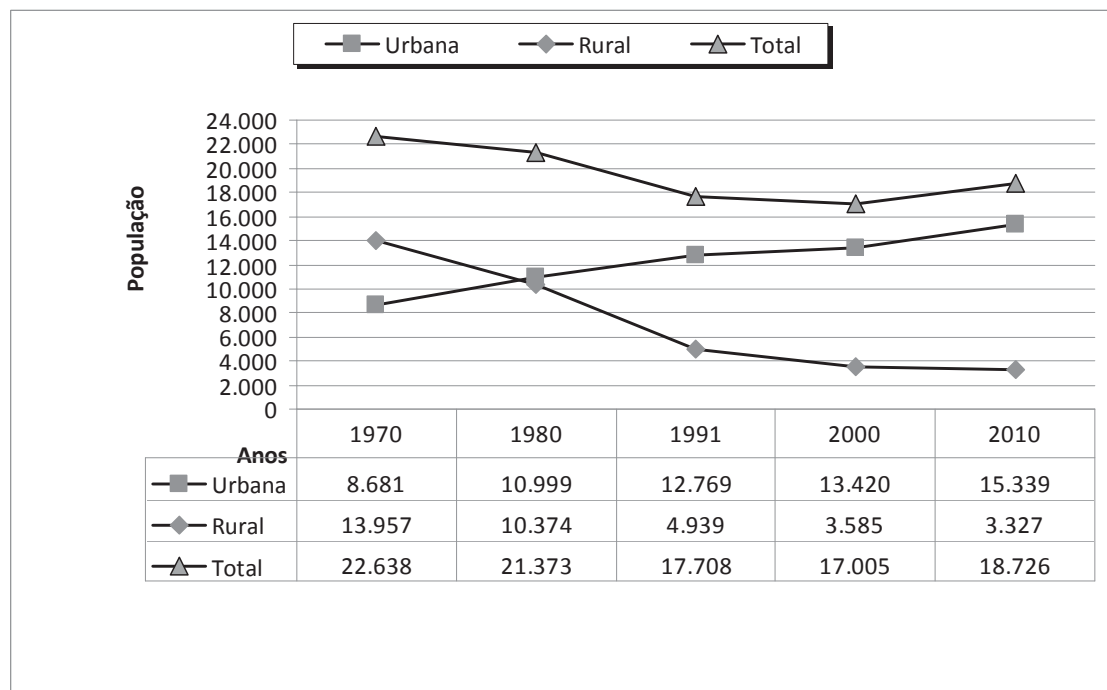


Figura 7. Variação populacional no município de Junqueirópolis (1970-2006).

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). **Org:** Fernando Veloso.

O segundo fato a ser mencionado, concomitante à redução da população total, foi a alteração no perfil populacional, pois o município de Junqueirópolis passou de uma população majoritariamente rural no início da década de 1970, para urbana, sobretudo no final da década de 1980; alteração que fica mais evidente nas décadas de 1991, 2000 e 2010. Atualmente, o índice de urbanização do município de Junqueirópolis é de 82,24% (SEADE, 2011).

Essa significativa mudança no perfil populacional pode ser explicado pela redução no número de parceiros e pequenos arrendatários com a

⁵² O último Censo Demográfico do IBGE (2010) revelou que entre os anos de 2000 e 2010, a tendência de perda populacional se reverteu, pois ocorreu aumento de 10,12% no contingente populacional total.

decadência do cultivo de lavouras tradicionais, como café, arroz, feijão, algodão e amendoim, cultivadas, sobretudo, em pequenas propriedades rurais, fato que causou enorme êxodo rural no município de Junqueirópolis.

No cenário nacional, a institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963 equiparando os direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores urbanos e rurais (legislação trabalhista e previdência social) e do Estatuto da Terra de 1964 são elementos importantes nesse processo histórico. Oliveira (2003) e Gil (2007) apontam que na região de Dracena os efeitos do ETR foram sentidos na década de 1970. Os referidos autores enfatizam que os conflitos estabelecidos entre empregados e patrões dificultaram as formas de acesso a terra na região para novas famílias por meio de arrendamentos, parcerias, ou mesmo em contratos de trabalho permanentes e temporários, provocando esvaziamento de muitas moradias no campo⁵³.

Em Junqueirópolis grande parte dessa população que deixou a área rural não migrou para o núcleo urbano do referido município, mas para outras regiões do estado de São Paulo, como a de Campinas, Americana, Região Metropolitana de São Paulo e mesmo para outros estados da federação.

Dessa forma, a população rural do município de Junqueirópolis teve um decréscimo significativo no período de 1970 a 2010. Em 1970, possuía 13.957 habitantes, constituindo 61,65% da população total; em 1980 passou para 10.999 habitantes, representando 48,54% do total. Todavia, foi entre as décadas de 1980 e 1991 que ocorreu o maior êxodo da população rural, com decréscimo de 52,39%, diminuição de 5.435 habitantes. No ano de 1991, a população rural contava com apenas 4.939 habitantes, representando 27,89% da população total, como representado na figura 7.

A tendência de perda populacional na área rural também se confirma nas décadas de 2000 e 2010, embora com menos intensidade do que os decênios anteriores. No ano de 2000, o município contava com 3.585 pessoas,

⁵³ Gil (2007) destaca que a solução adotada por parte dos proprietários rurais para diminuir os custos e a dependência da mão-de-obra foi de substituir culturas tradicionais, pelas pastagens.

representando somente 21,08% da população total; e em 2010, somava 3.327 habitantes, representado 17,77%.

A população urbana em 1970, como destacado na figura 7, era de 8.681 habitantes, apresentando aumento significativo no ano de 1980, de 26,70%, passando para 10.999 habitantes. No decênio seguinte (1991), passou para 12.769 habitantes, representando 72,11% do total; em 2000 passou para 13.420 habitantes, representando 78,92% do total; e contando com 15.339 habitantes no ano de 2010, representando 82,23% do total. Portanto, entre as décadas de 1970 e 2010, a população urbana teve acréscimo de 6.718 pessoas.

Um dos principais problemas que podemos destacar no município de Junqueirópolis e na região de Dracena é o alto índice de envelhecimento de sua população. De acordo com os dados da Fundação SEADE, 15,94% da população de Junqueirópolis se encontra na faixa etária acima dos 60 anos no ano de 2011, percentual mais preocupante quando comparado com o “Índice de Envelhecimento” do Estado de São Paulo, que é de 53,79% e no Município de Junqueirópolis alcança os 89,38%.

Diante desse cenário de acentuado êxodo rural e índice elevado de envelhecimento populacional, torna-se relevante compreender as causas desses processos no referido município. Para tanto, procederemos a análise dos dados da estrutura fundiária e produtiva a fim de se constatar como essas transformações se deram no espaço agrário do município de Junqueirópolis. Tais transformações estão associadas às mudanças no cenário regional, motivadas principalmente pela decadência da economia cafeeira no final da década de 1970, como veremos na sequência.

4.2– Estrutura Fundiária

O processo de ocupação do município de Junqueirópolis teve na configuração de sua estrutura fundiária, a presença marcante de pequenas

propriedades rurais. Paralelamente existiam parcelas de terras pertencentes às empresas colonizadoras que concentravam grandes áreas, conforme seus interesses especulativos para serem loteadas aos colonos das antigas zonas produtoras de café.

Para Silva (1989), a pequena propriedade nessa região surgiu da influência das companhias imobiliárias e colonização e não pela decadência da grande propriedade, como ocorreu nas zonas antigas do estado de São Paulo.

[...] o desenvolvimento da pequena propriedade na região é muito mais fruto do processo de especulação imobiliária realizado pelas companhias colonizadoras do que mesmo uma possível decadência da grande propriedade como assinalaram em suas análises Sergio Milliet e Caio Prado Júnior. Embora a ação da policultura, aliada a proliferação da pequena propriedade por iniciativas das empresas colonizadoras, tenha sido de suma importância na colonização da região, por outro lado, não menos significativo foi a atuação do café da grande propriedade (SILVA, 1989, p. 180-81).

As companhias imobiliárias e de colonização intensificaram seus feitos na segunda metade do século XIX, através da compra de terras a baixo custo de particulares ou por concessões de terras do Estado para loteá-las e vendê-las para os imigrantes (PETRONE, 1982).

O lucro dessas empresas e os interesses especulativos na ocupação das terras foram os fatores que preponderaram na forma da distribuição dos lotes de terra e o surgimento da pequena propriedade nessas regiões. Assim, não se tratava “[...] de uma ‘reforma agrária’, mas naquele momento histórico, de exigências geradas no contexto do mercado imobiliário. O que importava mesmo era o lucro que as mesmas viessem obter nas vendas dessas terras” (SILVA, 1989, p. 157).

As ações das empresas de colonização foram programadas, realizando-se em três etapas na região: de 1915-1935, na região de Marília; de 1935-1945, na de Tupã; e por último, de 1945-1955, na de Adamantina até à margem esquerda do rio Paraná (SILVA, 1989).

Essas empresas colonizadoras exerciam o monopólio do território, pois dominavam tudo: o mercado de terras (especulação imobiliária), o sistema de transporte e até a produção agrícola da região.

[...] A potencialidade financeira, se não escapou completamente dos ricos fazendeiros-comerciantes tornou-se cada vez mais anônima. Pertence a esse tipo de organizações que controlam tudo e não produzem nada. É mais lucrativo para as grandes empresas, transportar, comerciar e financiar, do que plantar. [...] Elas conservaram, agrupados, todos os meios de controle (MONBEIG, 1984, p. 240).

Como observa Silva (1989)

A promessa de criação de infra-estrutura viária em plena consolidação, através do avanço dos trilhos da CPEF até a barranca do Rio Paraná e os preços mais ou menos compatíveis com as reservas dos compradores de terra, faziam com que intensificasse a ocupação dessas terras. Praticamente, no final do período mencionado **[1920]**, pouco se restava daquela 'densa mata virgem', senão insignificante reserva florestal (SILVA, 1989, p. 151, grifo nosso).

O objetivo central dessas empresas era de vender o maior número de lotes e com as melhores condições em termos de pagamento para os compradores, que eram, em sua maioria, colonos (italianos, espanhóis, portugueses e japoneses), parceiros e meeiros das fazendas de café das zonas mais antigas.

Os pioneiros vinham para a Nova Alta Paulista devido à fertilidade de suas terras para o cultivo do café e, vislumbrando na região, a possibilidade de ascensão social e econômica. Gil (2004) afirma que essas famílias dispunham de poucos recursos econômicos para comprar uma pequena gleba de terra, contribuindo para que a estrutura fundiária dos municípios que compõem a Nova Alta Paulista fosse constituída, basicamente, por pequenas e médias propriedades rurais.

Analisando os dados do Censo Agropecuário de 1970 fica evidente a forte presença dos pequenos estabelecimentos com estrato de até 100 hectares, representando 96,99% do número total; embora em termos de área essa supremacia não era tão expressiva, pois contava com apenas 42,89% da área total, como representado na figura 8.

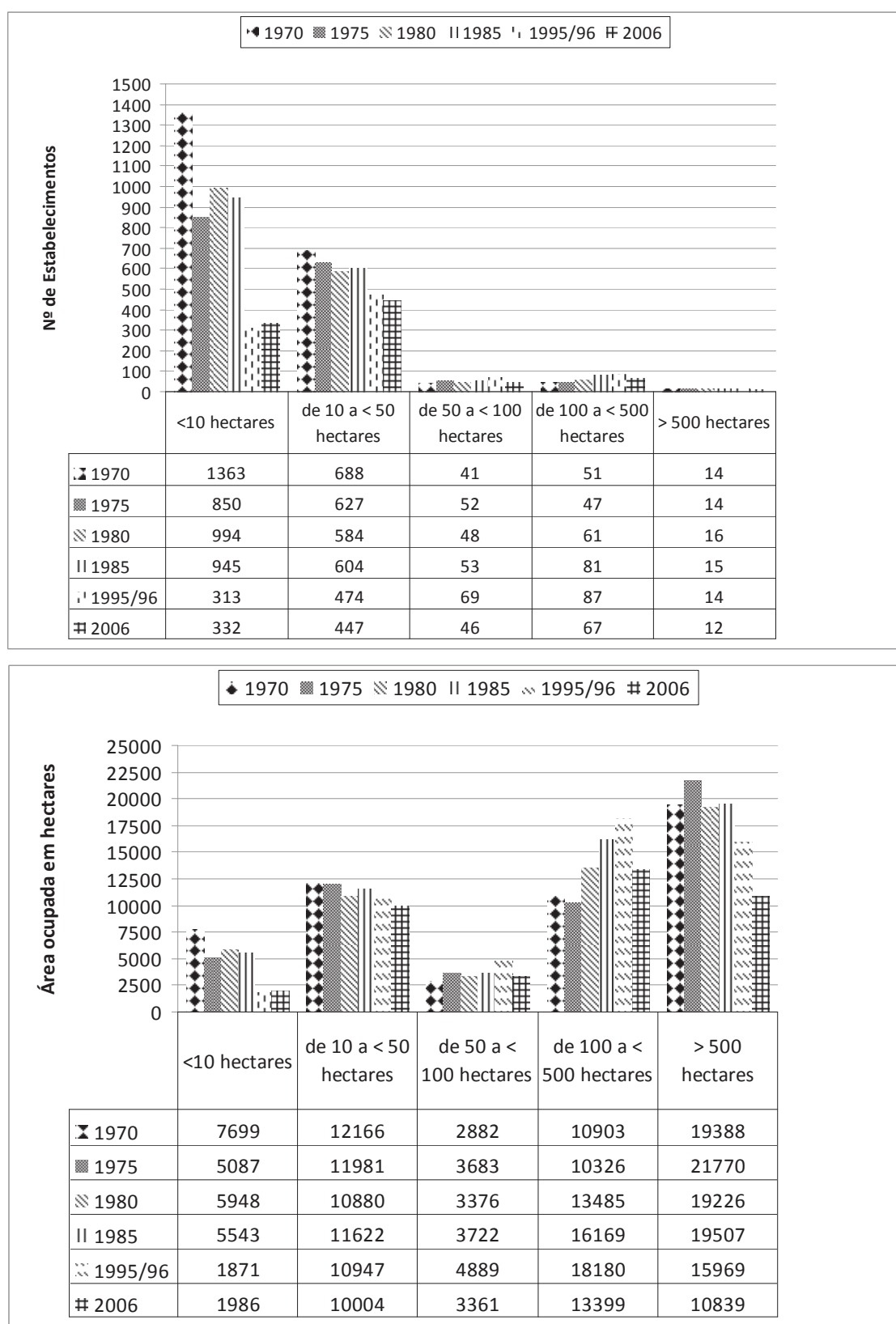


Figura 8. Estabelecimentos Agropecuários por Grupo de Áreas no município de Junqueirópolis (1970-2006): Número de Estabelecimentos e Área Ocupada.

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006). **Org:** Fernando Veloso.

Por outro lado, os grandes estabelecimentos com área superior a 500 hectares, mesmo que em número reduzido (0,65% do total) ocupavam grandes extensões das terras do município de Junqueirópolis, representando 36,56% do total em 1970. No período compreendido entre os anos de 1970 e 2006 ocorreram algumas mudanças na estrutura fundiária do município pesquisado. Inicialmente houve redução no número total de estabelecimentos agropecuários, pois passou de 2.157 no ano de 1970 para apenas 905 no ano de 2006. Em termos de área ocupada houve pequenas oscilações até o ano de 1995/96, já que ocupava 53.037 hectares em 1970 e passou para 51.856 hectares; e de, acordo com o último censo de 2006, houve uma redução para 49.905 hectares.

Diante dessa série histórica do FIBGE, constatamos que os estabelecimentos com estrato de até 10 hectares tiveram maior redução no período, de 75,64%, enquanto que os estabelecimentos de 100 a menos de 500 hectares tiveram maior aumento, de 31,37%. Com relação à área ocupada, os estabelecimentos com estrato de até 10 hectares tiveram redução de 74,20%; e, por conseguinte, o maior aumento ocorreu entre os estabelecimentos de estrato de 100 a menos de 500 hectares, de 22,89%.

Perante essas constatações fica notório que ocorreu uma concentração fundiária no município de Junqueirópolis, com a diminuição dos estabelecimentos menores, principalmente no estrato com até 10 hectares, sendo que a área ocupada por estes foi incorporada pelos estratos médios, sobretudo, entre os estabelecimentos com área de 100 a menos de 500 hectares.

Os dados da estrutura fundiária denotam que entre as décadas de 1985 e 1995/96 foi o período em que ocorreu a maior concentração, momento em que os reflexos da crise da economia cafeeira no contexto regional afetaram grande parte dos pequenos proprietários rurais.

Destaca-se, também, a diminuição significativa dos minifúndios, ou seja, os estabelecimentos agropecuários com até 10 hectares, principalmente a partir do ano de 1985. Dessa forma, entre os anos de 1970 e 2006 houve redução de 1.031 estabelecimentos, pois se contava com 1.366 unidades em

1970, passando para 332 estabelecimentos em 2006. Em termos de área ocupada pelos estabelecimentos com até 10 hectares, a redução também foi expressiva de 5.713 hectares, já que contava com 7.699 hectares no ano de 1970, passando para apenas 1.986 hectares em 2006.

O estrato de 10 a menos de 50 hectares teve diminuição gradativa no número de estabelecimentos entre os anos de 1970 e 2006, exceto no ano de 1985, quando teve pequeno aumento; e com relação à área ocupada, a redução foi gradativa em todo o período. Aponta-se, ainda, que tanto no ano de 1995/96 como em 2006, esse estrato contou com maior percentual de estabelecimentos agropecuários, de 49,53% e 49,39%, respectivamente; mas em relação à área ocupada pelo estrato de 10 a menos de 50 hectares, perfazia apenas 21,11% e 20,05% nos anos de 1995/96 e 2006, respectivamente.

O estrato de 50 a menos de 100 hectares foi o que apresentou menor variação entre os anos de 1970 e 2006, tanto no número de estabelecimentos como na área ocupada, como destacado na figura 8. Assim, esse estrato somava 41 estabelecimentos em 1970 passando a 53 em 1985; no decênio seguinte (1995/96) passou a contar com 69 estabelecimentos e diminuindo para 46 em 2006. Já em relação à área ocupada, contava com 2.282 hectares no ano de 1970, passando para 3.722 em 1985; na década posterior (1995/96) passou a contar com 4.889 hectares e reduzindo para 3.361 hectares em 2006.

Com relação ao estrato de 100 a menos de 500 hectares houve maior aumento no período analisado (1970 e 2006) tanto no número, como na área ocupada. No ano de 1970, contava com 10.903 hectares e teve uma leve redução em 1975, para 10.326 hectares, conforme destacado na figura 8. Entretanto, a partir da década de 1980, observamos um aumento da área ocupada com os estabelecimentos de 100 a menos de 500 hectares, que contavam com 13.485 hectares no início dos anos 1980, passando para 16.169 hectares no ano de 1985 e alcançando 18.180 hectares no ano de 1995/96. No período seguinte o referido estrato diminuiu a área ocupada para 13.339 hectares.

Contudo, os estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares, mesmo em menor número, ocupam grandes parcelas das terras do município de Junqueirópolis, como destacado na figura 8. Destarte, os estabelecimentos com estrato de mais de 500 hectares somavam 14 em 1970, perfazendo 19.380 hectares, passando para 12 em 2006 e ocupando área de 10.839 hectares. Ou seja, a área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 500 hectares alcançou a marca de 21.770, tendo redução de 10.931 hectares até o ano de 2006.

Deste modo, cabe destacar que ocorreram mudanças significativas na estrutura fundiária, sobretudo, no estrato com menos de 10 hectares que teve forte declínio no período de 1970 a 2006. Contudo, o estrato com até 100 hectares tem grande relevância na participação absoluta e relativa, evidenciando que esses estabelecimentos agropecuários resistem e se mantêm em meio às transformações ocorridas na agricultura regional e nacional. No próximo item iremos destacar as formas de exploração das terras no município pesquisado, segundo a condição do produtor.

4.3- Exploração das Terras, segundo a Condição do Produtor Rural

Analisar o papel desempenhado pelas diferentes categorias de produtores rurais é de fundamental importância em razão da relevância que o setor agropecuário assume no município de Junqueirópolis.

Assim, a exploração das terras no município pesquisado, conforme as categorias da FIBGE (proprietários, parceiros, arrendatários e ocupantes), nos fornece importantes subsídios para analisar as mudanças na estrutura fundiária como verificado no item anterior. Isso decorre da relevância que a categoria de parceiros teve no período de 1970 a 1985, como representado na figura 9.

A categoria de proprietário é a principal forma de exploração das terras no município de Junqueirópolis no período de 1970 a 2006, tanto no que diz respeito ao número de estabelecimentos como na área ocupada.

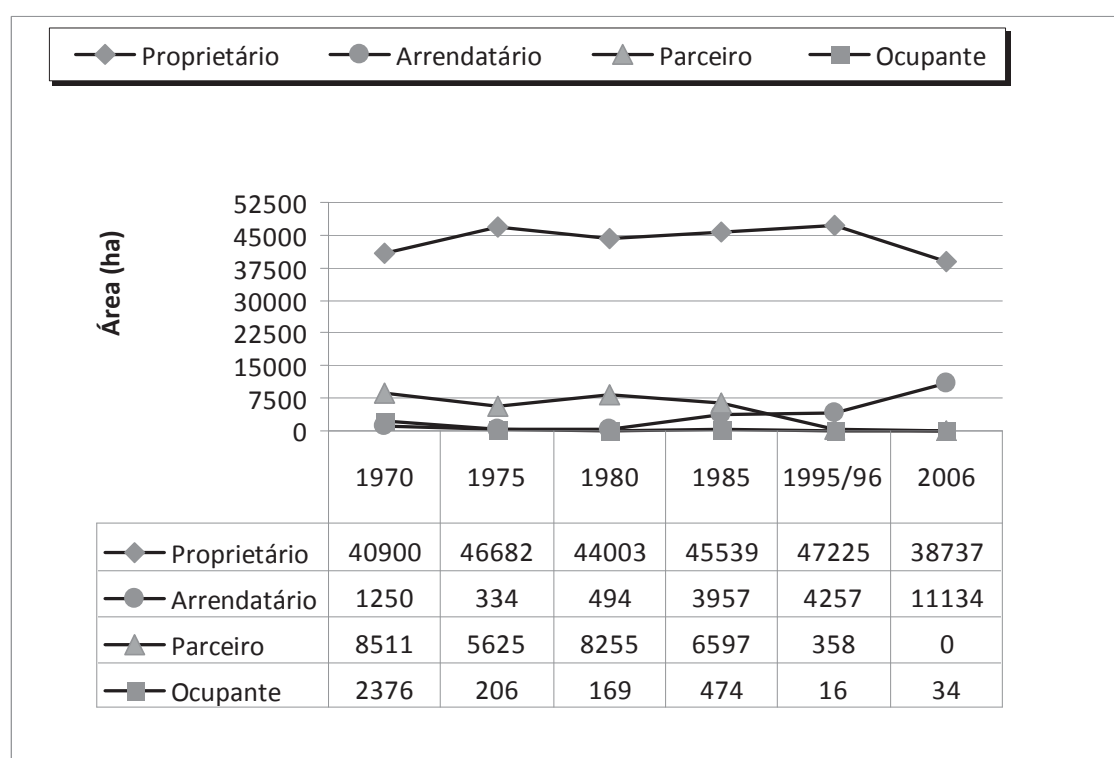
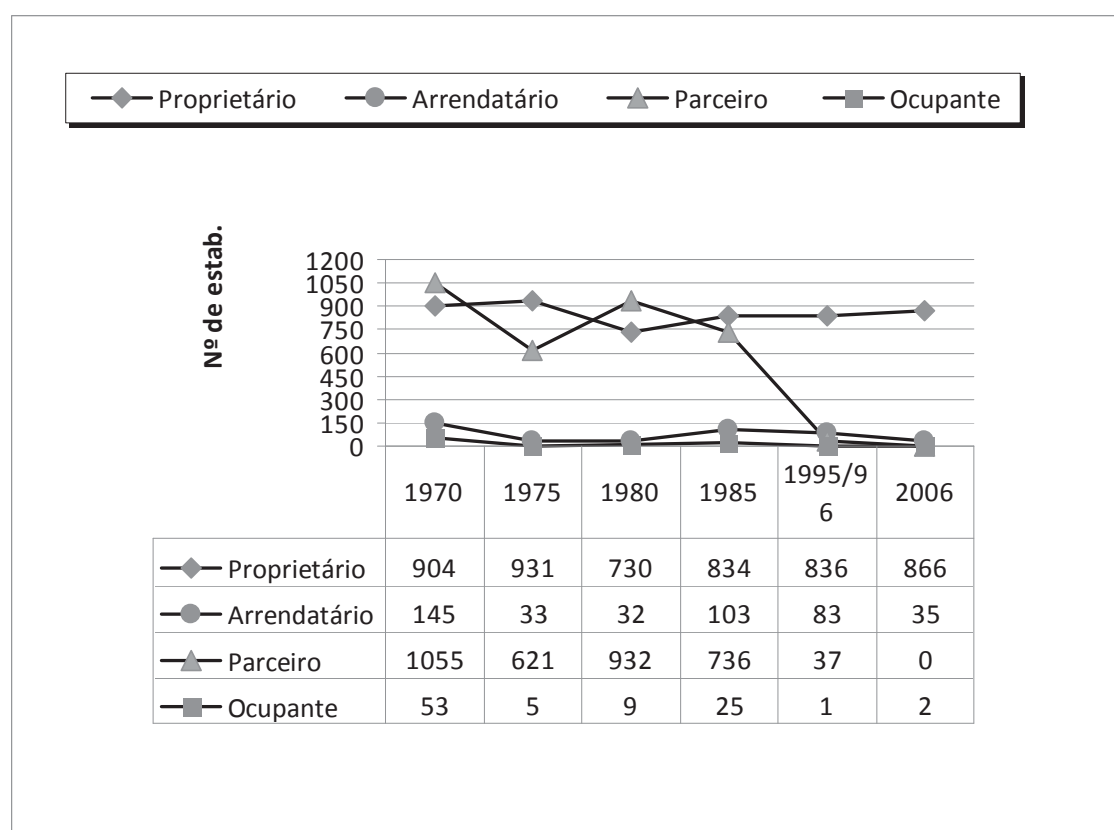


Figura 9. Condição do Produtor Rural no município de Junqueirópolis (1970-2006): Número de Estabelecimentos e Área Ocupada.

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006). **Org:** Fernando Veloso.

As demais categorias estabelecidas pela FIBGE (arrendatários e, principalmente parceiros) exerceram papel relevante no número de estabelecimentos agropecuários até o ano de 1985, embora com participação restrita quanto à área total ocupada por esses produtores.

De acordo com Oliveira (2003), o sistema de trabalho com base na parceria era predominante na região de Dracena nos primeiros anos da década de 1970 e teve grande destaque no cultivo do café, considerando que estes contribuíram para desonerar os proprietários rurais dos custos iniciais referentes aos tratos culturais da cafeicultura.

Na década de 1980, com a crise que se abateu sobre a cafeicultura na região de Dracena, os parceiros perderam importância, principalmente a partir do ano de 1985, como destacado na figura 9.

Dessa forma, a categoria de parceiros, sistema de trabalho típico da cultura cafeeira, apresentou relevância em termos do número de estabelecimentos ocupados até a metade da década de 1980, época em que muitos produtores erradicaram seus cafezais. Assim, no ano de 1970, a parceria era responsável por 48,91% do número total de estabelecimentos, ocupando 16,05% da área total; em 1980, passou para 39,06% dos estabelecimentos ocupando 10,64% da área total; e, em 1985 contava com 43,35% dos estabelecimentos, em 11,69% da área total. No entanto, no decênio seguinte (1995/96), constatou-se o declínio desta categoria de produtores, pois contava com apenas 3,87% do número de estabelecimentos em apenas 0,69% da área total; e no ano de 2006 a referida categoria não teve dados registrados.

A condição de proprietário era responsável pela exploração de 41,91% do número de estabelecimentos no ano de 1970, alcançando 49,12% no ano de 1985. Na década seguinte (1995/96) essa participação atinge quase o dobro, com a marca de 87,36%; e em 2006 esse percentual alcança 95,90% do número de estabelecimentos. Quanto à área ocupada pela condição de proprietário no período analisado, esta sempre foi superior a $\frac{3}{4}$ do total das terras do município, denotando a supremacia dessa forma de exploração das

terras em relação às demais categorias, alcançando a marca de 91,07% do total.

Por sua vez, a condição de ocupante vem perdendo importância no período analisado (1970-2006), como destacado na figura 9. Essa categoria de produtores foi responsável por 2,46% do número de estabelecimentos, ocupando 4,48% da área total no ano de 1970, e, no ano de 1985 por 1,47% dos estabelecimentos, perfazendo área de 0,84% do total. No ano de 1995/96, foi responsável por apenas 0,10% do número de estabelecimentos, ocupando somente 0,03% da área total e, em 2006, contava com 0,22% do número de estabelecimentos e perfazendo 0,07% da área total.

A categoria de arrendatários foi responsável por 6,72% do número de estabelecimentos em 1970, em 2,36% da área total. No ano de 1980, esse percentual passou para 2,08% do total de estabelecimentos, em 0,63% da área total e, no quinquênio seguinte (1985), essa condição de produtores passou para 1,88% do total de estabelecimentos em 0,93% da área total.

A ampliação desta forma de exploração das terras via arrendamento na década de 1980 pode ser explicado pelo aumento considerável da cultura do algodão e de outras lavouras temporárias como amendoim e feijão no município de Junqueirópolis, principalmente no ano de 1985, como destacaremos posteriormente. No decênio seguinte (1995/96) essa categoria teve decréscimo em termos do número de estabelecimentos, passando para 8,67% dos estabelecimentos e, em relação à área ocupada, teve um aumento de 300 hectares, representando para 8,31% do total.

A condição de arrendamento volta a ter destaque no ano de 2006, passando a ocupar 3,88% do número total de estabelecimentos, mas com incremento substancial em termos de área ocupada, representando 22,31% do total das terras do município. Diferentemente da década de 1980, quando o arrendamento era feito por pequenos produtores rurais, na década de 2000, essa forma de exploração da terra é realizada pelas usinas do município que cultivam a lavoura da cana-de-açúcar para o processamento industrial.

4.4- Utilização das Terras

Considerando que o processo de ocupação do município de Junqueirópolis esteve consubstanciado no setor agropecuário, é relevante verificar as alterações na forma de utilização das terras agricultáveis no período de 1970 a 2006.

Dessa forma, elaboramos a figura 10 que representa a área (em hectares) que foi utilizada para pastagens, lavouras permanentes e temporárias e matas e florestas (naturais e plantadas).

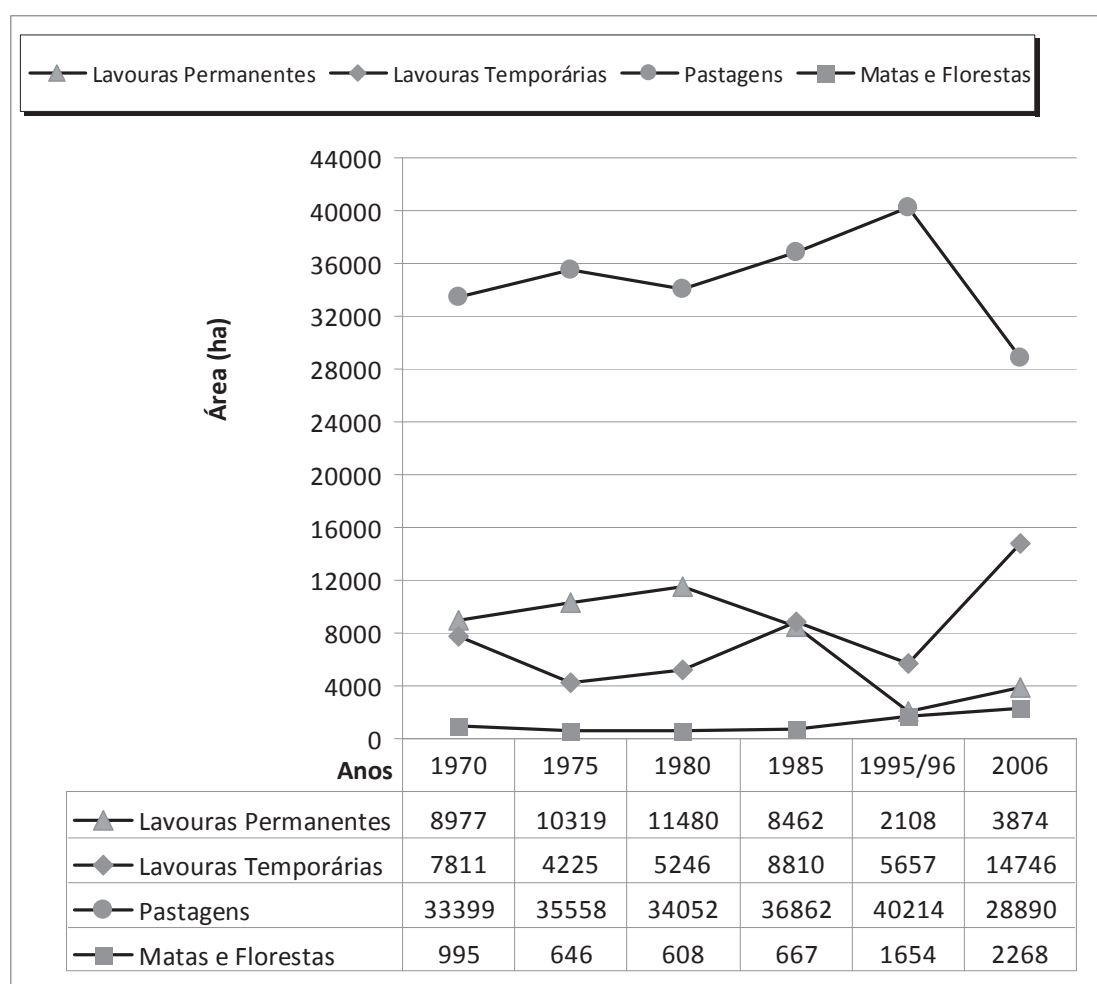


Figura 10. Utilização das Terras no Município de Junqueirópolis (1970-2006).

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006). **Org:** Fernando Veloso.

Oliveira (2003) menciona que uma das características principais da utilização das terras na região do EDR de Dracena é que as grandes extensões de terra são ocupadas pelas pastagens; em situação inversa, as áreas destinadas às lavouras ocupam, comparativamente, dimensões bem inferiores.

Ao analisar a figura 10, podemos destacar que no período de 1970 a 2006 as terras do município de Junqueirópolis foram majoritariamente ocupadas pelas pastagens, associadas em menor proporção com as lavouras permanentes e temporárias.

As lavouras permanentes se mantiveram em crescimento até a década de 1980. Após esse período, esse tipo de lavoura teve sua área reduzida drasticamente, fato este que pode ser explicado pela crise da cafeicultura e, conseqüentemente, a erradicação de muitos cafezais na região de Dracena e, sobretudo, no município de Junqueirópolis.

Na década de 1970, as áreas com lavouras permanentes contavam com 8.977 hectares, passando para 11.480 no início dos anos 1980. Todavia, no ano de 1985, as áreas com lavouras permanentes têm uma redução para 8.462 hectares; no decênio seguinte (1995/96), conta com pouco mais de 2,1 mil hectares; e no ano de 2006 interrompe-se a tendência de diminuição, com aumento para 3.874 hectares.

Esse aumento das áreas ocupadas com lavouras permanentes entre os anos de 1995/96 e 2006 no município de Junqueirópolis pode ser atribuído ao aumento da área com fruticultura na região de Dracena, que tem gerado elevado valor de produção, mesmo ocupando pequenas áreas, como destaca Oliveira (2003), principalmente pela acerola, manga e uva. Aliado a isso, novas alternativas produtivas têm ocupado papel de destaque na área cultivada, como o urucum e a seringueira no município pesquisado.

As áreas com lavouras temporárias tiveram algumas variações no período analisado. Totalizavam 7.811 hectares em 1970, diminuíram para 4.225 em 1975 e alcançaram 5.246 hectares no ano de 1980. No ano de 1985, as áreas ocupadas com as culturas temporárias aumentaram para 8.810 hectares e reduziram-se para 5.657 no ano de 1995/96.

No âmbito das lavouras temporárias observa-se algumas situações importantes nas décadas de 1980. A primeira é que lavouras como amendoim, milho, mandioca e feijão sofreram redução na área cultivada, reflexo da diminuição do número de produtores rurais que trabalhavam no sistema de parceria e que utilizavam os interstícios do café para realizar essa produção. A outra diz respeito aos arrendatários, que cultivavam principalmente a lavoura do algodão e, em razão dos altos custos de produção, na elevação do valor cobrados pelos proprietários para a realização dos contratos de arrendamentos na década de 1980, acarretou a diminuição significativa desta forma de exploração da terra.

Outra questão relevante quanto às lavouras temporárias refere-se à introdução da cana-de-açúcar para o processamento industrial em razão da instalação da Destilaria Vale Verde em Junqueirópolis na década de 1980 (OLIVEIRA, 2003; SEGATTI, 2009). A expansão da cana-de-açúcar em direção ao Oeste Paulista na década de 1980 ocorreu no contexto do PROÁLCOOL, com o advento do PROOESTE (Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo). Dessa forma, Bray, Ferreira e Ruas (2000) enfatizam que nessa área do território paulista, muitos projetos de instalação de destilarias foram implementados. No entanto, como mostra os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96, a diminuição das áreas de lavouras temporárias foi motivada pela redução na área cultivada com a cana-de-açúcar, em virtude da falência da Destilaria Vale Verde em razão da crise enfrentada pelo setor sucroalcooleiro na década de 1990.

Já os dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram novo aumento das lavouras temporárias no município de Junqueirópolis, perfazendo área de 14.746 hectares. Tal aumento é motivado pelo retorno da operação da agroindústria canavieira no município no ano de 2001, com nova razão social: USALPA (Usina Alta Paulista Indústria e Comércio). No ano de 2007, Junqueirópolis passa a contar com mais uma Usina, a Rio Vermelho.

As matas e florestas (naturais e plantadas) ocupavam 995 hectares no ano de 1970, diminuindo para 646 hectares em 1975 e para 608 no início da

década de 1980. No ano de 1985, contavam com 667 hectares e alcançaram 2.264 hectares no ano de 2006, conforme destacado na figura 10.

As áreas com pastagens naturais e plantadas contaram com algumas variações no período de 1970 a 1980, e a partir do ano de 1985 vem ganhando destaque no total de terras agricultáveis do Município de Junqueirópolis, pois contavam com 33.399 hectares no início da década de 1970 e 34.052 no ano de 1980. No ano de 1985, as áreas ocupadas com pastagens tiveram um aumento para 36.862 hectares, entretanto, essa elevação pode ser notada mais claramente no ano de 1995/96, quando alcançaram a marca de 40,2 mil hectares. No ano de 2006 ocorreu redução para 28.890 hectares.

Essa redução das áreas com pastagens no ano de 2006 ocorreu pela expansão da lavoura da cana-de-açúcar via arrendamento de grandes e médias propriedades rurais, como também, em alguns casos, de pequenas propriedades rurais, para as agroindústrias do município e da região.

Verifica-se, assim, que ocorreram transformações significativas na forma de utilização das terras do município de Junqueirópolis a partir da década de 1980, com o declínio de áreas agricultáveis com lavouras como o café, e aumento de lavouras temporárias, como a cana-de-açúcar, e de áreas com pastagens. Mais recentemente, nos anos 2000, constata-se redução de áreas de pastagens e aumento de áreas com lavouras permanentes, mas principalmente com lavouras temporárias (cana-de-açúcar para o processamento industrial).

4.5- Principais Lavouras

Nas primeiras décadas da colonização, a economia da região teve como base a cafeicultura, pois esta sendo uma lavoura comercial, sua produção era vendida para os maquinistas da região que, por sua vez, escoavam a produção pelas estradas de ferro para o Porto de Santos, visando ao mercado externo. Em consonância com a cafeicultura, outras lavouras comerciais eram

cultivadas, tornando-se expressivas na década de 1970, com destaque para as lavouras de milho, amendoim, algodão e feijão.

Isso ocorreu devido ao fato de que as famílias colonizadoras não dispunham de muitos recursos financeiros para desenvolver as lavouras comerciais de exportação, exceto o café. Assim, os pioneiros cultivavam lavouras diversificadas, além da criação de animais para sua subsistência, sendo o excedente (arroz, feijão, milho, amendoim, batata doce etc.) destinado para o mercado interno (GIL, 2004).

A evolução da área ocupada e da quantidade produzida pelas principais lavouras cultivadas no município de Junqueirópolis pode ser observada na figura 11. O café foi a principal atividade econômica do município de Junqueirópolis até o ano de 1985, quando essa cultura enfrentou um período de forte crise. No ano de 1970 a referida lavoura teve uma produção de 1.973 toneladas, ocupando uma área de 7.589 hectares; e, em 1975, atingiu a marca de 15.739 toneladas, numa área de 9.164 hectares. No ano de 1985, a produção da lavoura do café foi de 7.324 toneladas, numa área de 10.203 hectares; e, no decênio seguinte (1995/96), verificamos uma diminuição tanto na produção como na área ocupada, passando então a contar com volume produzido de 436 toneladas, em pouco mais de 900 hectares. No ano de 2006, a produção foi de 1.100 toneladas, em uma área de 595 hectares.

A cafeicultura ainda permanece, até por uma questão de tradição, uma vez que a lavoura foi a base econômica da família dos produtores rurais. Por conta deste fato, muitos, mesmo diversificando a produção, ainda mantém pequenas áreas com a cultura do café em suas unidades produtivas. Outras culturas, como feijão, mandioca e milho têm sido cultivadas no decorrer do período analisado (1970-2006), embora ocupando destaque até os anos de 1980, quando eram cultivadas nas “ruas” do café e com forte redução nas décadas de 1990 e 2000, conforme representado na figura 11.

A lavoura da mandioca no ano de 1970 produziu 108 toneladas numa área de 11 hectares e, em 1985, a produção foi de seis toneladas em uma área de cinco hectares. No ano de 2006, a produção alcançou 10 toneladas em uma área de três hectares.

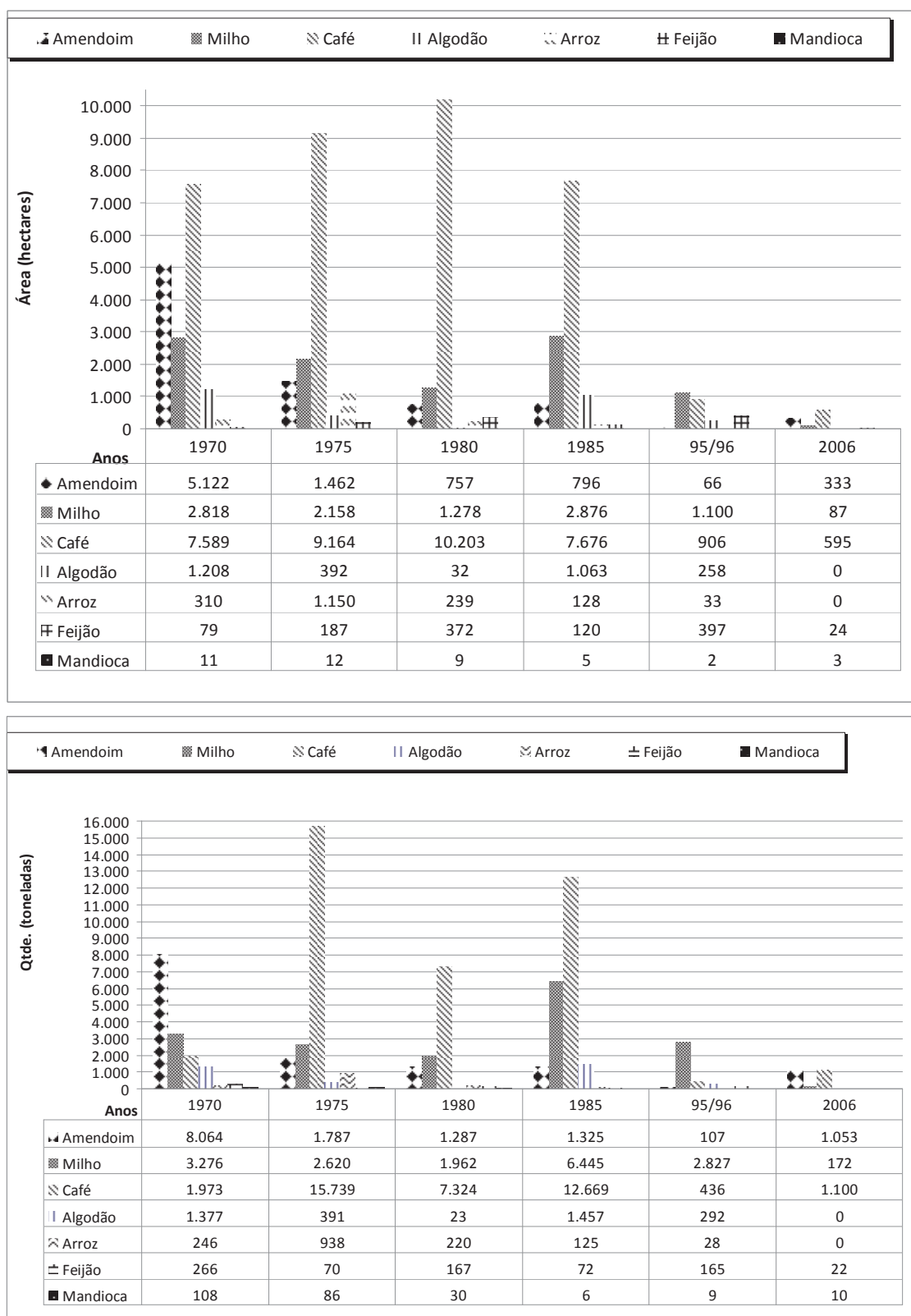


Figura 11. Principais lavouras no município de Junqueirópolis (1970-2006).

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários (1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006) **Org:** Fernando Veloso.

A lavoura do arroz teve uma maior expressão no ano de 1975, quando sua produção foi de 938 toneladas, ocupando uma área de 1.150 hectares. No ano de 1980, a lavoura do arroz teve uma produção de 220 toneladas numa área de 239 hectares e, em 1995/96, alcançou apenas 28 toneladas numa área de 33 hectares. No ano de 2006, a produção diminuiu para pouco mais de 10 toneladas em cerca de três hectares.

No ano de 1970, a produção com a lavoura do milho no Município de Junqueirópolis foi de 3.276 toneladas, numa área de 2.818 hectares e, no ano de 1985, a quantidade produzida alcançou 6.445 toneladas, ocupando uma área de 2.827 hectares. No decênio seguinte (1995/96) a produção diminuiu para 2.827 toneladas em uma área de 1.100 hectares e, no ano de 2006, a produção alcançou 172 toneladas numa área de 87 hectares.

A lavoura do feijão (figura 11), produziu cerca de 266 toneladas numa área de 79 hectares no ano de 1970. No ano de 1980, a produção diminuiu para 167 toneladas, ocupando uma área de 372 hectares e, no ano de 2000 a quantidade produzida alcançou a marca de 500 toneladas em uma área de 600 hectares. No ano de 2006, a produção foi de 22 toneladas em uma área de 24 hectares.

A lavoura do algodão foi expressiva no município de Junqueirópolis, sobretudo nos anos de 1970 e 1985. No ano de 1970, a quantidade produzida foi de 1.377 toneladas numa área de 1.208 hectares e, no ano de 1985, a produção alcançou 1.457 toneladas em uma área de 1.063 hectares. Entretanto, no decênio seguinte (1995/96) a produção diminuiu significativamente e alcançou a marca de 292 toneladas, ocupando uma área de 258 hectares. No ano de 2006 não teve a produção da referida lavoura no município.

A lavoura do amendoim ocupava papel de destaque no município de Junqueirópolis no início da década de 1970. A quantidade produzida foi de 8.064 toneladas numa área de 5.122 hectares no ano de 1970. Entretanto, no ano de 1975 sua produção diminuiu consideravelmente para 1.787 toneladas, ocupando uma área de apenas 1.462 hectares. Nos anos de 1980 e 1985 a produção esteve em torno de 1,3 mil toneladas e, no decênio seguinte

(1995/96) passou para pouco mais de 100 toneladas. No ano de 2006, de acordo com o Censo Agropecuário, não teve produção da referida lavoura no município.

Oliveira (2003) aponta que fatores regionais⁵⁴ podem explicar as alterações ocorridas na área ocupada pelas lavouras no âmbito da região de Dracena, todavia essas mudanças foram motivadas por um movimento maior de alteração tecnológica da agricultura nacional, com repercussões diferenciadas sobre as distintas regiões brasileiras.

Essas alterações destacadas pelo autor ficam nítidas com a redução da área cultivada de lavouras tradicionais como café, como também pela redução de lavouras cultivadas em consórcio com esta, como feijão, mandioca e amendoim, em detrimento do forte aumento de culturas comerciais, como a cana-de-açúcar, como destacado na tabela 10.

No ano de 1970, a cana-de-açúcar no município de Junqueirópolis perfazia 12 hectares, com produção de 169 toneladas; em 1980, passou para 1483.265 toneladas em uma área de 2.409 hectares. Observamos também, que no ano de 1985, a área cultivada eleva-se para 3.327 hectares com uma produção de 207.531 toneladas; e, em 1995/96, a produção diminuiu para 93.714 toneladas numa área de 3.413 hectares.

Tabela 10. Área cultivada e Quantidade produzida com a lavoura da cana-de-açúcar no município de Junqueirópolis (1970-2006).

Anos	Qtde. (toneladas)	Área (hectares)
1970	169	12
1975	130	15
1980	148.265	2.409
1985	207.531	3.327
1995/96	93.714	3.413
2006	771.581	8.968

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006).
Org: Fernando Veloso.

⁵⁴ Distância dos grandes centros consumidores, esgotamento dos solos, incidência de pragas e doenças, fenômenos climáticos (geadas de 1975 e 1981) etc.

Na década de 1990, com o fim dos benefícios governamentais⁵⁵, o setor canavieiro sofreu forte crise, que se refletiu na redução da produtividade em toneladas da cana-de-açúcar no município de Junqueirópolis. Atribuímos essa significativa redução na escala municipal, à falência da Destilaria Vale Verde no ano de 1998. Contudo, observamos que uma nova expansão da cultura da cana-de-açúcar no município ocorreu a partir do ano de 2003. A área com o cultivo dessa lavoura no ano de 2006 alcançou a marca expressiva de 771.581 toneladas, com área cultivada de 8.968 hectares.

De acordo com o CANASAT, instituto de mapeamento da cana por imagem de satélite vinculado ao INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) na safra 2009/10 a área cultivada total com a lavoura da cana-de-açúcar em Junqueirópolis já somava cerca de 19.000 hectares, e no EDR de Dracena a área cultivada contabilizava 126.197 hectares.

Todavia, mesmo com a forte expansão territorial da lavoura da cana-de-açúcar na região e no município de Junqueirópolis, com os arrendamentos de grandes áreas agricultáveis, enfatizamos que, novas alternativas produtivas têm sido cultivadas no município pesquisado, principalmente por pequenos produtores rurais, com destaque para a produção de frutas, além de lavouras como urucum e seringueira, como pelo desenvolvimento da pecuária de leite e mista.

Oliveira (2003) aponta que essa reorientação produtiva, por meio da incorporação da fruticultura como alternativa econômica, foi adotada pelos produtores rurais vinculados anteriormente à cafeicultura, destacando que:

No âmbito da produção das principais atividades frutícolas, é importante frisar que tais culturas passaram a adquirir dinamicidade a partir de meados da década de 1980, com a crise da cafeicultura associada à queda da representatividade econômica das demais culturas tradicionais, em função dos altos preços dos insumos que têm sido sistematicamente incorporados na atividade produtiva como necessidade básica

⁵⁵ Bray; Ferreira e Ruas (2000) apontam que o setor sucroalcooleiro vivenciou um período considerável de crise entre o final da década de 1980 e a década de 1990, devido ao corte dos subsídios governamentais, fato este que levou à falência de algumas unidades agroindustriais.

para a manutenção destas atividades agrícolas (OLIVEIRA, 2003, p. 48).

Para analisarmos dados referentes à fruticultura no município de estudo utilizamos os dados do LUPA (1995/96 e 2007/08)⁵⁶. Conforme se observa na figura 12, as principais atividades frutícolas em termos de área cultivada como no número de UPA's são: acerola, manga, banana, uva, maracujá, coco e melancia. Estas apresentaram alterações tanto na área cultivada como no número de UPA's entre os anos de 1995/96 e 2007/08⁵⁷.

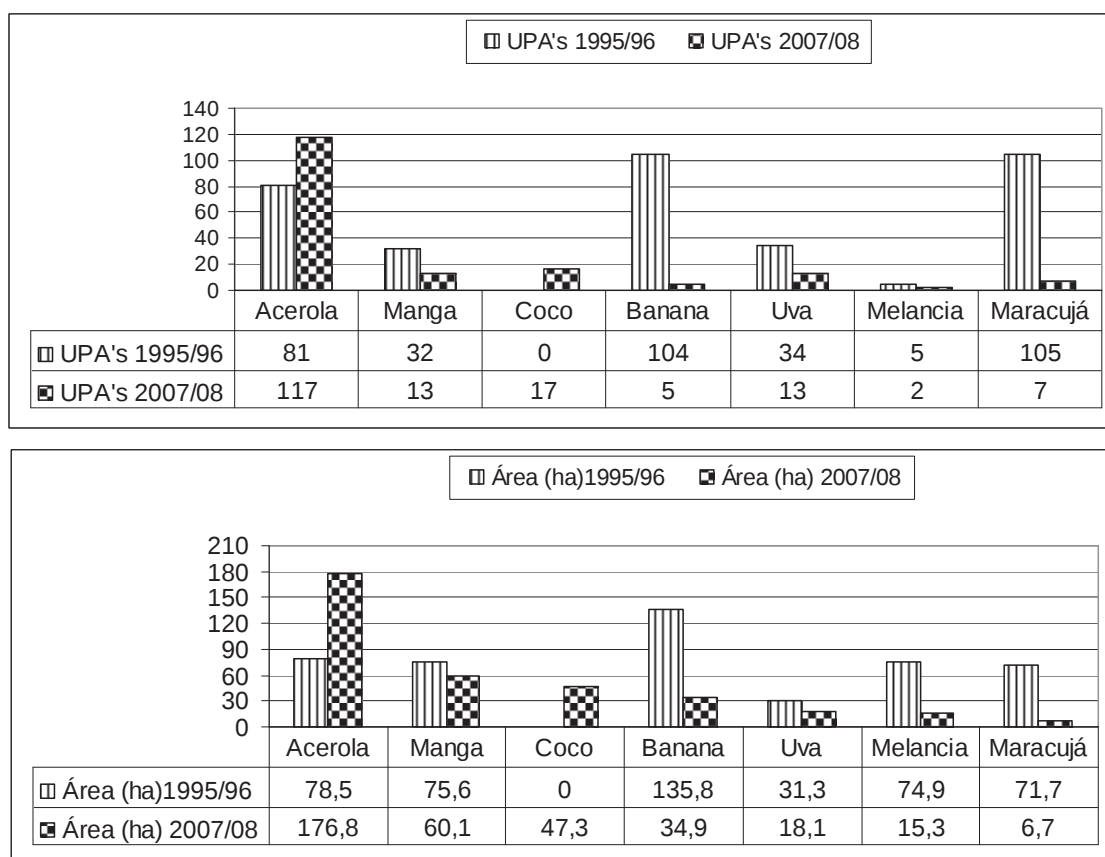


Figura 12. Produção das principais frutas no Município de Junqueirópolis (1995/96 e 2007/08): N° de UPA's e área cultivada.

FONTE: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA. **Org:** Fernando Veloso.

⁵⁶ O LUPA é um censo agropecuário paulista que foi realizado nos anos de 1995/96 e 2007/08. A unidade territorial pesquisada é a UPA (Unidade de Produção Agropecuária). Optamos por utilizar dados desse Levantamento ao invés do IBGE, por apresentar dados referentes a lavouras, principalmente com relação às frutas, que não constam no Censo Agropecuário do IBGE.

⁵⁷ O LUPA de 2007/08 evidencia outras frutas cultivadas no município de Junqueirópolis. No entanto, as áreas cultivadas eram inferiores a cinco hectares, como: lichia, goiaba, jabuticaba e atemóia.

Enfatizamos que lavouras como banana, maracujá, manga e uva sofreram redução da área cultivada⁵⁸, enquanto que a lavoura da acerola e do coco tiveram aumento significativo nesse período analisado. A fruta que teve maior redução em termos percentuais no período analisado (1995/96-2007/08) foi o maracujá: 90,7%⁵⁹.

Quanto às demais frutas, a melancia teve diminuição de 79,6%; banana de 74,3%; uva de 42,2%; manga de 20,5%. A cultura do coco que não constava nos dados de 1995/96 comparece em 17 unidades produtivas, com área cultivada de 47,3 hectares no ano de 2007/08.

A lavoura da acerola teve aumento de 233,3% em termos de área cultivada no período de 1995/96 e 2007/08. A fruta contava com área de 78,5 hectares no ano de 1995/96 em 81 unidades produtivas, passando para 176,8 hectares no ano de 2007/08 em 117 unidades produtivas agropecuárias. Salientamos que o município pesquisado destaca-se no cenário regional pela produção de acerola, impulsionado pela presença marcante da Associação Agrícola de Junqueirópolis.

Apontamos ainda outras alternativas produtivas desenvolvidas pelos produtores rurais no período de 1995/96 e 2007/08, como seringueira, urucum e eucalipto, como destacado na figura 13.

Constata-se, assim, que a área cultivada com a cultura da seringueira teve aumento de 34,62% e de 13,33% no número de UPA's, passando de 383,3 hectares no ano de 1995/96 em 45 unidades produtivas, para 516,0 hectares no ano de 2007/08 em 51 UPA's.

A respeito da lavoura do urucum, esta teve acréscimo de 24,31%, pois contava 120,1 hectares em 1995/96 passando para 149,3 hectares no ano de 2007/08. A área cultivada com o eucalipto, por sua vez, teve redução de

⁵⁸ Oliveira (2003) aponta que na década de 1990, com a abertura econômica e a adoção de políticas neoliberais houve a fragilização de diversos segmentos agropecuários no país, que tiveram que concorrer com produtos de outros países, como exemplo, o leite e as frutas.

⁵⁹ De acordo com os próprios produtores rurais, essa redução na área cultivada com o maracujá foi motivada pela grande incidência de pragas e doenças na lavoura, o que fez com que muitos destes desistissem de cultivar a fruta.

44,74%, passando de 156,7 hectares em 1995/96 para 86,6 hectares no ano de 2007/08.

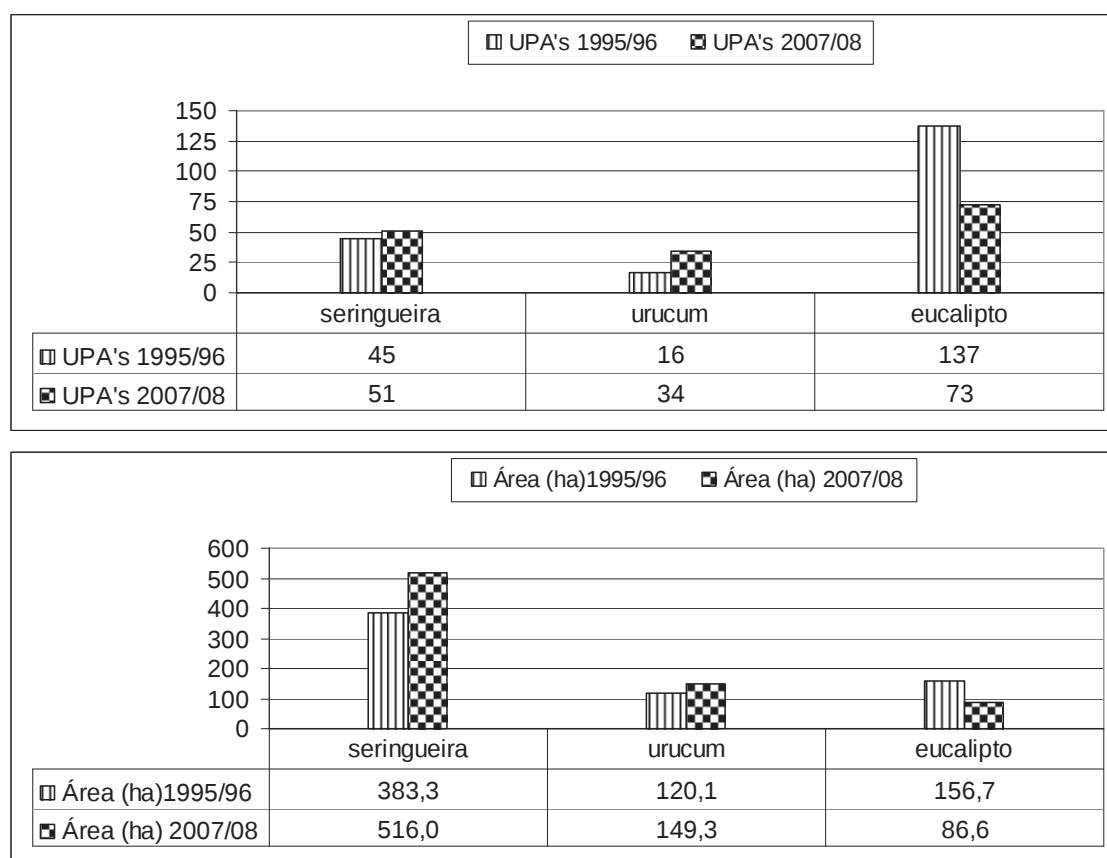


Figura 13. Outras Lavouras Cultivadas no município de Junqueirópolis (1995/96 e 2007/08): N° de UPA's e área cultivada.

FONTE: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA. **Org:** Fernando Veloso.

Na sequência iremos destacar a importância econômica do efetivo animal para o município de Junqueirópolis, principalmente com a pecuária bovina de corte e mista, sendo a atividade principal em alguns estabelecimentos ou complementando a renda familiar em muitas das pequenas propriedades rurais.

4.6- Efetivo animal

Considerando que as áreas com pastagens ocupam grande parte das terras agricultáveis do município de Junqueirópolis no período de 1970 a 2006,

é relevante evidenciar o efetivo animal, principalmente com relação à bovinocultura. De acordo com o LUPA 2007/08, 1.007 unidades produtivas - 84,05% do total - possuíam áreas com capim braquiária, perfazendo um total de 29.181,9 hectares.

A tabela 11 evidencia o efetivo bovino no município de Junqueirópolis. Dessa forma, no ano de 1970, o efetivo bovino somava 40.990 e, no ano de 1980, contava com 36.864 cabeças.

No ano de 1985, o efetivo bovino teve um aumento significativo de 11.288 cabeças, alcançando 48,1 mil cabeças. Em 1995/96 teve um acréscimo de 11 mil cabeças, passando então a contar com a soma de 59.199 cabeças; e redução significativa no ano de 2006 passando a contar com 43.069 cabeças. Essa diminuição no efetivo bovino reflete a redução de algumas áreas com pastagens, que passaram a ser destinadas para a lavoura da cana-de-açúcar.

Tabela 11. Efetivo bovino no município de Junqueirópolis.

Anos	Bovinos (cabeças)
1970	40.990
1975	40.083
1980	36.864
1985	48.152
1995/96	59.199
2006	43.069

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006). **Org:** Fernando Veloso.

Observando a figura 14, destacamos a finalidade do rebanho bovino no município de Junqueirópolis entre os anos de 1995/96 e 2007/08. O número de cabeças do rebanho bovino destinado somente para a produção de leite teve diminuição nesse período, pois contava com 1.141 cabeças no ano de 1995/96, reduzindo-se para pouco mais de 800 cabeças no ano de 2007/08.

Situação contrária a do gado de corte, que passou a ser a principal finalidade do efetivo bovino no município de Junqueirópolis. A pecuária de corte totalizava 21,4 mil cabeças no ano de 1995/96, passando para 29 mil no ano de 2007/08. A pecuária mista (corte e leite) teve redução significativa, pois somava 39.472 cabeças no ano de 1995/96 e diminuiu para 13 mil cabeças em 2007/08.

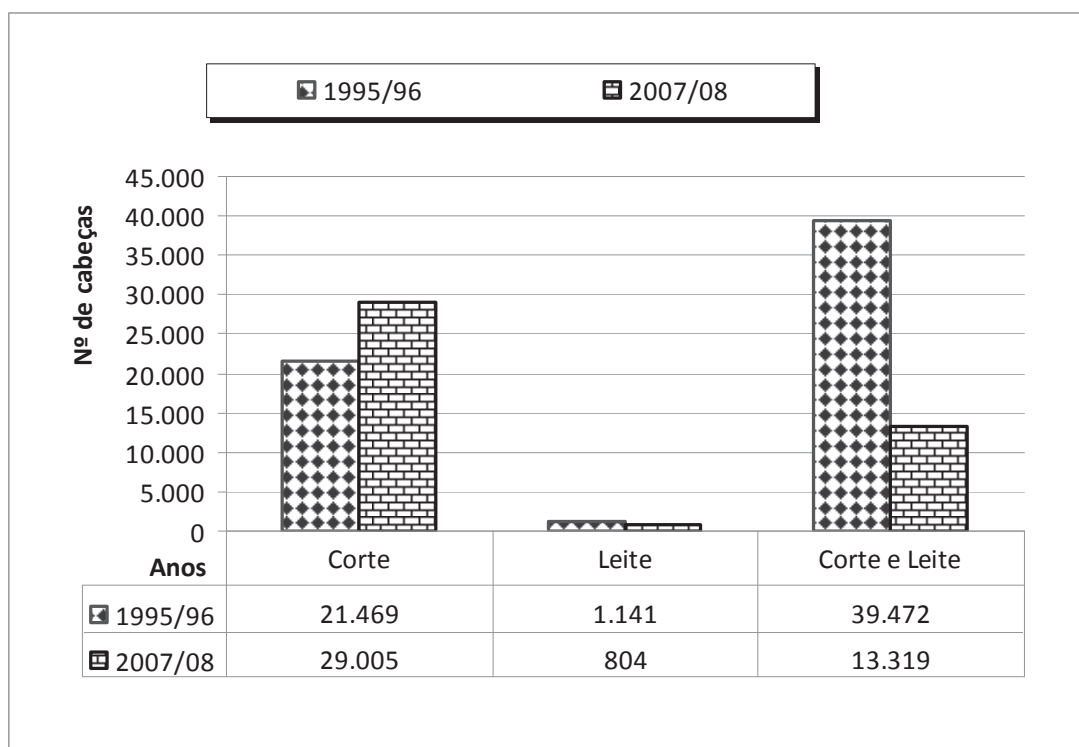


Figura 14. Finalidade do rebanho bovino no município de Junqueirópolis (1995/96 e 2007/08).

FONTE: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA (1995/96 e 2007/08). **Org:** Fernando Veloso.

A tabela 12 evidencia outros tipos de exploração animal em Junqueirópolis. Em relação ao efetivo suíno, este contava com 1.085 cabeças em 109 UPA's no ano de 1995/96, diminuindo para 719 cabeças em 74 unidades produtivas no ano de 2007/08⁶⁰. A avicultura de corte⁶¹ contava com 161.105 cabeças no ano de 1995/96, diminuindo para 1.029 cabeças em 2007/08; e a avicultura de postura contava com 30.000 cabeças em 1995/96 e em 2007/08 não constavam informações sobre essa atividade. Essa diminuição

⁶⁰ Mazzali (2000) destaca que a suinocultura teve grande impulso na década de 1970, incentivada pelos programas de financiamento estaduais, visando à modernização, principalmente no estado de Santa Catarina.

⁶¹ Mazzali (2000) salienta que as bases em que foram assentadas o crescimento e a estruturação do setor avícola de corte tiveram início no fim da década de 1960 e começo dos anos de 1970. Essa expansão esteve pautada no "pacote tecnológico" que propiciou incremento considerável na produtividade, reduzindo custos e do preço final da carne ao consumidor. A região sul concentra boa parte da produção avícola de corte, nos estados de Santa Catarina e Paraná; e mais recentemente essa atividade tem crescido na região centro oeste; por serem regiões produtoras de grãos (soja). Para maior aprofundamento sobre a produção avícola de corte, ver Belusso (2011), que analisou a integração dos agricultores as cooperativas agrícolas abatedoras de frangos na região oeste do estado do Paraná.

do número de aves expressa nos dados analisados, pode ser atribuído ao aumento dos custos de produção (insumos e rações) que levou alguns produtores a desistir da atividade.

Tabela 12. Tipos de Exploração Animal em Junqueirópolis (1995/96 e 2007/08).

Atividade	1995/96		2007/08	
	Cabeças	UPA's	Cabeças	UPA's
Suinocultura	1.085	109	719	74
Avicultura de Corte	161.105	8	1.029	23
Avicultura de postura	31.000	4	0	0
Ovinocultura	987	49	1.125	33

FONTE: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA. **Org:** Fernando Veloso.

A ovinocultura contava com 987 cabeças em 49 UPA's no ano de 1995/96, passando para 1.125 em 33 unidades produtivas no ano de 2007/08.

Dessa forma, entre os tipos de atividade criatória em Junqueirópolis, a bovinocultura é a que tem maior destaque. Embora a finalidade principal não seja a pecuária de leite, esta tem gerado uma fonte de renda mensal para muitas unidades produtivas familiares, sendo de grande importância para a economia dos municípios da região de Dracena.

Nesse sentido, Oliveira (2003, p. 60) destaca que o desenvolvimento da pecuária leiteira na região de Dracena

[...] embora não apresente grande nível de incorporação tecnológica, se constitui numa atividade relevante aos pequenos produtores rurais, em virtude da possibilidade de complementaridade da renda das lavouras, propiciando uma maior liquidez que contribui sobremaneira para a manutenção das despesas da família e até mesmo das demais atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários.

Com isso, constatamos na figura 15, a produção de leite e o número de vacas ordenhadas a partir do início da década de 1990 no município de Junqueirópolis. A produção de leite teve seu ápice no ano de 1995, alcançando a marca de 5.710 mil litros, sendo que o número de vacas ordenhadas foi de 8.900 animais. A partir do ano de 2000, a produção vem declinando gradativamente, passando para pouco mais de 1.400 mil litros no ano de 2010, num total de 1.260 vacas ordenhadas.

Clemente; Hespanhol (2008) ao analisar a cadeia produtiva do leite na região de Jales, constataram que o setor lácteo nacional teve intenso processo de reestruturação a partir dos anos de 1990. Esse processo foi influenciado pela desregulamentação em 1991, com a abertura comercial externa e na implementação de normas sanitárias mais rígidas por parte do governo federal, ocasionado grande concentração de capitais e na reorganização espacial dessa atividade.

Os referidos autores apontam que as exigências das empresas que atuam no setor lácteo têm levado os produtores de leite a se especializarem, elevando a produção e produtividade. Essa seleção tem marginalizado parte significativa dos produtores, principalmente os menos capitalizados⁶², cujo nível de produção não atinge os níveis de escala ditados pelos laticínios. A solução para esses produtores “excluídos” tem sido buscar o mercado informal, aproveitando as falhas da fiscalização sanitária.

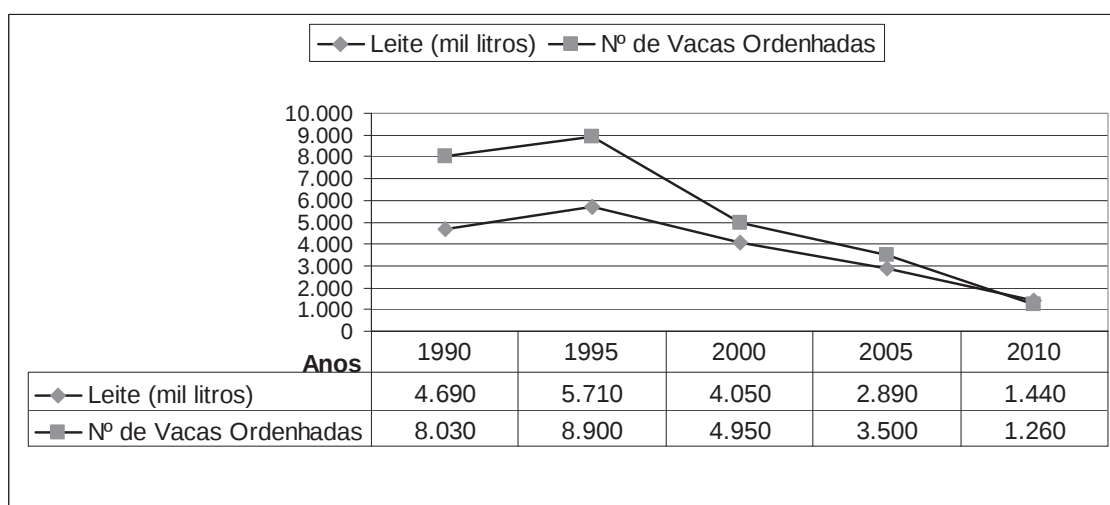


Figura 15. Produção de Leite e Número de Vacas Ordenhadas no município de Junqueirópolis (1990-2010).

FONTE: FIBGE – Produção Pecuária Municipal (1990, 1995, 2000, 2005 e 2010) **Org:** Fernando Veloso.

A nosso ver, esses fatores nos auxiliam a entender a diminuição na produção do leite a partir do ano de 1995, no município de Junqueirópolis. Além desses elementos, a expansão da lavoura de cana-de-açúcar no contexto

⁶² Principalmente os produtores que não contam com tanques de resfriamento para o leite, ou mesmo com ordenhas mecânicas.

regional também é um fator que explica esse declínio na produção do leite, uma vez que a referida lavoura tem avançado sobre as áreas com pastagens, inclusive em médias e pequenas propriedades rurais, que anteriormente desenvolviam a pecuária.

Diante deste cenário de transformações no município de Junqueirópolis, constatamos: êxodo rural, evasão populacional, concentração fundiária com aumento do número e da área dos estabelecimentos médios, redução da forma de exploração com base na parceria e arrendamento, diminuição das áreas com lavouras, aumento e posterior diminuição nas áreas com pastagens e, mais recentemente, com aumento vertiginoso da lavoura da cana-de-açúcar que abastece as usinas de álcool e açúcar da região.

Mesmo num cenário de condições adversas, os pequenos proprietários rurais ainda permanecem e buscam desenvolver novas estratégias para se manter na atividade produtiva, procurando alternativas que gerem rendimento econômico, tais como: fruticultura, urucum e seringueira para extração do látex, como desenvolvendo a pecuária mista; além do associativismo rural, focado na comercialização da acerola.

Nesse viés, Hespanhol (2008) aponta que são inúmeros os desafios para a geração de rendas em pequenas propriedades no rural brasileiro, e que embora alguns pequenos produtores tenham conquistado espaço no mercado, o fato é que as políticas públicas de apoio à produção familiar ainda são limitadas.

Diante disso, no intuito de melhor compreendermos a realidade enfrentada pelos pequenos proprietários rurais, serão apresentadas no próximo capítulo, a sistematização e análise da pesquisa de campo realizada junto aos produtores do município de Junqueirópolis.

5- A DINÂMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL E OS EFEITOS DO PRONAF E DO PAA EM JUNQUEIRÓPOLIS

Nesse capítulo buscamos analisar as informações obtidas na pesquisa de campo realizada na área rural. Inicialmente caracterizamos as localidades pesquisadas em Junqueirópolis, as microbacias, apresentando a dimensão em área total (hectares), o número de produtores rurais e os elementos que permitem situá-las no contexto rural do município de Junqueirópolis. Na sequência apresentamos o perfil dos proprietários rurais entrevistados: faixa etária, nível de escolaridade, estado civil, local de residência; características do ponto de vista produtivo: condição do produtor, forma de aquisição da propriedade, tamanho das propriedades pesquisadas, atividades agropecuárias desenvolvidas, tipo de assistência técnica utilizada e os meios de produção disponíveis. Destacamos, também, a renda dos entrevistados, salientando o peso da atividade agropecuária, o acesso ao PRONAF e a avaliação dos produtores quanto ao financiamento rural, como também a participação no PAA. Por fim, apresentamos a avaliação do PAA e as entrevistas com as entidades beneficiadas com o programa da CONAB em Junqueirópolis.

5.1- As localidades pesquisadas em Junqueirópolis

Wanderley (2001b) aponta que em pequenas cidades do Brasil, principalmente nas mais afastadas dos grandes centros metropolitanos, o rural ainda é fortemente apoiado no setor agrícola. Nessas localidades, as particularidades entre o rural e o urbano não são anuladas, pelo contrário, são fontes de integração e de cooperação. Para a autora, esse *continuum* configura uma rede de relações campo-cidade recíprocas em múltiplos planos que, sobre muitos aspectos, reiteram e viabilizam suas particularidades.

Como destacamos anteriormente, nos municípios da região de Dracena, entre estes Junqueirópolis, a agropecuária tem um papel importante como

atividade geradora de renda. Todavia, para grande parte dos pequenos proprietários rurais que se dedicam à atividade agrícola, eles vivenciam situações de fragilidade econômica, em decorrência dos baixos preços agrícolas, aumento constante nos preços dos insumos agrícolas utilizados para a produção, além da carência de mão de obra familiar e problemas de ordem climática, entre outros.

Dessa forma, optamos por aplicar formulários junto aos produtores associados e não associados à AAJ. A amostra foi composta por 35 responsáveis por propriedades rurais, entrevistados durante o mês de novembro de 2010.

Essa opção metodológica se fez necessária para não privilegiar certo tipo de produtor em nossa análise, ou ainda para ter uma visão de conjunto do município, uma vez que AAJ é uma entidade representativa em Junqueirópolis, mas congrega somente uma parcela dos agricultores, sobretudo os que cultivam a acerola.

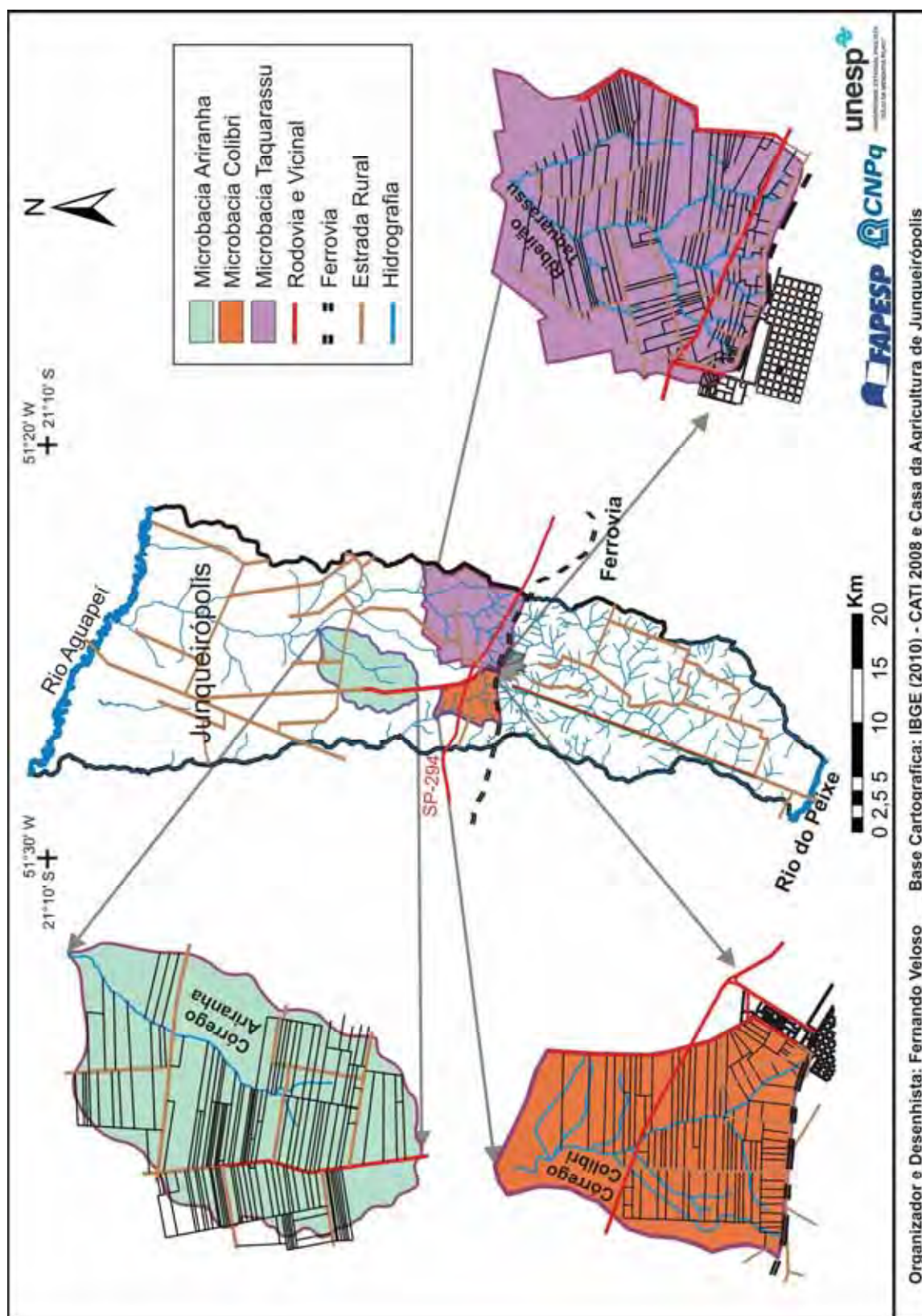
Quanto à seleção das propriedades rurais pesquisadas, optamos por entrevistar produtores rurais que estivessem desenvolvendo alguma atividade agropecuária na unidade produtiva; que o processo produtivo fosse organizado utilizando-se o trabalho familiar; e que a propriedade não excedesse a área limite de 50 hectares.

Como destacado no quadro 1⁶³, do total de 35 formulários aplicados, 18 (51,50%) destes foram com produtores rurais não associados e 17 (48,50%) com produtores rurais associados⁶⁴.

Outra opção metodológica adotada se refere à área selecionada para a aplicação dos formulários. Como representado no mapa 6, Junqueirópolis é um município de grande extensão territorial, com área de 582 km² (SEADE, 2010), cujos limites territoriais se estendem do Rio Aguapeí, na porção norte, ao Rio do Peixe, na porção sul.

⁶³ O quadro 1 encontra-se na introdução do trabalho.

⁶⁴ Durante a realização da pesquisa de campo, as propriedades rurais visitadas foram escolhidas de forma aleatória, evidenciando que no município pesquisado há uma parcela significativa de agricultores que não estão inseridos em associações de produtores rurais.



Mapa 6. Localização das Microbacias Pesquisadas no município de Junqueirópolis.

Por isso, selecionamos o recorte territorial adotado pela CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. O município de Junqueirópolis teve cinco áreas contempladas durante a primeira fase do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, executado entre os anos de 2000 e 2008, sendo estas: Taquarassu, Ariranha, Colibri, Saltinho e Cangaingues.

Dessa forma, optamos por selecionar três Microbacias (Taquarassu, Ariranha e Colibri) por apresentarem características peculiares que pudemos constatar no período de realização da pesquisa em nível de iniciação científica, tais como: estrutura fundiária menos concentrada e grande presença de pequenas propriedades rurais; perfil produtivo mais diversificado; e maior número de famílias residindo na área rural.

Por sua vez, as áreas das Microbacias Saltinho e Cangaingues possuem estrutura fundiária mais concentrada, com maior presença de médias e grandes propriedades rurais e forte presença da cana-de-açúcar para o processamento industrial.

Quanto à caracterização das Microbacias pesquisadas, estas situam-se na porção norte de Junqueirópolis, e os córregos/ribeirão que dão nome às respectivas localidades, ou seja, Ribeirão Taquarassu, Córrego Colibri e Córrego Ariranha, são afluentes do Rio Aguapeí. Outro elemento de caracterização que é perceptível no mapa 6 é a ferrovia, cujo traçado representa o limite das áreas das Microbacias Taquarassu e Colibri, além desta estar situada no espigão divisor, dividindo Junqueirópolis na porção norte e sul.

Destaca-se, também, que as áreas das Microbacias Taquarassu e Colibri fazem limite com o perímetro urbano de Junqueirópolis, além de serem cortadas pela rodovia SP-294. Quanto à Microbacia Ariranha, esta situa-se mais afastada do núcleo urbano, porém de fácil acesso, por conta de uma estrada vicinal que liga a cidade ao bairro rural Duas Barras. No que diz respeito à área total, as três Microbacias selecionadas ocupam 7.629 hectares, representando aproximadamente 13% da área total de Junqueirópolis. As Microbacias Ariranha e Taquarassu possuem áreas maiores, superiores a 3.000 hectares, enquanto que a Colibri ocupa pouco mais de 1.000 hectares.

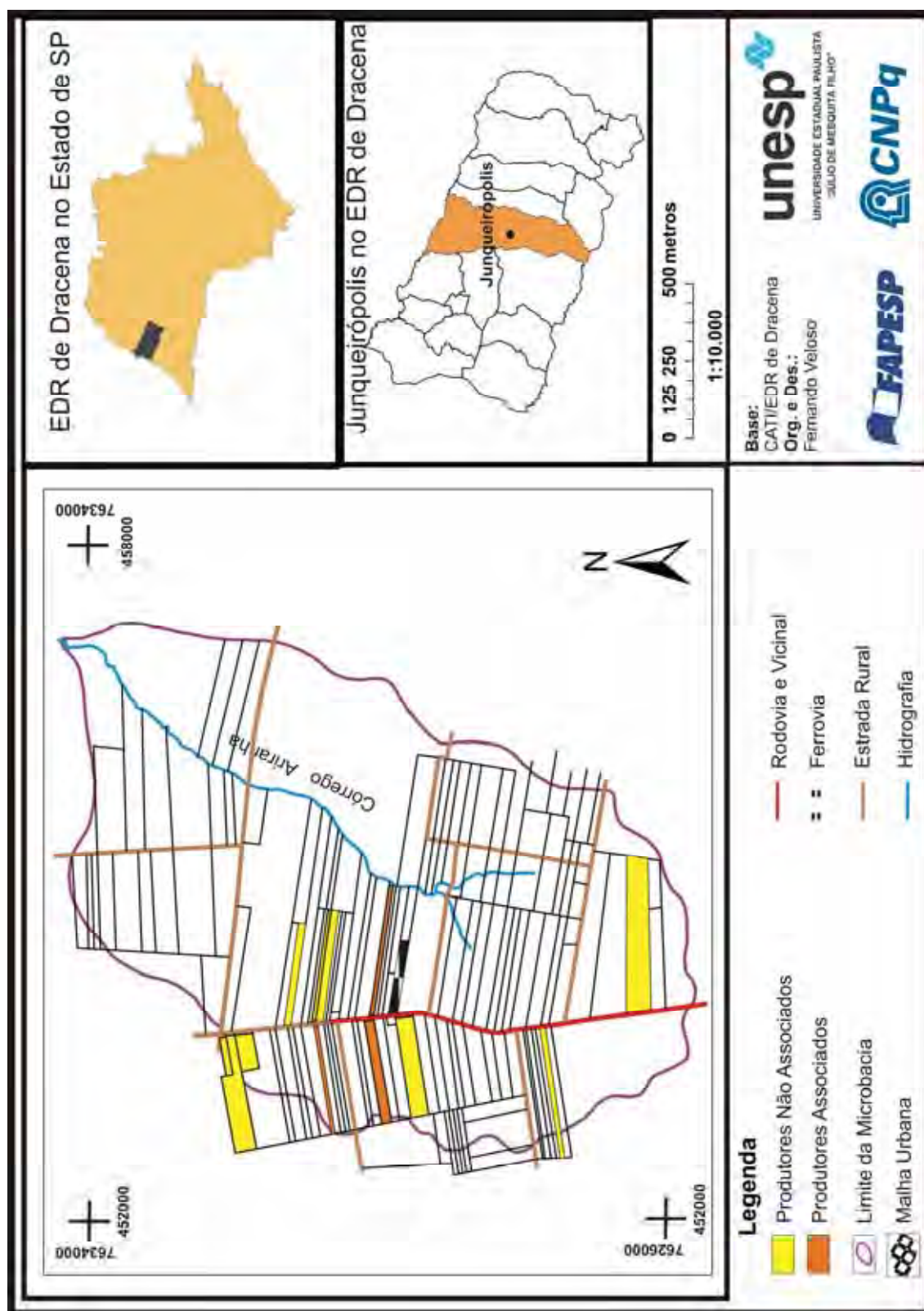
A estrutura fundiária da Microbacia Colibri é marcada pela presença acentuada de pequenas e médias propriedades rurais (ver mapa 7). As propriedades rurais de maior extensão territorial estão concentradas na porção norte, situadas após a rodovia SP-294; já as propriedades de menor tamanho estão situadas no centro e na porção sul/sudeste, próximas ao perímetro urbano e a ferrovia. Nessa localidade aplicamos formulários junto a nove produtores rurais, sendo que cinco destes eram filiados à AAJ e quatro não eram associados.

Com relação à Microbacia Ariranha, esta apresenta um grande número de pequenas propriedades rurais, sobretudo ao longo da estrada vicinal que liga a cidade de Junqueirópolis ao bairro rural Duas Barras, como representamos no mapa 8. As maiores propriedades estão localizadas, em parte, no começo da área da Microbacia em sua porção sul e na porção norte/nordeste, ao longo do Córrego Ariranha.

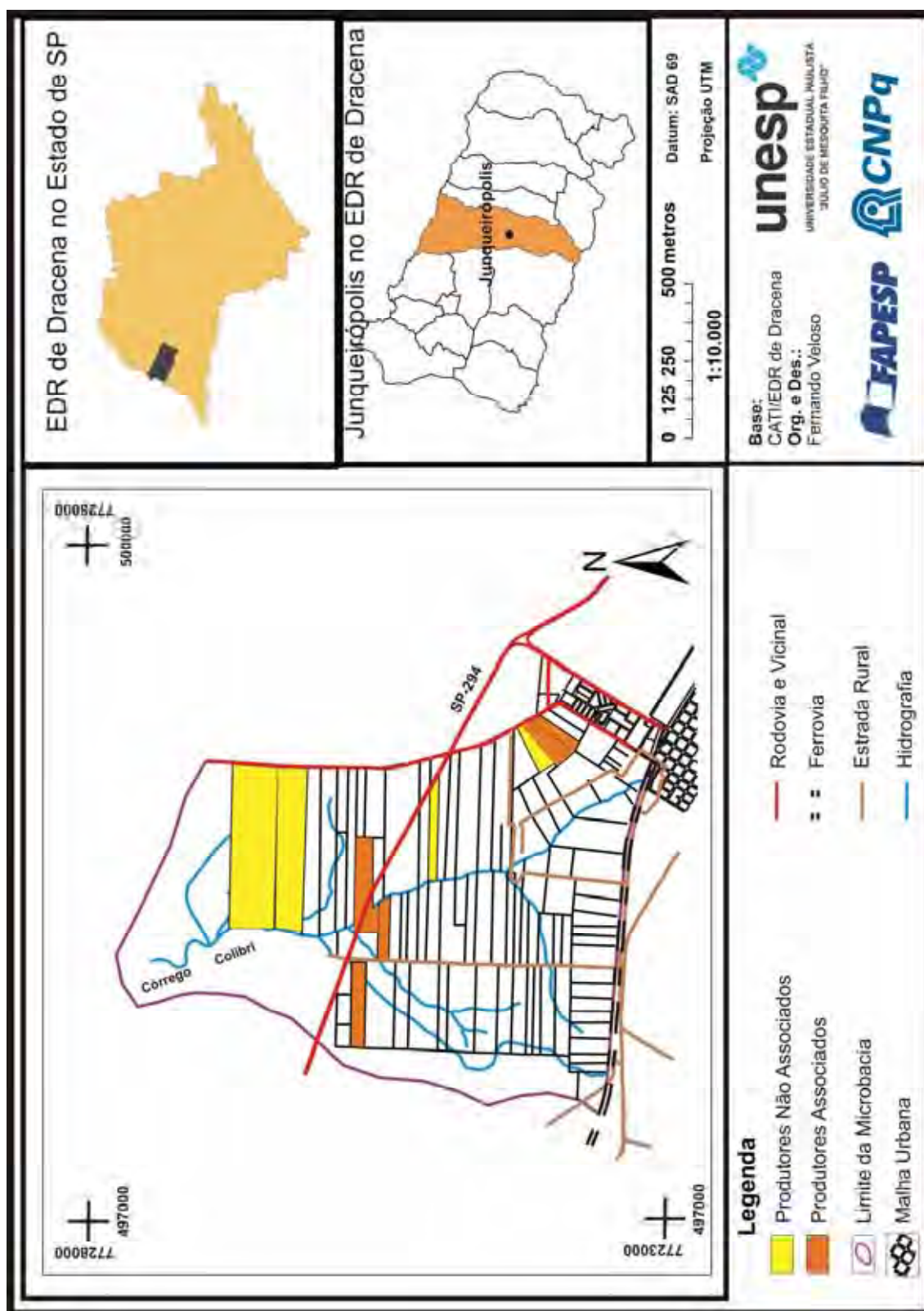
Outro fato interessante é a disposição das propriedades rurais, principalmente as menores, cujo formato permite acesso tanto à estrada, como ao curso d' água. Devido a esse modelo de colonização, as propriedades rurais são estreitas na largura e alongadas no comprimento, e permite-nos fazer uma analogia, ao lembrar uma “espinha de peixe”. Nessa localidade aplicamos formulários junto a 13 produtores rurais, sendo que quatro desses eram filiados à AAJ e nove não eram associados.

Quanto à caracterização da área da Microbacia Taquarassu, esta é cortada pela rodovia SP-294 em sua porção sudeste/oeste, além de contar em seu limite, na porção leste, com um trecho da vicinal que dá acesso à Usina Rio Vermelho. Em sua porção sudoeste, a Microbacia Taquarassu faz limite com a ferrovia e o núcleo urbano, como representado no mapa 9.

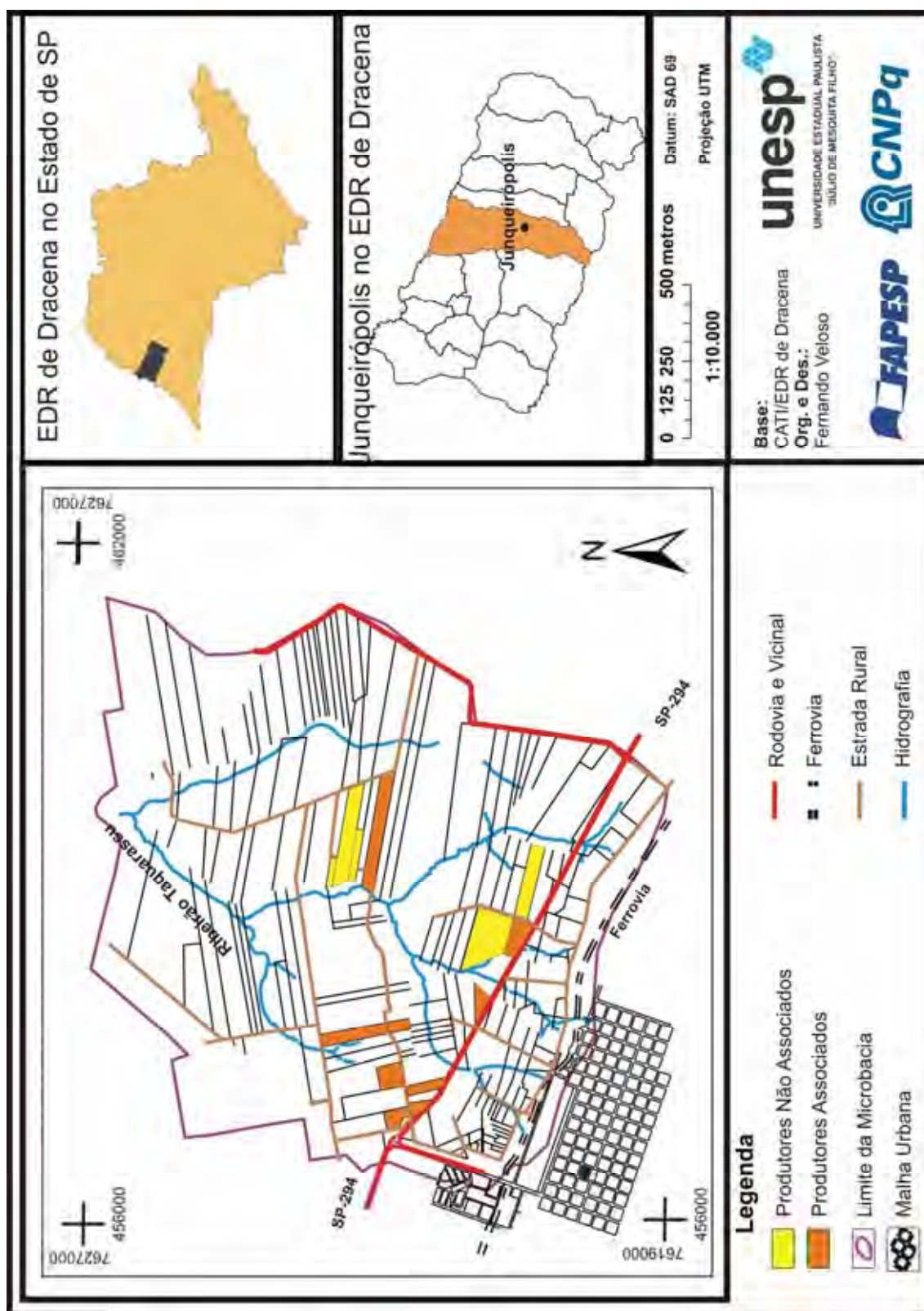
A estrutura fundiária da Microbacia Taquarassu é marcada pela predominância de pequenas e médias propriedades rurais. Nessa área aplicamos o formulário junto a 13 produtores rurais, sendo que oito desses eram filiados a AAJ e cinco não eram associados.



Mapa 7. Estrutura Fundiária da Microbacia Colibri e Propriedades Rurais Pesquisadas no município de Junqueirópolis.



Mapa 8. Estrutura Fundiária da Microbacia Ariranha e Propriedades Rurais Pesquisadas no município de Junqueirópolis.



Mapa 9. Estrutura Fundiária da Microbacia Taquarassu e Propriedades Rurais Pesquisadas no município de Junqueirópolis.

A análise do formulário não foi realizada por Microbacia pesquisada, mas por produtores rurais filiados ou não à AAJ. Dessa forma, pretendemos avaliar o papel que a referida associação exerce na inserção de produtores rurais às políticas e programas específicos.

5.2- Características dos pequenos proprietários rurais entrevistados

A faixa etária dos entrevistados permite mostrar a perspectiva quanto à continuidade na atividade produtiva em Junqueirópolis. A figura 16 mostra a média de idade dos pequenos proprietários rurais entrevistados.

Constamos uma faixa etária elevada entre os produtores rurais, já que o maior percentual, 40,00% do total, possui idade entre 51 e 60 anos. Além disso, somando os produtores com idade de 61 a 70 anos e com mais de 71 anos, o percentual também é alto, alcançando 37,14% do total. Esse dado evidencia a eminência de problemas futuros na continuidade da atividade agropecuária e mesmo na sucessão da propriedade rural familiar, situação esta que é uma tendência expressiva no campo brasileiro.

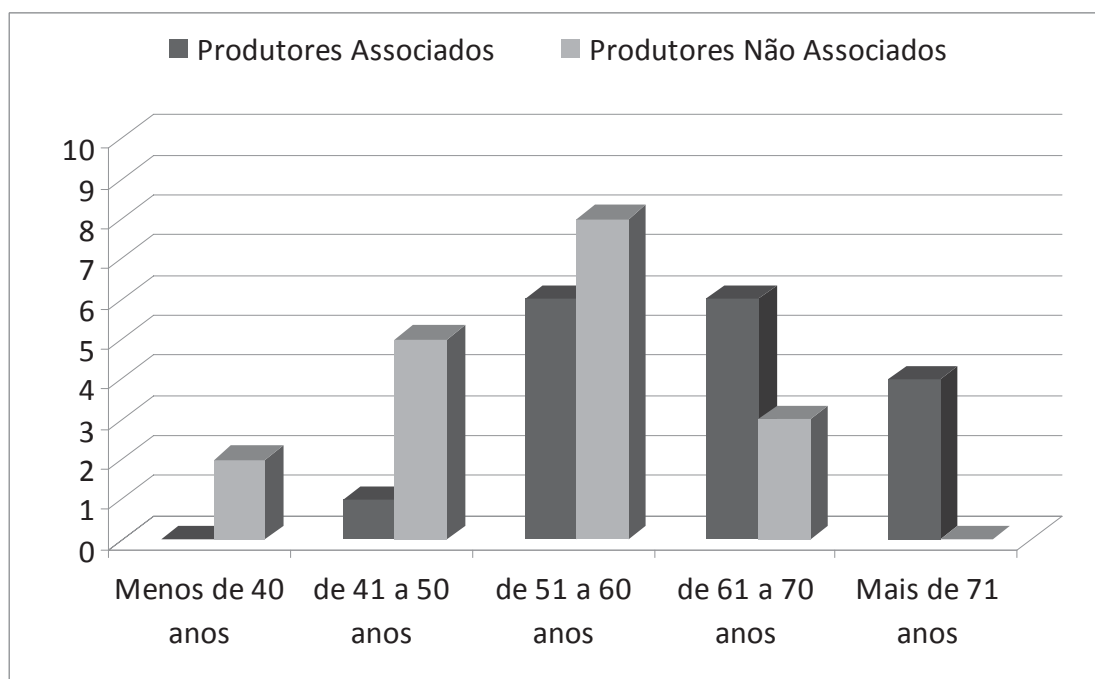


Figura 16. Faixa etária dos Produtores Rurais Pesquisados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). Org. Fernando Veloso.

Em relação aos produtores rurais com idade inferior a 50 anos, verifica-se que estes representam menos de $\frac{1}{4}$ do total dos entrevistados, denotando a ausência ou o número limitado de indivíduos interessados no desenvolvimento de atividades agropecuárias e na sucessão da unidade produtiva.

Destaca-se que 58,82% dos produtores associados entrevistados possuem idade superior a 61 anos, enquanto que, entre os não associados, esse percentual é de apenas 8,57%. Na faixa etária com idade inferior a 50 anos, os não associados representam 38,86%, enquanto que entre os associados, o índice é de apenas 5,88%.

Muitos depoimentos dos agricultores deixam claro uma forte ligação com a terra e a atividade agrícola, contudo demonstram desalento quanto ao futuro da unidade produtiva. Uma situação contraditória, pois ao mesmo em que desejam a continuidade da produção familiar, tem dúvidas quanto ao futuro da unidade produtiva, pois desaconselham os filhos a permanecer exclusivamente na atividade agrícola.

A escolaridade dos produtores rurais foi um dos itens investigados. Constatamos que o nível de escolaridade dos produtores rurais é baixo, uma vez que praticamente $\frac{3}{4}$ destes possuem apenas o ensino fundamental incompleto, como destacado na figura 17.

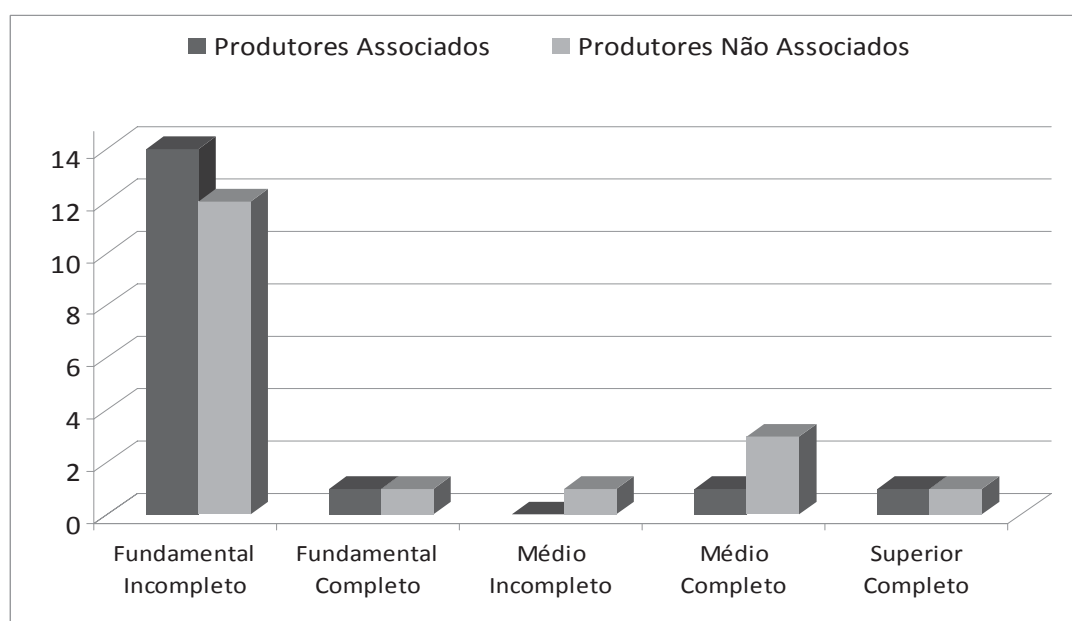


Figura 17. Nível de escolaridade dos produtores rurais pesquisados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). Org. Fernando Veloso.

O baixo nível de instrução de parte dos agricultores é um dos problemas estruturais da sociedade brasileira, o que tem dificultado uma maior profissionalização dos agricultores. Nesse quesito, tanto os produtores associados como os não associados tem reduzido nível de escolarização.

Os produtores rurais que possuem ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo e superior completo perfaziam 5,72%, 2,86%, 11,42% e 5,72%, respectivamente.

Na figura 18 destacamos o estado civil dos produtores rurais entrevistados em Junqueirópolis. Constatamos que a grande maioria, 91,43%, é casada; 5,71% são amasiados; e 2,86% declararam ser viúvos.

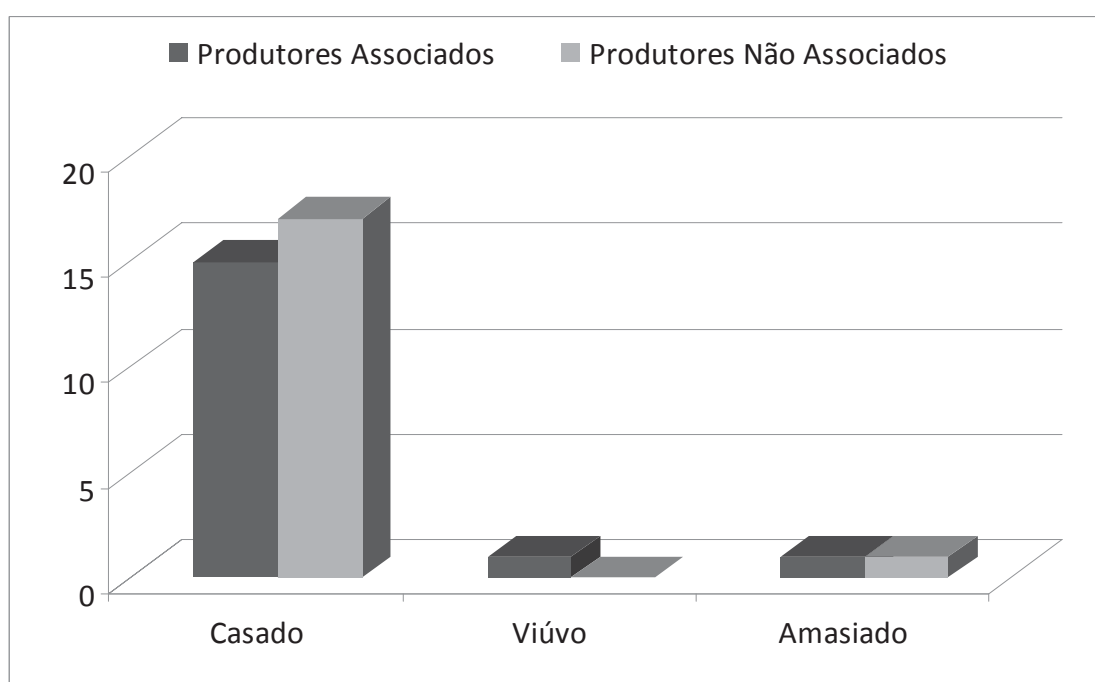


Figura 18. Estado civil dos Produtores Rurais Pesquisados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso.

Com relação aos produtores rurais casados, observa-se que na maioria dos casos, tanto o marido como a esposa participam diretamente do trabalho desenvolvido na propriedade, principalmente naquelas em que predomina o cultivo de lavouras. No caso dos produtores associados, isso ficou mais evidente, pois é comum o casal participar das reuniões da AAJ.

Quanto ao local de residência dos produtores rurais (figura 19), constatamos que 88,57% residiam na propriedade rural, sendo que o maior percentual é entre os produtores associados, 45,71%. Já 11,43% dos entrevistados residiam no núcleo urbano de Junqueirópolis, exceto 2,86% que residiam em Dracena.

O baixo nível de instrução e a elevada faixa etária dos produtores rurais foram elementos preocupantes destacados pelos funcionários entrevistados no EDR de Dracena⁶⁵ e na Casa da Agricultura de Junqueirópolis⁶⁶. Para os entrevistados, estes são os principais desafios apontados para a extensão rural na região e no município pesquisado, pois parte significativa do público atendido por essas instituições tem esse perfil, ou seja, idade avançada, carência de mão de obra pelo fato dos filhos não trabalharem na propriedade ou por não conseguirem trabalhar, limitados por alguma doença, ou porque já se aposentaram. Essas pessoas apenas residem na área rural e não têm mais interesse em investir na propriedade.

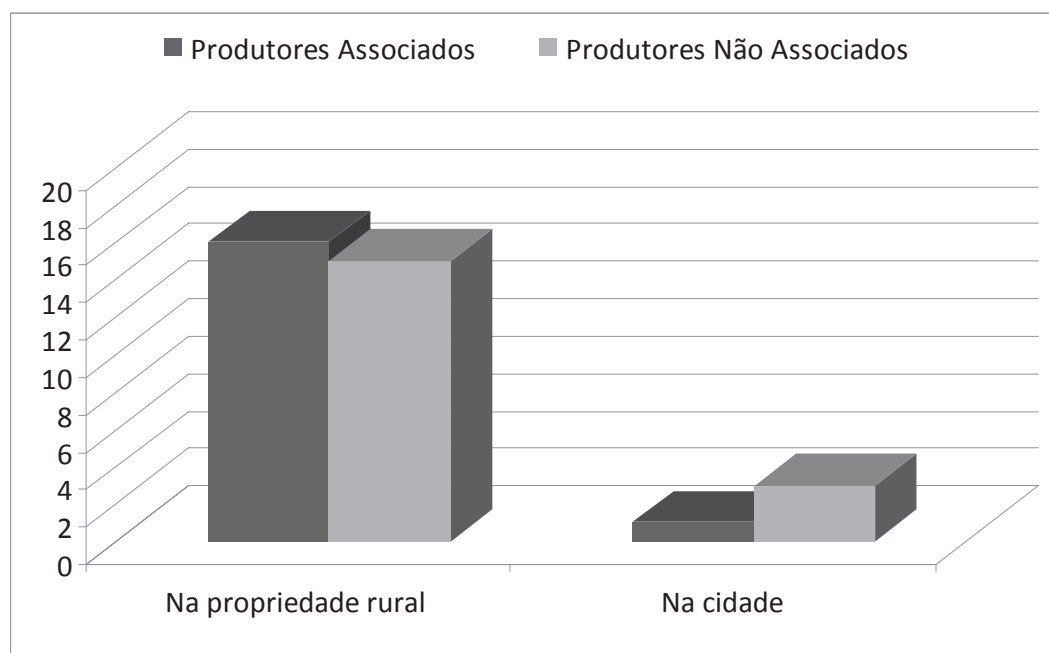


Figura 19. Local de Residência dos Produtores Rurais Pesquisados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). Org. Fernando Veloso.

⁶⁵ Entrevistamos o funcionário do EDR de Dracena no dia 10/08/2010.

⁶⁶ Entrevistamos a representante da Casa da Agricultura de Junqueirópolis no dia 31/08/2010.

É relevante destacar que existe grande diferenciação entre os produtores rurais em Junqueirópolis. Verifica-se que se trata de um segmento heterogêneo, principalmente do ponto de vista produtivo, como veremos na sequência.

5.3- Processo de produção dos pequenos proprietários rurais em Junqueirópolis

Com relação à condição do produtor (proprietário, parceiro, rendeiro etc.), verificamos o predomínio dos proprietários de terra, que representavam 88,57% dos pesquisados, como destacado na figura 20. Desse total, 45,71% são produtores associados, enquanto que 42,86% são produtores não associados.

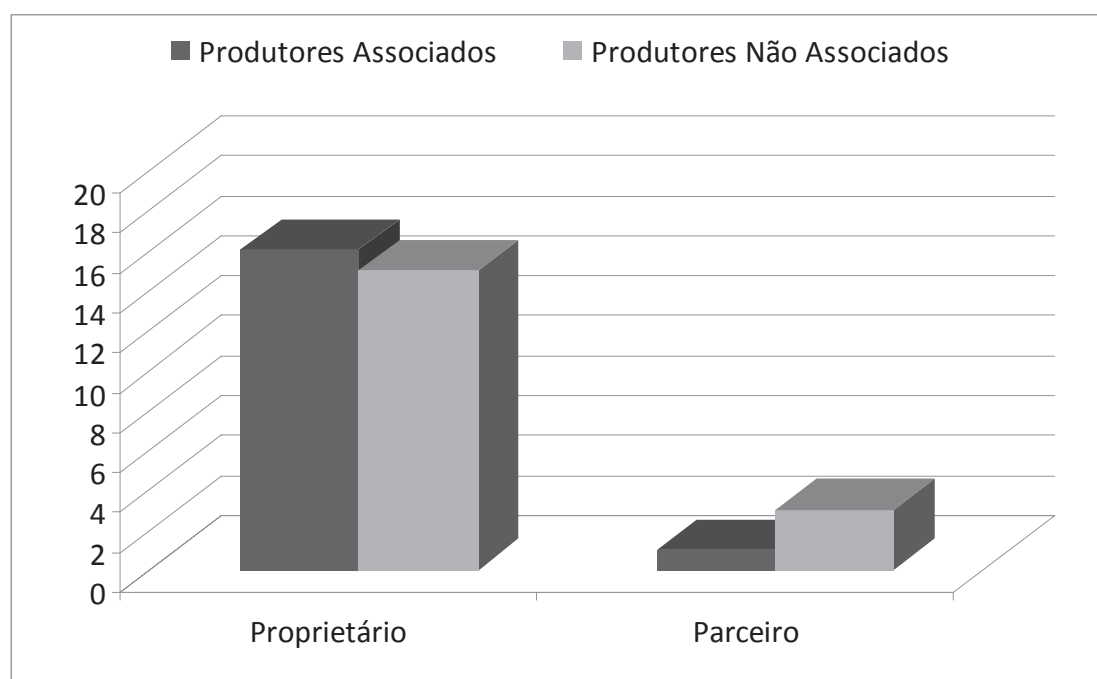


Figura 20. Condição do produtor entre os pesquisados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso.

A condição de parceria compareceu em 11,43% do total de propriedades pesquisadas, sendo que 2,86% eram de associados e 8,57% de não

associados⁶⁷. Somente 11,43% dos produtores entrevistados trabalham no sistema de parceria, com maior repercussão entre os produtores rurais não associados (8,57%) e 2,86% dos associados.

Dentro desse grande percentual de produtores que são proprietários, 11,43% exercem a condição de comodatários, ou seja, como o patriarca e/ou matriarca ainda são juridicamente os proprietários da terra, é comum que esses filhos/herdeiros desenvolvam atividades na unidade produtiva, que futuramente terão direito a uma parcela ou toda a propriedade⁶⁸.

Quanto à forma como adquiriram as propriedades rurais (figura 21), 62,86% dos entrevistados responderam que a obtiveram pela compra; 20% herdaram as respectivas propriedades, enquanto que 8,57% obtiveram tanto pela compra como pela herança.

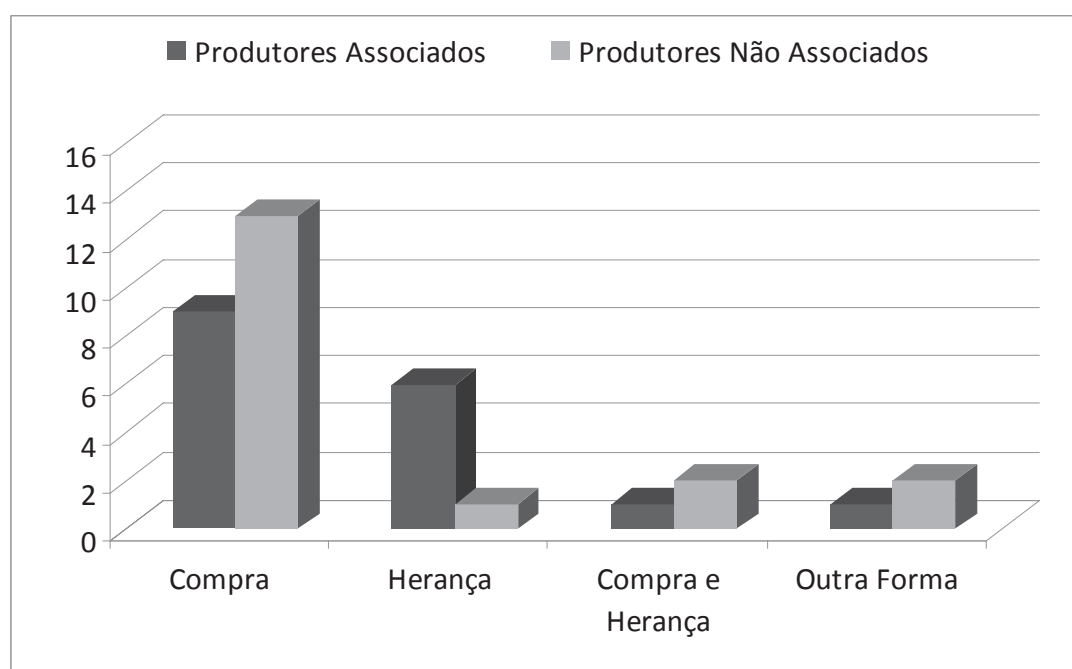


Figura 21. Forma de Aquisição da propriedade entre os Pesquisados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). Org. Fernando Veloso.

⁶⁷ Como salientado nos procedimentos metodológicos também aplicamos o formulário em propriedades rurais cujos entrevistados declararam ser empregados, mas por não ser o foco de nossa pesquisa, estes não foram incluídos na amostra analisada.

⁶⁸ É uma situação comum entre os pequenos proprietários rurais, o que leva ao parcelamento da propriedade rural e a diminuição da área produtiva em que os produtores desenvolvem as atividades.

A respeito dos produtores que se declararam na condição de parceiros, estes foram enquadrados na categoria “outra forma”, por exercerem a atividade por contratos, representando 8,57% do total.

A parceria revela algumas particularidades a serem destacadas, pois é executado, sobretudo, na lavoura do café e da acerola, principalmente nas propriedades em que o produtor tem idade avançada e não mais reside na área rural. A parceria também é utilizada como estratégia dos proprietários que contam com área ociosa, ou quando estes exercem duas ou mais atividades agrícolas e destinam uma dessas lavouras para a parceria⁶⁹ visando ao retorno econômico.

Quanto à área em que os pequenos proprietários rurais pesquisados desenvolvem as atividades agrícolas, constata-se que 51,43% dos entrevistados possuem área de até 10 hectares, como destacado na figura 22. Desse total, o estrato que concentra a maior parte dos entrevistados é o de 5 a 10 hectares, que agrupa 31,43%.

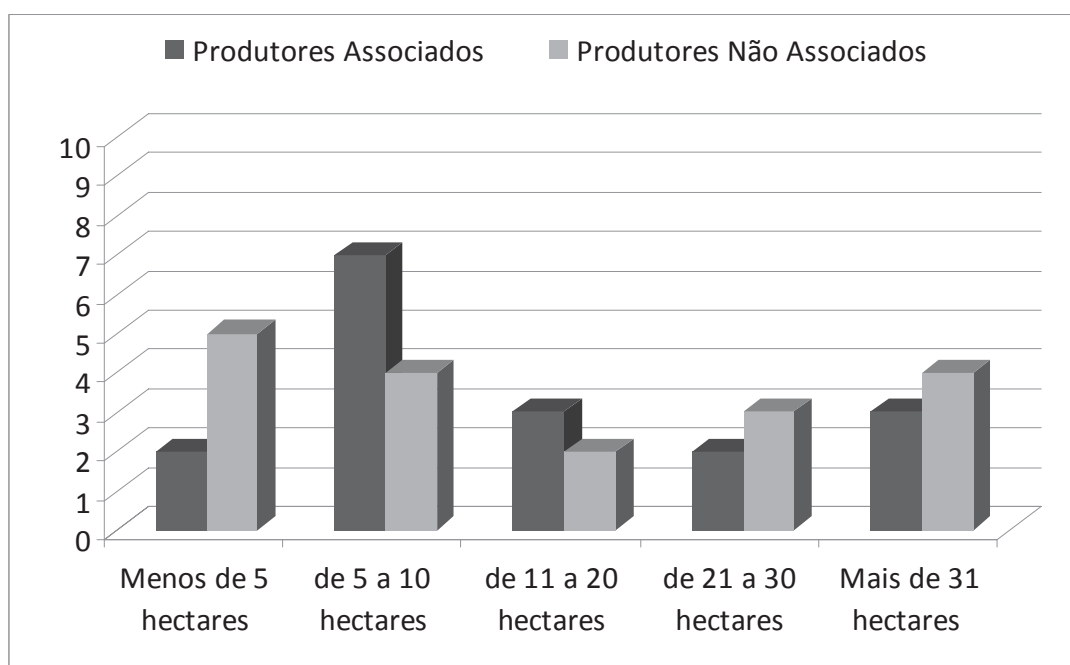


Figura 22. Tamanho das propriedades pesquisadas.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso.

⁶⁹ Os parceiros se sujeitam a esse tipo de condição por não terem acesso a propriedade da terra. Destaca-se que a maioria destes se vêem muito mais como empregados dos proprietários do que como parceiros.

Os produtores rurais pesquisados que possuem área entre 11 e 20 hectares e 21 e 30 hectares perfazem 14,29%, respectivamente. Já o estrato com mais de 31 hectares representava 20,00% dos produtores entrevistados.

Com relação ao tamanho das propriedades rurais não constatamos diferenças significativas entre os associados e não associados, uma vez que estes exercem suas atividades agropecuárias em pequenas áreas, na maioria dos casos, com até 10 hectares.

5.3.1- Atividades Agropecuárias Desenvolvidas

Em relação às atividades agropecuárias desenvolvidas pelos produtores rurais entrevistados no município de Junqueirópolis destacam-se principalmente a fruticultura, sobretudo pelo cultivo da acerola, do café, da pastagem com pecuária mista e de corte e do urucum. Com menor expressão aparecem os seguintes cultivos: hortaliças, poncã, seringueira, coco, morango, uva, palmito, atemóia, maracujá, manga, milho, bucha vegetal, como também a criação de suínos e carneiros, de pecuária leiteira e de frangos caipiras confinados. Algumas dessas atividades agrícolas, como hortaliças, urucum, uva e seringueira estão representadas nas figuras 23, 24, 25 e 26.

Dessa forma, constatamos por meio da aplicação dos formulários, que a maioria dos entrevistados dedica-se a mais de um tipo de atividade produtiva, sendo que o par “**lavoura-pecuária**” compareceu em 42,86% das propriedades rurais pesquisadas; 42,89% trabalham somente com lavouras; e 14,29% se dedicam exclusivamente à pecuária.

Wanderley (2001a, p. 24) salienta em sua análise o sistema “sábio de combinação entre diferentes técnicas” - denominado de policultura-pecuária; típica da produção nas sociedades camponesas tradicionais, que têm assegurado a reprodução desse grupo social ao longo de sua história.



Figura 23. Cultivo de hortaliças na Microbacia Taquarassu.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Autor:** Fernando Veloso.



Figura 24. Cultivo de Urucum na Microbacia Ariranha.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Autor:** Fernando Veloso.



Figura 25. Cultivo de uva na Microbacia Taquarassu.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Autor:** Fernando Veloso.



Figura 26. Cultivo da Seringueira na Microbacia Ariranha.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Autor:** Fernando Veloso.

O sistema “lavoura-pecuária” para Wanderley (2001a) com base em Mendras (1994) tem sido aperfeiçoado ao longo dos tempos para fornecer ao produtor familiar o mais amplo leque de produtos e subprodutos, fornecendo maior segurança econômica, porém, não eliminando as fragilidades contra as intempéries climáticas, desigualdades nas colheitas ou efeitos das relações políticas e sociais dominantes.

Essa diversificação em termos de atividades desenvolvidas pela maioria dos entrevistados é importante para a composição da renda desses pequenos proprietários rurais, embora isso não signifique que todas têm a mesma importância em termos de renda no momento da comercialização.

É importante salientar que praticamente todos os entrevistados têm algum tipo de produção para o autoconsumo, tais como horta, pomar com frutas da época, criação de galinhas e ovos, suínos e bovinos para a produção de leite. Esse tipo de prática é, na maioria das vezes, minimizada pelos entrevistados, mas que na realidade apresenta-se como importante estratégia de reprodução social e econômica.

Aliás, é na diversificação de atividades desenvolvidas pelos entrevistados, que se mostra mais relevante a diferenciação entre produtores associados e não associados, como destacado nas figuras 27 e 28. Foi constatado durante a pesquisa de campo que os produtores associados desenvolvem, de modo geral, duas ou mais atividades comerciais em suas propriedades rurais. Já entre os produtores não associados, embora, existam aqueles (27,77%) que busquem alternativas produtivas, essa diversificação não é tão incisiva. Todos os produtores associados pesquisados têm duas ou mais atividades agropecuárias realizadas em sua propriedade, demonstrando maior diversificação produtiva.

As áreas com pastagem comparecem na maior parte das propriedades pesquisadas para ocupar terra ociosa, em razão da carência de mão de obra que lavouras, principalmente relacionadas à fruticultura, exigiriam. Dessa forma, 52,94% dos produtores associados destinam parte da área da propriedade à pastagem, desenvolvendo, geralmente, a pecuária mista.

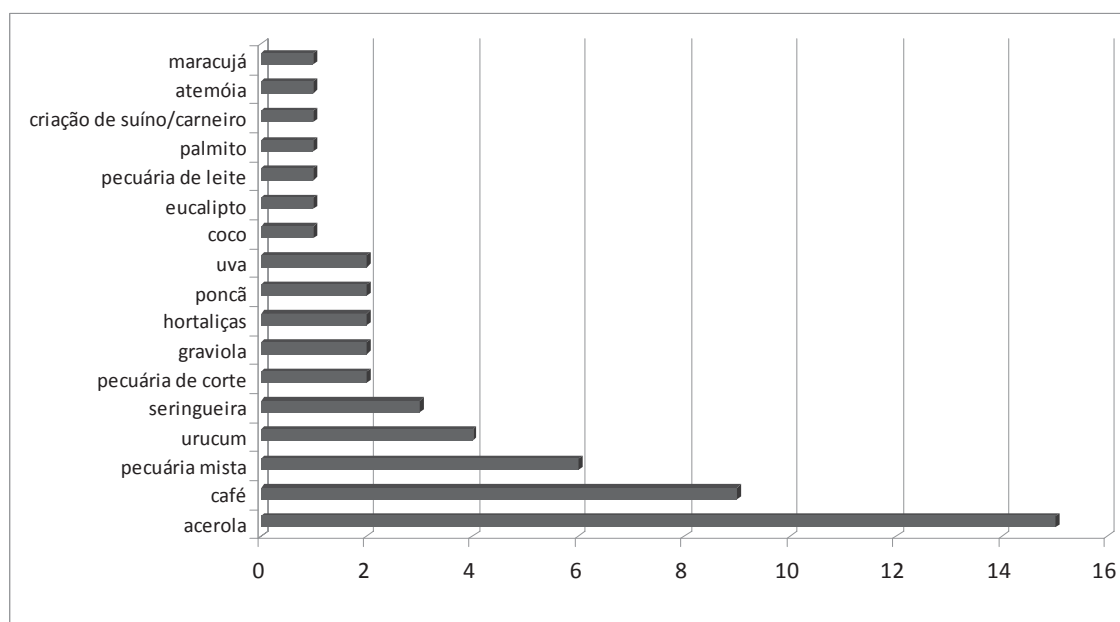


Figura 27. Atividades Agropecuárias desenvolvidas pelos produtores Associados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). Org. Fernando Veloso.

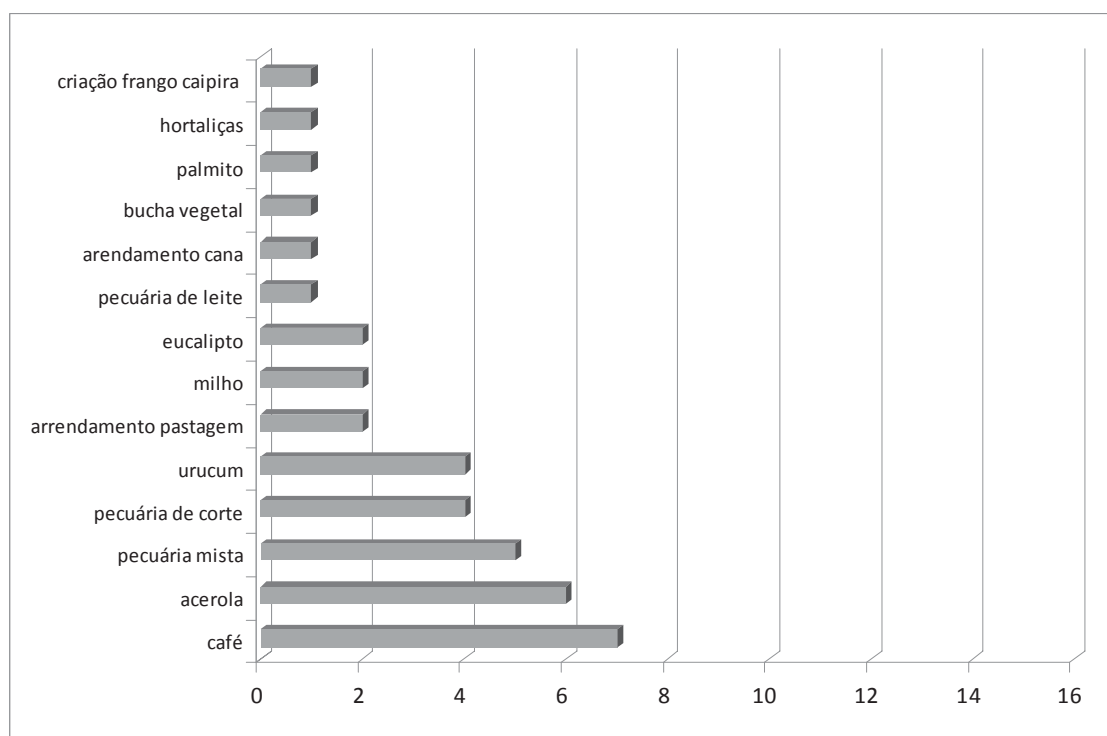


Figura 28. Atividades Agropecuárias Desenvolvidas pelos produtores não Associados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). Org. Fernando Veloso.

No caso dos não associados, apenas 61,11% dos pesquisados informaram possuir duas ou mais atividades realizadas em suas propriedades, enquanto que 38,89% dedicam-se exclusivamente a uma única atividade.

Entre os produtores não associados há o predomínio da pastagem com a pecuária mista como principal atividade de obtenção da renda oriunda de atividades agropecuárias. Além disso, em 48,57% do total de entrevistados, a pecuária bovina é desenvolvida sem o manejo e padrão técnico necessário para obter bons rendimentos, conforme representado na figura 29, tanto entre os associados como os não associados.

Há, entretanto, as exceções, ou seja, produtores rurais que buscam desenvolver a pecuária com técnicas de manejo adequado, com pastagem rotacionada (sistema *voisin*) e com matrizes selecionadas com boa produtividade. Por meio desse sistema é possível manter maior quantidade de animais na área do que no pastoreio convencional, tornando a pecuária mais lucrativa. No estado de São Paulo, a CATI, em parceria com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), desenvolve esse sistema por meio do programa “Balde Cheio”, que visa aumentar a produtividade do rebanho e qualidade do leite.

A figura 30 ilustra parte de uma propriedade visitada com pastagem desenvolvida no sistema rotacionado com a pecuária de leite.

A lavoura do café ainda é marcante no município de Junqueirópolis, como constatamos durante a pesquisa de campo. O café é cultivado tanto entre os produtores associados como os não associados, comparecendo em 45,71% do total de propriedades pesquisadas.

Batista (2010) evidenciou em sua pesquisa situação semelhante, ao analisar os pequenos proprietários de terra que permanecem na cafeicultura no município de Londrina no estado do Paraná. O autor constatou que diferente do momento em que o sitiante cafeicultor dispunha de uma condição financeira favorável, no cenário atual esta atividade não tem proporcionado as mesmas condições. Na maioria das vezes, os valores obtidos no final da colheita não cobrem os custos de produção, o que causa sua descapitalização. Isso ocorre devido ao baixo retorno econômico obtido pelo produto no momento da comercialização e no aumento constante nos custos de produção.



Figura 29. Área da pastagem com pecuária mista na Microbacia Taquarassu.
Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso.



Figura 30. Área de pastagem com pecuária leiteira na Microbacia Taquarassu.
Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso.

Batista (2010) aponta que o perfil da produção brasileira de café tem se modificado nos últimos anos, mostrando sinais de concentração. Na visão do autor, isso ocorreu devido ao deslocamento das plantações de café a localidades menos suscetíveis a geadas, principalmente para as áreas de cerrado nos estados da Bahia e Minas Gerais.

O autor citado destaca ainda, a seletividade entre os produtores, com a exclusão de produtores pouco produtivos em áreas tradicionais, e a incorporação de grandes produtores nas novas áreas que realizam a produção com grandes investimentos econômicos para incremento da produção e produtividade utilizando-se de irrigação e da mecanização para a lavoura do café. Além disso, o autor aponta a concentração de mercado, já que poucas empresas industrializam e comercializam a produção do café, ou seja, grandes empresas transnacionais, como a Sara Lee, 3Corações, Melitta e Marata que dominam grande parte do mercado nacional.

De acordo com Batista (2010) por pior que seja o momento em que esteja a cafeicultura, esta é uma das poucas atividades que tem proporcionado renda, principalmente para os pequenos proprietários rurais pesquisados em Londrina. Nesse sentido o autor aponta que para os produtores:

[...] a cafeicultura não representa apenas uma cultura meramente econômica, mas, além disso, é, sobretudo, um traço cultural na vida social dos moradores dos bairros rurais. O café precisa ser entendido não apenas como uma riqueza, mas como uma atividade que dá sentido de vida para os cafeicultores (BATISTA, 2010, p. 329).

Tal situação, também é observada no município de Junqueirópolis. Entre as razões que fazem com que boa parte dos produtores entrevistados cultivem áreas com o café, principalmente entre aqueles com idade avançada, está a esperança de ter bons rendimentos. Todavia, muitos destes acabam por não se dedicar integralmente a essa lavoura, principalmente pela falta de mão de obra, trabalho fora da propriedade ou ainda em virtude de problemas de ordem climática, e de pragas e doenças, o que ocasiona, na maioria das vezes, baixa produtividade e rentabilidade.



Figura 31. Exemplo de cultivo de café em Junqueirópolis na Microbacia Ariranha.
Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Autor:** Fernando Veloso.



Figura 32. Produtor com carrinho de tração animal com fertilizantes para ser utilizado na cultura do café.
Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Autor:** Fernando Veloso.

Embora existam muitas áreas destinadas ao café, algumas destas não recebem os devidos tratos culturais, principalmente na adubação, capinação, controle de pragas etc., o que acarreta baixa produção. A figura 31 ilustra muito bem esse tipo de situação, de significativas diferenças no trato cultural do cultivo do café.

Na figura 31 é possível observar dois cafezais separados por um carreador que divide as propriedades rurais. Na propriedade da esquerda observa-se que o café está mais cuidado, adubado etc; e o da direita, apresenta um exemplo que não recebe os tratos culturais necessários, o que faz com que o cafezal tenha o aspecto de abandonado.

A figura 32 retrata o momento em que produtor parceiro estava em plena atividade de adubação da lavoura do café. As propriedades pesquisadas que têm o cafezal em melhores condições, via de regra, são aquelas desenvolvidas por parceiros. Esse fato é atribuído à necessidade que o parceiro tem de ter boa produtividade na cultura do café, a fim de ter a renda no final da safra.

A acerola é a lavoura mais cultivada entre as propriedades pesquisadas no município de Junqueirópolis, comparecendo em 60,00% do total. Essa lavoura introduzida em meados da década de 1990 teve boa adaptação às condições edafoclimáticas da região de Dracena, sendo cultivada predominantemente em pequenas áreas (BRIGATTI, *et. al.*, 2010). Dessa forma, a referida lavoura é cultivada tanto por produtores associados como entre os não associados, comparecendo em 88,24% e 33,33%, respectivamente.

5.3.2- Associação Agrícola de Junqueirópolis: da Certificação à Cooperativa

No início do cultivo da fruta no município, esta não atendia a alguns padrões de qualidade, situação que foi amenizada com a formação de uma

variedade - “Olivier” -, cujo teor de vitamina C, coloração, padrão e produtividade favoreceram sua adaptação à dinâmica climática regional. A propagação das plantas ocorre por meio mudas, realizada por meio de estaca ou enxertia, como destacou o presidente da AAJ em entrevista.

O diferencial dos produtores associados que cultivam acerola - 88,24% - é que a produção da fruta se constitui, em 52,94% dos casos, a principal atividade econômica na composição da renda familiar, por ter, de certa forma, mercado assegurado, via associação. Os produtores não associados negociam a fruta com a agroindústria Fruteza, localizada em Dracena e com atravessadores do município de Junqueirópolis.

A AAJ tem convênio com a prefeitura municipal, que fornece a infraestrutura física, no caso o armazém comunitário, onde estão instaladas as câmaras frias para congelamento da fruta, como também contribui por meio de incentivos, como pagamento de despesas de energia elétrica e contratação de funcionários cedidos para a associação.

As figuras 33 e 34 mostram o cultivo da acerola em Junqueirópolis; a primeira com lavoura em produção; e a segunda a fruta armazenada em caixa para ser destinada ao armazém comunitário da AAJ.

No que diz respeito ao cultivo da acerola é importante destacar que se trata de uma atividade que exige maior trato cultural durante o ano e grande dispêndio de mão de obra. Isso faz com que os produtores contratem trabalhadores no período da colheita, principalmente as mulheres, sob o argumento de que são mais cuidadosas no manejo com a fruta.

Somado a isso, no caso dos produtores associados, “a certificação” trouxe mudanças na forma de cultivo da fruta. De acordo com Brigatti *et. al.* (2010), a certificação surge no momento em que a AAJ visava atender às exigências do mercado em busca de qualidade e inocuidade da fruta comercializada, com o objetivo de ampliar a negociação da produção de acerola nos mercados internacionais.



Figura 33. Lavoura da Acerola em produção na Microbacia Colibri.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Autor:** Fernando Veloso.



Figura 34 – Acerola Colhida e Armazenada em caixas na AAJ.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Autor:** Fernando Veloso.

O projeto de certificação dos produtores da AAJ teve início em 2004⁷⁰, na parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-SP), o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF), a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Ilha Solteira, por meio do projeto “Boas Práticas Agropecuárias” na cultura da acerola.

A certificação representou uma mudança para os produtores associados, já que estes tiveram que alterar o sistema produtivo e realizar muitas adequações na infra-estrutura da propriedade rural em que se cultiva a acerola.

Tais alterações ocorreram nos tratos culturais e nos procedimentos utilizados, sendo: normas sanitárias para a realização da colheita e de acondicionamento da produção, manuseio dos agroquímicos etc., como pela construção e/ou adequação de locais específicos para o armazenamento de fertilizantes e das embalagens de agroquímicos, das caixarias, e ainda a colocação de pias para higienização das mãos e sanitários para os trabalhadores.

Brigatti *et. al.* (2010) destacam que a adequação da propriedade para a certificação gerou custos para os produtores, contudo, o valor investido variou de produtor para produtor, principalmente em razão do nível econômico, acesso de crédito e aproveitamento da infra-estrutura pré-existente na propriedade⁷¹.

Além da adequação da infra-estrutura, a certificação exigiu do produtor alterações em suas práticas cotidianas, estabelecendo certa “profissionalização” na atividade. Durante a pesquisa de campo, os associados destacaram a grande exigência para adequar a propriedade e alguns relataram as dificuldades em atender aos requisitos para receber a certificação. Essas

⁷⁰ O presidente da AAJ/Diretor Municipal da Agricultura em entrevista destacou que nesse período enviou comunicado por escrito para todos os produtores de acerola do município para participarem do processo de certificação.

⁷¹ Os autores destacam que o produtor rural pesquisado investiu cerca de R\$ 1.600,00 em infra-estrutura. Apontam também, que este reaproveitou e adaptou benfeitorias (refeitório e banheiro), e construiu os depósitos para caixas de acerola e para produtos químicos em sua propriedade, fato que diminuiu o investimento financeiro para alcançar a certificação.

dificuldades ocorreram tanto em relação os funcionários da Casa da Agricultura, quanto aos produtores rurais, a fim de se estabelecer um denominador comum que atendesse os requisitos da certificadora.

Brigatti *et. al.* (2010) destacam algumas das exigências para os produtores da AAJ em receber a certificação.

É uma exigência da certificadora que sejam preenchidas diferentes planilhas que expressam as conformidades adotadas, a descrição dos fatores de produção e os coeficientes técnicos utilizados, contendo as informações referentes à cultura, tais como: produtos aplicados (fertilizantes, herbicidas, fungicidas, inseticidas, etc.), colheita (fruta verde e madura), controle de estoque de produtos químicos, nome dos funcionários, eventuais ou não que atuam na área, horas máquina gastas para realizar as operações e quem foi o operador, hora homem gastas com operações mecanizadas ou manuais, tais como capina (BRIGATTI, *et. al.*, 2010, p. 08)

No ano de 2009, 64 produtores da associação, de um total de 70, receberam o selo de certificação. A certificação dos produtores da AAJ aumentou a expectativa pela abertura de novos mercados e a agregação de valor à fruta, uma vez que as empresas exportadoras têm exigido que os produtores adotem as “Boas Práticas Agrícolas” no processo produtivo (BRIGATTI *et. al.*, 2010).

A AAJ possuía em agosto de 2010, cerca de 70 produtores de acerola, mas apenas uma parcela destes produtores conseguiu se adequar a esse novo modelo de produção, ou seja, está em curso processo de diferenciação entre os produtores rurais. Durante a aplicação do formulário, apenas 2,86% dos entrevistados não participaram do processo de adoção do programa “Boas Práticas Agrícolas”.

Em entrevista, o presidente da AAJ mencionou algumas dificuldades internas ao grupo de associados identificados durante o processo de certificação. O presidente destacou que os questionamentos dos associados, via de regra, esbarravam no efetivo retorno econômico após a certificação, uma vez que houve custos imediatos para cada produtor na adequação da propriedade e no sistema produtivo, e a compensação financeira se dá a longo

prazo. Todavia, o entrevistado ressaltou que os produtores que não buscaram se adequar estão se auto-excluindo, uma vez que não é possível manter dois grupos na Associação, ou seja, os certificados e os não certificados.

Na aplicação do formulário junto aos produtores rurais associados, transpareceu divergências políticas quanto aos rumos futuros da associação, principalmente pela tendência de formação conjunta de uma cooperativa.

Evidencia-se que um grupo de produtores associados defende a formação conjunta de uma cooperativa, afirmando que isso é uma tendência de mercado, já que se não crescer dentro de uma lógica competitiva, serão superados. Por outro lado, há um grupo de associados que já tiveram experiências com cooperativas na década de 1980 e que não foram positivas. Alguns dos entrevistados/fundadores da associação eram filiados à Cooperativa Sul-Brasil e a Cooperativa Cotia que faliram e diante disso, tiveram que arcar com os prejuízos destas. Dessa forma, a AAJ surgiu como alternativa, “*uma mudança*” ao modelo de cooperativa, ou seja, para alguns produtores, constituir uma cooperativa conjuntamente com a associação é algo receoso.

Oliveira (2010) ao analisar a questão do associativismo rural na região do Pontal do Paranapanema aponta que as associações agrícolas ganharam destaque na década de 1980, no contexto de abertura democrática e maior participação social. Por meio desse formato de organização social os pequenos produtores rurais buscavam maior inserção no mercado. As associações de (proprietários de terra ou assentados em projetos de reforma agrária) foram progressivamente se tornando relevantes no espaço rural em virtude de competências definidas pela legislação que impõe menores implicações econômicas em caso de falência.

Na visão de Oliveira (2010), a criação de uma associação pressupõe futuramente a formação de uma cooperativa, embora não seja regra:

[...] tem sido utilizada como um estágio probatório, estabelecido pelas lideranças para mensurar o nível de participação dos produtores rurais podendo evoluir para a etapa de constituição de uma cooperativa, que ainda é avaliado

como o modelo mais adequado de gestão competitiva do processo produtivo agrícola (OLIVEIRA, 2010, p. 194).

Oliveira (2010) também resume as principais diferenças do ponto de vista legal entre as associações e cooperativas em duas prerrogativas principais. A **primeira** é que no caso da associação, num eventual endividamento a responsabilidade recai sobre a diretoria, e esta tem que buscar soluções para sanar os problemas; no caso da cooperativa, são os cooperados (co-responsabilidade) conforme cada cota-parte que arcam com as responsabilidades. A **segunda** é que nas associações não há a existência de cargos remunerados aos dirigentes, ao contrário das cooperativas em que os cargos de direção podem ser remunerados (por meio do pró-labor conforme definição em Assembléia)

Dessa forma, compreendemos que tanto o processo de certificação dos associados⁷² como de criação de uma cooperativa conjunta se mostram como elementos conflituosos e com posicionamentos divergentes bem nítidos entre os associados, deixando claro que a AAJ vivencia um processo de transição⁷³.

Entre os produtores não-associados destaca-se que 8,57% do total de entrevistados já foram associados, e não fazem mais parte do quadro associativo, sendo que dois destes, não tem mais na atividade agropecuária sua renda principal. Eles optaram por buscar trabalho fora da propriedade com renda fixa, sendo que um trabalha na penitenciária situada nesta localidade e o outro buscou trabalho em uma agroindústria canavieira do município, na função de tratorista⁷⁴.

5.3.3- Assistência Técnica e Meios de Produção

⁷² A comercialização da produção via associação assegura maior segurança para o produtor, embora não signifique que esteja isento da lei de mercado (oferta e procura) e dos ciclos de crise no mercado de sucos e polpas naturais.

⁷³ Ficou evidente em nossa pesquisa de campo que a AAJ passa por um processo de transição, que direciona para outros questionamentos que estão além dos objetivos propostos nesse trabalho.

⁷⁴ Durante a aplicação dos formulários ainda entrevistamos um produtor que cultivava acerola, (ex-associado) e esse afirmou que saiu do grupo por não ter recebido mudas de acerola da associação para refazer sua plantação, além de estar descontente com a política da associação e que, segundo ele *“quem manda na associação é um grupo restrito de produtores”*.

Constatamos que 82,86% dos entrevistados afirmaram receber algum tipo de assistência técnica em sua propriedade, seja a oficial (62,86%), representada pela Casa da Agricultura; particular 8,57% ou da cooperativa CAMDA (Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina)⁷⁵ em (11,43% dos casos, como representado na figura 35.

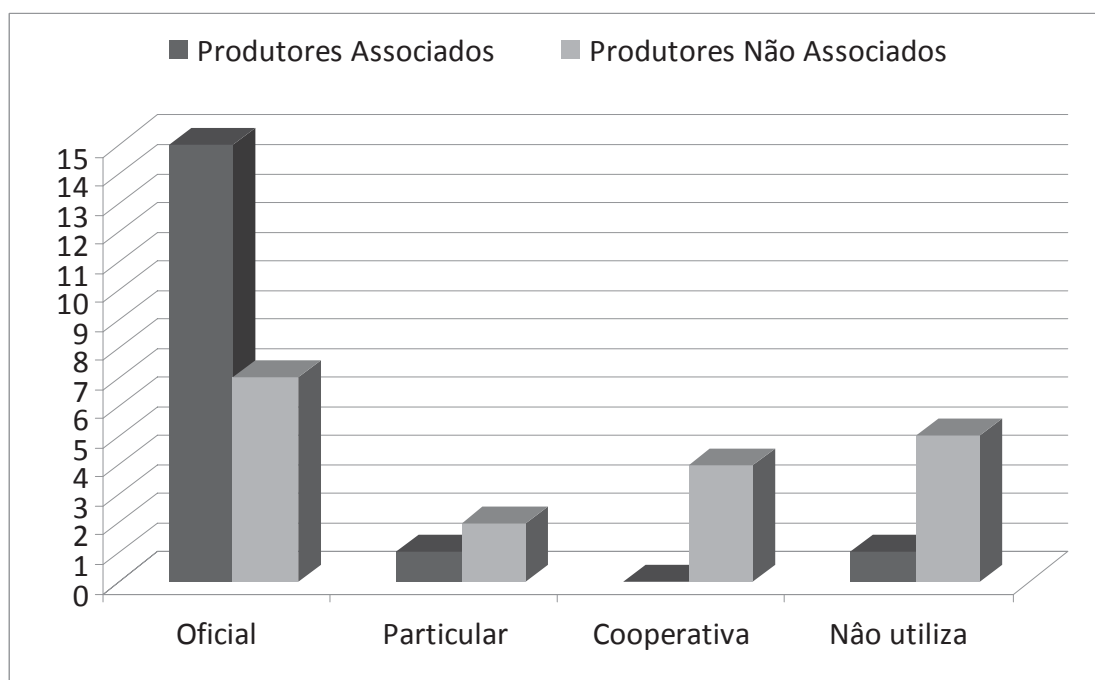


Figura 35. Tipo de Assistência Técnica entre os Produtores Pesquisados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). Org. Fernando Veloso.

Os produtores associados têm buscado maior assistência técnica oficial, potencializado pelo cultivo da acerola. Já entre os não associados, a assistência técnica oficial não se faz tão presente.

Destaca-se que 14,29% dos produtores não associados afirmaram não utilizar nenhum tipo de assistência técnica no processo produtivo. Quanto à forma de assistência técnica particular, no caso dos produtores associados, esta é para o cultivo da uva e para os não associados é para a pecuária bovina, no caso veterinários. Constatamos, também, que 11,43% dos entrevistados utilizam de assistência da CAMDA.

⁷⁵ A CAMDA possui agrônomos e veterinários que prestam assistência técnica particular para os cooperados. Trata-se de uma típica cooperativa-empresa, cujo nicho de mercado está na revenda de produtos agropecuários para seus cooperados.

Quanto à disponibilidade de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados no processo produtivo, verificamos situações bem distintas, com produtores utilizando trator e implementos, aparelhos de irrigação ou ordenhas mecânicas, enquanto que há produtores que dispõem apenas de arado de tração animal para o trabalho na atividade agropecuária.

Dessa forma, 47,06% dos produtores associados possuem tratores e implementos, como grade niveladora, pulverizador mecânico, roçadeira etc. Grande parte dos associados conta com aparelhos de irrigação (52,94%), principalmente para o cultivo de frutas, em grande parte para a acerola, mas também para a uva, atemóia e graviola, ou ainda para irrigação da pastagem na pecuária de leite. Além disso, verificamos que 5,56% dos produtores associados possuem ordenhas mecânicas.

Em relação aos produtores não associados, 33,33% possuem trator com implementos e apenas 5,56% contam com aparelhos de irrigação para o cultivo de hortaliças.

Contudo, verificamos que 20,00% do total de entrevistados contam apenas com arado animal e pulverizador costal⁷⁶, sendo que a maioria dos entrevistados que não possui trator, quando necessita, contrata o serviço de particulares, ou solicitam junto à AAJ⁷⁷, efetuando o pagamento por hora/executada.

5.3.4- Comercialização da Produção e as Fontes de Renda

Hespanhol (2008) ao refletir a agricultura nacional enfatiza que o mercado de produtos agrícolas não tem oferecido boas alternativas de renda à agricultura familiar. Para o autor, as cadeias produtivas que estão em expansão

⁷⁶ Alguns entrevistados destacaram que adquiriram implementos como roçadeiras, distribuidor de calcário e pulverizadores pelo Programa Estadual de Microbacias em grupo de produtores rurais.

⁷⁷ A AAJ administra a patrulha agrícola municipal, fornecendo serviços tanto para associados como para não associados do município.

atualmente, dada as condições do mercado internacional, são as ligadas aos complexos soja e sucroalcooleiro, “[...] onde não há grande espaço para a participação da agricultura familiar, dado o elevado padrão tecnológico” (HESPANHOL, 2008, p. 86). Devido a esse fato, o autor aponta que o caminho para a produção familiar é a diversificação produtiva.

Em relação à comercialização da produção agropecuária em Junqueirópolis, constatou-se uma variedade de situações, dependendo do tipo de atividade desenvolvida. Dessa forma, a produção gerada por esses pequenos proprietários rurais tem grande importância na economia do município e da região pesquisada.

A produção de café é negociada, sobretudo com cerealistas dos municípios de Adamantina e Tupi Paulista, enquanto que o urucum é negociado com um atravessador residente no município de Monte Castelo, que se utiliza de uma associação existente naquela localidade, para negociar a produção da semente.

Quanto ao gado de corte, na maioria dos casos é realizado no sistema de cria e recria, sendo comercializado os bezerros e novilhas com atravessadores, popularmente conhecidos como “*picaretas*”. Somente em 5,71% das propriedades pesquisadas, os entrevistados têm na pecuária de corte sua atividade principal, e negociam diretamente com um frigorífico localizado no município de Panorama, como também realizam a compra de gado de criadores vizinhos.

Destaca-se que 5,71% dos entrevistados comercializam sua produção diretamente nas feiras do município e de cidades da região, como Dracena, Tupi Paulista e Irapuru. Nos dois casos, os entrevistados comercializam a produção de hortaliças, além da venda do leite “*in natura*”. Eles destacaram também que quando tem excedente em sua produção, vendem para supermercados e atravessadores.

Destaca-se que 5,71% do total de entrevistados que possuem frango caipira no sistema de confinamento, a comercialização ocorre com atravessadores ou mesmo com moradores da cidade de Junqueirópolis.

Quanto aos produtores que cultivam outros tipos de frutas, estes buscam negociá-las em outros canais de comercialização, tais como: a poncã é negociada com supermercados e sacolões do município; a graviola e a atemóia são comercializadas com a CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) em São Paulo⁷⁸; a uva é negociada com atravessadores da região de Marialva no estado do Paraná, e o excedente é negociado em supermercados, sacolões e com feirantes do município de Junqueirópolis e da região.

Outro canal de comercialização institucionalizado por lei federal, mas que estava sendo utilizada por apenas 5,71% dos entrevistados, consistia na negociação com a prefeitura municipal, por meio da entrega de produtos para a merenda escolar - PNAE. Nesse caso específico é negociado hortaliças, morangos, uva e poncã.

No que diz respeito à composição da renda desses pequenos proprietários rurais, verifica-se uma grande diversidade de situações, em que as atividades agropecuárias (lavoura e/ou pecuária) têm peso principal, intermediário ou apenas secundário, como destacado nos quadros 6 e 7.

De acordo com as afirmações dos entrevistados, constatamos que 57,14% do total têm na atividade agropecuária a principal fonte de renda, sendo que entre os associados as lavouras assumem o peso principal, e entre os não associados a pecuária tem maior importância.

Cabe frisar que apenas 20,00% do total de entrevistados têm exclusivamente na atividade agropecuária sua renda, não contando com nenhuma receita financeira externa à unidade produtiva.

Outro fato importante a ser destacado devido à idade avançada desses pequenos proprietários rurais, é a grande relevância que o benefício previdenciário tem na composição da renda familiar.

⁷⁸ O J. F. C., 69 anos, Microbacia Taquarassu comercializa parte de sua produção no CEAGESP. Ele mesmo sendo associado também destina parte da produção da acerola embaladas em caixinhas plásticas individuais, de cerca de 1kg cada para a cidade de São Paulo.

Quadro 6. Composição da Renda dos Produtores Associados.

N.Prod	Tipo de Renda
1	80% lavouras (acerola+café+urucum)+20% aposentadoria (casal)
2	100% agropecuária (acerola+urucum+gado) e a renda obtida com a feira
3	100% agropecuária (acerola+café+gado de corte)
4	50% lavouras (acerola+urucum+seringueira)+50% aposentadoria (casal)
5	100% lavouras (acerola+café)
6	70% lavouras (acerola+café)+ 30% aposentadoria (1)
7	50% lavouras (acerola+café)+ 50% aposentadoria (casal)
8	80% lavouras (acerola+café)+ trabalho filho fora da propriedade (usina)
9	30% lavouras (acerola+urucum)+70% aposentadoria (casal)
10	95% agropecuária (uva+ acerola+hortaliças+morango+gado de corte)+5% aposentadoria (1)
11	50% lavouras (acerola)+50% aposentadoria (casal)
12	30% lavouras (acerola+café)+70% aposentadoria (1)
13	95% agropecuária (gado de leite+poncã+acerola)+5% aposentadoria (1)
14	80% lavouras (acerola+café+seringueira+palmito+ponkán)+ 20% aposentadoria (casal)
15	100% pecuária (carneiro+suíno+gado misto)
16	95% lavouras (50% graviola+30% acerola+ 15% atemóia)+ 5% aposentadoria (1)
17	80% agropecuária (60% café+20% gado misto)+20% aposentadoria (casal)

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso

Quadro 7. Composição da Renda dos Produtores Não Associados.

N.Prod	Tipos de Renda
1	60% salário de agente penitenciário+20% aposentadoria (1)+ 20% lavouras (café)
2	60% pecuária de corte+40% salário de pedreiro
3	50% lavouras (parceria da cultura do café)+50% aposentadoria (1)
4	60% aposentadoria (1)+40% lavouras (urucum)
5	80% lavouras (acerola+urucum+bucha vegetal)+20% aposentadoria
6	70% lavouras (café+urucum)+30% aposentadoria (casal)
7	100% agropecuária (acerola+urucum+pecuária de corte+frango caipira confinado)
8	70% pecuária de corte+30% lavouras (acerola+café)
9	60% aposentadoria (bancária)+40% lavouras (arrendamento cana)+ acerola (parceria)
10	90% aposentadoria (metalúrgico)+10% agropecuária (café+pecuária de corte)
11	100% agropecuária (75% pecuária de corte+25% arrendamento cana)
12	50% trabalho tratorista usina+50% pecuária de corte
13	60% salário de enfermeira+40% agropecuária (fabricação queijo)+criação de frango caipira
14	50% lavouras (hortaliças)/venda direta na feira+50% pecuária de leite
15	90% aposentadoria (operário)+10% pecuária de corte
16	95% trabalho usina+5%pecuária de corte
17	50% aposentadoria (1)+50% agropecuária (renda do arrendamento para pastagem)+lavoura (palmito)
18	70% lavouras (café)+30% pecuária mista

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso.

A aposentadoria permite maior segurança na renda desses entrevistados, assegurando a permanência destes na área rural, até mesmo sem produzir na propriedade rural. Assim, em 60,00% do total das propriedades rurais pesquisadas verificou-se a importância desse tipo de benefício, sendo que em 31,43% destas, é o casal que recebe a aposentadoria rural, enquanto que em 28,57% das propriedades, apenas uma pessoa da família conta com o salário do benefício rural.

Pudemos constatar também uma diferenciação entre os produtores associados e não associados na renda provinda da aposentadoria. Dessa forma, 70,59% dos produtores associados entrevistados contam com renda do benefício previdenciário, mas 41,18% destes afirmaram ter na atividade agrícola sua principal fonte de renda, ou seja, a aposentadoria, nesses casos, complementa a renda obtida por meio da atividade agropecuária.

De acordo com o produtor associado, “nos momentos de crise, a aposentadoria ajuda muito, agora, por exemplo, estamos usando a aposentadoria para pagar o início da colheita da acerola” (I. P., 73 anos, Microbacia Colibri). Entre os produtores rurais não associados, 50,00% contam com a renda do benefício previdenciário, no entanto, apenas 11,11% desses afirmaram ter a atividade agropecuária como a principal fonte de renda familiar.

Cabe destacar que entre os produtores não associados, 16,67% tiveram os benefícios da aposentadoria concedidos em ocupações urbanas, como de metalúrgico, operário e bancário. Ou seja, essas pessoas voltaram para área rural depois de se aposentarem e não tem na atividade agropecuária sua principal fonte de renda, ou seja, esta é apenas secundária. Já 29,41% do total de produtores associados e 22,22% dos não associados afirmaram que a renda da aposentadoria⁷⁹ é tão importante ou mesmo supera a renda obtida com a atividade agropecuária, por tratar-se de um “salário” fixo mensal.

Destaca-se, ainda, que 8,57% do total de entrevistados contam com renda por meio do arrendamento de parte de suas propriedades. Nesse caso,

⁷⁹ O benefício da aposentadoria rural para a população rural é concedido para mulheres a partir dos 55 anos e para os homens aos 60 anos.

todos são produtores não associados, que arrendam parte da área da propriedade para pastagem (5,71% dos casos) e cana-de-açúcar (2,86%) para uma das usinas do município.

A renda obtida externa à propriedade também foi constatada por membros da família que trabalham em atividades agrícolas e urbanas. Em 17,14% das propriedades pesquisadas algum membro da família trabalha fora da propriedade, nas ocupações de agente penitenciário⁸⁰, enfermeiro, balconista, pedreiro e tratorista.

Em 5,71% dos casos os produtores pesquisados combinam outro tipo de trabalho com o da propriedade, mas o maior percentual da renda familiar é obtida pelo trabalho fora da propriedade. Destaca-se, ainda, que em 11,43% das propriedades pesquisadas são os filhos dos produtores que desenvolvem atividades fora da propriedade.

Carneiro (1997) salienta que a capacidade de conjugar atividades produtivas às relações familiares, é que resulta na *plasticidade* dessa forma de organização da agricultura, que é capaz de se adaptar as situações regionais distintas. Ao incorporar na dinâmica de sua reprodução potencialidades locais, diversificação produtiva ou mesmo o trabalho fora da propriedade, são os fatores que asseguram a reprodução da unidade de produção.

5.3.5- Utilização do PRONAF e Participação no PAA

Um dos procedimentos adotados na pesquisa foi de analisar todas as partes envolvidas direta ou indiretamente com as políticas públicas analisadas. Em razão disso, entrevistamos o funcionário do Banco do Brasil (BB), responsável pelas operações do PRONAF⁸¹ em Junqueirópolis. Durante a entrevista, este destacou que o produtor rural que busca o financiamento é o

⁸⁰ Um dos produtores pesquisados na área da Microbacia Ariranha trabalha na penitenciária de Junqueirópolis e tem cerca de 1.000 pés de café, e segundo ele, "(...) quando dá colheita ele colhe alguma coisa".

⁸¹ Entrevista realizada no dia 01/10/2010.

de idade mais avançada, pelo próprio perfil dos agricultores da região. Na sua visão os produtores mais jovens estão se sentindo desmotivados e não têm ficado na área rural em virtude do baixo retorno econômico da atividade, apontando que estes têm procurado cada vez mais se inserir em ocupações urbanas.

Outro ponto destacado pelo entrevistado é que nas próprias agências bancárias existe a falta de funcionários, ou de capacitação para fazer as operações do PRONAF, o que acaba dificultando o acesso ao crédito rural. O funcionário do BB acrescentou também que devido à rotatividade em virtude de férias, aposentadoria, mudanças entre agências bancárias, os próprios funcionários do banco acabam apresentando um *déficit* na qualidade do serviço oferecido, diante das dificuldades do atendente, em suprir todas as dúvidas do cliente. Na sua visão, esses fatores internos à instituição financeira dificultam o acesso ao crédito rural.

Quando questionado se achava o acesso ao crédito rural burocrático, o funcionário do BB destacou que como toda e qualquer operação bancária, tem-se a exigência de certo tipo de documentação. Apontou que a maior dificuldade está na falta de orientação e esclarecimento, pois às vezes são pequenos detalhes na documentação, como por exemplo, a carta de anuência de quando não se tem o título da propriedade regularizado, ou a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que acaba desmotivando o interessado em solicitar o crédito rural.

Os dados dos contratos do PRONAF em Junqueirópolis referentes aos anos agrícolas de 2008/09 e 2009/10 encontram-se expressos na tabela 13. De acordo com esses dados sistematizados, verifica-se que a lavoura de acerola e a bovinocultura são as atividades que tiveram maior número de contratos na modalidade custeio e, por conseguinte, os maiores valores alocados.

Em termos representativos, essas duas atividades (acerola e bovinocultura) contabilizam mais de meio milhão de reais em financiamento nos anos agrícolas 2008/09 e 2009/10. As outras lavouras (urucum, uva e milho) têm menor expressão e variaram de uma a três operações nos referidos

anos agrícolas, sendo representativo os valores custeados para a lavoura da uva, que fica em torno de 22,6 mil reais.

Tabela 13. Principais Atividades Financiadas pelo PRONAF na modalidade custeio em Junqueirópolis.

Tipo de Atividade	2008/09			2009/10		
	Valores (1)	contratos (2)	média (1/2)	Valores (1)	contratos (2)	média (1/2)
acerola	274.584,97	27	10.169,81	282.893,08	23	12.299,70
bovinocultura	227.535,91	20	11.376,80	249.441,90	25	9.977,68
urucum	18.178,76	2	9.089,38	9.852,75	1	9.852,75
uva	0,00	0	0,00	68.075,81	3	22.691,94
milho	34.676,94	2	17.338,47	0,00	0	0,00

Fonte: Pesquisa de Campo (setembro de 2010). Org. Fernando Veloso.

Com relação à modalidade de investimento do PRONAF, os valores também são expressivos, com cerca de 110 mil reais no ano agrícola 2008/09, e por volta de 800 mil reais em financiamento no ano agrícola de 2009/10.

O funcionário do BB destacou que para a realização dos contratos do PRONAF na linha investimento e Mais Alimentos é necessário a realização de um projeto técnico. Ele apontou ainda que a agência bancária tem convênio com uma empresa de Osvaldo Cruz-SP que presta assessoria aos produtores rurais para a realização destes projetos, cujos encargos são cobrados dos produtores de acordo com o valor financiado e que varia entre 1 e 2%⁸² sobre o total solicitado.

De acordo com o MDA, a linha Mais Alimentos do PRONAF tem como objetivo fornecer linha de crédito para modernizar as unidades produtivas da agricultura familiar. A iniciativa financia projetos coletivos (até R\$ 500 mil) e individuais (até R\$ 130 mil), com juros de 2% ao ano, prazo de 10 anos para pagar e carência de 3 anos. O financiamento contempla projetos para aquisição de máquinas e implementos, correção e recuperação de solos,

⁸² O funcionário do BB destacou que quando trabalhava em uma das agências bancárias do BB em Minas Gerais, eram os funcionários da EMATER que prestavam esse tipo de assessoria ao agricultor, sem despesa financeira ao proponente. Apontou que no Estado de São Paulo, os funcionários da CATI também poderiam realizar esse tipo de serviço, mas não era comum ser feito. Salientou, ainda, que estava para entrar em vigor uma instrução do MDA para que os funcionários da CATI elaborem os projetos de investimento do PRONAF, o que mostra um esforço político no sentido de ampliar a extensão rural.

resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem, veículos de transporte de cargas etc. A linha Mais Alimentos financia projetos associados à produção de açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, palmácea para produção de palmito, além das atividades de fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Destaca-se que a linha do PRONAF Mais Alimentos também tem sido utilizada pelos produtores em Junqueirópolis, conforme destacado na tabela 14.

Tabela 14. Atividades Financiadas pelo PRONAF Mais Alimentos em Junqueirópolis.

Atividades	2009/10		
	Valores (R\$)	contratos	Média (R\$)
fruticultura	295.946,23	4	73.986,56
bovinocultura	566.326,20	8	70.790,78

Fonte: Pesquisa de Campo (setembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso.

Essa linha do PRONAF, Mais Alimentos, criada em 2007/08, tem financiado no município de Junqueirópolis, sobretudo a bovinocultura, com oito contratos, e a fruticultura, com quatro contratos, com valores expressivos, em média acima dos 70 mil reais.

De acordo com o funcionário da empresa Luar Projetos Agropecuários⁸³ que presta serviços aos produtores rurais em Junqueirópolis, a linha “Mais Alimentos” do PRONAF tem incrementado os projetos de investimento no município. Ele destacou em entrevista que a referida modalidade do PRONAF tem sido utilizada para a compra de matrizes de gado, aquisição de tratores e implementos, utilitários para transporte da produção, reformas de sistemas de irrigação, perfuração de poços artesianos etc. Todavia, mencionou que quem tem se beneficiado dessa linha, são os produtores rurais mais capitalizados,

⁸³ A empresa com sede em Osvaldo Cruz presta assessoria em projetos técnicos em diversos municípios da região e inclusive no Mato Grosso do Sul. O funcionário entrevistado no dia 11/10/2010 trabalhou em diversos bancos, inclusive no Banco do Brasil quando se aposentou.

pois os juros são menores, carência maior e prazo mais longo para o pagamento das parcelas⁸⁴.

Assim, a implementação do programa tem privilegiado os produtores capitalizados, em detrimento dos produtores descapitalizados. Tal fato acarreta no aumento da diferenciação econômica entre os agricultores, incentivando a especialização produtiva e fomenta a marginalização e pauperização entre os segmentos de agricultores mais pobres no país (MATTEI, 2005; GUANZIROLI, 2007; AQUINO, 2009).

O funcionário da Luar Projetos Agropecuários salientou que um dos principais gargalos do PRONAF, na sua visão, é a dificuldade dos produtores em comprovar a renda agropecuária, principalmente aqueles que estão querendo começar ou retomar a atividade produtiva. O entrevistado enfatizou que como o cálculo para o financiamento é feito sobre a renda registrada nos últimos doze meses, teve caso de produtores que não conseguiram realizar o financiamento, por exemplo, por não conseguir comprovar a renda.

Na opinião do funcionário este é um problema que precisa ter atenção especial dos gestores do programa, de modo que seja equacionado ou minimizado. Ele destacou ainda que as instituições financeiras poderiam amenizar algumas exigências com aqueles produtores que estão iniciando o financiamento rural por meio do PRONAF.

Na aplicação dos formulários nas Microbacias selecionadas, constatamos que 68,57% do total de entrevistados afirmaram estar utilizando ou que já utilizaram, em algum período, os recursos do PRONAF. Desse total, 37,14% são produtores associados, enquanto que entre os não associados o percentual é de 31,43%, conforme destacado na figura 36.

Quanto aos demais entrevistados, 31,43% nunca utilizaram recursos do PRONAF. Desse total, 14,29% afirmaram nunca ter feito financiamento pelo

⁸⁴ O entrevistado destacou que todas essas informações do tipo de produção desenvolvida, produtividade, custos, despesas, renda anual comprovada estão presentes nos projetos apresentado ao banco. Para o entrevistado, o projeto feito pela empresa mostra se o interessado vai ter as reais condições de pagar o financiamento.

PRONAF, mas que já tiveram intenção de fazê-lo, enquanto que 17,14% afirmaram não ter interesse em utilizar esse tipo de financiamento.

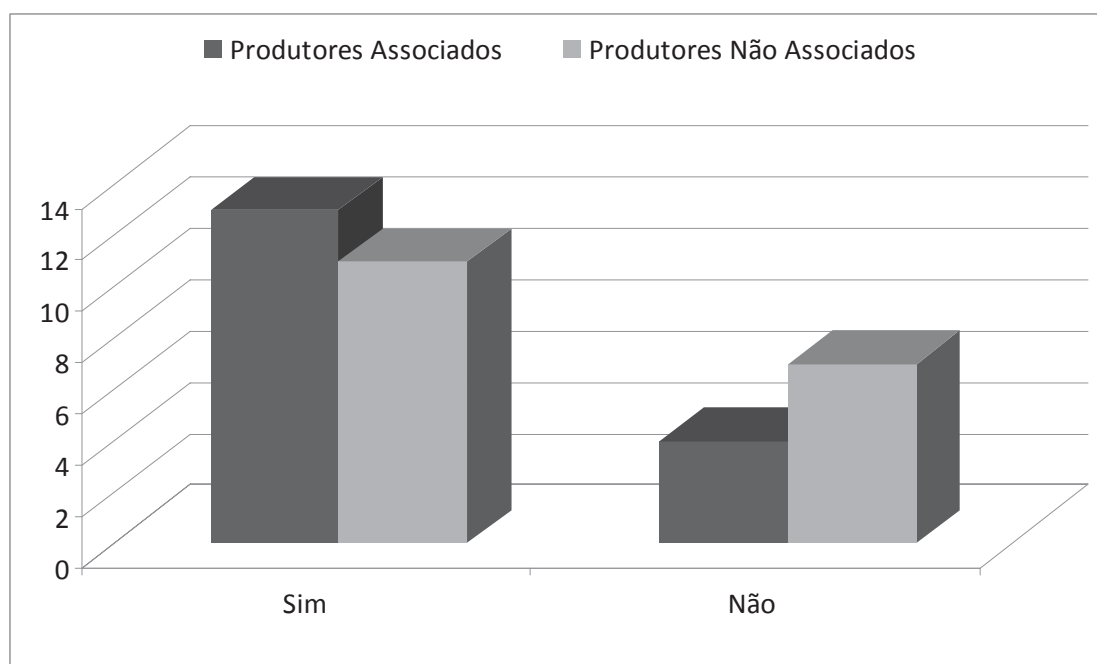


Figura 36. Acesso ao PRONAF entre os produtores rurais Pesquisados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso.

A modalidade custeio é a mais utilizada (20,00%) entre os pequenos proprietários rurais entrevistados em Junqueirópolis. Além disso, somado aos produtores que utilizam concomitantemente as modalidades custeio e investimento, esse percentual aumenta para 34,29%, conforme destacado na figura 37.

Destaca-se, ainda, que a modalidade custeio é a mais utilizada entre os produtores associados, em grande parte para a lavoura da acerola e, em menor proporção, para a lavoura de uva e urucum. Já entre os produtores não associados, a maior parte do custeio é para a bovinocultura de corte, e em menor número para a lavoura da acerola e do urucum.

Com relação à modalidade de investimento do PRONAF, os produtores associados buscaram o financiamento para a aquisição de pulverizador mecânico, roçadeira mecânica, perfuração de poço artesiano e reformas do aparelho de irrigação. Em menor número, os produtores associados utilizaram

a modalidade investimento para bovinocultura de leite. A linha “Mais Alimentos” foi utilizada para a renovação de parreirais da uva.

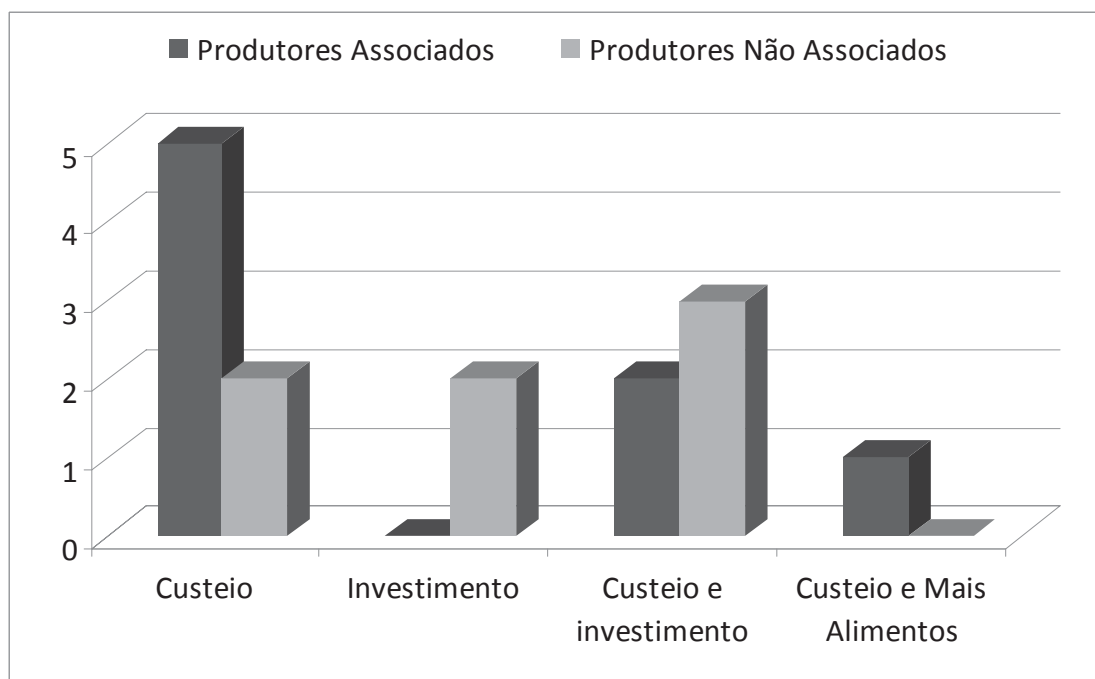


Figura 37. Enquadramento do PRONAF entre os Produtores Rurais Pesquisados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso.

Por sua vez, os produtores não associados têm buscado a modalidade investimento do PRONAF para a bovinocultura, em grande parte para a pecuária de corte e, em menor número, para a pecuária leiteira.

Nos quadros 8 e 9 sistematizamos que tipo de atividade tem sido financiada pelo PRONAF em Junqueirópolis, avaliação e perspectivas dos pequenos proprietários rurais pesquisados associados e não associados sobre o PRONAF.

Num universo de 35 produtores rurais pesquisados foram diversos motivos apontados que levam a fazer ou não o financiamento. Algumas situações que ficaram mais evidentes são relatadas a seguir:

i) Há produtores que não têm interesse em solicitar o financiamento, pois contam com o recurso da aposentadoria e, alguma atividade produtiva que desenvolve na propriedade, não o faz com o investimento necessário;

Quadro 8. Síntese das informações do PRONAF entre os produtores associados pesquisados em Junqueirópolis.

Nº	Faz Financiamento por meio do PRONAF?	Tipo de Atividade Desenv.	Avaliação e Perspectivas do PRONAF
1	Não. Receio de fazer dívidas	acerola, café, urucum e gado misto	Pretende fazer para o custeio da acerola, pois os juros são baratos.
2	Sim. Custeio (acerola e urucum)	acer., urucum, hort. gado misto	Bom, porque ajuda no período da colheita.
3	Sim. Custeio (acerola) e investimento (pecuária de corte)	acerola, café e pastagem	Bom, ajuda o produtor
4	Sim. Custeio (acerola) e investimento (roçadeira mec.)	acerola, urucum e seringueira	Bom, porque os juros são baixos
5	Sim. Custeio (acerola)	acerola e café	Teve dificuldade em fazer o financiamento; diminuir a burocracia.
6	Não. Trabalho no sistema de parceria e não fez financ.	acerola, café e gado misto	Não pretende fazer, pois os custos de produção são do proprietário
7	Sim. Mas não tem utilizado; já fez para custeio (acerola)	acerola e café	Burocracia; diminuir as exigências e falta maior esclarecimento
8	Sim. Mas não tem utilizado; já fez para custeio (acerola)	acerola, café e gado misto	Bom, os juros são baixos.
9	Sim. Mas não necessita atualmente; fez para custeio (acerola)	acerola e urucum	Bom, mas não pretende utilizar
10	Sim. Custeio (acerola e uva) e investimento (uva)	acer., uva, hort., coco, morango e g. corte	Bom, mas tem que diminuir a burocracia
11	Não. Esbarrou na exigência da documentação.	acerola, graviola, seringueira	Bom, deveria diminuir as exigências e maior esclarecimento
12	Sim. Mas devido a idade avançada não tem feito.	acerola e café	Bom, ajuda bastante os produtores. Não teve problemas.
13	Sim. Cust. (acerola) e invest. (poço artes. e matrizes leiteiras)	acerola, poncã, gado de leite	Bom, poderia facilitar o acesso aos mais capitalizados
14	Sim. Custeio (acerola) e invest. (aparelhos de irrigação)	acer., café, sering., palmito, poncã	Bom, ajuda os produtores. Não teve problemas.
15	Não. Desenvolve atividade sem financiamento	carneiro, suíno e gado misto	Bom, poderia facilitar o acesso aos mais capitalizados.
16	Sim. Custeio (acerola) e invest. (pulverizador mecânico)	acer., graviola, atemóia, maracujá e manga	Bom, os juros são baixos.
17	Sim. Mas não tem utilizado; já fez para compra de gado	café e gado misto	Bom, ajuda o produtor. Teve dificuldade na documentação

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso

Quadro 9. Síntese das informações do PRONAF entre os produtores não associados pesquisados em Junqueirópolis.

Nº	Faz Financiamento por meio do PRONAF?	Tipo de Atividade Desenv.	Avaliação e Perspectivas do PRONAF
1	Não. Não teve boa experiência com crédito rural.	café	Teve que vender uma propriedade para quitar a dívida em de um calote.
2	Sim. Mas não tem utilizado; já fez para compra de gado	gado misto	Não pretende fazer; receio de dívidas.
3	Sim. Já utilizou quando trabalhava em outra parceria	acerola e café	Não pretende fazer, pois os custos de produção são do proprietário
4	Sim. comprar uma parcela de terra	urucum	Bom, mas tem que melhorar o acesso; facilita para os grandes prod.
5	Sim. Custeio (acerola e urucum)	acerola, urucum e bucha vegetal	Bom, diminuir o excesso de documentação
6	Não	acerola, café e urucum	Não utiliza.
7	Sim. Custeio (urucum)	acerola, urucum, eucalipto, gado misto e frango caipira	Bom, porque os juros são baixos
8	Sim. Investimento (gado de corte)	acerola, café e gado corte	Bom, ajuda o produtor que tem pouco capital
9	Não.	acerola e café	Não utiliza, pois os custos são do proprietário
10	Não.	café, milho e gado misto	Atividade agrícola não é sua renda principal
11	Sim. Custeio e Investimento (gado de corte)	gado de corte e arrendamento para cana-de-açúcar	Bom, porque os juros são baixos
12	Sim. Custeio e Investimento (gado misto)	gado de corte e milho, milho	Bom, mas teve dificuldade na documentação
13	Sim, mas não tem utilizado; já fez para compra de gado	gado misto e eucalipto	Teve dificuldade em quitar o financiamento.
14	Sim. Custeio e Investimento (gado de leite)	hortaliças e gado de leite	Bom, porque os juros são baixos
15	Não.	gado misto	Atividade agrícola não é sua renda principal
16	Não.	gado de corte	Receio de fazer dívidas
17	Não.	palmito e arrendamento pastagem	Bom, ajuda o produtor
18	Não	café e gado misto	Não pretende fazer financiamento.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). Org. Fernando Veloso

ii) Os produtores que utilizam o PRONAF, geralmente os mais capitalizados, fazem elogios ao programa, já que os juros praticados são os mais baixos do mercado. Eles ressaltaram ainda, que os contratos na modalidade custeio são renovados automaticamente de uma safra para outra, além de sempre contarem com a linha investimento para incrementar o processo produtivo. No caso destes produtores, eles não relataram eventuais burocracias na documentação como empecilho para fazer o financiamento.

iii) Outro grupo, de menor renda, utiliza o financiamento, mas mostram incertezas quanto ao fato de conseguirem ter o recurso para quitar a parcela do financiamento, fato que gera insegurança nos dias próximos de vencimento das parcelas. Nesse grupo, eventuais burocracias foram mencionadas como fator que dificulta o acesso ao financiamento;

iv) Para os que não utilizam, alguns relataram experiências negativas nas décadas de 1980 e 1990 com outras modalidades de financiamento rural. Estes produtores apontam que alguns vizinhos tiveram que vender a propriedade para quitar as dívidas com o banco;

v) Corrobora-se as informações que as lavouras de acerola e a bovinocultura são as principais atividades financiadas pelo PRONAF em Junqueirópolis.

Quanto ao acesso ao PAA, os produtores rurais têm que necessariamente estar inseridos numa organização formal de produtores, podendo ser associações ou cooperativas. Dessa forma, em Junqueirópolis, em virtude de ter apenas uma associação, a AAJ, somente seus associados podem entregar produtos no convênio com a CONAB. Contudo, como destacado na figura 38, apenas 34,29% dos produtores pesquisados afirmaram fazer parte do PAA, e destaca-se que nem todos os associados participam do Programa, uma vez que a adesão entre esse grupo era de 70,49%.

Quanto aos produtores pesquisados (65,71% do total) que não participam do PAA, 51,42% não são associados, enquanto que 14,29% são associados.

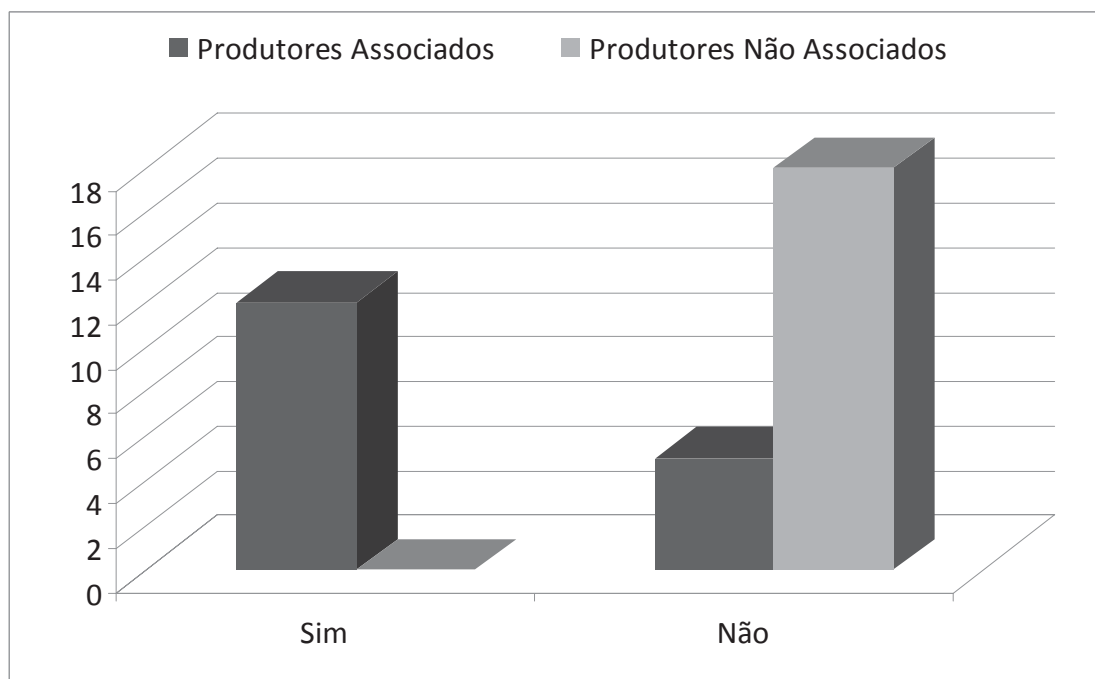


Figura 38. Participação no PAA entre os Produtores Rurais Pesquisados.

Fonte: Pesquisa de Campo (novembro de 2010). **Org.** Fernando Veloso.

Ao aprofundar as informações sobre o PAA entre os produtores não associados, verificamos que 55,56% destes afirmaram desconhecer ou nunca ter ouvido falar do Programa da CONAB. Já 27,78% dos produtores não associados afirmaram conhecer, mas enfatizaram que apenas os associados é que poderiam participar.

Ainda entre os não associados, os demais 16,67% dos entrevistados (três produtores) evidenciaram alguma situação que merece ser enfatizada. O **primeiro** refere-se ao produtor M. M. S. (60 anos, Microbacia Ariranha), que já participou do PAA no ano de 2007, quando era parceiro numa outra propriedade rural, e na ocasião entregava conjuntamente com o proprietário da terra a produção de acerola. No momento da aplicação do formulário o produtor trabalhava com sua esposa na lavoura do café no sistema de parceria noutra propriedade rural. Mesmo conhecendo a possibilidade de participação no PAA, mostrou certa desmotivação pela instabilidade de sua condição. Na sua visão, o não acesso à propriedade da terra diminui suas possibilidades de planejamento para o futuro, já que ao final do contrato de parceria, que no seu caso foi feita para apenas dois anos, e sempre existe a incerteza da renovação.

O **segundo** caso que merece destaque é o produtor M. F. X. (44 anos, Microbacia Taquarassu), que afirmou conhecer o programa da CONAB, pois um de seus tios entregava produtos no PAA de Dracena. Ao questionarmos se havia interesse em participar do referido Programa, afirmou que sim, mas devido à falta de mão de obra e o falta de tempo em virtude de suas atividades agrícolas e de fazer feira, seria difícil assumir o compromisso da entrega de produtos ao longo do ano. Isso porque trabalha somente com sua esposa na propriedade rural, cultivando hortaliças (alface, couve, almeirão, brócolis, salsinha, cebolinha, entre outras), além de produzir leite. Acrescentou ainda que comercializa sua produção diretamente nas feiras livres realizadas nas cidades de Junqueirópolis e Dracena.

O **terceiro** caso é do produtor J. S. (60 anos, Microbacia Colibri), que também conhece o programa por causa de um de seus irmãos, assentado no município de Tupi Paulista, que entrega produtos para o PAA. Este produtor entrevistado, que tem criação de gado misto e iniciou uma plantação de eucalipto numa pequena área de sua propriedade, tem sua renda familiar assegurada pela aposentadoria de sua esposa e do salário da filha que reside na propriedade e trabalha como enfermeira. O produtor não demonstrou interesse em participar do Programa, denotando claros sinais de descontentamento com a atividade produtiva.

Mesmo entre os produtores associados pesquisados que participam do PAA - 34,29% do total - verificamos algumas situações distintas⁸⁵. No formulário aplicado foi incluído questões para verificar a efetiva participação dos produtores rurais no PAA.

O **primeiro grupo** composto pela maioria (47,06%) dos associados pesquisados afirmou estar entregando no PAA. Esses produtores citaram as entidades do município que recebiam a polpa da acerola, mas não sabiam como funcionava o sistema de distribuição da produção para as entidades. Eles informaram que não participaram das reuniões para a elaboração dos projetos, somente das reuniões mensais da própria AAJ, não sabendo dar maiores

⁸⁵ No formulário aplicado foram incluídas questões para se verificar a efetiva participação dos produtores rurais no PAA.

informações sobre o valor e quando recebiam para participar do PAA. Nesse grupo os produtores participavam somente com a acerola e transpareceu uma falta efetiva de participação e envolvimento no Programa, pois foi comum a resposta, “a associação é que cuida disso”.

O **segundo grupo** composto por 11,76% dos produtores associados mostrou maior conhecimento do programa da CONAB. Esses produtores, além de participarem do PAA, em um dos casos incluindo a comercialização da uva, também entregavam produtos para o Programa da Merenda Escolar, no caso poncã⁸⁶, morango e hortaliças.

O **terceiro grupo** composto por 11,76% dos produtores associados que participam do PAA, demonstrou certa insatisfação diante da falta de esclarecimentos sobre o funcionamento do Programa em Junqueirópolis. Para esses produtores, faltava transparência da AAJ sobre as informações relativas ao PAA no município.

Entre os produtores associados pesquisados que não participam do PAA (29,41%), ficou evidente que estes não procuraram a Associação no período da elaboração do projeto para a CONAB, ou mesmo não demonstraram interesse em participar do Programa⁸⁷. Cabe destacar que em dois casos (11,76%) os produtores não cultivam acerola.

Embora tenha trajetória recente, algumas pesquisas avaliativas, além de diversos estudos de caso realizados em diferentes regiões do país sobre o PAA, relatam que o programa tem apresentado resultados positivos, mesmo apresentando certas limitações (DELGADO *et. al.*, 2005; MATTEI, 2007; ZIMMERMANN, 2007; CORRÊA, 2008; MACIEL, 2008; HESPANHOL, 2009; GRISA *et. al.*, 2010; VIANA; VIEGAS, 2009). De acordo com cada realidade

⁸⁶ O produtor V. A. (56 anos, Microbacia Taquarassu) relatou que teve interesse em entregar a produção de poncã para o PAA, mas não obteve êxito ao procurar tanto a associação como a Casa da Agricultura. Diante disso, a coordenadoria da merenda escolar o procurou para entregar a produção para a prefeitura municipal.

⁸⁷ A falta de interesse de parte dos produtores associados em se cadastrar para participar do PAA foi um dos pontos ressaltados pelo presidente da AAJ em entrevista. O presidente mencionou que alguns destes produtores associados vinham questioná-lo somente no período de fechamento da safra agrícola, por qual motivo não recebiam o recurso do Programa da CONAB.

brasileira em que o PAA está inserido, o programa assume arranjos institucionais característicos e bem específicos, como salientam os pesquisadores.

Dentre os pontos positivos destacados pelos autores citados nos diferentes contextos analisados constam, de forma geral: inclusão de produtores menos capitalizados; fortalecimento das organizações coletivas; diversificação produtiva; aumento e melhoria na produção para autoconsumo e incremento na dieta alimentar das famílias produtoras; incorporação na comercialização de produtos tipicamente regionais; valorização de produtos agroecológicos; garantia de preço e criação de canais de comercialização até então inexistentes para os produtores; acesso das entidades beneficiadas a produtos diversificados e com qualidade, resultando numa alimentação mais saudável; e, melhoria nos preços agrícolas regionais.

Já entre os aspectos limitadores ou a serem melhorados constam: fragilidade das organizações sociais em administrar o programa; favorecimento a produtores com melhor condição socioeconômica; inclusão de parentes (avós, cunhados etc.) para aumento na cota anual de participação do programa; especialização produtiva ao invés da diversificação; desconhecimento dos objetivos e da forma de funcionamento pelos beneficiários (tanto de produtores rurais, como nas entidades sociais); ingerências locais que dificultam o andamento do programa; dificuldade entre os produtores para a elaboração das propostas (cadastramento dos produtos, produtores e entidades) como na prestação de contas, fato que acarreta o retorno das propostas ou na demora para a liberação dos recursos; problemas de logística (dificuldades com o transporte dos produtos, armazenagem ou sanidade dos produtos); distanciamento entre os agricultores e as entidades contempladas; falta de assistência técnica para organização, planejamento e produção de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo PAA; carência de serviços de inspeção sanitária ou excesso de exigências para adequar a inclusão de produtos de origem animal; desconfiança dos produtores rurais na continuidade do programa.

Diante dessas observações gerais sobre o andamento do PAA em outras localidades do país, verificamos que em Junqueirópolis, como no caso do PRONAF, o programa da CONAB tem privilegiado os produtores com maior inserção no mercado; os menos capitalizados, por sua vez, que poderiam ter no PAA uma possibilidade de incremento nas suas rendas não participam por desconhecimento, falta de iniciativa ou mesmo desinteresse. Mesmo a maioria dos participantes desconhece que o programa permite a comercialização de diversos tipos de produtos, mas que acarreta muito mais esforço para quem administra o programa, e continuar na atual formato predominantemente com a polpa da acerola é de certo modo mais “cômodo”. Na sequência analisamos a participação dos gestores locais e das entidades beneficiadas com o PAA em Junqueirópolis.

5.4- PAA em Junqueirópolis: Programa de Aquisição de Alimentos ou Programa de Aquisição de Acerola?

5.4.1- Os gestores locais envolvidos com o PAA

Sem sombra de dúvidas o PAA representa uma mudança no histórico de programas para a produção agropecuária com base familiar (DELGADO *et. al.*, 2005; MATTEI, 2007; ZIMMERMANN, 2007; CORRÊA, 2008). Na região de Dracena, o PAA tem se apresentado como importante instrumento de apoio à comercialização dos produtores rurais (HESPANHOL, 2009). O PAA busca integrar demandas locais das instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, promovendo a compra de produtos dos agricultores organizados coletivamente (em grupos de produtores, associações e cooperativas).

Quanto às repercussões do PAA em Junqueirópolis, como destacado anteriormente, essa localidade teve o primeiro projeto firmado com a CONAB no ano de 2006/07, contemplado 55 produtores rurais, num valor de R\$ 192.500,00 e beneficiando dez entidades assistenciais. No ano de 2009/10 o projeto teve uma redução no número de produtores, envolvendo 31 produtores,

contabilizando R\$ 108.000,00; e, em 2010, houve uma ampliação, beneficiando 65 produtores rurais, num total de R\$ 294.000,00.

Esse projeto de 2010/2011 foi firmado em março de 2010 com vigência até fevereiro de 2011. Além de envolver os 63 produtores rurais ligados a AAJ, o projeto se prontificou a beneficiar 17 instituições.

Anteriormente à realização da pesquisa de campo, acreditávamos que pela presença atuante da AAJ, cujo grupo de produtores rurais está organizado há mais tempo, isso tivesse propiciado condições para que esse programa fosse executado, contribuindo para que esse município, juntamente com Dracena e Tupi Paulista, contasse com os primeiros projetos elaborados na modalidade CPR-Doação no EDR de Dracena.

No entanto, ao iniciarmos a pesquisa de campo, constatamos que não foram essas premissas que motivaram a criação do projeto do PAA em Junqueirópolis. A funcionária responsável pela Casa da Agricultura do município nos relatou, em entrevista, que o principal fator para a adesão ao PAA no município foi a injunção de um dos funcionários do EDR de Dracena, que foi quem organizou as primeiras ações para a montagem dos projetos do programa na região, não existindo assim participação da AAJ na organização do programa no município.

A entrevistada salientou que mesmo no município de Junqueirópolis, que já tem uma base participativa há mais tempo, o PAA tem problemas. Para ela, boa parte das associações de produtores rurais não tem autonomia e condições de fazer os projetos e o encaminharem à CONAB. A entrevistada chamou a atenção que, desde o primeiro projeto firmado em 2006/07 até o último feito em 2010/11, tem ficado a seu encargo a elaboração dos projetos do PAA.

Ao refletir sobre a implementação do PAA na região de Dracena, a entrevistada apontou que o PAA é um “ótimo negócio”, mas as associações estão muito despreparadas para gerir o programa. Na sua visão, seriam os funcionários da associação que deveriam elaborar e gerir os projetos do PAA, mas na prática não é o que tem acontecido. Para a entrevista, que foi quem

montou todos os projetos do PAA no município de Junqueiropolis (2006/07 a 2010/11), falta capacitação e condições de gerenciamento da associação para administrar o programa.

Fica claro que o referido município, mesmo tendo uma associação já constituída, bem articulada e com uma boa estrutura, não assegura a garantia de resultados em programas como o PAA; pelo contrário, apresenta algumas falhas na montagem, execução, operacionalização e nos objetivos do programa.

Na entrevista com o Diretor da Agricultura, que também é o presidente da Associação Agrícola, se evidencia isso. Para o entrevistado, o PAA é um programa interessante, principalmente num grupo de produtores rurais mais bem organizados. Mas, enfatizou que os 4.500 reais pagos anualmente pelo PAA em 2010/2011, em sua visão “é uma bela ilusão”, e que o PAA teria maior efeito no local em que o produtor está sem expectativa de comercialização, como no caso de um assentamento, por exemplo. Diferente do caso dos produtores de acerola vinculados a AAJ que por meio da entidade tem a comercialização do produto assegurada.

É evidente que a Associação Agrícola de Junqueirópolis por atuar a mais de 20 anos, e ter um mercado constituído com a comercialização da acerola, independe do PAA. Brigatti *et. al.* (2010) apontam que a comercialização da fruta produzida em Junqueirópolis tem alcance regional, com distribuição majoritária dentro do Estado de São Paulo, com 67% da produção; outros 30% da produção são destinadas para os outros estados da federação, uma pequena proporção (0,5%) alcança o mercado internacional através de empresas processadoras da polpa; e, um pequeno volume (2,5%) é direcionado para compor as estratégias regionais de abastecimento por meio do programa da CONAB.

Portanto, aparentemente inserido dentro da estrutura de comercialização da associação, o PAA seria pouco representativa. Mas, não é isso que ocorre, pois verificamos que os valores dos projetos que foram firmados são significativos e somados os três executados (2006/07, 2009/10 e 2010/11), atingem por volta de 600 mil reais.

Durante a entrevista com o presidente da AAJ/Diretor Municipal da Agricultura, podemos extrair alguns pontos interessantes. O primeiro é que a associação busca todo e qualquer meio para obter para os produtores associados. O PAA, enquanto programa social, se apresenta como canal alternativo de comercialização para associações de pequenos produtores rurais como a de Junqueirópolis poder se utilizar, mas isso tem sido incorporado numa visão puramente econômica, simplesmente no viés da captação de recursos financeiros.

Oliveira (2010) destaca que a questão da participação deve ser a dimensão indissociável à organização associativa dos produtores rurais. Embora, muitas das associações agrícolas existentes ou que têm sido criadas visam apenas a integração às políticas públicas (como no caso do PAA) e/ou mercado e cada vez mais tem se distanciado do modelo autônomo de produção e gestão e usufruto das riquezas produzidas coletivamente.

Nos demais municípios da região, o PAA também pode ser visto pelas associações dessa mesma forma, somente como meio de angariar recursos financeiros para os produtores associados. No entanto, os projetos e recursos firmados com a CONAB, se encontram bem mais dispersos entre diferentes perfis de produtores rurais e suas associações, que não tem ocorrido em Junqueirópolis, uma vez que não há perspectiva alguma de ampliar o PAA via criação de novos grupos e/ou de envolver mais produtores no programa da CONAB.

O segundo ponto que pode ser levado em conta é o fato do entrevistado afirmar que os atuais 4.500 reais disponibilizados ao longo do ano não mudam a vida de ninguém, e funcionaria melhor no caso de assentamentos e de outras regiões, como exemplo, o nordeste brasileiro.

O terceiro ponto é que o PAA não tem a intenção de ser o único instrumento de comercialização para o produtor. O presidente da Associação/Diretor Municipal da Agricultura aponta que o PAA poderia ter uma lógica, na medida em que o produtor começa a produzir produtos para entregar no programa, e com o excedente passaria a entregar em outros mercados, mas

isso representaria muito pouco, já que em sua visão o ganho obtido pelo PAA é muito baixo

A nosso ver, o programa tem beneficiado em Junqueirópolis exclusivamente produtores de acerola que são associados, e que tem maior facilidade de comercialização da produção, ou seja, que tem mercado mais assegurado para seu produto; enquanto que os produtores não-associados, que tem menos meios de comercialização da acerola, ficam excluídos do programa.

A despeito da pequena importância do PAA para a geração de renda para os produtores rurais do município, aludidas pelo presidente da AAJ/Diretor da Agricultura do município, contrapomos esta análise pelo seguinte raciocínio: ao se analisar de forma simplória, os 375 reais que cada família teria direito a receber, caso entregue os produtos nos doze meses do projeto, talvez, “não signifique muita coisa”, todavia para o produtor menos capitalizado e que não conta com uma renda mensal fixa, desenvolvendo atividades que geram rendas periódicas, o PAA pode representar, um incremento no orçamento familiar, como tem acontecido municípios de Dracena e Tupi Paulista.

O Presidente da Associação/Diretor Municipal da Agricultura destacou na entrevista que o diferencial do PAA em Junqueirópolis está no fato da AAJ entregar o produto processado, a polpa, que é extremamente valorizado dentro do PAA, sendo adquirido por cerca de 3,80 o kg. Quanto ao custo para produção da polpa de acerola, o presidente da associação destacou que com menos de dois reais a polpa está empacotada e congelada, fornecendo margem de lucro de R\$1,60 a R\$1,70. Todavia, o entrevistado enfatizou que para se ter esse ganho, e fazer a polpa, têm que estar organizado coletivamente, pois individualmente seria inviável, pela necessidade de se montar uma estrutura física, comprar equipamentos, contratar mão-de-obra e pela grande quantidade de produto para despolar a fruta.

Outra questão que colocamos para os entrevistados da Casa da Agricultura e Diretoria Municipal de Agricultura/Associação Agrícola seria o fato de o PAA não ter crescido no município como nos outros da região, por ser um dos pioneiros, e desde 2006/07 contar com um único projeto. A funcionária da

Casa da Agricultura relatou na entrevista que quase a totalidade dos produtores que produzem acerola está cadastrada no PAA, e, portanto, a inclusão não é pequena. Para a entrevistada, o programa não tem maior inclusão por dois motivos: 1) não são todos os produtores do município que são associados, pois das 1300 propriedades existentes, apenas 90 são de associados; 2) a falta de diversificação da produção, pois segundo ela afirmou, a tendência do PAA em Junqueirópolis se estabilizar com a acerola.

O presidente da Associação/Diretor Municipal da Agricultura salientou também na entrevista que Junqueirópolis tem 90 produtores rurais envolvidos diretamente com o PAA⁸⁸, o que já seria bem representativo. Afirmou ainda que a grande dificuldade para incluir mais produtores seria a falta de diversidade de produtos dos produtores associados.

Essa inclusão de mais produtores por meio da diversificação da produção não é a prioridade do presidente da AAJ/Diretor Municipal da Agricultura. Na entrevista ficou claro que parte das ações desenvolvidas nesse município, tanto pela Diretoria Municipal de Agricultura, Casa da Agricultura como pela Associação Agrícola, são, sobretudo, relacionados ao cultivo da acerola, tais como: certificação de produtores rurais, ampliação das parcerias com instituições públicas e privadas, formação da cooperativa, aumento da produção e produtividade e expansão da lavoura da acerola para outros municípios da região.

Quanto a essa “ausência” de diversificação, a funcionária da Casa da Agricultura também destacou a lei⁸⁹ que determina que no mínimo 30% dos recursos do FNAE (Fundo Nacional de Alimentação Escolar) destinados à merenda escolar sejam empenhados na compra de gêneros alimentícios de pequenos produtores rurais. A entrevistada colocou como principal empecilho para a implementação do PNAE, a falta de perspicácia do produtor, em produzir o que as escolas precisam.

⁸⁸ Além dos 65 produtores rurais envolvidos com o projeto do PAA na modalidade CPR-Doação em Junqueirópolis, outros produtores da AAJ foram incluídos em outro projeto no município de Birigui-SP, na modalidade CDLAF para entregar também polpa de acerola.

⁸⁹ Lei federal 11.947/2009.

A entrevistada relatou em entrevista que, enquanto funcionária da CATI, teria certo receio em falar para o produtor cultivar determinado tipo de produto, com a finalidade de fornecer ao Programa da Merenda Escolar. A entrevistada enfatizou que ainda esse programa não está consolidado no município, essa *tradição* em trabalhar com a merenda escolar. Na sua visão, ela acha muito arriscado se incentivar uma família a produzir um determinado produto tendo apenas um único canal de comercialização. Destacou, ainda, que ao longo do tempo, por iniciativa dos próprios produtores, eles vão começar a se organizar para entregar para o Programa da Merenda Escolar.

Atualmente por parte da Diretoria Municipal de Agricultura/Casa da Agricultura não existe nenhum programa para divulgar ou incentivar os produtores rurais a entregarem produtos para a merenda escolar ou mesmo inserir outros produtores rurais no PAA. Esse ponto foi relatado também pela funcionária responsável da Prefeitura.

De acordo com a coordenadora da merenda escolar, a prefeitura municipal de Junqueirópolis já comprava alguns produtos de agricultores do município, e a partir da lei, isso passou a ser efetivamente reconhecido. A entrevistada destacou que não existe apoio e incentivo do setor responsável pela Agricultura no município para que os produtores cultivem produtos para a merenda escolar, como também para o PAA, que nesse caso em específico fica restrito ao recebimento da polpa de acerola. Durante a entrevista ficou evidente a falta de sintonia entre a coordenadora da merenda e o setor responsável pela Agricultura do município.

A responsável pela merenda escolar também destacou na entrevista que por iniciativas pontuais de produtores rurais que ela procurou, estes passaram a entregar alguns tipos de produtos mais diversificados, tais como: hortaliças (alface, salsa, cebolinha, couve, almeirão), polpa de maracujá, banana, poncã, mandioca e uva. Mas, ela destacou na entrevista a dificuldade dos produtores rurais em elaborar os projetos de venda para participar das chamadas públicas da merenda escolar, que deveriam ser elaborados em conjunto com a Casa da Agricultura.

Outro problema destacado pela entrevistada é que os produtores rurais acabam querendo cultivar o mesmo produto, dando como exemplo as hortaliças. Na visão da entrevistada, os técnicos da Casa da Agricultura poderiam contribuir, mostrando outras possibilidades para os produtores rurais, já que a demanda existe.

A coordenadora da merenda escolar salientou também que tem reivindicado maior diversidade de produtos dentro do próprio PAA, mas que o projeto tem se restringido à polpa de acerola. Na avaliação da entrevistada, ao receber a polpa de uma única fruta, no caso a acerola, o público atendido começa a mostrar insatisfação e sinais de saturação, solicitando outros tipos de sucos e produtos. De acordo com a entrevistada, para amenizar essa situação, outros tipos de polpa têm sido comprados fora do PAA, através de uma empresa processadora no município de Guaraçai-SP e da APRD de Dracena.

Em termos de operacionalização do PAA em Junqueirópolis, o programa também apresenta alguns problemas e limitações, mesmo se tratando basicamente de um *Programa de Aquisição de Acerola*.

A representante da Casa da Agricultura relatou que a polpa da acerola não pode ficar por muito tempo armazenada nas câmaras frias, por perder suas características, principalmente em relação à cor, o que não interfere em sua qualidade, mas prejudica a aceitação pelo público consumidor, o que de certo modo inviabiliza que se entregue a polpa o ano todo.

Portanto, a acerola é processada no período de safra da fruta que se estende de setembro a maio. Dessa forma, a acerola é transformada em polpa, empacotada e congelada nas câmaras frias do armazém comunitário, local em que é feito o controle de saída da polpa por um dos funcionários da prefeitura cedido à AAJ. As figuras 39 e 40 ilustram o processo de produção da polpa de acerola no município de Junqueirópolis para ser entregue no PAA. O processamento da fruta ocorre na sede da Associação, sendo executada pelos funcionários da entidade que, após ser processada e envazada em embalagens de 1 kg, é levada para ser congelada e armazenada nas câmaras frias do Armazém Comunitário.



Figura 39. Fruta sendo colocada na despulpadora por um dos funcionários da AAJ.

Fonte: Pesquisa de Campo (setembro de 2010). **Autor:** Fernando Aguiar Ramos.



Figura 40. Polpa da Acerola sendo colocada na Embaladeira por um dos funcionários da AAJ.

Fonte: Pesquisa de Campo (setembro de 2010). **Autor:** Fernando Aguiar Ramos.

Outro problema destacado pela funcionária da Casa da Agricultura diz respeito às instituições beneficiadas, que não fazem um cronograma para retirada das respectivas cotas estabelecidas no projeto apresentado para a CONAB. Somado a isso, a entrevistada enfatizou que em determinados períodos do ano, principalmente no final da safra da fruta, que coincide com o final do outono e início do inverno, quando o consumo da polpa de acerola diminui consideravelmente, se constitui um problema, pela quantia de polpa processada e armazenada que acaba não sendo retirada pelas instituições cadastradas no programa.

5.4.2- As entidades participantes do PAA

Quanto à questão das entidades cadastradas para receber os produtos do PAA, a técnica da Casa da Agricultura destacou que teve de ampliar o número de contatos com as instituições, abarcando também de outros municípios vizinhos, como Irapuru e Dracena, para maior inserção de produtores. Isso em sua visão se deu pela pouca diversidade de produtos e não poderia deixar de atender o produtor cadastrado no programa por falta de instituição receptora da produção.

Essa necessidade de incluir mais entidades, inclusive de outros municípios, ocorre pela falta de diversidade de produtos, pois ao se entregar basicamente a polpa, e de uma única variedade, ocorre uma saturação. Por essa razão, quando o Presidente da Associação/Diretor Municipal da Agricultura buscou incluir mais produtores no PAA, essa iniciativa não foi no sentido de procurar integrar outros produtores do próprio município para entregar diferentes produtos, mas para incluir mais produtores da própria associação no PAA do município de Birigui-SP, devido ao alto valor agregado pago pela polpa da acerola.

A respeito dos produtos a serem entregues no projeto de 2010/2011, constava no documento fornecido por uma das entidades, somente três

produtos: polpa de acerola com 69.840 kg; uva com 2.684 kg; e banana com apenas 652 kg, como destacamos na tabela 15.

Tabela 15. Instituições Beneficiadas com o PAA ano 2010/11.

Instituição	Produto	Quantidade (em kg)
APAE – Dracena	Polpa de acerola	1.750
	Uva	800
Assistência Social Espírita – Junqueirópolis	Polpa de acerola	936
	Uva	300
Associação de Assistência Santo Antonio – Junqueirópolis	Polpa de acerola	350
	Uva	200
Associação São Vicente de Paulo – Irapuru	Polpa de acerola	150
Centro Comunitário Semente da Vida - Junqueirópolis	Polpa de acerola	400
	Banana Nanica	301
	Uva	300
Centro Espírita Fé, Amor e Caridade – Junqueirópolis	Polpa de acerola	1800
	Banana Nanica	300
	Uva	200
E. E. Idene Rodrigues dos Santos, Geraldo Pecorari e E. M. Shigueko Oto Awaki, Neyde Macedo B. Fernandes – Junqueirópolis	Polpa de acerola	24.200
	Banana Nanica	5.920
	Uva	1.184
E.E José Edson Moysés Irapuru	Polpa de acerola	6.900
Igreja Evangélica Assembléia de Deus – Dracena	Polpa de acerola	2.400
Santa Casa de Misericórdia - Dracena	Polpa de acerola	6.000
Santa Casa de Misericórdia - Junqueirópolis	Polpa de acerola	2.000
Paróquia Santo Antonio – Junqueirópolis	Polpa de acerola	10.006
Prefeitura Municipal Irapuru	Polpa de acerola	10.000
Prefeitura Municipal de Junqueirópolis	Polpa de acerola	3.300

Fonte: Pesquisa de Campo (2010). **Org:** Fernando Veloso.

No documento obtido durante a pesquisa de campo, resultado de uma das reuniões para o planejamento do projeto de 2010/2011 realizada em março

de 2010, constava as instituições beneficiárias, quantidade de produto que cada uma delas teria de cota para receber durante o ano e a pessoa responsável pela instituição.

De acordo com o sitio eletrônico da CONAB que define os preços dos produtos do PAA no país (referentes a novembro de 2010), o preço da polpa de acerola era de R\$ 3,80 o kg, a banana nanica era de R\$ 0,69 o kg, enquanto que pela uva o valor era de R\$ 2,90 o kg para a variedade benitaka e R\$ 2,50 o kg para a variedade niágara.

O PAA em Junqueirópolis atende à Santa Casa, Centros Comunitários de Adolescentes, Projetos Assistenciais de Igrejas Evangélica, Católica e Espírita, Escolas Estaduais e Municipais, Creches e Asilos; Santa Casa e a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Dracena; um Asilo e uma Escola Estadual de Irapuru. Portanto, o público beneficiado com o PAA é bem diversificado, sendo constituído de crianças, adolescente, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais e famílias carentes. Mas, a maior cota do PAA fica a encargo das escolas estaduais e municipais, como destacado na tabela 15.

Para analisar a receptividade do PAA pelas instituições beneficiadas, entrevistamos sete representantes que fazem parte do convênio da CONAB no ano 2010/2011. Sistematizamos essas informações e elaboramos os quadro 10 e 11.

Do total de instituições entrevistadas (7), três instituições faziam parte do primeiro projeto implantado (2006/07) sendo: Centro Comunitário Semente da Vida, que desenvolve projeto com adolescentes de 12 a 16 anos; Santa Casa de Junqueirópolis, que atende a população em geral; e Asilo Lar Santo Antonio, que assiste pessoas idosas.

Quanto à APAE de Dracena, que trabalha com pessoas portadoras de necessidades especiais, também participa do PAA desde 2006/07, mas pelo projeto da APRD de Dracena, e começou a receber produtos do PAA de Junqueiropolis no último ano.

Quadro 10. Síntese das entrevistas com algumas das instituições beneficiárias do PAA de Junqueirópolis.

Instituição	Público Atendido	Ano que começou a participar	Produtos Recebidos	Quantidade de refeições	Avaliação, sugestão/crítica ao PAA
Centro Comunitário Semente da Vida - Junq.	50 adolescentes (25 no período matutino e 25 no período vespertino)	2006/07	polpa de acerola, uva e banana	2 refeições diárias	- participa desde o primeiro projeto de 2006/07; - boa aceitação; mas os adolescentes já tomam suco na escola; - distribuição do excesso de polpa para pais e funcionários; - Excesso de produtos no período da safra e ausência na entressafra; - Avaliação positiva e como sugestão aumentar a variedade de produtos entregues.
Centro Espírita Fé, Amor e Caridade Junq.	45 famílias carentes	2010/11	polpa de acerola	1 refeição por semana e distribuição de cestas básicas e da polpa	- primeiro ano de participação; - distribui a polpa da acerola no dia em que é feito o sopão semanal para as famílias carentes; - produto com qualidade e sem burocracia; retira semanalmente a polpa; - avaliação positiva e como sugestão aumentar a variedade de produtos.
Santa Casa Junq.	Todas as faixas etárias	2006/07	polpa de acerola	5 refeições diárias	- participa desde o primeiro projeto de 2006/07; - retira a cada 15 dias a polpa; produto com ótima qualidade; - avaliação positiva e como sugestão destacou que outros tipos de polpa poderiam ser entregue, além de outros produtos.
Escola Estadual Edson Magalhães Junq.	Ensino fundamental e Médio	2010/11	polpa de acerola	1 refeição diária	- primeiro ano de participação; - professor que reside em Junqueirópolis retira a polpa e leva até a escola em Irapuru; - produto de boa qualidade - avaliação positiva; mas o programa é pouco divulgado.

Fonte: Pesquisa de Campo (setembro de 2010).

Org: Fernando Veloso.

Quadro 11. Continuação da Síntese das entrevistas com algumas das instituições beneficiárias do PAA de Junqueirópolis.

Instituição	Público Atendido	Ano que começou a participar	Produtos Recebidos	Quantidade de refeições	Avaliação, sugestão/crítica ao PAA
Paróquia Santo Antônio - Jardim Alvorada - Junq.	Famílias com crianças e idosos carentes	2010/11	polpa de acerola	Distribui alimentos e a polpa uma vez por semana	- primeiro ano de participação; - parceria com a igreja católica para atender as famílias do Jardim Alvorada; - retira a polpa uma vez por semana; - produtos de boa qualidade e ausência de burocracia; - avaliação positiva, mas ficou sem produtos na entressafra; como sugestão aumentar a variedade de produtos
APAE - Dracena	180 pessoas	2010/11	polpa de acerola e uva	4 refeições diárias	- participa desde 2006/07 com as associações de Dracena; primeiro ano de participação do PAA em Junqueirópolis; - cardápio da instituição ficou mais variado e reduziu os gastos com a compra de produtos; - produtos com boa qualidade e ausência de burocracia; - avaliação positiva.
Escola Municipal Jair Luiz da Silva - Junq.	Ensino Fundamental I	2010/11	polpa de acerola	2 refeições diárias	- quem distribui a polpa nas escolas é a prefeitura municipal; - a diretora da escola não soube dar maiores informações sobre o PAA.
Lar Santo Antônio	36 idosos	2006/07	polpa de acerola	5 refeições diárias	- participa desde 2006/07; - informações divergentes; sendo que uma das funcionárias destacou que a instituição somente recebeu a polpa no ano de 2006/07, e que já estava a um bom tempo sem receber o produto; a outra funcionária destacou que a entidade tem retirado com frequência a polpa de acerola.

Fonte: Pesquisa de Campo (setembro de 2010).

Org: Fernando Veloso.

Quanto à Escola Edson Magalhães de Irapuru e os projetos assistenciais do Centro Espírita Fé, Amor e Caridade, do Jardim Alvorada de Junqueirópolis, que trabalham com famílias carentes, elas começaram a participar somente nesse último projeto de 2010/2011.

De forma geral, os representantes das instituições elogiaram o programa, ressaltando a incorporação do suco de acerola na dieta alimentar das pessoas atendidas, ou pela distribuição da polpa de acerola para as famílias carentes. Os representantes das instituições beneficiárias com o PAA ressaltaram também a ausência de burocracia no PAA para as instituições, pois os funcionários responsáveis retiram a polpa no Armazém Comunitário da Associação Agrícola, conforme suas cotas e necessidades, e o controle é feito pela AAJ.

A respeito do Centro Comunitário Semente da Vida e a APAE de Dracena, as funcionárias entrevistadas deram ênfases diferenciadas para o andamento do PAA nas respectivas instituições. A primeira destacou que os adolescentes atendidos pela instituição já recebem o suco de acerola nas escolas durante a merenda e, de certo modo, acabam repetindo o mesmo sabor de suco no centro comunitário, o que gera insatisfação pela ausência de diversidade.

Todavia, a entrevistada do Centro Comunitário destacou durante a entrevista que não ocorre desperdício, pois quando tem polpa em excesso, ocorre a entrega das polpas para as famílias e mesmo para os funcionários da instituição⁹⁰.

Quanto à uva, nos projetos anteriores a funcionária destacou que por causa do ciclo natural de produção, recebeu toda sua cota em um único período do ano, o que também ocasionou uma saturação do produto; essa situação também se repetiu com a banana nanica. Para a entrevistada que participa desde o primeiro projeto do PAA em Junqueirópolis seria interessante se houvesse uma maior diversidade de produtos entregues.

⁹⁰ A nosso ver, isso é um sério problema de desvirtuamento dos objetivos do PAA.

A figura 41 mostra um dos *freezers* das escolas visitadas em Junqueirópolis com a polpa de acerola. Já a figura 42 retrata o momento em que as famílias atendidas pelo Projeto da Paróquia Santo Antonio/Jardim Alvorada retiravam a polpa da acerola fornecida pelo PAA.

Já a funcionária da APAE de Dracena foi a única que não questionou a falta de variedade de produtos no programa da CONAB, fato que se atribui ao fato da mesma receber maior variedade de produtos do projeto do PAA de Dracena. A entrevistada, que ocupa a função de nutricionista, destacou que depois do PAA, o cardápio da instituição melhorou significativamente com a incorporação de mais produtos, e que o PAA de Junqueirópolis veio complementar, com a polpa de acerola e a uva⁹¹. A sua única reivindicação seria que os produtores de leite pudessem entregar no PAA, mas que isso esbarra nas exigências fitossanitárias e no selo de inspeção para produtos de origem animal.

O quadro 12 evidencia os tipos de produtos comercializados pelo PAA na região do EDR de Dracena. É possível verificar que em Junqueirópolis os tipos de produtos entregues são muito aquém do que em outros municípios que também contam com projetos do PAA. Quanto aos projetos assistenciais mantidos pelo Centro Espírita e pela Paróquia Santo Antônio-Jardim Alvorada de Junqueirópolis, eles estavam participando do projeto pela primeira vez. Os representantes das entidades destacaram que entregam semanalmente a polpa de acerola para as famílias atendidas.

Durante a entrevista, os representantes dos projetos assistenciais (Centro Espírita e Paróquia Santo Antônio/Jardim Alvorada) destacaram a boa receptividade da polpa pelas famílias, já que muitas dessas se encontram em situação de extrema pobreza. Salientaram, também, a qualidade do produto, mas informaram se tivessem outros produtos para distribuição poderiam ajudar mais as famílias assistidas.

⁹¹ Com relação à uva, a representante da APAE destacou que ainda não tinha recebido no momento de realização da entrevista (setembro de 2010) por não estar na época de safra da fruta.



Figura 41. Freezer de uma das escolas que receberam a polpa de acerola do PAA em Junqueirópolis.

Fonte: Pesquisa de Campo (setembro de 2010). **Autor:** Fernando Veloso.



Figura 42. Famílias recebendo a polpa de acerola do PAA pelo projeto do Jardim Alvorada.

Fonte: Pesquisa de Campo (setembro de 2010). **Autor:** Fernando Aguiar Ramos.

Quadro 12. Tipos de produtos comercializados pelo PAA na região de Dracena.

Município	Associação	Produtos comercializados
Dracena	APRD e J. Marques	Abóbora, abobrinha, acelga, acerola, agrião, alface, almeirão, atemóia, banana, batata doce, berinjela, café, cenoura, cheiro verde, cocô, coentro, doce de leite, hortelã, leite, mamão, mandioca, maracujá, nabo, pepino, queijo frescal, quiabo, rabanete, rúcula, salsa, uva, vagem.
Tupi Paulista	AVIRTUPI ⁹² , ASMASARI e AMPROBRAP	Abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, acelga, acerola, agrião, alface, alho, almeirão, amendoim, atemóia, banana, batata doce, berinjela, beterraba, brócolis, caju, caqui, cara, carambola, cebola, cheiro verde, chicória, chuchu, cocô, coentro, couve, couve flor, doce de leite, erva doce, escarola, espinafre, feijão, goiaba, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, maracujá, maxixe, melancia, milho verde, ovos, peixe, pimenta verde, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, romã, rúcula, salsa, tangerina, tomate, uva benitaka, uva red globe, vagem.
Junqueirópolis	AAJ ⁹³	banana, polpa de acerola e uva.
Paulicéia	AAFPASA, ASPRAR e AAFAR	Abacate, abóbora, abobrinha, acerola, alface, almeirão, banana-maçã, batata, batata doce, berinjela, beterraba, brócolis, cenoura, cheiro verde, chicória, chuchu, cocô, couve, couve flor, feijão, jiló, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, maracujá, maxixe, melancia, melão, milho verde, ovo, pepino, pimenta verde, pimentão, queijo fresco, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, tangerina, tomate, vagem.
São João do Pau d' Alho	APRIMOR	Abóbora, abobrinha, alface, banana maçã, banana nanica, batata doce, berinjela, cenoura, leite, mamão, mandioca, maracujá, maxixe, mel, milho verde, ovos, peixe, quiabo, tomate.
Adamantina	APRAR e APLEMAR ⁹⁴	Abacate, abóbora, abobrinha, acerola, alface, almeirão, banana maçã, banana nanica, batata doce, bebida láctea, berinjela, cenoura, cheiro verde, feijão, goiaba, leite, mamão, mandioca, maracujá, melão, milho verde, pepino, tomate e bebida láctea.
Pacaembu	APRAP	Abacate, abóbora, acerola, alface, banana maçã, batata doce, café, carambola, cebolinha, cenoura, chicória, coco, coentro, feijão, goiaba, jiló, laranja, mandioca, mandioquinha, maracujá, maxixe, ovos, pepino, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsinha, tomate.

Fonte: EDR de Dracena – abril de 2010 **Org:** Fernando Veloso.

⁹² Comercializa somente uva.

⁹³ Comercializa basicamente polpa de acerola.

⁹⁴ Comercializa somente leite e bebida láctea.

No que concerne às escolas, observamos diferentes situações quanto à participação no PAA em Junqueirópolis e Irapuru. Na escola visitada em Junqueirópolis, a diretora não soube dar maiores informações sobre a participação da escola no programa da CONAB, afirmando que era a prefeitura que distribuía a polpa nas escolas, e que não saberia dispor de mais detalhes.

A entrevistada representante da E. M. Jair Luiz da Silva sugeriu que entrevistássemos a funcionária responsável pela merenda no município. Já na escola de Irapuru, foi destacado que o PAA é muito pouco divulgado e, poderia ser ampliado, enfatizando que os alunos passaram a receber um produto de qualidade na merenda.

A principal reivindicação das entidades beneficiadas é a incorporação de mais produtos no programa, fato que não tem ocorrido, pois desde o primeiro projeto de 2006/07, se tem entregado e priorizado a polpa de acerola, uma vez que AAJ tem seu foco na comercialização dessa fruta. No quadro 12, destacamos os produtos entregues pelo PAA na região do EDR de Dracena para as entidades e organizações atendidas.

Outro ponto negativo é a não inclusão de outros produtores rurais do município, pois o PAA se restringe ao grupo de produtores da AAJ. Ao incluir outros produtores rurais do município, poderia se alcançar a maior diversidade solicitada pelas entidades atendidas, como o quadro 12 evidencia, com exceção de Junqueirópolis.

Essa dificuldade de incluir outros produtores e a experiência obtida com o PAA poderia ser mais bem aproveitada, em razão da determinação que obriga que as prefeituras comprem produtos de produtores rurais organizados em associações e cooperativas, mas isso tem tido poucos avanços no município pesquisado.

O que verificamos então é que é necessário um conjunto de ações, principalmente de extensão rural a fim de superar os problemas de organização coletiva e a falta de conhecimento dos agricultores sobre o PAA. Esta situação é decorrente da postura pouco ativa dos produtores rurais em relação ao programa, e a baixa articulação entre os demais agricultores do município de

Junqueirópolis, que impede resultados mais profícuos em relação aos efeitos do PAA.

A falta de sintonia entre os agentes locais que deveriam agir e pensar o conjunto do município também é um empecilho. Estes têm agido de forma a atender somente os interesses do grupo de produtores de acerola, cuja representatividade já é grande, e não “perceberam” ou não tem interesse em expandir o PAA, em que novos projetos poderiam resgatar agricultores que atualmente se encontram marginalizados ou desmotivados em obter renda com o processo produtivo na agricultura. Além disso, outros projetos do PAA em Junqueirópolis poderiam incrementar e diversificar os tipos de produtos a serem entregues para as entidades sociais atendidas, a maior reivindicação apontada pelos gestores dessas instituições beneficiadas, que atualmente restringe-se basicamente a polpa da acerola.

Portanto, buscou-se evidenciar que a realidade enfrentada pelos pequenos proprietários rurais de Junqueirópolis, no que tange ao acesso à políticas públicas, com suas singularidades e especificidades (nível de capitalização; inserção em organização coletiva; motivação ou não com a atividade produtiva; trabalho fora da propriedade; renda da aposentadoria rural; e falta de mão de obra) não está dissociada de outras localidades no espaço rural brasileiro.

Mas, ao mesmo tempo, procuramos contextualizar e comparar o caso dos produtores rurais em Junqueirópolis com os demais da região e de outras localidades brasileiras em que há o PAA, com o objetivo de identificar problemas, processos e tendências gerais e particulares que influenciam na dinâmica rural brasileira e afetam os produtores rurais no município pesquisado.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho pautamos nossa reflexão na articulação das análises teóricas com os dados obtidos tanto em fonte secundária como primária em torno da temática proposta, ou seja, as políticas públicas e seus efeitos na escala local.

Nossa reflexão partiu da compreensão das políticas públicas, evidenciando que diversas áreas do conhecimento têm buscado abordar o tema. A política pública é um campo holístico que envolve diferentes dimensões institucionais, processuais, espaciais e simbólicas e o conhecimento produzido nessa área tem se mostrado relevante para quem estuda ou toma decisões (pesquisadores, interventores públicos e políticos, entre outros).

Além disso, procuramos mostrar a importância do *espaço* nas políticas públicas. Este sempre é confundido somente com o palco em que as intervenções acontecem e onde imperam os interesses hegemônicos das grandes corporações, institutos de cooperação e organismos multilaterais e cada vez menos dos interesses do restante da sociedade. A necessidade de qualificar as políticas e apresentar uma visão mais integradora é fundamental para a dinâmica espacial.

As políticas públicas são concebidas em diferentes contextos para a solução de diversos tipos de problemas e situações. O embate em torno de idéias, lutas e alianças no interior de uma formação socioespacial jamais deve ser desconsiderado, pois os conflitos de interesses existentes no processo de formação das sociedades que se expressam nas relações sociais, decisões e ações se materializam e repercutem em disputas territoriais. Isso ficou evidente quando analisamos a forma de intervenção do Estado na agricultura, em que este procurou mediar e, de certo modo, atender às reivindicações que se apresentavam divergentes, contudo sem deixar de *privilegiar* determinados segmentos sociais.

Foi possível perceber que o histórico das ações estatais para o setor agropecuário é marcado pelo privilégio em relação aos grandes produtores

rurais e, em específico, para os produtos agrícolas com maior grau de integração ao complexo agroindustrial. As políticas públicas visavam, sobretudo, o crescimento do volume produzido e dos índices de produtividade decorrentes da incorporação de inovações tecnológicas pela atividade agropecuária. Procuramos ressaltar as ações do governo brasileiro evidenciando o papel das políticas públicas na consolidação do projeto nacional de sociedade urbano-industrial, perpassando pelo processo de modernização da agricultura nacional, a crise econômica e fiscal da década de 1980 até o processo de estabilização monetária na década de 1990.

Essa situação perdurou até o início dos anos de 1990, quando ocorre *mudanças* na forma de intervenção do governo federal, tendo como referência o PRONAF e o MDA. A mudança aconteceu em decorrência de lutas e reivindicações de movimentos sindicais e sociais num cenário nacional de desregulamentação e abertura econômica e que impactou diretamente no setor agropecuário, provocando o endividamento e descapitalização dos pequenos agricultores.

Outra *mudança*, ao menos em tese, consiste na incorporação da abordagem territorial na formulação das políticas públicas, ao invés da perspectiva setorial. Essa nova orientação foi imposta nas últimas duas décadas aos países da América Latina por órgãos multilaterais, como o Banco Mundial, que passam a definir as regras de desenvolvimento rural. Tais medidas foram baseadas nas políticas européias e influenciadas por interesses diversos que não levam em conta as especificidades e diferenças sociais e regionais dentro do país.

Mesmo com avanços, as *permanências* também são claras, tendo como exemplo a política agrícola brasileira. A cada 1 bilhão de reais liberados ao crédito rural no país, em média 840 milhões foi destinado à agricultura empresarial e apenas 160 milhões para a agricultura familiar entre os anos de 2002/03 e 2009/10, evidenciando o grande abismo existente entre os segmentos que compõem o rural brasileiro.

Esses subsídios nos forneceram suporte para verificar os efeitos de dois programas federais, inseridos nesse cenário de mudanças, que foram o

PRONAF e o PAA para os pequenos proprietários rurais no município de Junqueirópolis, localizado no oeste do Estado de São Paulo. Analisar o direcionamento dos programas governamentais para os produtores familiares foi um dos objetivos contemplados na pesquisa.

Antes de entrar propriamente na escala local, evidenciamos o contexto regional em que se insere Junqueirópolis. A região do EDR de Dracena que abarca 16 municípios conta com perfil populacional e econômico bem diferenciado. A principal atividade em termos da geração de divisas e do número de empregos formais é o setor de Comércio e Serviços, liderados por Dracena e Adamantina, seguido por Junqueirópolis. Todavia, essa região ocupa posição apenas secundária na economia paulista.

A análise dos programas pesquisados na escala regional foi fundamental para pontuar diferenças e semelhanças entre Junqueirópolis e as demais localidades da região. Vimos que na região de Dracena, o PRONAF e o PAA tiveram repercussões espaciais parecidas, embora com diferentes temporalidades. No início, esses programas restringiram-se a determinados municípios da região, principalmente aqueles que contam com o perfil produtivo agropecuário mais diversificado e produtores rurais mais capitalizados. Mas, no transcorrer dos anos agrícolas, outros municípios também passaram a obter recursos desses dois programas. Destaca-se que o PAA por ser mais recente está presente em apenas sete dos 16 municípios da região de Dracena, enquanto que o PRONAF já tem alcançado todas as localidades, mas o número de produtores que acessam o financiamento e participam do PAA ainda é muito reduzido. O objetivo de analisar os efeitos dos programas na escala regional foi contemplado.

Junqueirópolis se destaca na região de abrangência do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, por ainda concentrar a maior população rural, ter perfil agropecuário diversificado (lavoura e pecuária) e contar com uma forte organização coletiva de produtores rurais, a Associação Agrícola de Junqueirópolis. Entre os municípios do EDR de Dracena, Junqueirópolis se destaca também no total de recursos obtido nos dois programas pesquisados, PRONAF e PAA.

Na escala local, observamos que Junqueirópolis teve um processo de reestruturação de seu espaço rural, após a decadência da cafeicultura no final da década de 1970. Tais mudanças ficam nítidas com o esvaziamento populacional em Junqueirópolis, além do acentuado êxodo rural, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Esse processo causou transformações no perfil populacional, com a predominância da população urbana; na estrutura fundiária, com a diminuição do número de estabelecimentos agropecuários menores, sendo incorporados pelos estratos médios. A concentração fundiária revela que categorias de produtores, como parceiros e arrendatários, perderam importância com a diminuição das áreas cultivadas com lavouras temporárias e permanentes, entre essas: algodão, amendoim, arroz, milho, feijão e café, embora o segmento dos pequenos proprietários rurais ainda seja representativo.

As áreas com pastagens ocuparam a maior parte das terras agricultáveis em Junqueirópolis, com reflexo no grande contingente do efetivo bovino, principalmente com a pecuária de corte e mista. Nos anos de 2000, tem ocorrido novo ciclo de expansão da cana-de-açúcar no município, que conta com duas agroindústrias instaladas, cuja lavoura tem se territorializado em grandes e médios estabelecimentos via arrendamento, mas também avança em direção aos pequenos, mudando a paisagem regional. É nesse cenário que as políticas públicas pesquisadas se espacializam.

O espaço rural contém uma diversidade de situações e elementos que se expressam nas escalas local e regional, as quais devem ser tomadas em conta na formulação de políticas públicas. O PRONAF e o PAA têm evoluído positivamente, haja vista o aumento do número de produtores rurais beneficiados e o incremento do volume de recursos destinados a esses dois programas, embora ainda contemplem um reduzido número de produtores nas diferentes escalas federal, estadual, regional e municipal.

Ao refletir sobre o PRONAF e o PAA, verificamos que enquanto o primeiro fornece diferentes linhas de crédito, embora ainda esteja muito centrado no viés setorial, o segundo, está mais integrado às demandas locais, criando novos subespaços de participação e ampliando a rede de relações

rural-urbanas. O PAA, em especial, porque beneficia os produtores rurais por meio da compra garantida, com preços superiores aos do mercado, assegurando-lhes uma renda fixa, hoje (ano de 2011), de 4,5 mil reais anuais, bem como as entidades envolvidas, garantindo alimentação diversificada e de qualidade para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

Tínhamos como pressuposto que o acesso as políticas públicas como o PRONAF e o PAA poderiam potencializar as estratégias de reprodução econômica e social e, assim, assegurar a manutenção dos produtores rurais que ainda permanecem na atividade produtiva agropecuária no município de Junqueirópolis. Todavia, o espaço rural do município é heterogêneo e apresenta diferentes tipos de sujeitos tão diversos do ponto de vista produtivo, social e econômico e o acesso aos programas depende de inúmeros condicionantes.

Destaca-se que os pequenos proprietários rurais do município de Junqueirópolis têm buscado desenvolver inúmeras atividades produtivas agrícolas como estratégia de reprodução social e econômica. As fontes de renda dos produtores rurais são diversas, e as atividades agrícolas mesmo representativas, complementam-se com outras (trabalho fora da propriedade e renda da aposentadoria).

A diversificação das atividades é mais marcante entre os produtores associados do que entre os não associados. A combinação de atividades em pequenas áreas tem se apresentado como alternativa de geração de renda, mas que tem esbarrado na escassez de mão de obra familiar em grande parte dessas pequenas propriedades, já que conta apenas com o trabalho do casal. Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se a produção de frutas (uva, poncã, maracujá, manga), mas com maior expressividade no cultivo de acerola. A lavoura do café ainda persiste e outras lavouras permanentes têm sido cultivadas, como o urucum e seringueira.

Outro diferencial é a presença da associação de produtores rurais, cujo foco de atuação é principalmente a acerola, mas que tem vivenciado um período de *mudanças*, com a certificação dos produtores rurais e a constituição da cooperativa. A especialização cada vez mais “imposta” ou “buscada” pelos

associados pode vir a diferenciar e excluir determinados tipos de produtores, que não almejam ser “*eficientes*”.

Destaca-se, também, a pecuária mista e de corte, que tem grande representatividade entre os produtores não associados, assumindo a principal fonte de renda; já entre os associados esta atividade ocupa as áreas ociosas em razão da falta de mão de obra, gerando também pequena renda.

O trabalho fora da propriedade por filhos e chefes de família, a renda obtida com arrendamento de parte da propriedade para pastagens e para a lavoura da cana-de-açúcar; como os contratos de parceria principalmente na cafeicultura e na acerola também ficaram evidentes na pesquisa de campo.

Algumas dessas alternativas, embora tenham garantido a manutenção da propriedade, não favorecem aos produtores rurais que têm na atividade produtiva sua fonte exclusiva ou principal de trabalho um acesso maior às políticas públicas voltadas tanto para o processo produtivo, como para o apoio à comercialização de seus produtos, já que, conforme constatamos, a principal política que os atinge, devido à idade em geral avançada (acima dos 60 anos), é o benefício previdenciário.

O PRONAF e o PAA têm alcançado parte dos pequenos proprietários rurais na escala local, embora estejam beneficiando, sobretudo os produtores com melhor nível socioeconômico e com maior inserção no mercado. A opção metodológica de analisar os produtores associados e não associados pesquisados se mostrou relevante para mostrar a diferenciação no processo de organização social e econômica dos produtores rurais contemplados ou não com os programas pesquisados.

No caso do PRONAF, este tem sido utilizado principalmente por quem cultiva acerola ou desenvolve a bovinocultura, e a maior procura nas modalidades custeio, investimento e “Mais Alimentos”, é entre os produtores associados. A linha Mais Alimentos tem beneficiado, sobretudo a indústria, pois alavancou a venda de tratores e implementos agrícolas no país estimulado pela crise internacional de 2008, ou seja, repete a mesma estratégia utilizada em décadas anteriores.

O maior acesso ao crédito rural, no município pesquisado, depende de diversos fatores econômicos, sociais e culturais, tais como: tipo de atividade produtiva desenvolvida; mão de obra ainda disponível no estabelecimento; idade e nível de escolaridade dos produtores rurais; peso da renda agrícola na renda familiar, ou também das rendas não agrícolas; recebimento ou não de benefício previdenciário; tamanho da propriedade; eventuais burocracias; capacidade e/ou receio de endividamento no sistema bancário.

Além disso, políticas que visam somente a eficiência produtiva e a produção como no caso do PRONAF, careciam por parte dos gestores de critérios menos econômicos. Ou ainda, extrapolar o apoio puro a produção e valorizar mais as pessoas que permanecem no espaço rural, principalmente os jovens cada vez menos estimulados a permanecer na atividade produtiva agropecuária.

O PAA poderia contribuir, mas tem beneficiado somente os produtores rurais organizados em torno da AAJ, que na prática já tem um mercado consolidado no ramo da acerola.

Dessa forma, um programa federal criado para amenizar a dificuldade de comercialização dos produtores familiares, tem gerado na escala local, no caso Junqueirópolis, sérias desarticulações entre os agentes sociais. Por mais irônico que se possa pensar num município de tradição no associativismo rural, o PAA veio evidenciar a baixa articulação e a falta de agenda na construção e implementação de uma política pública.

Para melhor repercussão do PAA no município de Junqueirópolis é necessário maior conscientização dos agentes locais, extensão rural e por parte dos produtores rurais a fim de formar novos grupos e superar o centralismo associativista incorporado na estrutura administrativa pública municipal, que prioriza apenas uma camada de produtores.

Verificamos ainda, que a experiência do PAA não dá suporte ou potencializa o Programa da Merenda Escolar em Junqueirópolis. Ao entrevistar diferentes agentes locais constatamos que estes não agem de forma conjunta, falta divulgação e esclarecimento que repercute entre os produtores rurais ao

desconhecer ou confundir os programas, ou mesmo na postura pouco ativa de alguns que não buscam se organizar e se inserir e produzir para os programas de compras governamentais que encontra-se em plena expansão.

Os mercados institucionais, como PAA, PNAE entre outros que seguem essa mesma trajetória aparece como importante conquista da produção familiar no país. Ou seja, avaliações e pesquisas futuras nessa área serão de grande relevância, pois contribuirão para melhoria e aperfeiçoamento das políticas públicas no Brasil.

Em suma, as duas políticas públicas que são o foco da pesquisa têm alcançado parte dos pequenos proprietários rurais em Junqueirópolis. O PRONAF e o PAA são relevantes para os produtores rurais, pois mesmo com limitações no número de beneficiários e problemas na implementação e operacionalização no caso do PAA, tem contribuído para a manutenção da atividade produtiva e tem melhorado as condições de vida no espaço rural de Junqueirópolis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. Espaço Agrário Brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.º 12, p. 11-19, 2002.

AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): Uma reflexão crítica In: XLVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL SOBER, 2009. Porto Alegre: RS. **Anais Eletrônicos** p. 01 – 21. 2009 Disponível em: <<http://www.sober.org.br>> Acesso em: 20 out. 2010.

ARRETCHE, M. T. da Silva. Mitos da descentralização. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n. 31, p. 44-66, 1996. São Paulo. Disponível em: <(http://www.anposc.org.br/portal/publicações/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm)> Acesso em: 17 dez. 2009.

BACELAR, T. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. *et al.* [Org.]. **Políticas Públicas e Gestão Local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BATISTA, E. E. **A importância da cafeicultura para a permanência dos sítiantes na terra**: uma análise dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira em Lerrovile, Londrina-PR. 2010. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BELUSSO, D. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2011. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a.

BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; NIEMEYER, A. F. [Org.] **Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas-SP. Editora Alínea, 2007b.

BRAY, S. C; FERREIRA, E. R; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Próalcool no Brasil**. Marília: UNESP-Marília–Publicações, 2000. 104p.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Informações sobre o PAA**. Disponível em <<http://www.conab.gov.br>>, acessado em 15 de maio de 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2010-2001**. Secretaria de Política Agrícola. Brasília: MAPA/SPA, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2010-2001**. Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília: MDA/SPA, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Informações sobre o PRONAF**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>>, acessado em 20 de jul. de 2011.

BRIGATTI, A. S. *et. al.* Análise Econômica da Produção de Acerola Certificada Em Junqueirópolis (SP): Um Estudo de Caso. In. XLVIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, XLVIII, Campo Grande-MS. **Anais Eletrônicos**. 2010. p. 01 – 12. Disponível em: <<http://www.sober.org.br>>. Acesso em 20 out. 2010.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abril 1997.

CASTRO, I. E. *et al.* **Geografia, conceitos e temas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CLEMENTE, E. C. **O Programa de Microbacias no contexto do desenvolvimento rural de Jales-SP**. 2011, 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CLEMENTE, E. C.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação da Cadeia Produtiva do Leite: A especialização do produtor é a solução. In: IV Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa ENGRUP. São Paulo: SP. **Anais Eletrônicos** 2008. <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/clemente_e_hespanhol.pdf> p. 205-225. Acesso em 10 fev. 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura e Abastecimento Alimentar**: Políticas Públicas e Mercado Agrícola. Brasília: CONAB, 2009. 548 p

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em <<http://www.conab.gov.br>> Acesso em 10 de junho de 2010.

CORRÊA, F. C. M. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: uma comparação entre dois estados do Brasil. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília.

DELGADO, N. G. Política Econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. [Org.] **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 15-52.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: Ícone, 1985.

DELGADO, G. D. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. [Org.] **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 209-226.

DELGADO, G. C. *et. al.* Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA). **Texto para discussão nº 1145**, Brasília: IPEA, 2005.

FAVARETO, A. A Abordagem Territorial e as Instituições do Desenvolvimento Rural. In: **Anais I Encontro da Rede Rural**, Niterói, 2006, p. 1-23.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2007, 220p.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas** (IPEA), Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

GARCIA, A. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, ano 5, n.º 10, Porto Alegre: PPG em Sociologia, UFRGS, 2003, p. 154-189.

GIL, I. C. Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo. In: **Revista Nera**. ano 6, n. 4, jan./jul. 2004. disponível em <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/revista>> acessado em: 10 jul. 2007.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006**: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. 2007. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GRISA C. *et al.* **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: Apontamentos e Questões para o Debate**. 2010. 24 p. disponível em <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf> acessado em 20 de jul. 2011.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [on-line]. 2007, v.45, n.º 2, p. 301-328.

HESPANHOL, A. N. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura. Francisco Beltrão: **Faz Ciência**. 1997, v.1, n.º1, p. 38-49.

HESPANHOL, A. N. Desafios da Geração de Renda em Pequenas Propriedades e a Questão do Desenvolvimento Rural Sustentável. In: ALVES, A; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. [Org.] **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 81-93.

HESPANHOL, R. A. de M. **Produção familiar**: Perspectiva de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. 2000. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

HESPANHOL, R. A. de M. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **SCRIPTA NOVA. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (79). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-79.htm>> [ISSN: 1138-9788]

HESPANHOL, R. A. de M. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na região de Dracena (SP). In: XLVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL SOBER. Porto Alegre: RS. **Anais Eletrônicos**. 2009. <<http://www.sober.org.br/palestra/13/552.pdf>> p. 1- 18. Acesso em 10 fev. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Demográficos** (vários anos: 1970 – 2010). Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censos Agropecuários** (vários anos: 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006). Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Produção Pecuária Municipal** (1990 a 2010). disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> acessado em: 25 set. 2011.

LEÃO, C. **Rede urbana e Pequenas Cidades**. 2008. 66 f. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. [Org.] **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 53-95.

LOCATEL, C. D. **Modernização da Agricultura, Políticas Públicas e Ruralidade**: Mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis-SP. 2004. 423 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

KAGEYAMA, Â. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

MACIEL, L. R. **Mercado Institucional de Alimentos**: Potencialidades e Limites para a Agricultura Familiar. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: Análise de Indicadores. Brasília, Série Estudos 11 NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 07, p. 33-44, 2007.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392p.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Políticas Públicas e desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná**: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e controle social do capital. 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

NEVES NETO, C. de C. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo**: o caso do município de Assis. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. R. **A Fruticultura como Alternativa Econômica aos Pequenos Produtores Rurais**: O caso da região de Dracena/SP. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. R. **O Associativismo na Região do Pontal do Paranapanema-SP: Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** 2010, 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ORTEGA, A. C. [Org.] **Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento.** Campinas-SP. Editora Alínea, 2007.

ORTEGA, A. M. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural.** Campinas-SP. Editora Alínea, 2008.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930).** São Paulo: Brasiliense, 1982 (Tudo é história, 38)

PINO, F. A. *et al.* (Org.). **Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo – LUPA.** São Paulo: IEA, CATI, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, volume 4, 1997.

PORTO, S. I. Retomada e Perspectivas de Uma Política de Comercialização e Abastecimento Alimentar. In: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola.** Brasília: CONAB, 2009. p. 45 – 57.

REZENDE, G. C. de **Estado, Macroeconomia e Agricultura.** Porto Alegre: editora da UFRGS/IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2003. (Coleção estudos rurais).

SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1988].

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1996].

SANTOS, M. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008 [1978].

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. **Informações Municipais**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>> acessado em 10 jun. de 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEGATTI, S. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e questão do desenvolvimento da microrregião de Dracena-SP**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, R. G. da. **Incorporação da Nova Alta Paulista ao Setor Produtivo do Estado de São Paulo**: Município de Adamantina (1937 a 1955). 1989. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis.

SOUZA, C. M. de. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs) **Políticas Públicas e participação social no Brasil Rural**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.21-49.

SCHNEIDER, S. [Org.] **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: natureza e a produção de espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, M. E. B.; WITACKER, A. [Org.] **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STEINBERGER, M. Território e políticas públicas espaciais. IN: STEINBERGER, M. [org.] *et al.* **Território e políticas públicas espaciais**. Brasil: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006, p. 29 – 82.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas agrícolas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (orgs.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 227-251.

TEDESCO, J. C. [Org.] **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. [Orgs.]. **Agricultura Familiar: interação entre políticas públicas a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VELOSO, F. **As estratégias para a permanência dos pequenos proprietários de terra no espaço rural do Município de Junqueirópolis (SP)**. 2008. 147 f. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VIANA, C.; VIEGAS, G. L. PAA – Evolução das Operações. In: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola**. Brasília: CONAB, 2009. p. 146 -154.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. [Org.] **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ª ed. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001a. p. 21-56.

WANDERLEY, M; N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N [org.]. **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires, CLACSO/ASDI, 2001b, p. 31-44.

ZIMMERMANN, S. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Reflexos na Agricultura Familiar Brasileira. 2007. **Boletim do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**, nº 10 – out. 2007, p. 1-3.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS EDR DE DRACENA

Data: __/__/__

1- Nome do entrevistado:

2- Função:

Tempo no cargo:

3- Como é articulação da regional de Dracena com a CATI - Central em Campinas? E na escala estadual com a Secretaria de Agricultura?

4- Qual a estrutura de funcionamento das regionais? É feita por setores ou programas?

5- Como se dá a relação do EDR de Dracena com os 16 municípios por meio das Casas da Agricultura?

6- Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores?

7- Qual sua avaliação sobre os programas para os pequenos produtores na escala estadual?

8- Qual a avaliação do PEMH na sua fase 1? E as perspectivas para o Microbacia 2?

9- Qual sua análise a respeito dos programas do Governo Federal para a agricultura familiar, PRONAF e PAA?

10- Esses programas têm dinamizado de alguma forma a economia dos municípios ou da região? Seus efeitos se restringem somente ao rural ou influenciam diretamente o rural e o urbano?

11- Ambas as políticas exigem a DAP, como é feito esse cadastramento? É feito algum tipo de controle após o cadastramento? Qual o período para renovação?

12- Qual sua avaliação sobre a trajetória do PRONAF? Como se tem dado o acesso dos produtores na região de Dracena?

13- Quais fatores limitam ou dificultam o acesso pelos pequenos produtores rurais? O que poderia ser feito para incentivar ou melhorar o acesso dos produtores?

14- De acordo com os dados do MDA observamos grandes disparidades entre os municípios (Adamantina, Florida Paulista e Junqueirópolis) lideram o montante de recursos e de contratos. Quais fatores levam a essa disparidade? Quanto aos valores médios que mostra a diferença nas modalidades investimento e custeio, Ouro Verde, Santa Mercedes, Nova Guataporanga se sobressaem, por quê?

15- É possível apontar mudanças qualitativas no espaço rural nessa trajetória do PRONAF?

16- A partir do ano agrícola 2003/2004 – primeiro ano do mandato do Governo Lula é possível observar considerável aumento dos recursos do PRONAF, no estado de SP e na região de Dracena que se estendeu até o ano de 2006/2007. Quais fatores levaram a esse aumento?

- 17- Qual sua avaliação sobre o PAA?
- 18- Quais fatores diferenciam esse programa dos anteriores?
- 19- Quais as principais dificuldades para a implantação desse programa?
- 20- Qual o papel da CONAB na viabilização do programa? E do EDR, das Casas da Agricultura, prefeitura e associações?
- 21- Quais as principais dificuldades dos produtores para ter acesso ao PAA?
- 22- Muitas associações foram reativadas ou criadas para entregarem produtos no PAA. Entre os anos de 2005/2006 apenas cinco associações (em três municípios) passando para treze (em sete municípios) em 2009/10. Quais dificuldades para levar o PAA aos demais municípios do EDR?
- 23- Diferentes tipos de associação entregam produtos no PAA, especializadas em torno de determinados produtos, tais como: acerola, uva, leite; e outras com produtos bem diversificados; como também possuem diferentes perfis de associados, compostas por produtores rurais tradicionais; assentados; trabalhadores rurais. Como congregar diferentes tipos de públicos e de interesse?
- 24- Em alguns municípios, como Dracena e Tupi Paulista observamos que três associações entregam produtos no PAA e, em Junqueirópolis somente uma, o que leva a essa centralização ou maior experiência associativa nos municípios?
- 25- Em sua opinião, quais são as perspectivas futuras do setor agropecuário na região?

ROTEIRO DE ENTREVISTA - ENTIDADES PARTICIPANTES DO PAA

Data: __/__/__

1. Nome do entrevistado:
2. Função:
3. Nome da entidade:
4. Tipo de entidade? Esta vinculada a qual entidade? Pública? Particular?
5. Qual é o público atendido (segmento social, idade, carência nutricional etc.)?
6. Há quanto tempo a entidade participa do PAA CONAB?
7. Como é feita a entrega dos produtos para a entidade?
8. Quais produtos e que quantidade a entidade recebe no PAA? Quais ela mais utiliza?
9. Existe alguma restrição e/ou exigência com relação às características dos produtos recebidos?
10. E com relação a parte burocrática, ou seja, quais documentos são necessários dispor/entregar para participar do PAA? É muito complicado? Quais etapas são necessárias
11. Qual é sua avaliação do PAA (numa escala de 0 a 10). Justifique.
12. A entidade está satisfeita com o programa? E com os produtos recebidos?
13. Se pudesse fazer alguma sugestão para melhorar o programa, qual seria?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS CASA DA AGRICULTURA E DIRETORIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Data: __/__/__

1. Nome do entrevistado:
2. Função:
3. Tempo no cargo?
4. Qual sua avaliação quanto as políticas públicas para os pequenos produtores rurais?
5. Quais as principais dificuldades dos produtores rurais para se acessar o PRONAF?
6. As mudanças desde sua implantação na sua visão foram positivas?
7. O que precisa ser melhorado?
8. Qual o perfil do produtor que utiliza os recursos do PRONAF?
9. Pode-se dizer que os recursos do PRONAF dinamizam a economia do município como o todo, ou somente se restringe ao espaço rural?
10. Qual a importância do setor agropecuário na economia municipal? E especificamente dos pequenos proprietários rurais?
11. O papel da associação para informar ao produtor rural quanto aos recursos do PRONAF?
12. Como funciona a questão de emissão da DAP? É renovada por quanto tempo? Quais os critérios utilizados?
13. Quais as dificuldades na montagem do projeto do PAA? Essas dificuldades têm atrapalhado a renovação dos projetos, como por exemplo nas prestação de contas?
14. Como tem se dado a entrada da associações em outras modalidades além do Doação Simultânea através da Formação de Estoque?
15. Em outros municípios do EDR de Dracena tem se observado a criação de mais associações de produtores em virtude do Programa da CONAB, o que tem impedido/faltado para novas associações serem formadas no município de Junqueirópolis?
16. Uma das metas do PAA é ter uma maior diversificação de produtos para serem entregues para as entidades, valorizando as particularidades regionais e os hábitos alimentares locais. Até que ponto a entrega, sobretudo de polpa de acerola tem se dado no município?
17. Ocorre um estímulo da associação para os produtores entregarem um maior número de produtos para as entidades do município?

FORMULÁRIO - PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS

DATA: ____/____/____

Entrevistador _____

IDENTIFICAÇÃO E ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS

1- Nome _____ 2- Idade _____

3- Bairro rural _____ 4- Microbacia _____

5- Faz parte da Associação Agrícola de Junqueirópolis () Sim () Não

6- Há quanto tempo possui (ou reside) na propriedade? _____ anos

7- Qual é a condição do produtor: () proprietário () arrendatário () parceiro () outros.
Qual? _____8- Se proprietário, como adquiriu a propriedade () compra () herança () compra e herança () outra
forma.
Qual? _____

9- Qual é o tamanho da propriedade? _____ alqueires / _____ hectares

10- Possui ou destina área em arrendamento ou parceria? () Não () Sim. Se sim, quantos alqueires
_____ hectares _____ Com quais atividades agropecuárias? _____11- Até que ano o Sr. estudou? () Analfabeto () Fundamental Incompleto () Fundamental completo ()
Médio Incompleto () Médio completo () Superior Incompleto () Superior completo

12- Estado Civil: () solteiro () casado () viúvo () outro _____

13- Possui residência: () Rural () Urbana () Urbana e Rural

14- Quantas pessoas residem na propriedade? _____

15- O Sr.(a) tem filhos? () Sim () Não

Se sim. Quantos filhos moram na propriedade? _____ Quantos filhos moram na
cidade? _____16- Os filhos trabalham ou ajudam na propriedade? () Sim () Não. 16- Se sim,
quantos? _____17- Os filhos (ou algum outro membro da família) que residem na propriedade trabalham fora? () Sim ()
Não.

18- Se sim, em qual atividade? _____

Essa renda é utilizada para a manutenção das atividades da propriedade? () Sim () Não.

19- Quais são as atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade? (Área cultivada, número de
pés, qtde de cabeças).

() cultivo de lavouras? _____; _____; _____;

() Pastagem _____

() pecuária: de que tipo? _____; _____; () outros
rebanhos _____

20- Como é feita a comercialização da produção?

() Intermediários _____ () Laticínios _____ () Associação _____ ()
 Cerealistas _____ () Agroindústrias _____ ()
 Supermercados _____ () Feirantes () Venda informal/Na cidade
 () CEAGESP () Outros? Quais _____

21 – Que tipos de produtos são cultivados para a alimentação da família?

ACESSO AO PRONAF E AO PAA

22- O Sr. já utilizou financiamento através do **PRONAF**?

() **Sim, utilizo anualmente** () **Sim, já utilizei, mas não faço uso atualmente**

Se sim, encontrou algum tipo de dificuldade para acessar o PRONAF? () Não () Sim. Se sim. Quais?

() excesso de documentação () dificuldade posta pelo banco () falta de informações () falta de assistência técnica

() outras _____

() **Não, mas já tive pretensões de utilizar** () **Nunca utilizei e não tenho interesse** () **Nunca ouviu falar, desconheço esse programa**

Se não, quais as maiores dificuldades encontradas para ter acesso ao financiamento?

() receio de fazer dívidas () receio de perder a propriedade/hipoteca () exigência de documentação/burocracia

() dificuldades para elaboração do projeto () dificuldade posta pelo banco () atraso no financiamento

() não necessita de financiamento () outras _____

23- Se utilizou o PRONAF, em qual tipo de modalidade: () Para custeio () Para Investimento () Mais Alimentos

24- Para que tipo de atividade utilizou o financiamento? _____

25- Em quais anos agrícolas o Sr. adquiriu o financiamento do PRONAF?

1999/00		2000/01		2001/02		2002/03		2003/04	
2005/06		2006/07		2007/08		2008/09		2009/10	

26- Tem algum tipo de financiamento do PRONAF em andamento? Qual valor? _____

27- Possui alguma dificuldade para quitar a dívida? () Não () Sim. Se sim. Qual? _____

28- Tem alguma parcela de financiamento vencida? () Não () Sim. Se sim, Quantas e qual o valor? _____

29- Na modalidade custeio, os recursos do PRONAF são investidos somente no comércio de Junqueirópolis ou de outros municípios da região? Quais tipos de produtos são comprados e, em quais estabelecimentos comerciais? _____

30- Na modalidade Investimento ou Mais Alimentos, em quais ações o Sr. empregou os recursos do PRONAF?

() máquinas/implementos agrícolas () melhoria na infra-estrutura da propriedade (construção de barracão, tulhas, silos, etc.) () No processo produtivo/lavouras (aquisição de aparelho de irrigação)

() Em matrizes para melhoria do plantel bovino () Aquisição de ordenhadeira mecânica () Aquisição de veículos automotores para escoamento da produção

() Outros. Quais? _____

31- No caso do PRONAF Investimento ou Mais Alimentos, o Sr. recebeu algum tipo de orientação para fazer o financiamento? () Não () Sim. Se sim, de quem? () Casa da Agricultura () Assistência particular. De que forma? _____

32- Pretende tomar algum empréstimo ou renovar o PRONAF nos próximos 12 meses? () Não () Sim. Se sim, com qual finalidade? _____

33- Qual é a avaliação do Sr. sobre o PRONAF? O que poderia ser feito para que o PRONAF melhorasse as condições dos produtores familiares? _____

PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - CONAB

34- O Sr. entrega produtos para o **Programa da CONAB** - que distribui alimentos para as entidades do município?

() Sim () Não, mas já ouvir falar () Não, porque só quem é da Associação que participa

() Não, nunca ouvir falar desse Programa

35- Se sim, quais produtos são entregues? () polpa de acerola () banana () uva () outros. Quais? _____

36- Se entrega produtos para o Programa da CONAB, já participou alguma vez das reuniões para a elaboração dos projetos?

() Sim () Não. Por quê? _____

37- Se entrega produtos para o Programa da CONAB, o Sr. sabe quais entidades do município recebem produtos do PAA? () Não () Sim. Se sim, quais? _____

38- Se entrega produtos para o Programa da CONAB, o Sr. sabe como é feita a distribuição dos produtos entregues? () Não () Sim. Se sim, como? _____

39- Se entrega produtos para o Programa da CONAB, o Sr. sabe qual é valor pago anualmente pelo Programa da CONAB? _____

40- Se não participa, já foi convidado a participar desse Programa da CONAB que foi implantado em Junqueirópolis no ano de 2006? () Sim () Não _____

41- Se não participa, já foi orientado pela Casa da Agricultura, pela Associação Agrícola ou pela Prefeitura quanto à possibilidade de entregar produtos para o Programa da CONAB? () Sim () Não. Por que? _____

42- Quais produtos cultivados em sua propriedade poderiam ser entregues no Programa da CONAB? _____

43- Qual é sua avaliação sobre o Programa da CONAB? O que poderia ser feito para melhorá-lo no município? _____

FONTES DE RENDA DA FAMÍLIA, MEIOS DE PRODUÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO E PERSPECTIVAS NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA.

44- Qual é a principal fonte de renda da família (%)? Quais são as outras fonte de renda que complementam (ajudam)? (lavoura, pecuária, aposentadoria, arrendamento, trabalho fora da propriedade, etc.)

Lavouras		Pecuária de leite		Pecuária de corte	
Trabalho fora da propriedade		Arrendamento		Aposentadoria/pensão	
Outras. Quais?					

45- Qual é a renda aproximada da família? (ano base 2010 – R\$510,00) (No Estado de SP - R\$ 560,00)

() menos de um (01) salário mínimo. () de um a dois salários mínimos. () de três a quatro salários mínimos.

() um salário mínimo. () de dois a três salários mínimos () mais de quatro salários mínimos.

46- Algum membro da família recebe aposentadoria ou pensão? () Sim () Não.

47- Se sim, quantos recebem? _____ **Quem recebe?** _____

48- O Senhor se aposentou como: () agricultor () atividade urbana. Qual _____

49- Em que ano começou a receber a aposentadoria? _____

50- O que mudou depois da aposentadoria?

51- O Sr. emprega trabalhadores? () Sim () Não.

52- Se sim? De que tipo?() temporários () permanentes 19.2-Em que fase? _____

53- Quais os meios de produção disponíveis:

Trator		Arado mecânico		Arado animal		Grade Niveladora		Pulverizador mecânico	
Aparelho de Irrigação		Ordenhadeira Mecânica		Tanque de Expansão			Outros		

54- Qual é o tipo de assistência técnica utilizada:

() Casa da Agricultura - CATI () Particular. Qual _____

() Cooperativa. Qual _____ () Associação. Qual _____

() Não utiliza. Por quê? _____

55- Com que frequência recebe ou procura assistência junto a Casa da Agricultura?

56- Qual é a sua avaliação da assistência técnica no município? E da Diretoria Municipal de Agricultura? Justifique.

57- No caso de ser associado à Associação Agrícola de Junqueirópolis, há quanto tempo faz parte do grupo? _____ anos

58- Quais as vantagens? _____

59- Se não é associado, já foi convidado a participar? Ou já foi convidado a freqüentar algum tipo de reunião oferecida pela Associação?

60- Como o Sr. avalia a atuação da Associação no município? Justifique.

61- É filiado a alguma outra forma coletiva de organização (Cooperativa/Sindicato)?

61.1-Qual _____

61.2-Há quanto tempo _____

62-Quais as vantagens? _____

63- Na sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas na propriedade/atividade agropecuária)?

() falta de incentivo do Estado () dificuldade de comercialização

() falta de assistência técnica () problemas relacionados ao clima () falta de melhores técnicas e equipamentos de cultivo () falta de mão-de-obra

() outras, quais? _____

64- O que o Sr. acha que o governo poderia fazer para melhorar as condições dos agricultores?

65- Qual a intenção do produtor para os próximos anos:

65.1- Por quê?

Observações

